

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

RAFAEL REIS BITTENCOURT

**Cidadania autoconstruída:
o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15)**

Belo Horizonte

2016

RAFAEL REIS BITTENCOURT

**Cidadania autoconstruída:
o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Profa. Dra. Denise Morado Nascimento

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Código Cutter (nao preencher)	Bittencourt, Rafael Reis. Cidadania Autoconstruída [manuscrito] : o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 2015) / Rafael Reis Bittencourt. - 2017. 242f. : il. Orientador: Denise Morado Nascimento. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 1. Habitação Social 1 Políticas públicas. 2. Ocupações Urbanas. 3. Direito à moradia. 4. Direito à cidade. 5. Belo Horizonte 6. Conflitos urbanos. I. Nascimento, Denise Morado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.
--	---

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 26 de setembro de 2016 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento (EA-UFMG) _____ 

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça (EA-UFMG) _____ 

Profa. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes (EA-UFMG) _____ 

Prof. MSc. Tiago Castelo Branco Lourenço (EA-UFMG e PUC MG) _____ 

Aos meus/minhas companheiros/ras de luta que renovam
cotidianamente nossa convicção que é na ação
revolucionária que outro mundo não só é possível
como está sendo gestado

AGRADECIMENTOS

Às lideranças comunitárias e populares com as quais quase tudo que aqui está escrito tive a oportunidade de aprender.

Igualmente aos meus/minhas companheiros/as de militância que muito me ensinaram sobre esse imprescindível instrumento do direito à cidade que, se não é integralmente revolucionário, aplacam as contradições das cidades capitalistas contemporâneas, humanizando-as.

Aos meus pais por terem me ensinado, mesmo sem saber, a semente da luta social, qual seja, o valor espiritual da fé na verdade e na mudança.

À minha orientadora, Denise Morado, pela dedicação a um só tempo carinhosa e exigente.

A todos/as aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a escrita desta história, entre lideranças comunitárias, dos movimentos sociais, apoiadores, técnicos e membros envolvidos nas mais diferentes dimensões deste imprescindível processo sociopolítico.

Agradeço também à FAPEMIG, pela minha bolsa de estudos, aporte decisivo para o bom desempenho desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho descreve e analisa o ciclo histórico de ocupações urbanas pelo direito à moradia que se instaura em Belo Horizonte e Região Metropolitana, a partir de 2006, demarcando um novo contexto de garantia do direito à cidade que envolve mais de 14 mil famílias em 24 experiências. Entende-se que este ciclo caracteriza-se por perfazer-se como uma política habitacional autorrealizada, isto é, elaborada por atores sociais da sociedade civil, não só sem a colaboração, mas contra o Estado, a partir da apropriação de imóveis vazios (terrenos horizontais) retidos pela especulação imobiliária (e descumpridores de sua função social), neste sentido em franca disputa com o capital imobiliário e o projeto de cidade que o sustenta; com o processo de produção das unidades habitacionais a partir da autoconstrução e se sustentando sua legitimidade a partir de uma rede social de apoio técnico, solidário e cidadão, cuja centralidade é ocupada pelos movimentos sociais organizados. Conquanto, se problematiza também, alguns limites e contradições destas experiências no que toca a garantia do direito à moradia adequada e também à realização de uma reforma urbana ampla, estrutural e efetiva.

Palavras chave: ocupações urbanas; direito à moradia; direito à cidade; políticas habitacionais; movimentos sociais urbano.

ABSTRACT

This study describes and analyses the historic cycle of urban occupations for the right to housing that is stabilised in Belo Horizonte and its metropolitan area, starting in 2006, marking a new context of ensurance of the right to the city that involves more than fifteen thousand families in twenty-five experiences. It is understood that this cycle is characterized by a self-managed housing policy, that is, developed by social actors from the civil society, not only without the cooperation, but against the State, starting with the appropriation of empty properties (horizontal lands) held by land speculation (and not fulfilling their social function), being in this sense in open dispute with real state capital and the urban project that sustains it; with the process of housing units production parting from self-construction and sustaining its legitimacy by means of a social network of technical support based on solidarity and citizenship, whose centrality is occupied by the organized social movements. Moreover, limits and contradictions of these experiences are also discussed, regarding the guarantee of the right to housing and the fulfillment of a wide, structural and effective urban reform.

Key words: urban ocupattions, right to housing, right to the city, housing policy, social movement urban

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Grafite na entrada da Ocupação Caracol.....	62
Figura 2 Figura 2 Visão da fachada do antigo hospital Cardio Centro	70
Figura 3 Localização das Ocupações Urbanas Verticais I.....	72
Figura 4 Mapa das ocupações urbanas horizontais da RMBH.....	80
Figura 5 Croqui da Ocupação Camilo Torres.....	88
Figura 6. Ocupação Camilo Torres circunscrita em vermelho	89
Figura 7 Ocupação Dandara nos primeiros dias.....	94
Figura 8 Plano Urbanístico da Ocupação Dandara (versão implantada).....	103
Figura 9 Marcha da Ocupação Dandara	108
Figura 10 Coletânea de fotos da campanha internacional da ocupação Dandara.....	110
Figura 11 Abraço solidário na comunidade Dandara.	111
Figura 12 Imagem de Satélite do território da ocupação Irmã Dorothy.....	118
Figura 13 Imagem da tentativa de despejo da ocupação Zilah Spósito.....	124
Figura 14 Ocupação Zilah Spósito em 2015	127
Figura 15 Despejo da Eliana Silva	132
Figura 16 Mapa de implantação dos lotes, ruas e áreas coletivas da Eliana Silva II	137
Figura 17 Dia da ocupação do terreno da Guarani Kaiowá.....	144
Figura 18 Plano Urbanístico da Ocupação Guarani Kaiowá.....	149
Figura 19 Manchas da área ocupada das três ocupações da Izidora.....	156
Figura 20 Momento em que os movimentos sociais desocupam o prédio da Prefeitura.....	160
Figura 21 Ocupação Rosa Leão em 2015.....	162
Figura 22 Ocupação Esperança em 2015	164
Figura 23 Projeto da Direcional Engenharia do empreendimento MCMV Granja Weneck..	167
Figura 24 Peça de convocação para a 2ª marcha da Izidora até o centro de Belo Horizonte .	172
Figura 25 Peça visual de propaganda produzida pela rede de apoio resiste izidora.....	176
Figura 26 Foto panorâmica da Willian Rosa	187
Figura 27 Imagem de satélite da ocupação Tomás Balduino	193
Figura 28 Plano Urbanístico Interno da Paulo Freire	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produção da PMH entre 1993 - 1996.....	25
Tabela 2. Abrangência dos núcleos de habitação em 1996 / 97.	31
Tabela 3. PMH Gestão de Fernando Pimentel - 2002 à 2008.	40
Tabela 4. Ocupações Urbanas Verticais - 2006 à 2008 - em Belo Horizonte..	72
Tabela 5. Total de unidades produzidas pela PBH (2009 - 2015), por meio do PMCMV	54
Tabela 6. Ocupações Urbanas Horizontais - ciclo de lutas sociais a partir de 2008	79
Tabela 7. Reconhecimento Jurídico / Administrativo das Ocupações Urbanas	222
Tabela 8. Serviços e Infraestrutura urbanos formalizados pelo Estado.....	223

LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AEIS-2	Área Especial de Interesse Social – 2
ASF	Arquitetos Sem Fronteiras
BHTRANS	Empresa de Transporte e Transito de Belo Horizonte
CDI	Companhia de Desenvolvimento Industrial
CEASA	Centras de Abastecimentos de Minas Gerais
CEJUS	Centro de Justiça
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CF88	Constituição Federal de 1988
CMH	Conselho Municipal de Habitação
CONEDH	Conselho Estadual de Direitos Humanos
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPC	Código do Processo Civil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular – Conlutas
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
EAD	Escola de Arquitetura e Design
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNH	Fundo Nacional de Habitação
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MH	Fundo Municipal de Habitação
MLPM	Movimento de Luta Por Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OP Digital	Orçamento Participativo Digital
OP	Orçamento Participativo
OPH	Orçamento Participativo de Habitação
OUC	Operação Urbana Consorciada
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEAR	Programa de Erradicação de Áreas de Risco
PL	Projeto de Lei
PLHIS	Plano de Habitação de Interesse Social
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMH	Política Municipal de Habitação
PPP's	Parcerias Público Privadas
PROFAVELA	Programa Municipal de Regularização de Favelas
PRU	Programa de Regularização Urbanística
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAJ PUC	Serviço de Assistência Judiciária da PUC MINAS
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
STF	Supremo Tribunal Federal
TAC	Termo de Ajustamento e Conduta
TEVAP	Tanque de Evapotranspiração
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil
URBEL	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
ZPAM	Zonas de Preservação Ambiental

FUCVAM Federación de Cooperativas de Viviendas Uruguayas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAP. I - A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO FRENTE BH POPULAR	20
1. <i>A política pública de habitação municipal entre 1993-1996</i>	<i>21</i>
2. <i>O fim das ocupações de imóveis ociosos neste período</i>	<i>27</i>
CAP. II - A GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DE FERNANDO PIMENTEL	34
CAP. III - A GESTÃO NEOLIBERAL DE MÁRCIO LACERDA	44
1. <i>Modificações da Política Habitacional.....</i>	<i>48</i>
CAP. IV - OCUPAÇÕES VERTICAIS ENTRE 2006 - 2008.....	60
1. <i>Ocupação Caracol</i>	<i>60</i>
2. <i>Ocupação João de Barro</i>	<i>65</i>
3. <i>João de Barro II e III</i>	<i>69</i>
4. <i>Das ocupações verticais aos terrenos horizontais</i>	<i>72</i>
CAP.V - OCUPAÇÕES URBANAS HORIZONTAIS E ORGANIZADAS	77
1. Ocupação Camilo Torres.....	81
1.1 <i>Contexto do surgimento da ocupação Camilo Torres.....</i>	<i>82</i>
1.2 <i>Propriedade privada fictícia</i>	<i>85</i>
1.3 <i>Tipologia do assentamento autoconstruído</i>	<i>87</i>
1.4 <i>Confluência com o saber técnico</i>	<i>89</i>
2. Ocupação Dandara.....	90
2.1 <i>Primeiros Dias</i>	<i>93</i>
2.2 <i>Consolidação do assentamento definitivo</i>	<i>95</i>
2.3 <i>O envolvimento do apoio técnico</i>	<i>97</i>
2.4 <i>O impasse do lote coletivo</i>	<i>100</i>
2.5 <i>O percurso jurídico</i>	<i>103</i>
2.6 <i>As lutas sociais</i>	<i>107</i>
3. Ocupação Irmã Dorothy	113
3.1 <i>A terra urbana</i>	<i>116</i>
3.2 <i>O desenho urbano autorrealizado.....</i>	<i>117</i>
4. Ocupação Zilah Spósito / Helena Greco.....	119
4.1 <i>A tentativa ilegal de despejo</i>	<i>120</i>
4.2 <i>O Assentamento Gerado.....</i>	<i>125</i>
5. Ocupação Eliana Silva	128
5.1 <i>Eliana Silva II.....</i>	<i>133</i>
5.2 <i>Micro Planejamento Urbano.....</i>	<i>135</i>

5.3 A construção colaborativa da creche.....	139
6. Ocupação Guarani Kaiowá	140
6.1 Antecedentes.....	141
6.2 A produção social do espaço	146
6.3 Situação Jurídica.....	149
6.4 Situação hoje e negociação.....	151
7. Ocupações da Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória.....	154
7.1 O surgimento das três ocupações.....	156
7.2 A região do Isidoro	158
7.3 A produção social do espaço interno	161
7.4 O projeto habitacional da Granja Werneck.....	165
7.5 As ameaças de despejo e a rede #resiste izidora	169
8. Ocupação Vila Pomar do Cafezal	180
9. Ocupação Willian Rosa.....	185
10. Ocupação Tomás Balduino	190
11. Ocupação Paulo Freire.....	194
CAP.VI - OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS	199
CAP.VII - AUTOCONSTRUÇÃO: POTENCIALIDADES E CONTRADIÇÕES	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
1. Desafios à regularização fundiária	214
2. Limites deste ciclo de lutas por reforma urbana	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
ENTREVISTADOS.....	240

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende descrever e analisar o ciclo histórico de luta pelo direito à cidade através das ocupações urbanas de imóveis ociosos realizados na cidade de Belo Horizonte e em sua região metropolitana, a partir dos anos de 2006 que até a data final desta pesquisa, em 2015, reuniu 24 experiências, garantindo, mesmo que parcialmente, o direito à moradia para mais de 14 mil famílias.

O primeiro capítulo, descreve momento anterior, os anos de 1993-96, com foco especial para o município de Belo Horizonte e seu marco fundamental do exercício de uma política habitacional formal inovadora e emancipatória, como já bastante conhecido, mas orientando o foco da análise para o fato de ter sido uma construção forjada também a partir das lutas sociais da década 80 e 90; para algumas contradições que encerrou - entre os diferentes visões e projetos cidades que continha em seu interior - e principalmente para a sua consequência sobre o padrão de ação coletiva dos movimentos sociais da época, que fez extinguir a prática das ocupações de imóveis ociosos, para sua absorção em políticas formais de habitação realizadas pelo Estado.

O segundo capítulo é consequência do primeiro e trata-se de compreender como que o sistema descrito acima decompõe-se rapidamente, cerca de 10 anos depois, com a assunção, para a governança urbana de Belo Horizonte, do paradigma do empresariamento estratégico, capitaneado pela liderança de Fernando Pimentel, dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) e no comando da Prefeitura municipal, a partir de 2002.

Saem do panorama do projeto de política urbana da concertação de forças que dirige Belo Horizonte as noções de inversão de prioridades e de um sistema municipal promotor e assegurador da cidadania, para a concepção de cidade cumprindo papel de centralidade na reorganização do capitalismo mundial, como lugar e instrumento de produção e realização do lucro privado.

Os rebatimentos na política habitacional são evidentes, com drástica diminuição de seu orçamento, com maior número de unidades produzidas voltados a processos de reassentamento de famílias removidas - isto é, voltando a potencializar os processos de higienização e segregação social, com a expulsão da população de baixa renda para a periferia - e com projetos urbanísticos e arquitetônicos que reproduzem a tendência mundial de concepção da habitação para pobre, baseada na racionalização dos espaços mínimos, entre outras elementos.

Momento em que emerge os atores coletivos fundamentais desse novo contexto sociopolítico de Belo Horizonte e região metropolitana. Atores que retomam as velhas práticas das ocupações urbanas de imóveis ociosos, atualizando as em novas formas discursivas e organizativas, acompanhado o novo instrumental da reforma urbana, a partir da reivindicação da implementação dos dispositivos do Estatuto das Cidades e articulando amplas e novas redes de atores sociais, a partir do apoio técnico e cidadão, iniciando a constituição de novo campo de luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte.

Estas primeiras experiências, contudo, se realizam sobre imóveis ociosos verticalizados (prédios) e ainda pouco acumulam sobre táticas e possibilidades de regularização, terminando em meio a luta contra o Estado, sendo todas despejadas. São as ocupações Caracol, João de Barro I, II e III, descritas no cap.VI.

O capítulo (III) descreve, por sua vez, os contornos e significados, para a questão das políticas habitacionais municipais, do aprofundamento do paradigma do empresariamento estratégico sobre a governança municipal em Belo Horizonte, com a ascensão ao poder por Marcio Lacerda (PSB) em 2008, representando uma guinada mais evidente para o neoliberalismo em escala local. Adquirem centralidade os grandes projetos urbanos, a partir das operações urbanas e um processo de privatização da cidade mais evidente, atualizando aquilo que Vainer (2.000) chamou de *democracia direta do capital*, uma vez que são extintos, vedados e limitados as potencialidades dos canais de participação política cidadã consolidados outrora.

Tem-se, portanto, a luta política mais explícita e polarizada entre os atores sociais coletivos que representam as ocupações urbanas que explodem neste período e os representantes da governança municipal que, embora assumam contornos acirrados, se determinam mutuamente. As experiências de ocupações urbanas são condenadas a autonomia da autoconstrução - sem poder acessar recursos e políticas do Estado destinados à questão habitacional - e a municipalidade é obrigada a dar respostas sociais a ausência de políticas habitacionais em meio ao contexto nacional de grande incentivo ao tema, com o paradigma interposto pelo Minha Casa Minha Vida.

O capítulo V descreve esse processo de forma mais minuciosa, apresentando o processo de acúmulo de cada experiência, desde sua consolidação interna até o que proporciona em termos de articulação social da rede de atores que contribuem em sua produção e defesa, em diferentes níveis.

É quando se consolida a primeira experiência que reúne as principais características sócio, espaciais e políticas de ciclo de lutas por reforma urbana, qual seja, a produção de

políticas habitacionais autodeterminadas, isto é, sem a colaboração (e contra) o Estado, a partir do protagonismo e apoio de atores coletivos da sociedade civil, sobre a apropriação de imóveis ociosos horizontais retidos pela especulação imobiliária e com a edificação do ambiente construído interno – casas e infraestrutura – por via da autoconstrução.

A primeira experiência é a Camilo Torres, inaugurando o ciclo. Ela é seguida da Ocupação Dandara, experiência em maior escala, que definitivamente consolida esse paradigma de conquista do direito à moradia e à cidade, angariando ampla legitimidade na sociedade e demarcando a sua disputa política. Posteriormente tem-se ocupações menores, mais cada uma demarcando significado importante para o ciclo de lutas.

A Experiência da Zilah Spósito por ser a primeira da grande região ociosa do Isidoro e que sofre uma tentativa ilegal de reintegração de posse, caracterizando a tendência militarização da cidade e seus conflitos sociais, sobretudo com a assunção de quadro político que é coronel da Polícia Militar ao principal posto de comando da política habitacional da cidade, a presidência simultânea da Urbel e do Conselho Municipal de Habitação.

Posteriormente pela experiência da Eliana Silva, expandindo as ocupações urbanas horizontais e organizadas na região do Barreiro, com a emergência de novo ator coletivo para este ciclo de lutas, o MLB. E com as Brigadas Populares expandindo essa forma de luta para a Região Metropolitana, por via da ocupação Guarani kaiowá.

Até a experiência das três ocupações da Izidora, Rosa Leão, Esperança e Vitória que representam o conflito sociofunditário e político que sintetiza a disputa entre estes dois projetos de cidade, entre os movimentos sociais organizados e as famílias sem teto, ocupando terras ociosas em meio ao tecido urbano e a gestão neoliberal de Belo Horizonte, com um megaprojeto também de habitação social, mas produzido por um agente do capitalismo urbano, por uma grande empreiteira com capital aberto na bolsa de valores. A sociedade mineira responde a intensidade do conflito e se articula através de rede de apoio à permanência das ocupações denominada *#resisteizidora* que se manifesta por meio de uma diversidade de práticas sociais, políticas, culturais e em termos de assessoria técnica, expressando acúmulo de legitimidade social iniciado a partir da ocupação Dandara.

O ciclo continua se expandindo, com as experiências da Vila Pomar do Cafezal, Willian Rosa, Tomás Balduino e a última descrita, a Paulo Freire, todas também nos mesmos moldes, por exceção da Willian Rosa, que se utiliza de padrão de ação coletiva distinto, consubstanciando a relevância dessa alternativa de provisão habitacional e pertencimento a

metrópole capitalista por via das ocupações urbanas de terrenos ociosos para as camadas trabalhadoras e populares.

Capítulo à parte descreve ainda a ocupações urbanas de terrenos horizontais, porém caracterizadas por espontâneas. Isto é que se iniciam, se constituem e se consolidam sem o apoio da rede de atores coletivos que constituem esse campo de luta pelo direito à cidade, ou seja, sem o apoio dos movimentos sociais e das assessorias técnicas, mas que, em algum momento de sua história, recorrem a visibilidade e ao apoio da rede diante da luta contra o Estado. Este capítulo se dedica a descrição e análise destas experiências que possuem características distintas e reúnem outras 4.904 famílias.

Por fim, nas considerações finais, reflete-se de forma ampla sobre as contradições e limitações deste ciclo de lutas, seja em relação as implicações da autoconstrução que continua atribuindo o ônus do financiamento e edificação das casas e infraestruturas internas as famílias de trabalhadores, por via de diferentes práticas e expedientes que reforçam a superexploração do trabalho; seja pelo reforço de certa inadequação habitacional pela ausência sistemática da intervenção do Estado na provisão da infraestrutura urbana, sobretudo para as soluções de pavimentação e esgotamento; ou ainda pelas rarefeitas conquistas que este ciclo social de lutas alcançou no que toca a mudanças institucionais estruturais na política urbana que, hegemonicamente capitalista, continua a aprofundar as contradições da forma pela qual a metrópole se produz e se reproduz.

Resta também dizer das limitações metodológicas deste trabalho, este autor, antes de pesquisador do tema, é ativista e militantes das ocupações urbanas descritas neste ciclo. Como membro das Brigadas Populares, atuou na organização, preparação e defesa desde a Caracol em 2006 até as experiências da Izidora, passando pela Ocupação Dandara e Guarani Kaiowá, entre outras ocupações espontâneas. Impôs se, portanto, a dificuldade da necessidade de se distanciar tanto das urgências que diuturnamente a luta social nos convoca, como para um exercício de reflexão teórica menos influenciado pelo compromisso com a defesa política deste ciclo de lutas socioespaciais e seus resultados práticos.

CAP. I – A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO FRENTE BH POPULAR

Este capítulo objetiva apresentar o que significou para a questão da habitação social no contexto municipal de Belo Horizonte a eleição da Frente BH Popular, gestão 93-96, com a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Patrus Ananias, mas que deve ser entendido como um processo de acúmulo de lutas sociais urbanas desde a década de 80, com forte empoderamento popular e que, por isso, criou uma política habitacional que ficou reconhecida como uma das mais avançadas do Brasil.

Para todo o país, a década de 1980 tratou de tempo histórico premido entre a ditadura militar e os anseios de democratização (FREITAS, 2015). É o tempo de emergência da própria noção de movimentos sociais (GOHN, 2004) e entres estes, aqueles que exigiam melhores condições de vida nas cidades, voltando a fomentar o debate nascido em 1963, entorno da reforma urbana durante o Seminário de Quitandinha, em Petrópolis (RJ), organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e outros, mas apagado posteriormente, com a aniquilação das relações democráticas pelo golpe militar e seu recrudescimento em 1968 (SADER, 1998).

Em Belo Horizonte, foi a época da emergência dos atores sociais coletivos residentes em vilas e favelas, sujeitos políticos pouco tradicionais, que culminou na conquista do Profavela (programa municipal de regularização de favelas), programa que pela primeira vez na história do país (contemporaneamente ao Prezeis em Recife), reconhecia as vilas e favelas e seus moradores como sujeitos de direitos, inclusive com objeto da política habitacional e urbana que se desenhava pioneiramente (FREITAS, 2015). Até este momento esses territórios populares sequer figuravam no mapa oficial da cidade (FREITAS, 2015).

Naquela mesma época Belo Horizonte foi palco também da emergência de diferentes movimentos de moradia que se organizavam para exigir habitação do Estado, garantindo seus primeiros resultados com a política municipal pioneira realizada na gestão do Prefeito Sergio Ferrara (HOURI, 2008). Além de vários exemplos de lutas diretas e organizadas por moradia e reforma urbana deste contexto, os loteamentos associativos sob liderança do Padre Piggi (KAAP *et al.*, 2013), a organização popular das associações de moradores de favelas que conquistou o Taquaril, as ocupações histórias do pátio da Igreja São José, no centro da cidade, entre muitos outros (BEDÊ, 2005).

Todas estas lutas sociais em escala municipal, com suas diferentes organizações e movimentos sociais, deram suporte à conquistas nacionais bastante conhecidas deste contexto,

sobretudo quando se emplacou o capítulo de política urbana durante a Constituinte e a conformação do projeto de lei de iniciativa popular para a criação do Fundo Nacional de Habitação (FNH), mas que não se reduzia somente a isso, formulando uma primeira noção de um sistema nacional de habitação social por via da autogestão (RODRIGUES, 2013).

É reconhecido que foi no contexto e conjunturas político-sociais de 1993, com a eleição da Frente BH Popular que, como produto do acúmulo histórico das lutas urbanas anteriores, foram criadas as políticas urbanas e habitacionais mais sistemáticas e com poderes para transformar a realidade excludente e segregada do tecido urbano municipal (BOIS, 2013; HOURI, 2008).

É a análise que segue nas páginas seguintes. O que essas políticas possuíram de avançado e limitado para a questão da reforma urbana no município e sua relação e implicações com o padrão de ação coletiva por parte dos movimentos sociais de moradia que se utilizavam das ocupações de imóveis ociosos e de áreas e prédios públicos para reivindicar e/ou produzir diretamente seu direito à habitação.

1. *A política pública de habitação municipal entre 1993-1996*

Um dos grandes méritos de instituição da política habitacional em Belo Horizonte, durante a gestão da Frente BH Popular, junto aos setores organizados da sociedade civil, foi que se formulou e instituiu um conjunto coordenado de ações com base em uma noção sistêmica sobre o problema e a questão da habitação na cidade.

Conforme explicita Bedê (2005), foi a primeira vez que se estruturou “conceitos, princípios, diretrizes, prioridades, critérios, linhas de atuação e instrumentos a serem adotados”. Deixou-se então para trás o histórico de tratamento pontual, senão residual sobre o tema, atendendo a interesses de forma clientelista e não como política de Estado, garantida constitucionalmente, para formular um projeto integrado e planejado de atuação.

Esse esforço de se pensar um planejamento global para o enfrentamento da temática na cidade – o passivo habitacional popular – se realizou também em um processo profícuo de interação entre diferentes sujeitos sociais com distintas trajetórias de acúmulo sobre o tema, passando desde o quadro técnico ligado diretamente ao Partido dos Trabalhadores que também integrava militantes do tema da reforma urbana, às diversas consultorias externas alinhadas e, evidentemente, junto ao movimento popular de moradia que se organizava em diferentes frentes e associações (BEDÊ, 2005).

O sistema criado esteve baseado em um tripé legislativo e institucional que se constituiu por: a estruturação de um fundo municipal com recursos próprios (Fundo Municipal de Habitação, Lei 6.325/93); um órgão público executor da política (a Urbel - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – criada pela Lei 6508/94) e estruturas de incorporação e ampliação da participação da sociedade civil (o Conselho Municipal de Habitação, criado pela mesma Lei do Fundo, e o Orçamento Participativo da Habitação (OPH)); a reunião destes elementos criou os diversos programas e ações que compuseram e caracterizaram a política habitacional, como devidamente conhecido pela literatura.

Destaca-se somente que segundo o relato de Bedê (2005), a técnica coparticipante na criação do Sistema Municipal de Habitação não se deu também sem o embate de diferentes perspectivas:

a primeira é a que foi formulado no seio da URBEL, junto aos seus dirigentes técnicos, consultores externos e com a participação dos movimentos e recebe maior protagonismo em sua elaboração da parceria externa do coletivo Usina em São Paulo (USINA, 1992 *apud* BEDÊ, 2005). O segundo foi o que efetivamente foi aprovado em Lei, passando pelo crivo da secretária de governo, principal centro de formulação e controle do governo da Frente BH Popular e conformatado posteriormente nas resoluções do conselho municipal de habitação (BEDÊ, 2005, p. 94).

A Usina¹ e sua atuação em Belo Horizonte termina por configurar um primeiro projeto do sistema municipal de habitação mais avançado, no sentido de um maior empoderamento e controle popular de sua gestão e implementação, com os movimentos sociais de moradia e favelas ocupando o centro da operação do sistema, tanto no processo político de sua deliberação como em sua forma produtiva, dada a ênfase ao caráter autogestionário.

A forma de controle político sobre o processo decisório se deu na conformação do Conselho Municipal de Habitação que, no projeto original, foi configurado com maioria de suas cadeiras compostas pela sociedade civil (e dentro destas, com maioria de membros do movimento popular, superior ao campo técnico) e pela presidência do conselho que seria eleita de forma democrática no voto direto no interior do conselho (BEDÊ, 2005, p. 96).

A forma como se deu na realidade legislativa e institucional - que passou pelo crivo da secretária de governo - foi que o conselho se tornava paritário, mas com a presidência sendo,

¹ A Usina foi “fundada em junho de 1990 (em São Paulo) por profissionais de diversos campos de atuação como uma assessoria técnica a movimentos populares, tem atuado no sentido de articular processos que envolvam a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, mobilizando fundos públicos em um contexto de luta pelas Reforma Urbana e Agrária” (USINA, 2015). Pode-se compreendê-la também de forma mais ampla, como um movimento social que disputa hegemonia, construindo relações com outros movimentos e como Estado (sobretudo na década de 90, durante as gestões democráticas e populares do PT em diferentes municípios do Brasil) construindo as políticas públicas de habitação segundo os pressupostos da provisão autogestionada, tal como se sucedeu em Belo Horizonte.

de forma perene, exercida pelo diretor da empresa pública Urbel que, por sua vez, é cargo comissionado escolhido pelo Prefeito. Bedê interpõe: “na prática, a desenvoltura do conselho para exercer essas competências (o caráter deliberativo e a curadoria do fundo e a gestão ampla da política) fica bastante comprometida pelo fato de ser presidido por membro do Executivo” (BEDÊ, 2005, p. 100).

Quanto à forma produtiva, o projeto da Usina delineava um modelo cuja centralidade do processo produtivo era garantida para as associações sem fins lucrativos, cooperativas e/ou fundações de produção habitacional, assessoradas por entidades técnicas que também deveriam ser formalmente constituídas como sendo sem fins lucrativos.

Segundo Bedê (2005), tratava-se claramente da intenção de estabelecer uma forma produtiva não capitalista por via da produção autogestionária, na qual a Usina sempre fora um dos principais expoentes, a partir da experiência de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-93) e cuja principal influência prática e teórica advinha, por sua vez, do movimento cooperativista de produção de moradias uruguaio, a Federación Uruguay de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua (FUCVAM).

O que se realizou na prática foi a menor ênfase na centralidade destes atores sociais e formas de produção dentro do sistema, abrindo mais para a diversidade de iniciativas para os modelos de produção habitacional, mas que com o desenvolvimento prático da política resultou na hegemonia da produção pública de moradias, onde os quadros técnicos e dirigentes da Prefeitura controlam o processo produtivo.

No que toca à política habitacional voltada a produção de novas unidades - que nos interessa mais aqui - basta, antes de iniciar sua discussão, inserir na íntegra o quadro construído por Bedê (2005) em sua dissertação de mestrado apresentando todo o conjunto de iniciativas realizadas, bem como alguns elementos fundamentais que o constituem, para o período entre 93-96.

Tabela 1 - Produção de Novas Moradias - 1993 a 1996

Conjunto Habitacional	Origem da Demanda	Nº de unidades	Forma Gestão	Tipologia	Estágio no final de 1996
Havaí	Fórum dos Sem-Casa	36	Autogestão	Sobrado geminado	Projeto Concluído
Deuslene / Visconde do Rio Branco	Fórum dos Sem Casa / OPH	50	Autogestão	Sobrado geminado	Projeto Concluído
Vila Régia	Fórum dos Sem Casa / OPH	80	Autogestão	Sobrado geminado	Projeto Concluído
Dom Silvério	Fórum dos Sem Casa / OPH	71	Autogestão	Sobrado geminado	Projeto Concluído

Urucuia / Residencial Asca	OP/ Fórum dos Sem Casa / OPH	202	Autogestão	Sobrado geminado	Projeto Concluído
Fênix / Vista Alegre	OPH	67	Gestão pública	Sobrado geminado	Projeto Concluído
Vitória / Milionário II	OPH	48	Gestão pública	Sobrado geminado	Projeto Concluído
Serrano	OPH	192			Terreno Adquirido
Tirol	OPH	280			Terreno Adquirido
Lagoa	Famílias Acampadas /OPH	376	Gestão Pública	Sobrado geminado	Obra em andamento
Granja de Freitas I	OPH / Famílias acampadas	85			Terreno Adquirido
Zilah Spósito I	OPH / Famílias acampadas	100	Gestão pública	Sobrado geminado	Projeto em andamento
Zilah Spósito II	Famílias removidas	112	Cogestão	Urbanização residências unifamiliares	Obra concluída
Serra Verde / União	Famílias Acampadas	65	Gestão pública	Urbanização	Terreno Adquirido
Diamante 1	Famílias Acampadas	77	Gestão pública	Sobrado geminado	Terreno Adquirido
Confisco	Famílias Acampadas	30	Cogestão	Sobrado geminado	Obra concluída
Mariquinhas	Famílias Acampadas	345	Gestão pública	Urbanização	Obra concluída
Floramar	Famílias Acampadas	102	Cogestão	Sobrado geminado	Obra concluída
		235	Gestão pública	urbanização	
Novo Arão Reis	Famílias Acampadas	300	Gestão pública	urbanização	Obra concluída
Esperança	Famílias Acampadas	438	Gestão pública	Sobrado geminado	Obra concluída
			Gestão pública	Urbanização	
Milionários I / Araguaia	Famílias de áreas de risco	35	Gestão pública	Sobrado geminado	Obra concluída
Goiânia	Famílias de áreas de risco	42	Gestão pública	Sobrado geminado	Obra concluída
Ipiranga	Famílias de áreas de risco	34	Gestão pública	Sobrado geminado	Obra concluída
Sr. dos Passos	Famílias rem. obra pública	18	Gestão pública	Prédios	Obra em andamento
Arribá	Famílias de áreas de risco	40	Gestão pública	Prédios	Obra em andamento
Vila Santo Antônio	Famílias moradoras	30	Cogestão	Melhorias habitacionais	Obra concluída
Vila Aeroporto	Famílias moradoras	152	Cogestão	Melhorias habitacionais	Obra concluída
Vila Santa Rosa	Famílias moradoras	319	Cogestão	melhorias habitacionais	Obra concluída
Total		3859			

Tabela 1 Produção da PMH entre 1993 - 1996. Fonte: BEDÊ, 2005.

O primeiro elemento a ressaltar é que se constituiu uma política pública ousada, mesmo considerando o restrito ponto de vista quantitativo. Foram quase quatro mil famílias beneficiadas durante os quatro anos da gestão (1993-1996), dado o número de novas unidades produzidas, embora as famílias fossem oriundas de processo de remoção como aquelas provindas de situação de risco geológico, isto é, não somente aquelas famílias que anteriormente compunham o déficit habitacional por morar de aluguel ou favor.

É nesse sentido que se interpõe outro fator fundamental do argumento aqui elaborado. Foi somente com esse contexto sociopolítico de empoderamento dos setores populares, militantes, ativistas e técnicos, entorno do ideário de reforma urbana, que se logrou capturar e se apropriar dos recursos municipais e destiná-los à garantia de direitos, como neste caso, o direito à moradia, atendido por política municipal específica.

O que verdadeiramente se sobressai ao analisar a totalidade dos resultados desta gestão municipal é a multiplicidade de formas de produção que aquele contexto de transformação social e de debate democrático e aberto sobre o tema proporcionou serem imaginados e, não só isso, como também experimentados e realizados na prática, sendo cravados no tecido da cidade de Belo Horizonte, adquirindo, como já ressaltado, o caráter de política sistemática com sustentabilidade no tempo e de garantias institucionais, além de eficiente e transformadora da realidade urbana até então posta.

Bedê (2005) afirma que ocorreram três principais formas produtivas dentro do escopo da política na gestão aqui tratada: a gestão pública; a cogestão e a autogestão; todas sendo debatidas, sistematizadas e deliberadas dentro do Conselho de Habitação por via de suas resoluções II, III, IV, V e VI.

Aqui não cabe aprofundar na reflexão sobre os meandros e diferenças entre as formas produtivas, somente apontar que o ideal que se persevera ainda hoje no seio do movimento de reforma urbana é o da autogestão, quando o Estado transfere os recursos organizados em âmbito municipal para o movimento social de moradia que elabora o projeto e executa o processo construtivo dentro de uma variação de possibilidades, possibilitando maior empoderamento e determinação no processo de produção do espaço ao seu beneficiário/usuário, às famílias sem-teto atendidas em seu direito.

A gestão pública representada pelo Estado centraliza o processo de planejamento e produção, geralmente terceirizando-o a empresas privadas. A cogestão seria um modelo combinado, geralmente com o Estado realizando o planejamento do desenho urbano do loteamento e o movimento social autoconstruindo as unidades habitacionais.

De forma geral, como pode-se analisar na Tabela 1, ainda assim persistiu a hegemonia ou predominância da forma de gestão pública de produção de projetos e empreendimentos de habitação social. Em que pese a abertura histórica do período para a criação do novo e para a participação e protagonismo dos sujeitos sociais diretamente envolvidos e afetados pelo escopo da política, ainda assim predominou os interesses e as formas produtivas relacionados aos agentes de estados.

Ressalta-se que a produção em sua forma mais avançada, qual seja, a autogestionária, onde as famílias beneficiadas pela política são também as que protagonizam os processos de planejamento e realização do empreendimento de habitação social, ocorreu somente a partir da pressão sociopolítica no decurso dos quatro anos da gestão Frente BH Popular:

Até a gente assinar nossos primeiros convênios, que foram assinados no dia 24 de dezembro do último ano do Patrus na Prefeitura, nós tivemos que ocupar a Prefeitura no dia de Natal e ficamos até às 5 h da tarde esperando que os convênios fossem assinados. A nossa proposta era a gente passar o Natal ali, e o Ano Novo também... E aí, com a movimentação de algumas pessoas que ajudaram, os convênios saíram dali e voltaram assinados... E aí fizemos uma festa, soltamos foguete, comemos pão com salame e refrigerante pra comemorar aquele momento, pra dizer que foi um momento rico, mas que não foi uma dádiva que nós conquistamos simplesmente porque nós queríamos, não, foi com muita luta, e foi quase fechando as portas do governo do Patrus que a gente conseguiu fechar os 4 convênios de autogestão (informação verbal *apud* BEDÊ, 2005, p. 244).

Quanto à tipologia das unidades geradas pela política municipal neste período proposto, outro elemento significativo da habitação social para além de seu processo produtivo, Hourri (2008) discorre a cerca de uma transição realizada pelo projeto de política habitacional da gestão da Frente BH Popular entre a forma unifamiliar horizontal rarefeita das gestões anteriores com tendência à verticalização que se consolidaria como paradigma posteriormente.

A etapa dessa transição é justamente os conjuntos multifamiliares horizontais, colocados pelos modelos dos sobrados geminados, produzidos e/ou planejados predominantemente durante os anos 1993 a 96. A tendência à verticalização se dá no interior da política e se esboça a partir de um dilema ou conflito posto entre o setor diretivo da política (quadros políticos e técnicos da gestão municipal) e representantes dos movimentos sociais de moradia e reforma urbana de Belo Horizonte (BEDÊ, 2005).

Os primeiros defendendo sua necessidade em função de uma suposta racionalidade pública por argumentarem que a utilização da horizontalidade é inversamente proporcional ao número de unidades alcançadas pela política pela limitação de recursos. Isto é, segundo as variáveis do preço da terra, da legislação urbanística, quanto mais verticalizado o empreendimento, menor é o custo final da unidade produzida e mais famílias podem ser contempladas, obedecendo a uma lógica de otimização do uso dos recursos públicos.

De outro, os representantes dos movimentos sociais defendendo não somente seu modo de vida e de habitar mais afeito a tipologia horizontal, além da potencialidade da geração de renda, como também no que toca ao processo produtivo da casa que, nas tipologias horizontais, é mais suscetível ao controle das famílias, uma vez que seu processo produtivo é menos rígido, complexo e técnico se comparado ao processo produtivo necessário à realização de formas espaciais verticalizadas, como os prédios de três ou mais andares.

Bedê (2005) ressalta que os processos de discussão nos fóruns de debate público da política (Conselho, OPH) resultaram como um processo “pedagógico” que convenceu as famílias ao se debruçarem sobre os números e as possibilidades de produção: quanto mais modelos verticalizados, mais famílias contempladas. As aspas são para ressaltar a hipótese segunda a qual, esse processo travestido de “pedagógico”, pode ter se realizado como um convencimento ideológico da visão burocrática dos técnicos sobre a percepção original das famílias integrantes do movimento popular sobre a sua necessidade de produção do espaço.

Pode-se questionar também a opção pela verticalidade como uma postura leniente do setor técnico diante da especulação imobiliária que encarece enormemente o preço da terra e também de uma postura de naturalização da legislação urbanística, confeccionada, convencionalmente, para os parâmetros da produção de mercado destinados às camadas médias e elitizadas e não para a produção social ou popular.

Um dos pontos centrais de reivindicação do movimento da reforma urbana é que a produção habitacional de interesse social venha acompanhada da aplicação de instrumentos jurídico-legislativos que neutralizem a especulação imobiliária e flexibilizem os parâmetros urbanísticos de construção para a sua produção.

2. *O fim das ocupações de imóveis ociosos neste período*

Bedê (2005) (enquanto militante da reforma urbana, técnica e diretora da Urbel (Gestão Frente BH Popular 93–96)) reconhece, em sua dissertação, a polaridade entre ocupações

urbanas autoconstruídas sobre imóveis ociosos e a forma colocada pela política habitacional que o movimento social de moradia é coparticipante (em algum nível, maior ou menor, a depender do caso) da produção de novos empreendimentos.

Nota-se que das ocupações descritas aqui e que a Frente BH Popular teve que lidar no decurso de sua gestão, somente uma permaneceu como se delineou (a Vila Corumbiara), no mesmo terreno ocupado e a partir do processo de resistência às exigências postas pelo poder público e com seus moradores autoconstruindo suas unidades habitacionais.

Todas as outras foram submetidas a processo de negociação com o poder público e inseridas na lógica produtiva formal da política que ainda se delineava na época, mas já quase hegemonicamente se dava pela produção pública, com projetos e processos produtivos terceirizados, através de licitação com empresas privadas, com maior ou menor grau de controle da Urbel e do Conselho de Habitação. E com os movimentos de moradia participando ativamente das discussões sobre quais resultados alcançar e esperar, neste contexto.

Bedê admite que existia intenção dentro dos quadros da prefeitura de configurar e elaborar uma política como o OPH, para constranger e estancar os processos de ocupações de terras que vinha crescendo e se fortalecendo na cidade: “isso talvez justifique o rigor do governo na adoção de critérios e procedimentos para atendimento dessas famílias, visando, por um lado, restringir possíveis práticas ilícitas, mas também, por outro lado, desestimular as ocupações” (BEDÊ, 2005, p.222).

A autora descreve que praticamente todo o quadro técnico e os administradores públicos concebiam negativamente as ocupações de terras, sobretudo, por, na visão deles, reproduzirem a informalidade urbana, a precariedade e o crescimento desordenado que as políticas urbanas procuravam combater e contornar. Mas é necessário considerar outros fatores para essa negativa conferida aos processos ocupacionistas do movimento de sem-teto.

Desde este momento (mesmo quando a gestão petista e seu arranjo de aliados apresentavam-se mais genuinamente popular e com vistas a garantir um projeto político e de cidade emancipatórios, aquecidos pelo contexto efervescente de lutas urbanas e sociais da época) nota-se uma tendência mais moderada, mais afeita à conciliação e não ao enfrentamento à propriedade privada do solo e dos imóveis urbanos, uma das principais raízes políticas e econômicas do desenvolvimento desigual das cidades.

Na contramão desta tendência, o que fazem as ocupações de imóveis ociosos, por excelência, é questionar essa estrutura de concentração posta pela propriedade privada e sua própria legitimidade, ao argumentar, com base na Constituição Federal de 1988, que o seu

usufruto e exercício não é incondicional, mas submetido ao cumprimento de sua função social. Nesse sentido, se argumenta que entre estas duas modalidades de garantia do direito à moradia residem também duas visões de mundo, de processo político e de projetos de cidade.

O primeiro, da institucionalidade petista, da Frente BH Popular, que já naquela época construía modelos de política habitacional de forma a referendar o quadro urbano das classes sociais que o dominam, os proprietários urbanos, sem buscar promover um enfrentamento sistemático das bases que os sustentam, mas antes pelo contrário, buscando a conciliação com estes, isto é, favorecendo e estimulando o crescimento do mercado de terras e bens imóveis e fomentando sistemas de produção de habitação social, mas com compra regular das glebas urbanas e produção formal, geralmente por empresas capitalistas.

Com esta intencionalidade explícita ou não, os quadros diretivos da política habitacional em Belo Horizonte organizados em torno da empresa pública Urbel conseguiram estabelecer um sistema participativo de produção de novas unidades habitacionais, os Orçamentos Participativos de Habitação (OPH) que lograram garantir consenso por parte de todos os atores sociais do cenário de mobilizações e lutas urbanas da época do projeto acima esboçado, em torno da política formal e não das ocupações, junto com as outras implicações políticas que elas carregam.

E de outro, as ocupações da época e depois as de duas décadas mais tarde, que procuraram questionar, enfrentar e politizar essas relações calcadas no monopólio do tecido urbano por uma classe específica em detrimento de diversos interesses e necessidades coletivas e públicas, entre elas, as dos sem-teto.

É o que ocorre com as seis ocupações de imóveis ociosos realizadas por famílias durante o período da gestão Frente BH Popular, transformando-se em conjuntos habitacionais formais produzidos pela Prefeitura e Urbel, à exceção da Vila Corumbiara. Elas possuíam moldes e históricos diversos de constituição, embora converjam todas por se configurarem por um coletivo de famílias de sem-teto, organizadas junto a um movimento social de moradia, configurando esse novo padrão de ação coletiva, com repertórios de ação, ideário e objetivos bem definidos durante o período da Frente BH Popular, de 93 a 96.

Bedê (2005) descreve a ocupação da Igreja São José como a primeira com que a gestão da Frente lidou, quando as famílias, depois de acordo com a gestão anterior, constituíram três acampamentos de barracos de lona, em três diferentes terrenos na periferia da cidade. Após alguns anos, os três acampamentos se desfizeram e as famílias foram definitivamente assentadas nos conjuntos edificadas pela prefeitura nos mesmos terrenos, o conjunto Cosme e

Damião (bairro Floramar), o conjunto Novo Arão Reis (bairro Ribeiro de Abreu) e conjunto Mariquinhas (bairro Etelvina Carneiro).

A mesma autora descreve a ocupação da Praça Afonso Arinos cujas famílias eram oriundas de um processo de reintegração de posse e que, por sua vez, desembocou em novo acampamento na portaria da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB), foram transferidas, posteriormente, após acordo com a gestão da Urbel, para o conjunto Mariquinhas acima descrito e assentadas definitivamente no Conjunto Lagoa, bairro de mesmo nome, na região da Pampulha, construído pela PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) para esta finalidade (BEDÊ, 2005).

A terceira ocupação que Bedê (2005) descreve é a que se realiza nas margens do córrego Sarandi, na fronteira entre Belo Horizonte e Contagem, no bairro Santa Terezinha. Após permanecem meses aí acampadas, as famílias são selecionadas e transferidas para outros dois acampamentos provisórios, no terreno Zilah Spósito (bairro Jaqueline) e em terreno do bairro Mariano de Abreu. Os dois acampamentos transformam-se em conjunto habitacionais, o Zilah Spósito, no mesmo terreno construído pela Urbel, com a consultoria da Usina. O segundo, em terreno distinto, o conjunto União, implantado no bairro Serra Verde, em Venda Nova.

A quarta experiência de ocupação urbana organizada é a da área verde de um conjunto habitacional, feito pela PBH, o Conjunto Paulo VI, na região Nordeste. Mesmo após a reintegração de posse das famílias, elas persistem e são acolhidas no interior do lote das famílias residentes do conjunto, em ato de solidariedade. A prefeitura então negocia com as famílias e as reassenta definitivamente também no Conjunto Lagoa, em Venda Nova. Em situação similar, famílias de sem-teto ocupam a área verde do conjunto Confisco e são também destinadas ao Conjunto Lagoa.

No último ano da gestão, em 1996, ocorre a ocupação da Vila Corumbiara, também em área verde, só que desta vez em loteamento privado. As famílias são organizadas pela Liga Camponesa e Operária, movimento social de cunho marxista-maoísta, com uma orientação mais radical em seus métodos, ademais do nascente Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ligado ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). A autora reporta que não houve sucesso nas negociações. Os moradores mesmos terminaram por realizar o desenho dos lotes no terreno e autoconstruir suas casas, permanecendo aí até hoje.

Todas as outras ocupações de barracos de lona sobre imóveis ociosos foram absorvidas pela política habitacional que se instituía e adquiriram um tratamento diferenciado para a consolidação do direito à moradia das famílias, isto é, o exercício de um planejamento público,

articulado pelos técnicos da Urbel e os gestores públicos para a produção formal de empreendimentos habitacionais padronizados, com recursos públicos municipais que, depois de finalizados, eram destinados às famílias.

Estão aí duas formas paradigmáticas de produção de cidades e de conquista do direito à moradia que foram, ao longo das décadas, a partir do governo da Frente BH Popular, assumindo a forma da polaridade.

Como dito, a ocupação Corumbiara é a última da década de 1990, ou seja, foi realizada em 1996, depois disso só reaparece no cenário de Belo Horizonte, essa forma de pertencimento à cidade, a ocupação Camilo Torres em 2008, quase 15 anos depois (excetuando as ocupações verticais como Torres Gêmeas, Caracol, etc.). Neste ínterim, restou de forma hegemônica a possibilidade posta pela política oficial da PBH, com o Orçamento Participativo de Habitação e as modalidades de formas produtivas que este encerra.

O Orçamento Participativo de Habitação, embora Bedê (2005) reconheça que se tratou de um “um exercício que altera os patamares de cidadania da população envolvida, modifica sua relação com o poder público e interfere no cenário político dos agentes que dela participam”, aumentando, evidentemente, o grau de democracia e participação política na gestão dos recursos do município, por outro, promoveu a adesão e o consenso em torno deste modelo de política que terminou por ser o modelo dos quadros dirigentes do PT e da Frente BH Popular para o campo urbano e habitacional, limitando a atuação de visões dissidentes sobre os rumos da política e sua concepção de reforma urbana.

Bedê (2005) apresenta a seguir a Tabela 2 que apresenta a força social que o sistema adquiriu em Belo Horizonte e como resultado direto obteve o fim das ocupações urbanas de imóveis ociosos na cidade, pela adesão quase integral do movimento de sem-teto da época ao molde da política institucional:

Tabela 2 - Participação de Núcleos e Famílias no OPH

Ano de OPH	Nº de Núcleos Cadastrados	Nº de Famílias	Nº de participantes
		Associadas ao Núcleo	Preparatórias Regionais
1996	147	28.951	12.600
1997	127	26.503	5.800

Tabela 2 Abrangência dos núcleos de habitação em 1996 / 97. Fonte: BEDÊ, 2005

São mais de 100 núcleos de moradia para cada ano de rodagem do programa - os dois primeiros que se analisa aqui, depois vieram muitas outras rodadas - acumulando a participação

direta de mais de cinco mil pessoas, envolvendo mais de 20 mil famílias, espalhadas pelas nove regionais de Belo Horizonte. Foi evidentemente um processo social de amplíssima capilaridade, com uma participação política talvez nunca antes vistas na cidade, se temos em tela também seu caráter periódico e sistemático.

Os núcleos eram as estruturas de base do programa, organizados por bairro, conjunto de bairros, vilas ou favelas. Eram compostos por um número variável de famílias, ora com 50, 100 ou mais. Geralmente possuíam uma liderança que concentrava as atribuições para a organização do processo de participação e deliberação das reuniões.

Nas reuniões de núcleos eram eleitos os delegados que representariam as famílias nos fóruns anuais do OPH, regionais e municipal, espaços deliberativos por excelência, onde, por votação, seriam eleitos os terrenos a serem adquiridos, as formas produtivas e quais grupos de famílias seriam beneficiadas, entre outras variáveis do processo de produção das novas unidades.

Ressalta-se que uma das principais críticas que se realizavam ao programa era que nos fóruns os delegados realizavam somente a escolha de possibilidade dentro de um quadro já delimitado, não importando qual fosse a variável em tema, colocada pelos técnicos da Urbel e pelo Conselho de Habitação. Era, sobretudo neste último espaço, que a discussão deliberativa em profundidade se realizava. E que, às vezes, se reduzia em disputa pelos recursos entre os núcleos mais organizados (BEDÊ, 2005).

Mas o cerne da crítica (e que foi o principal argumento político utilizado pelo novo movimento social que protagonizou a luta urbana na capital a partir da década de 2000) era a própria exiguidade e morosidade com que, dentro do sistema do OPH, as unidades habitacionais eram produzidas e distribuídas entre as famílias beneficiadas.

Bedê (2005) aponta que com a utilização exclusiva dos recursos municipais, o número de unidades distribuídas por núcleos não passaria de 19 unidades habitacionais anuais, se continuado o mesmo peso de recursos investidos para a provisão habitacional que foi destinada no âmbito da Gestão da Frente BH Popular, implicando em uma projeção de décadas para suprir toda a demanda organizada no sistema criado pelo OPH e, que na prática, terminou ainda por diminuir, com a assunção de interesses neoliberais no comando da administração municipal, como se verá.

É claro que aqui se encontra um dos argumentos fundamentais para a questão da moradia em um país dependente como o Brasil. Sabe-se que, pelos limites estruturais da produção deste bem, com os meros recursos provindos da instância municipal não se superará o problema em

toda sua amplitude, necessitando de uma transformação radical da estrutura de arrecadação e destinação dos recursos públicos, dentro da totalidade do Estado brasileiro, em todas suas esferas, inclusive a federal.

Como veremos adiante, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), política habitacional do Governo Federal nas gestões de 2006, 2010 e 2014, apontou para uma superação nesse sentido, apresentando pela primeira vez na história do Estado brasileiro um montante de recursos da arrecadação federal extremamente volumoso para o subsídio direto da produção e aquisição da moradia e fazendo-o sob a égide dos interesses de mercado, formatando um processo produtivo que não só não conseguiu combater o déficit habitacional, como fomentou processos de especulação imobiliária e ainda produziu unidades habitacionais de qualidade espacial e arquitetônicas contestáveis.

Passadas quase duas décadas, somente em 2006 renascem organizações políticas e movimentos sociais capazes de questionar e desestabilizar o consenso petista instituído no entorno de suas políticas, da habitacional regida pela Urbel e sua presidência, com a complacência dos movimentos sociais e outras organizações sociais que compunham o Conselho Municipal de Habitação e com sua legitimidade lastreada em toda a sociedade belo-horizontina, com a capilaridade alcançada pelos núcleos de habitação dentro do procedimento de atuação do Orçamento Participativo da Habitação.

É a história analisada nos dos capítulos posteriores, das ocupações de prédios ociosos e, posteriormente de terrenos horizontais, com o ambiente interno autoconstruído pelos moradores, criando um novo campo social e político em torno de uma proposta radical de reforma urbana, envolvendo a população sem-teto, os movimentos sociais e organizações políticas, uma rede de apoio técnico e outra rede de apoio solidário e cidadão, em oposição aos projetos de cidade hegemônicos que se delinearam, sobretudo, em torno do eixo do neoliberalismo e da privatização das cidades, destituindo todo o sistema de habitação municipal de seu significado originário e emancipatório.

CAP. II - A GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DE FERNANDO PIMENTEL

Nos anos de 1996-2002 a cidade de Belo Horizonte é governada por uma frente de esquerda sob o comando do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com Célio de Castro na frente da Prefeitura. De modo geral, sua gestão, entre um mandato e meio, é demarcada, conforme certas avaliações na literatura como um período de continuidade e permanência do significado geral e das bases constituídas pelo governo anterior da Frente BH Popular, com Patrus Ananias e o Partido dos Trabalhadores (HOURI, 2008). Isto é, os projetos e políticas instituídas adquirem ainda maior sistematicidade e coerência como políticas municipais e não de forma meramente transitórias, mantendo o seu significado geral de inversão de prioridades e combate às desigualdades urbanas manifestadas em suas diversas dimensões (HOURI, 2008).

É a partir de 2002, quando Fernando Pimentel (PT), até então vice-prefeito da coligação do segundo mandato de Célio de Castro, assume a prefeitura de Belo Horizonte, que se esboça o significado geral de uma governança urbana por meio do que vários autores (VAINER, 2000; ARANTES, 2000; HARVEY 1989) chamaram de planejamento estratégico e/ou empresarial que, em síntese, se torna um modo de governar marcado por projeto destinado a criar as condições da inserção da cidade no mercado nacional e internacional de disputa por investimento dos mais variados capitais, em detrimento dos interesses da cidadania e seu rol de direitos urbanos, sociais e fundamentais.

É nesse sentido que se aponta uma guinada no decurso do projeto de cidade, políticas urbanas e habitacionais na PBH, a partir de 2002 e que aqui demonstraremos a partir de uma análise da literatura já existente a respeito e a partir do tratamento que a PBH assumiu neste contexto e durante essa gestão, diante de sua negativa em legitimar e/ou reconhecer alguns conflitos urbanos entorno do direito à moradia e à cidade que se sucederam neste período.

De certo que as gestões de Pimentel, de 2002 a 2008, não são a forma mais acabada deste processo, mas iniciam uma importante guinada nesse sentido, sendo o elo de transição da forma descrita no capítulo anterior quando a primazia do projeto de cidade era a garantia dos direitos urbanos por meio da inversão de prioridades e da consolidação de um rol de políticas garantidoras de direitos e a forma mais acabada do empresariamento e gestão neoliberal que se atinge com a eleição e governança de Márcio Lacerda (PSB), a partir de 2009.

Esta guinada não é só percebida pela materialização dos projetos destas gestões na cidade como é deliberadamente proclamada em seus discursos oficiais, se levarmos em consideração os programas de governo apresentados durante as respectivas disputas

governamentais. Em 1993, a Frente BH Popular prescrevia como valores e interesses para a cidade:

[...] o projeto democrático popular que queremos se baseia, no plano municipal, na reconstrução da cidade como espaço coletivo de universalização de direitos, como espaço de realização da democracia, da transparência, da descentralização e da cidadania (FRENTE BH POPULAR, 1992, p. 7).

Em 2004, na tentativa de reeleição de Fernando Pimentel, também pelo PT, há visíveis modificações no conteúdo dos planos de governo apresentados, incorporando as diversas noções que o discurso do planejamento estratégico proclamava desde sua ascensão na década de 90, com o suposto bem-sucedido modelo de Barcelona. Expressões tais como: “condição vocacional da cidade para o setor terciário da economia e para a indústria criativa”; “expansão da cidade no cenário internacional” e “promoção de Belo Horizonte em feiras nacionais e internacionais”; “sediar grandes eventos”; “construir espaços próprios para grandes eventos e produções artísticas e culturais”; “fortalecimento de vocações tecnológicas”; “revitalização dos espaços públicos para a cidade” (FRANCO, 2005).

Não é o objetivo deste capítulo se ater à análise destes discursos, somente enfatizar a mudança significativa com a incorporação desse vocabulário que até então não fazia parte das consignas levantadas para entender e interpretar a cidade, mas que a partir desta gestão são incorporadas diretamente pelo novo discurso liberal e empresarial sobre aquele que:

Se procura evidenciar que este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. Mediante a postulação dos propugnadores do planejamento estratégico urbano de que sua adoção seria o único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais (VAINER, 2000, p. 78).

Mas já do ponto de vista da materialização desta percepção estratégica sobre o fenômeno urbano, um dos elementos cruciais desta guinada é a que Franco (2007) nos apresenta em relação ao contraste proposto entre o governo de Fernando Pimentel, a partir de 2002 e o das frentes desde 1993 até então, em relação ao tema do transporte urbano, uma das principais dimensões do direito à cidade.

Até 2002 o autor caracteriza os projetos municipais como aqueles que visam regular, incrementar e fortalecer o transporte público e coletivo na cidade e cita, por exemplo, o fortalecimento do órgão administrativo municipal Empresa de Transporte e Trânsito de Belo

Horizonte (BHTRANS), a retomada da criação da Câmara de Compensação Tarifária², a licitação total dos serviços de transporte urbano, a criação do sistema integrado de transporte, chamado BHBUS, entre outras medidas.

Essas afirmações corroboram com os dados apresentados com a expansão Projeto BH no sec. XXI, um projeto de pesquisa do Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR UFMG), que sistematiza os principais indicadores urbanos da cidade e demonstra que houve ligeira expansão da malha viária na cidade durante a década de 1990 até 2003, passando de 4.350 km a 4.600 km de extensão (FRANCO, 2005).

Estas medidas convergem para uma concepção de fortalecimento da primazia do transporte público sobre o privado e ainda como um direito urbano a ser regulado e garantido pelo poder público municipal. Como consequência desta concepção de prevalência da gestão e planejamento públicos sobre o tema, o autor cita o dado concreto de que a capital alçou o 3º lugar com a passagem mais cara entre as capitais do Brasil, no período de 1993 a 2005, para o 11º lugar entre as 26 capitais brasileiras (FRANCO, 2005, p. 161).

Entretanto, a partir de 2002, com a assunção de Pimentel de vice a prefeito, inicia-se uma preferência da intervenção do poder público no espaço, inclusive no que se refere ao tema do transporte urbano, mais voltado para a realização de grandes obras urbanas e segundo uma perspectiva do transporte privado. Cita que até o ano de 2002 a Prefeitura havia participado de somente duas grandes obras urbanas viárias na capital: a duplicação do primeiro trecho da Avenida Presidente Antônio Carlos e a realização da trincheira na mesma avenida em sua intersecção com a Avenida Santa Rosa (FRANCO, 2005).

Posteriormente, inicia-se um processo de volumosos investimentos na transformação do espaço urbano da capital por meio de grandes obras realizadas por empreiteiras, para expandir a malha viária da cidade. O autor cita o já conhecido projeto de expansão do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)³ que, muito embora tenha sido capitaneado pela esfera estadual de governo, foi realizado com o suporte da Prefeitura de Belo Horizonte.

² Segundo a própria BHTRANS – órgão gestor do trânsito em Belo Horizonte – a Câmara de Compensação Tarifária estava “baseada no conceito de tarifa social e primava-se por centralizar toda a arrecadação gerada pelo pagamento de tarifas e, uma vez apurados os custos operacionais de todo o sistema, distribuir essa arrecadação na proporção do custo de cada linha, garantindo assim que as linhas com superávit financeiro cubram o déficit financeiro de outras” (Disponível em: <<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/onibus/gestao-transporte-onibus-historico>>, 2013). O que proporcionava maior equidade e controle público sobre o sistema de concessões das linhas de transporte coletivo na cidade.

³ Projeto de expansão do Vetor Norte da capital que envolve em termos de expansão da malha viária a duplicação da Avenida Presidente Antônio Carlos e a realização da Linha Verde, dentro das gestões municipais de 2002 a 2008, em Belo Horizonte. Posteriormente, muitos outros projetos de transformação do espaço urbano viário através

Percebe-se aí o retorno do padrão de acumulação através de grandes obras urbanas sob os auspícios do poder público, em um marco preferencial de incentivo à mobilidade privada. Franco (2007) argumenta que durante a década de 1970 viu-se esse mesmo paradigma, com as intervenções do Elevado Castelo Branco (hoje ressignificado para Elevado Helena Greco) e do Túnel da Lagoinha e Concórdia, ademais da abertura das Avenidas José Cândido da Silveira, Prudente de Moraes e Raja Gabaglia; que permanece na década de 80 com canalização do Ribeirão Arrudas, a criação do Complexo da Lagoinha e da abertura da Avenida Cristiano Machado, entre muitas outras obras. Uma inflexão contrastante em relação ao padrão da década de 90 que foi orientado pela fragmentação das obras em tecidos urbanos anteriormente desprivilegiados, como Vilas e Favelas, por meio do Orçamento Participativo (OP).

Pode se afirmar que essa “desinversão” de prioridades adquire um caráter incontestável se temos em tela o descompasso dos valores investidos no decurso desta gestão, por exemplo, entre o Orçamento Participativo e o que é destinado às grandes intervenções viárias. Franco (2007) mostra que em um só ano, o de 2007, são investidos pela Prefeitura 80 milhões de reais divididos entre o Orçamento Participativo Regional e a nova modalidade criada, a do Orçamento Participativo Digital (OP Digital)⁴, ao passo que para obras viárias são mais de 600 milhões de reais, para as obras citadas acima e outras de menor porte (FRANCO, 2005,).

Outro efeito perverso deste padrão de investimentos e transformações do espaço citadino com base em grandes obras viárias é aquele que é chamado por Lopes de Souza (2004) como “desfavelamento de novo tipo” que implica na renovação do parque imobiliário por meio das intervenções públicas de todos os tipos, de forma a responder às tendências de valorizações do espaço urbano favoráveis aos agentes do mercado imobiliário, mas que também se instaura com as intervenções viárias e implicam, como principal consequência ao direito à cidade, em remoções de contingentes significativos de famílias.

Outro elemento apontado por Franco (2007) muito representativo do início desse processo de modificação da atuação do poder público na capital é aquele operado por projetos, processos e obras que objetivam realizar as chamadas requalificações e revitalizações dos espaços públicos urbanos, notadamente das áreas centrais, cujo objetivo é recuperar áreas que são afirmadas pelo discurso oficial como degradadas para torná-las novamente atrativas para diferentes mercados de capitais, seja os imobiliários e outros como o de turismo, lazer, cultura

de grandes obras se somaram a estes, dentro do mesmo eixo de expansão da cidade e sua região metropolitana, como a duplicação da Avenida Pedro I e a instalação do sistema de transporte coletivo MOVE que implicou na remodelação de todas essas vias já citadas, entre outras.

e entretenimento e cujas consequências sociais e políticas são aquelas entendidas pela alcunha da gentrificação.

Franco (2007) enumera um conjunto significativo de projetos realizados por essa gestão reconhecidos nesse sentido, como: de forma estruturante, o projeto Centro Vivo que enfatizou políticas e ações de segurança pública, requalificação urbanística na área central, junto à da questão da mobilidade, tendo como objetivo a ampliação do turismo e serviços na região e o estímulo ao uso residencial dos setores médios. Além dos vários projetos de transformação das áreas públicas centrais como a revitalização dos quarteirões fechados da Praça Sete, concluído em 2003; revitalização da Praça da Estação, concluída em 2004; reforma e restauração da Rua Caetés, recuperação do Parque Municipal, requalificação dos Viadutos Santa Tereza e da Floresta e do Elevado Castelo Branco (hoje Helena Greco); e o tapamento do Ribeirão Arrudas envolto pelo verniz de Boulevard Arrudas, no trecho entre a Alameda Ezequiel Dias e a Estação Rodoviária, entres outras obras de menor envergadura.

Por fim, tem-se o modelo de intervenção estrutural em Vilas e Favelas, criado em 2005, por esta mesma gestão, chamada de Vila Viva, em que o processo de produção e realização destas transformações no espaço das vilas, favelas ou territórios ocupados pelas camadas populares não é realizado diretamente pelo poder público e/ou por formas associativas e/ou cooperativas dos seus próprios moradores, mas por agentes tradicionais do circuito capitalista de produção do espaço, grandes construtoras e empreiteiras, ampliando o seu campo de possibilidades de extração da mais valia ampliada, não só nas áreas tradicionais dos mercados imobiliários da cidade formal, mas agora também na transformação e produção do espaço das favelas e assentamentos precários.

É emblemático o caso do programa Vila Viva na Serra, o primeiro realizado pelo programa, em que agentes de crédito do Governo Federal, como a Caixa Econômica e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) financiaram mais de 170 milhões de reais para a Prefeitura licitar empresas privadas do porte da Odebrecht executarem as obras e intervenções que, segundo o discurso oficial, foram planejadas em um processo de participação democrático com os moradores das vilas afetadas.

Em relação à política propriamente habitacional dentro do governo deste período (2002-2008), têm-se basicamente três movimentos relevantes: o primeiro é a própria exiguidade dos recursos destinados à política e o seu resultado mais evidente em número de unidades produzidas que, aquelas voltadas para o atendimento do déficit habitacional, atinge um número nitidamente irrelevante, face ao déficit municipal. O segundo é o constrangimento das formas

produtivas iniciadas em 1993, com a abertura para a gestão pública, cogestão e autogestão, se resumido basicamente à modalidade gestão pública, combinada a terceirização da produção por via de licitação às construtoras privadas. E o terceiro, como consequência desse monopólio do planejamento pela burocracia municipal, é a consolidação de concepção espacial de empreendimento habitacional desenvolvido que se reduz ao modelo popularmente conhecido como “predinhos”, indicando uma prática nitidamente heterônoma de projeto e exercício da arquitetura, a contragosto dos setores sociais que foram seus beneficiários e usuários.

De 2002 a 2010⁵ foram produzidas 9.537 unidades habitacionais pela PMH. Embora esse número possa parecer relevante, muda de significado se interpormos que, deste total, subdividem-se dois segmentos: aquele cujas unidades são destinadas a atender as famílias que compõem o déficit habitacional municipal que, durante todos esses anos, desde 1996, é denominado “demanda organizada”, composta pelas famílias participantes dos núcleos de moradia cadastrados na URBEL e/ou Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB), a anunciada fila do discurso oficial; e o segundo destinado às famílias oriundas de processos de remoção por obras públicas.

Neste período, somente aproximadamente 25% (2.266) das unidades produzidas pela política foram destinadas à demanda organizada (déficit habitacional), sendo as outras 75% (7.271) destinadas às famílias removidas por procedimentos relacionados à PBH. Em seis anos de governo Pimentel, a prefeitura contribuiu para produzir apenas 2.266 unidades habitacionais voltadas para a demanda organizada, aquela composta por famílias carentes do direito à moradia e que por isso deixam a condição de direito à moradia desatendido quando contempladas pela política de Estado.

Ainda assim é necessário discriminar que, desta totalidade (9.537), parte foi contabilizada como integrantes da PMH, mas foi viabilizada basicamente com recursos dos programas federais do Crédito Solidário – iniciativa gestada dentro do Ministério das Cidades e que foi o modelo mais elaborado de um programa voltado para a mobilidade da autogestão por parte do Governo Federal, anterior ao paradigma interposto pelo MCMV, fruto da construção nacional dos movimentos de moradia; por meio do qual os movimentos e suas associações desempenhavam papel mais relevante no desenvolvimento da política, acessando diretamente os recursos da esfera federal, ou seja, cabendo contribuição mais tangencial ao

⁵ Os dados consultados e apresentados se referem a este período, isto é, englobando dois anos do Governo Márcio Lacerda, mas que é entendido como continuidade direta da gestão Pimentel.

município. Por via do Crédito Solidário foram produzidos sete empreendimentos habitacionais, totalizando 547 unidades (BOIS, 2013).

Tabela 3 - Política Municipal de Habitação período de gestão Fernando Pimentel - 2002 à 2008

	Reassentamento	Demanda Organizadas	Total de Unidades
Auto Gestão		1019	1019
Gestão Pública	7271	1247	8518
Total	7271	2266	9537

Tabela 3 PMH Gestão de Fernando Pimentel - 2002 à 2008. Fonte: BOIS, 2013

É nesse sentido que se tem claramente uma redução na potencialidade do município exercer uma política transformadora da realidade de exclusão habitacional da cidade, baseada em legislação, diretrizes e recursos próprios nos anos do governo Pimentel. Apresentando, ao menos para esse segmento do setor de investimento social – o da moradia – mudança de sentido evidente no projeto esboçado pela Frente BH Popular, com sua concepção de gestão democrática da cidade e de inversão de prioridades públicas.

Sobretudo, se tem em tela que, a partir de 2002, a gestão Pimentel é favorecida pela emergência do período Lulista⁶ no governo federal e por seu aporte mais significativo em recursos federais para projetos, programas e políticas dos setores sociais, como saúde, educação, moradia, saneamento, entre outros, por oposição às características gerais de retração nestas áreas que caracterizaram a esfera federal durante os anos 90, com seus diferentes projetos neoliberais dos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 2013). O que poderia ter facilitado e proporcionado realização mais contundente de política habitacional municipal, fortalecida pelos aportes do governo federal, muito mais significativos neste período.

Quanto à forma de gestão, restrições são observadas durante este período e se refere à predominância da gestão pública no processo de produção dos empreendimentos e unidades habitacionais. Contrariando à própria resolução municipal de número II do Conselho de

⁶ Período que compreende os dois mandatos do presidente Lula (2003 à 2006 e 2007 à 2010) na presidência do Brasil e que proporcionou a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal e tem sido caracterizado como um processo de transformação de baixa intensidade na estrutura do estado brasileiro, a partir das medidas econômicas que permitiram a elevação do poder de consumo das camadas populares (fundamentalmente com a elevação real do salário mínimo, ademais da disponibilização de crédito) e com as políticas redistributivas, principalmente o Bolsa Família; e também (que mais nos interessa aqui), o PMCVVM que apresentou o maior investimento em habitação social por parte do estado brasileiro no período histórico recente, desde a Constituição Federal de 1988, mas que, como dito, se realizou sob a comando dos interesses imobiliários privados.

Habitação que sintetizou a diversidade de possibilidades de produção de moradia entre as três formas básicas, por via da gestão pública – a cogestão ou a autogestão – indicando como prioridade essa última.

Somente 10% das unidades produzidas são realizadas por via da modalidade autogestionária, se comparamos com o total de moradias produzidas, seja para o combate ao déficit, seja para reassentamento. Ainda assim, se temos em tela que boa parte desta modalidade foi proporcionada majoritariamente pelo programa federal Crédito Solidário. Embora Bois (2013) relembre que essa modalidade nunca tenha se tornado predominante no paradigma de política forjado desde a primeira gestão petista, como também vimos no capítulo anterior.

Talvez a consequência mais relevante da hegemonia deste de modalidade da gestão pública (onde os planejadores e técnicos da Prefeitura são os responsáveis pela elaboração e planejamento do empreendimento de habitação social) se refira a inserção urbanística e a tipologia arquitetônica que este atingiu, conhecido e criticado popularmente pelos movimentos sociais como os “predinhos” e que volta a repetir o padrão de política habitacional historicamente gerida por nossas elites, restringindo e fechando as possibilidades que o sistema concebido entre os anos 1993 a 1996 pareciam ter criado. Analisando o modelo predominante de empreendimento habitacional do programa Vila Viva que se repete na produção da política voltada ao atendimento da Demanda Organizada, Morado (2013) interpõe:

Na área estabelecida a Urbel pousa o estático tipo-bloco H dos anos 50, de tal forma que: (...) (3) torna os cômodos imutáveis; visto que as paredes são portantes em blocos de concretos; (4) reforça espaços socialmente hierarquizados; já que não permite o uso misto e a expansão; (5) espelha a imagem da família tradicional, definida por dois, três quartos, sala e cozinha; (6) desvela a produção em massa do sec. XIX por meio da combinação única dos elementos repetitivos (7) impede a participação real e efetiva dos moradores, visto que os projetos estão definidos *a priori* (MORADO NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 9).

Portanto, a concepção do planejamento de política habitacional realizada pelos dirigentes e técnicos da URBEL e SMAHB sob esta gestão, se distancia das possibilidades de invenção e flexibilização dos processos de planejamento e produção forjados no contexto da década de 90 e da Frente BH Popular, aproximando-se do padrão de habitação popular de massa, de baixo custo, baseada na racionalização do espaço mínimo e na predeterminação dos modos e formas de morar das camadas populares, beneficiárias da política, de forma muito semelhante com o que ocorre com o resultado médio em termos espaciais dos empreendimentos e unidades habitacionais produzidos pelo programa petista MCMV, em âmbito federal, anos depois.

Bedê (2005) também aponta que este foi um processo que já se esboçava na década de 1990, na primeira gestão do PT na PBH, onde nos fóruns de discussão da política – Orçamento Participativo e Conselho Municipal – os técnicos iniciavam um processo de convencimento dos membros dos movimentos de moradia sobre a necessidade de se abandonar a tipologia unifamiliar horizontal em nome dos supostos benefícios coletivos da verticalização, qual seja, o barateamento da produção com a possibilidade de se contemplar mais famílias. Já naquela época, como ainda hoje, as representantes das camadas populares defendiam a tipologia horizontal em detrimento da vertical:

[...] a partir do momento que o caixa da Prefeitura começou a não dar conta das propostas aprovadas, basicamente se amarrrou o processo da produção habitacional a prédios, ao adensamento vertical, que inibe muito a participação popular. É muito difícil você conseguir pessoas que possam estar trabalhando, como era feito na autoconstrução lá nos lotes (Programa de Apoio ao Autoconstrutor no Mariquinhas e no Floramar), pois tudo era feito em qualquer horário, fazia um mutirão da família no fim de semana pra poder construir, juntava os amigos, fazia o churrasco, tomava cerveja e o processo andava sob a supervisão de técnicos da URBEL que estavam presentes lá inclusive nos fins de semana. Agora, na construção de prédios isso fica complicado, precisa de mão de obra especializada, o trabalho é mais perigoso, não pode ser feito de qualquer maneira, então limitou um pouco a participação da população. Eu ainda acho que, apesar de termos aprovado na política (Política Municipal de Habitação) os lotes urbanizados, estas coisas a gente nunca fez aqui... [...] tudo vai muito mais pra concepção do adensamento vertical [...] no intuito de atender um número maior de famílias. Mas aí também eu tenho uma crítica, porque eu acho que não adianta ter um número maior de famílias, colocando em cheque a quantidade, não a qualidade da construção, porque os apartamentos do OPH são muito bons e bem feitos, mas sim a qualidade do espaço (DEPOIMENTO VERBAL, 2005 *apud* BEDÊ, 2005, p. 206).

Diante da combinação destes três elementos, têm-se mais claramente os retrocessos da política deste período e o que ela significou para a transformação do espaço e as demandas das camadas populares historicamente destituídas de seus direitos urbanos.

A partir de 2002, na PBH e com a eleição de Fernando Pimentel, inicia-se uma guinada para o empresariamento estratégico na governança municipal, voltando a inverter os valores e objetivos estipulados em 1993, onde a gestão democrática da cidade e a inversão de prioridades determinaram os rumos políticos da capital, com seus inúmeros projetos e processos conhecidos.

Como ficou claro com a opção dada privilegiadamente à transformação da cidade em função do transporte privado e das grandes obras viárias, passando pela retomada dos processos de requalificação de áreas centrais, com o contestável modelo de intervenção em vilas e favelas consolidado pelo programa Vila Viva e, como se demonstrou, com os resultados pífios da política pública de habitação do período, sobretudo, com sua estrutura de produção de novas

unidades servindo mais aos reassentamentos oriundos de remoções do que acolhendo famílias que compõem o alto déficit habitacional do município.

Tem-se, portanto, o modelo que parece assumir a forma geral em que o projeto societário e de governo petistas assumiram em âmbito federal, durante os anos conhecidos como período lulista, entre 2002-2016, garantindo a prioridade, no tocante à produção e apropriação do espaço urbano, aos agentes que o requerem como lugar e objeto de lucro, mas mantendo, ao mesmo tempo, um pacto social de garantia de direitos rarefeito e de baixa intensidade, por via de políticas públicas, ao menos para a questão da habitação social, aqui discutida.

CAP. III - A GESTÃO NEOLIBERAL DE MÁRCIO LACERDA

Transformação mais evidente do neoliberalismo na gestão da Prefeitura de Belo Horizonte se realiza, por sua vez, quando assume o poder local a chapa presidida por Márcio Lacerda (PSB), junto com o Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros, em janeiro de 2009. Márcio Lacerda foi concebido como seu sucessor pelo próprio então prefeito Fernando Pimentel (PT), quando este participa ativamente da construção da chapa que levou à eleição do primeiro.

Essa mudança nos horizontes ideológicos do projeto eleitoral que disputava o governo na cidade em 2008 já se fazia sentir quando, em meio à campanha, embora formalmente compondo chapa com o Partido dos Trabalhadores, Márcio Lacerda (PSB) recebeu o apoio do ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira), partido historicamente reconhecido com um programa privatista e liberal e cujas disputas sempre se polarizam em termos políticos e ideológicos com o Partido dos Trabalhadores⁷.

Muito se aventou na opinião pública mineira a respeito desta espécie de aliança informal, entre os partidos que polarizavam as disputas eleitorais em Minas Gerais e no Brasil, como uma transformação do próprio Partido dos Trabalhadores para ideias de governo mais privatistas e liberais, condizendo então com as interpretações apresentadas acima, segundo as quais, Fernando Pimentel, nas últimas gestões de Belo Horizonte, apresentaria essa vertente de aproximação com o ideário político e econômico da direita neoliberal.

Vencendo as eleições municipais de 2008, a chapa de Márcio Lacerda assume o poder e inicia um projeto de governo que logo em suas primeiras medidas deixaria claro para quais setores governaria, isto é, o empresariado urbano que percebe e pensa a cidade exclusivamente como objeto de realização de lucro, seja ela em quais setores produtivos for, o rentista, imobiliário, do turismo, produtivo, entre outros.

E no decorrer deste quatro dos primeiros anos de gestão torna-se evidente aquilo que Vainer (2013) chamou de “Democracia Direta do Capital”, uma nova forma de governança do poder local, radicalizando a gestão empresarial e neoliberal das cidades, aniquilando qualquer aspiração às relações democráticas, dialógicas e participativas, negando espaço para diferentes

⁷ Ver reportagem cujo título é: “Dobradinha entre PT e PSDB faz Lacerda passar do anonimato político para vitória em Belo Horizonte” e cuja foto de capa são os três políticos profissionais citados acima juntos, de mãos dadas e braços erguidos em campanha eleitoral. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2008/belo-horizonte/lacerda_eleito.jhtm>.

setores da cidadania no jogo político local, com os capitais ditando diretamente as regras pelas quais a cidade se produz e reproduz. A ver:

Não se trata aqui mais de uma forma de governo em que o “interesse geral” cederia lugar a formas negociais, como sugeriria Ascher. Nem se trata, apenas, de governar em benefício de determinados grupos de interesses, grupos dominantes. Trata-se apenas de uma nova forma, em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico. Nesse contexto, torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios, em razão mesmo da desqualificação da política e da desconstituição de fato das formas normais de representação de interesses. Não se sabe onde, quando, como e com quem se tomam as decisões – certamente não nas instâncias formais em que elas deveriam ocorrer nos marcos republicanos (VAINER, 2013, p. 11).

Márcio Lacerda é a corporificação desse conceito no comando de Belo Horizonte, sendo representante direto da classe, instaurando uma nova forma de governar o município, pautado nas relações hierárquicas que configuram as relações no mundo empresarial e estendendo-as para as relações do mundo da cidadania e para a governança urbana: os munícipes de Belo Horizonte se tornam seus clientes, os demais cargos e agentes do poder municipal seus funcionários e a cidade de Belo Horizonte seu grande negócio.

Essas alegorias se veem concretizadas no decurso de sua gestão e seus inúmeros decretos, projetos de lei e demais ações que são instituídos de forma completamente unilateral, à maneira de um arbítrio individual, sem nenhuma oitiva e mediação com a cidadania e a diversidade de seus setores, nem mesmo nas diferentes estruturas de participação existentes como os conselhos que herda das gestões anteriores, ou seja, como um exercício direito do poder pelo capital.

Esse caráter antidemocrático e intransigente, de negativa de todo e qualquer diálogo com os setores sociais populares ficará mais evidente na explanação dos capítulos posteriores quando se apresenta a eclosão da luta das ocupações urbanas horizontais e organizadas, como a Camilo Torres, Dandara, Irmã Dorothy, Eliana Silva e as três ocupações da região do Izidora, entre outras, que se instituíram em Belo Horizonte sob os seus governos - ao longo das duas diferentes gestões (2008–2012 e 2012–2016) - quando não se nota nenhuma vinculação de suas decisões e/ou de seu secretariado para reconhecer, legitimar e/ou mediar face essas experiências de garantia de direitos.

Aqui apresentaremos somente um resumo do sentido e conteúdo geral de sua gestão neoliberalizante da administração municipal de Belo Horizonte, colocando um fim ao ciclo anteriormente descrito iniciado com Patrus Ananias – gestão da Frente BH Popular (93-96), com maior mediação e aprofundamento democrático, com o projeto nomeado de democrático e popular, sob a consigna da inversão de prioridades, passando pela continuidade estabelecida

com Célio de Castro (PSB) à frente da PBH e depois com o início da guinada ao planejamento empresarial e estratégico de Fernando Pimentel, responsável por sua eleição.

Não se pretende concluir uma pesquisa sistemática sobre esses temas, mas somente apontar algumas diretrizes delineadas para a cidade sob seu governo que deixam de forma inconfundível a conclusão desse curso à gestão neoliberal sobre Belo Horizonte. Ademais de aprofundar na questão específica que toca esse trabalho, a trajetória da política habitacional em Belo Horizonte nas últimas décadas e a forma que assume sob sua gestão.

O incentivo à mobilidade privada por via de grandes obras se potencializa, aprofundando o paradigma retomado na gestão anterior de captura da mais valia urbana e de produção da mais avalia ampliada, produzindo espaço através de intervenções coordenadas e planejadas pelo poder local público e executados pelo grande capital. Pode-se se citar rapidamente que, para o ano de 2014, calculava-se o investimento de 2,5 bilhões de reais no Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (VIURBS) – plano que centraliza as intervenções viárias da cidade – priorizando, evidentemente, o transporte privado (RELATORIO VIURBES, 2016)⁸. Recurso cinco vezes maior do utilizado em 2007, pela gestão anterior de Fernando Pimentel.

De certo que os anos de sua gestão foram atravessados pelo enclave nacional e internacional da escolha do Brasil para sediar megaeventos esportivos como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e que inserem definitivamente as principais capitais brasileiras no circuito de acumulação capitalista mundializado e financeirizado, inaugurando uma nova hegemonia política sobre o processo urbanizador, entorno de um consenso que até então não havia se estabelecido.

Aquele consenso realizado através da justificativa da grande paixão nacional, a da celebração do esporte, ainda ancorados pelo discurso de encontro entre povos e nações do globo, que arremata a sociedade brasileira, envolvendo ainda o Estado brasileiro em todas as suas esferas, como o grande eixo articulador dos financiamentos e dos maiores projetos, ademais das grandes corporações do capitalismo mundial e os agentes de transformação capitalista do espaço que são nacionais e localizados, envolvidos nas reformas viárias, dos estágios e demais grandes obras de preparação para a recepção do turismo mundial.

A gestão neoliberal de Márcio Lacerda para Belo Horizonte, com seus projetos de caráter deliberadamente privados, sobre o manto escamoteado de interesse público,

⁸ Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/pt-br/repositorio/municipios/belo-horizonte/relat-rio-viurbs-programa-de-estrutura-o-vi-ria-de-belo-horizonte>>.

apresentam-se de forma também inovadora, atualizando e aprofundando os dispositivos e legislações pelos quais se realizam. São os casos de forma ainda mais radicais de imbricação do público com o privado, ou de apropriação do público pelo privado, que se implementam, em Belo Horizonte, a partir de projetos de Márcio Lacerda, com as Parcerias Públicas e Privadas (PPP's) e os dispositivos das Operações Urbanas Consorciadas (OUC).

As mais reconhecidas PPP's celebradas durante sua gestão foram as que ficaram conhecidas como da Saúde e Educação. A parceria pública e privada da saúde previa a construção de 20 novos centros de saúde e a reforma de outros 132; em contrapartida, a iniciativa privada que vencesse a licitação poderia explorar a gestão dos serviços de alimentação e manutenção dos centros de saúde, por um prazo de 20 anos, recuperando o investindo e obtendo o lucro (RODRIGUES, 2015, p. 12).

Na PPP da Educação, com processo equivalente, a iniciativa privada que vencesse o processo licitatório, ficaria com a responsabilidade da construção de 30 novas Unidades de Educação Infantil (UMEI's) e construção de cinco escolas de ensino fundamental. A contrapartida se realizaria com a empresa vencedora explorando também por 20 anos, os serviços considerados não pedagógicos, como manutenção, limpeza e fornecimento de alimentação para as escolas municipais (RODRIGUES, 2015, p. 13).

A licitação da PPP da Educação foi vencida por consórcio formado por empresas do grupo Odebrecht (Odebrecht Global S.A. e Odebrecht Properties Parcerias S.A.) e os estudos de viabilidade foram desenvolvidos pelo International Finance Corporation (IFC), para se ter compreensão dos atores da produção privada que se imbricam em áreas de serviço tradicionalmente públicos. A PPP da Educação foi a primeira da história recente em todo o país (RODRIGUES, 2015, p. 13).

As Operações Urbanas logram extravasar ainda mais as fronteiras entre público e privado no processo de produção do espaço urbano (FIX, 2001). Foram dispositivos inicialmente concebidos para proporcionar projetos urbanos, envolvendo o poder público e a esfera privada que, sobre a possibilidade de flexibilização das normas urbanísticas de parcelamento, uso e ocupação do solo, além das prescrições edilícias, para que áreas previamente definidas e delimitadas territorialmente pudessem viabilizar o interesse público, seja relacionada a temas como a preservação ambiental e/ou produção de habitação de interesse social, entre outros (FIX, 2001).

Debalde proporcionou somente grandes projetos urbanos no sentido de fomento da valorização imobiliária e sua captura privada, capitaneado por grandes agentes do capitalismo

da produção do espaço, ademais de fomentar dispositivos ainda mais abstratos de valorização, como os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC's) (FIX, 2001).

No caso de Belo Horizonte, a gestão de Márcio Lacerda reiterou o uso deste dispositivo, apresentando diversos projetos de lei através de sua figura legislativa, tanto para a renovação integral das normas urbanísticas para setores significativos de áreas consolidadas da cidade, como para a produção imobiliária de interesse social para zonas ainda não ocupadas.

É o caso primeiro da Operação Urbana Consorciada Nova BH que previa a renovação de 7% do território urbano de Belo Horizonte, modificando as normas de uso, ocupação e verticalização, ao longo dos eixos viários Leste e Oeste, no entorno da Avenida dos Andradas, Avenida Tereza Cristina e Via Expressa, abrangendo toda a extensão do Vale do Arrudas e o eixo viário representado pelas Avenidas Presidente Antônio Carlos e Pedro I, representando uma modificação direta de 58 bairros (INDISCIPLINAR, 2015)⁹.

Ainda sobre o tema das Operações Urbanas cita-se a utilização deste instrumento para a produção de habitação de interesse social na cidade que se dá a partir da articulação da Lei 10.705¹⁰. Nela, está a articulação de duas grandes operações urbanas Isidoro e Capitão Eduardo que objetivam, entre outras questões, produzir uma escala de produção habitacional de interesse social nunca vista antes na cidade, com mais de cinco mil unidades em cada uma, apresentando um aprofundamento da imbricação do poder público com a produção privada, também para a produção da habitação de interesse social.

1. *Modificações da Política Habitacional*

A respeito da questão habitacional municipal sob a gestão neoliberalizante de Márcio Lacerda em Belo Horizonte (2009 – 2016), tem-se nos parágrafos abaixo uma breve retrospectiva sobre suas principais implicações e consequências, tentando demarcar um pouco do sentido que assume, atravessado pelo contexto nacional ditado pelo programa federal Minha Casa Minha Vida e pelo enfrentamento local proporcionado pela luta das ocupações urbanas e pela tentativa de obstrução destas experiências colocados por um conjunto de medidas em seu governo.

⁹ A partir de um movimento da sociedade civil, a primeira versão da Operação Urbana Nova BH é contestada judicialmente pelo Ministério Público e a Prefeitura recua no ímpeto para sua implementação, relançando-a posteriormente, sob o nome de Operação Urbana Leste-Oeste, mas abrindo-o para o devido processo de participação popular exigido por lei. Processo que segue em curso em 2016 (INDISCIPLINAR, 2015).

Márcio Lacerda assume a gestão em Belo Horizonte no mesmo ano de lançamento do programa Minha Casa Minha Vida, iniciativa paradigmática para a questão habitacional do Brasil, pois se anunciava, depois de décadas, basicamente desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), um único programa sistematizado com vultuoso financiamento de recursos providos do Tesouro Nacional (CARDOSO e ARAGÃO 2013).

Embora o fizesse elegendo-o como agente prioritário da produção de espaço, a iniciativa privada e não somente ela, mas como a sua forma neoliberal, aquela dos grandes conglomerados empresariais atrelados ao mercado financeiro internacional, rompendo com o histórico de construção do PT com os movimentos sociais de moradia, inclusive de seu próprio campo de apoio e influência, onde a centralidade estava posta às políticas de incentivo à autogestão, como havia sido delineado com o Crédito Solidário e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) (CARDOSO e ARAGÃO 2013).

Neste mesmo ano, a PBH abre as inscrições formais para o programa na cidade e obtém um número de 198 mil famílias inscritas, demanda muito superior ao parâmetro adotado oficialmente, aquele proposto pela Fundação João Pinheiro (2012) que se aproxima dos 150 mil, o déficit habitacional para o município (MORADO NASCIMENTO, 2012).

O número escancarou a escala quantitativa (que não é menos grave) da questão habitacional da cidade de Belo Horizonte. A carestia urbana, o desenvolvimento do mercado imobiliário restritivo e o esgotamento da política habitacional municipal que, como descrito anteriormente, apresentava sinais claros na última gestão de Pimentel, foi o que permitiu a criação das condições mínimas para a emergência deste novo ciclo social de lutas urbanas, aquele que eclode com as ocupações urbanas verticais e que depois prossegue sob a forma de ocupações de terrenos horizontais, por via da autoconstrução.

Vale ressaltar que os novos espectros de interesses no comando do poder municipal estavam se alinhado ainda mais com a produção capitalista, gentrificadora e formal do espaço e inicia-se um conjunto significativo de práticas no sentido do constrangimento da realização e da expansão destas experiências.

A primeira delas, para além da negligência diante da possibilidade de negociação e reconhecimento destas duas ocupações citadas, foi o que se deu com a tentativa de instituição do projeto de lei nº 11.977/09, de autoria do Executivo Municipal que, ainda em 2009, regulamentava o programa Minha Casa Minha Vida e determinava em art. 3, § 3: “que as famílias que invadirem área de propriedade pública ou privada, a partir da data de publicação desta lei não serão contempladas pela mesma”.

Não obstante, a resposta das ocupações Camilo Torres e Dandara – existentes até então – foi muita mobilização e pressão social sobre a Câmara dos Vereados, com atos públicos realizados por sete vezes seguidas, conseguindo por fim, suprir este artigo do projeto (FREITAS, 2015). À época foi elaborado parecer de dois juristas, Prof. Fábio Alves e Prof. José Luiz Quadros, que deixava claro a inconstitucionalidade deste artigo:

O dispositivo é claramente inconstitucional, pois fere de morte o princípio da igualdade previsto no art. 5º da Constituição da República: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Este princípio constitucional, de observância obrigatória, veda esse tipo de discriminação com caráter claramente político. Assim, ao excluir do programa Minha Casa Minha Vida as famílias que “invadirem” imóveis públicos ou privados, a Prefeitura está propondo a aprovação de critério discriminatório para fins de contemplação afrontando a Constituição de 1988 (QUADROS, 2009 *apud* FREITAS, 2015, p. 65).

Com o Art. 3 suprimido da lei, os moradores das ocupações urbanas poderiam recorrer à inscrição ao programa, como qualquer cidadão comum, atendido os outros critérios municipalmente interpostos.

Embora tenha havido ainda em 2009 este esforço da municipalidade em regular o programa Minha Casa Minha Vida para Belo Horizonte, aproveitando-se desta oportunidade para constranger as famílias que buscam através das ocupações a solução de seu problema de moradia, não se viu muito interesse da institucionalidade em materializar o programa na realidade.

Segundo dados da Urbel (2013), nos primeiros quatro anos da gestão de Márcio Lacerda, o programa praticamente não se realizou na cidade em que pese o seu desenvolvimento em todo o país, produzindo mais de um milhão de unidades. Para a primeira fase do Minha Casa Minha Vida, a política contratou e produziu somente 1.470 unidades habitacionais para a faixa de renda 1 do programa (Fundo FAR) e 5.346 para as faixas 2 e 3 (FGTS). Ou seja, facilitou a produção voltada para as faixas de renda onde o programa assume caráter mais explicitamente de incentivo ao mercado, em detrimento de um programa de subsídio público à habitação popular¹¹.

As justificativas do poder público municipal para o não desenvolvimento do Programa para a faixa de renda 1, onde é mais importante, concentrando de 80% do déficit habitacional,

¹¹ A faixa de renda 1 é única com subsídios significativos, com mais de 90% do valor da unidade cujos recursos proveem do Tesouro Federal, como é o caso do Fundo FAR. As faixas de renda 2 e 3 são de subsídios significativamente menores, entorno de 17%; e o programa se reduz a um financiamento facilitado com recursos do FGTS, ou seja, do próprio fundo de garantia das camadas trabalhadoras e cujo resultado econômico é muito mais atrativo para as imobiliárias e incorporados, mesmo as do segmento de classe baixa e média, o que explica um número muito superior para a produção real na cidade. E que, ainda, possui quase nenhuma interferência do município em sua elaboração.

foram, basicamente, como interpõe Ermínia Maricato (URBEL, 2013), da existência do nó estrutural da terra urbana no Brasil:

Alguns fatores dificultam a implantação mais veloz do programa no município. Dentre eles, pode-se citar o valor máximo de R\$ 65 mil para aquisição da unidade habitacional; o estoque reduzido e valor alto da terra; utilização de glebas não parceladas com valor de compra mais barato que requer investimentos maiores para parcelamento do solo e obras de infraestrutura; topografia acidentada dos terrenos exigindo intervenções de terraplenagens, contenções e rampas de acesso; necessidade de extensão ou complementação de redes de água, esgoto e iluminação pública (URBEL, 2013)

O poder municipal se justifica pela dificuldade de encontrar terras urbanizadas, adequadas e disponíveis para taxas de lucratividade tão baixas com as proporcionadas pelos valores fixados para as unidades pelo programa federal para faixa 1, deixando o programa sem atratividade para o segmento de seus agentes promotores privados. Pode se dizer também que houve pouquíssima interesse político demonstrado pela PBH, há uma guinada neoliberal no comando da cidade e a produção de moradias para as faixas mais pobres da população nunca foi prioridade de governo sob esta orientação.

Sabe-se que estão dispostos a todo gestor municipal no Brasil os instrumentos de política urbana que foram gestados ao longo do movimento da reforma urbana e que se materializaram em legislações como o Estatuto das Cidades e a própria Constituição Federal, sendo basicamente elaborados para disponibilizar terras urbanizadas e adequadas à política habitacional.

Não bastasse a falta de interesse para aplicar os instrumentos disponíveis, para o enfrentamento da especulação imobiliária, para a disponibilização de terras urbanas para a produção de habitação social no município, a gestão de Márcio Lacerda, ainda dispôs a que possuía sob seu controle, ao mercado privado e seus agentes, escancarando que esta justificativa se trata de um discurso ideológico para escamotear a realidade pela qual a cidade é produzida e capturada.

Tratou-se de quatro iniciativas legislativas para alienar e dispor de terras municipais para o mercado imobiliário, favorecendo explicitamente o modelo de desenvolvimento urbano capitalista que propicia, em detrimento do erário e interesse público contidos na preservação destes bens e/ou em sua destinação para o cumprimento de funções sociais diversas (habitação, parques e praças públicas, serviços, etc.).

A primeira foi a Lei 10.081, aprovada em janeiro de 2011, que autorizava a desafetação e alienação de 26 terrenos e equipamentos públicos de três distintas regionais de Belo Horizonte e avaliados em mais de 60 milhões de reais (previsão mínima posta na lei para o leilão, sabe-se

que alguns deste leiloados alcançaram o valor triplo) e com mais de 150 mil metros quadrados ao todo.

Em 2011, a gestão tentou aprovar outro projeto semelhante, o PL nº1698, mas sem obter sucesso na Câmara dos Vereadores, objetivando, da mesma forma, alienar outras 134 áreas municipais, com mais de 345 mil metros quadrados que foram minimamente avaliadas em 135 milhões de reais. Em 2014, outro projeto idêntico foi para plenário na Câmara Municipal, não sendo também aprovado. O PL 1304 objetivava colocar à venda 414 lotes da municipalidade, com quase 200 mil metros quadrados de área e minimamente estimados em mais de 100 milhões de reais¹².

E em 2016, depois de ação civil pública movida pelo movimento social Auditória Cidadã da Dívida, o Poder Judiciário cancelou em decisão liminar de 1º Instância, o leilão de 20 terrenos públicos pela mesma empresa acima citada¹³. Não se sabe se são os mesmos terrenos do PL 1304 de 2014 ou outros, uma vez que este não foi aprovado na Câmara. O que se intenta ressaltar aqui é somente a postura da gestão municipal que trata a cidade e seu patrimônio público por um viés praticamente espoliador.

Ressalta-se que para todos os projetos utilizou-se da justificativa social e política de que uma porcentagem dos recursos arrecadados com os leilões e vendas seriam destinadas à política habitacional, ao passo que a terra mesma é o principal fator de entrave apresentado para o seu desenvolvimento, com anunciado por seus técnicos acima.

Como se não bastasse a não alavancagem do programa MCMV em sua primeira gestão, seu governo municipal interrompe definitivamente o programa histórico do Orçamento Participativo da Habitação, iniciado ainda em 1994, no governo da Frente Brasil Popular. Em 2010 é quando se realiza a sua última rodada. A política municipal própria, com um histórico de 16 anos e a construção e distribuição de mais de seis mil unidades, com o envolvimento direto dos beneficiados em fóruns de participação (mesmo que limitada) chega ao fim definitivo (DEPOIMENTO, 2016). Nesta oportunidade, segundo relato das lideranças, foram distribuídas somente 1.000 unidades, para uma “fila” de 13 mil famílias que a Urbel divulgava que compunham os núcleos cadastrados, mas que nunca chegaram a ser edificadas (DEPOIMENTO, 2016).

¹² Este projeto em seu parágrafo II do art. 1º autorizava o município transferir os terrenos para a PBH Ativos S. A. – empresa de capital aberto com a prefeitura como sócia majoritária – caso não fossem vendidos nos processos de leilão.

¹³ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/03/28/interna_politica,747936/leilao-de-imoveis-da-prefeitura-de-bh-e-suspenso.shtml>.

Ressalva-se apenas que, para além da falta de interesse político da gestão da PBH, tem-se como fator de encerramento do OPH, a questão estrutural posta por autores como Ricci (2012) que defende que as políticas federais que advém do período da era Lula possuíram impacto negativo nas municipalidades, encerrando o que elas possuíam de originais. De toda forma, fecha-se este ciclo em Belo Horizonte, aquele aberto em 93, abrindo campo para a hegemonia total do programa Minha Casa Minha Vida e para os interesses políticos que ele representa, com centralidade interposta à produção privada.

No decurso do segundo mandato e gestão de Márcio Lacerda para a PBH, tem-se um acréscimo significativo dos números de unidades produzidas e destinadas à faixa I do programa. Segundo dados divulgados no sítio eletrônico da Urbel, tem-se, até o ano de 2015, o número de 4.199 unidades entre contratadas e entregues para o faixa 1 e cerca de 1.414 para a faixa 2, invertendo evidentemente, a prioridade esboçada durante o exercício do primeiro mandato (URBEL, 2015).

Tabela 5 - Total de Unidades Produzidas pela PBH entre 2008 e 2015, por via do programa MCMV.			
Empreendimento	Número de Unidades		Aportes realizados pela PBH
	Faixa I	Faixa II	
Jardim Vitória II	1470	480	7,35 milhões de reais
	Construtora Emccamp		
	Bairro Jardim Vitória, região Nordeste		
Residencial Parque dos Diamantes	80		Terreno e mais 160 mil reais
	Construtora QBHZ		
	Bairro Diamante, região do Barreiro		
Residencial Jaqueline	135		1,28 milhões de reais
	S/Informação		
	Bairro Jaqueline, região Norte		
Residencial Orgulho de Minas II	240		Terreno doado
	Construtora Direcional Engenharia		
	Bairro Vera Cruz, região Leste		
Residencial Coqueiros I e II	150		Terreno doado
	Construtora Secol Construtora Ltda		
	Bairro Tirol, região do Barreiro		
Conjunto Habitacional Parque Real	1190		11,8 milhões
	Construtora Emccamp		
	Bairro Conjunto Paulo VI, região Nordeste		
Residencial Mirante Boulevard		274	S/Informação
	Construtora Quartzo		
	Bairro Vera Cruz, região Leste		

Residencial Amazonas	220		268 mil mais terreno doado
	Construtora Secol Construtora Ltda		
	Bairro Vera Cruz, região Leste		
Residencial Parque do Jatobá	76		283 mil mais terreno doado
	Construtora QBHZ		
	Bairro Vale do Jatobá, região do Barreiro		
Residencial Colibris	58		262,2 mil mais terreno doado
	Construtora Jmgomes		
	Bairro V Tabelião Ferraz, região Norte		
Residencial Serras de Minas I e II	580		
	Construtora Direcional Engenharia		
	Bairro Jatobá, região do Barreiro		
Total	4199		

Tabela 4 Total de unidades produzidas pela PBH (2009 - 2015), por meio do PMCMV. Fonte: URBEL, 2015.

Contudo, é necessário interpretar essa modificação da situação do quadro da habitação social do município com um reflexo direto e indireto do histórico de emergência deste ciclo social de lutas urbanas realizadas pelos movimentos de moradia através das ocupações urbanas de imóveis ociosos na cidade.

Como posto acima e apresentado nos capítulos seguintes, com a interrupção do ciclo de participação popular efetiva na história da política pública de habitação em Belo Horizonte, desde a guinada ao planejamento estratégico iniciado por Fernando Pimentel até sua consolidação neoliberal com a gestão de Márcio Lacerda, explodem as ocupações de imóveis ociosos a partir da também emergência de novos movimentos.

Primeiro, foram três as ocupações de imóveis verticalizados que se localizaram mais próximas do centro da cidade, ainda na gestão Pimentel, mas que todas resultaram despejadas, não se efetivando como experiências de garantia de direitos. Posteriormente, advém a forma de ocupação horizontal em terrenos abandonados situados na periferia, primeiro com a experiência da Camilo Torres no último ano da gestão de Pimentel.

A partir de 2009 e durante os quatro primeiros anos da primeira gestão de Márcio Lacerda (2009-12), surgem mais cinco ocupações urbanas em imóveis ociosos horizontais na cidade de Belo Horizonte, reunindo mais de 2.515 famílias, ou seja, um número muito superior à produção formal municipal para baixa renda, denúncia cujos movimentos sociais reverberavam a exaustão, a cada ação ou ato público (RELATÓRIO PRAXIS, 2016).

Primeiro, adveio a ocupação Dandara, experiência paradigmática que abriu e fortaleceu o ciclo, depois a Irmã Dorothy. Mais tarde, surgem as ocupações espontâneas apoiadas pelos

movimentos sociais, como a Zilah Spósito, Pomar do Cafezal e Novo Paraíso e para fechar esses quatro anos de sua primeira gestão, a Eliana Silva I e II, a primeira despejada e a segunda se consolidando durante o ano de 2012, época da reeleição de sua chapa para a prefeitura (RELATÓRIO PRAXIS, 2016).

Destaca-se que entre as talvez centenas de ações públicas de visibilização da luta social por moradia na cidade, desenvolvidas pelos movimentos sociais organizados e apoiadas por sua rede técnica e social em solidariedade, tem-se em 2013, a ocupação do prédio oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, tornando-se talvez a ação direta mais significativa deste período, pois se realizou no bojo das jornadas de junho de 2013¹⁴, adquirindo um efeito e escala muito maior (FREITAS, 2015). Isto é, milhares de brasileiros estavam nas ruas em manifestações massivas, permeados por uma multiplicidade de pautas de reivindicação e quase todas atravessadas pela questão urbana.

Após esta ação a prefeitura é obrigada a ceder e acatar a pauta de reivindicação interposta pelos movimentos que se resumia, basicamente, no fim dos despejos e regularização fundiária das ocupações urbanas existentes até então (FREITAS, 2015). Mas a ação adquire ainda uma visibilidade nacional em uma escala não antes vista e a Prefeitura, argumenta-se, é constrangida a responder ao crescimento dos movimentos sociais de moradia através das ocupações apresentadas e as suas ações sociais e políticas de reivindicação, produzindo um número bem mais significativo de empreendimentos habitacionais voltados à baixa renda, por via do Programa MCMV para a cidade de Belo Horizonte, como demonstrado acima.

De todo modo, a gestão municipal realiza a expansão do programa habitacional municipal à sua maneira, a partir da forma de produção da cidade e de sua concepção de habitação, em articulação com os setores que compõem seu arco de alianças, os agentes tradicionais da produção capitalista. Destaca-se também que o aumento desse número de empreendimentos foi favorecido pelas mudanças no quadro da política federal (PMCM), sobretudo aquela que destinou aumento significativo no valor das unidades nas grandes capitais,

¹⁴ As jornadas de junho de 2013 foram uma sequência de mobilizações de massa que se passaram nas ruas de centenas de cidades de todo o país durante o mês de junho de 2013. O movimento aparentemente começou quando uma manifestação em São Paulo foi violentamente reprimida pela PM. Ao modo de uma “fagulha que incendeia toda a pradaria” as mobilizações se espalharam por todo o país, sob o lema de que “não é por apenas 20 centavos”, contestando a afirmação posta na grande mídia e expandindo a crítica para uma diversidade de dimensões da estrutura de segregação e concentração de privilégios da sociedade brasileira. Em Belo Horizonte as grandes mobilizações se direcionaram, na maioria das vezes, para o estádio Mineirão, onde ocorriam os jogos do megaevento esportivo Copa das Confederações. Dezenas de milhares de pessoas foram as ruas e caminharam em direção ao estádio, atribuindo um significado geral à jornada belo-horizontina de contestação à legitimidade dos megaeventos esportivos e seus legados. Os movimentos sociais de moradia, como narrado, realizam, em julho, quase um mês depois, o ato de ocupação do prédio da prefeitura, reivindicando o reconhecimento e regularização das ocupações urbanas consolidadas, alcançando grande visibilidade nacional.

passando, para Belo Horizonte, de 46 mil para 65 mil o valor integralmente subsidiado pelo Fundo FAR (URBEL, 2013).

E ainda que a gestão municipal tenha expandido esse valor (investindo em volumosos recursos públicos, seja por via de recursos subsidiados diretamente do Fundo Municipal, seja através da doação de terras públicas – ver Tabela X) tem-se a forma pela qual a Prefeitura facilitou a produção dos empreendimentos: ao todo são seis terrenos doados, mais 21 milhões e 404 mil reais aportados do Fundo Municipal de Habitação (URBEL, 2015). Se dividimos por unidade habitacional produzida e/ou contratada, tem-se um acréscimo de aproximadamente 5 mil reais por unidade.

Acrescenta-se também que há a expansão da produção municipal de habitação social fazendo-se acompanhar de dispositivos que contribuam para o cerceamento da possibilidade de acesso à política formal por parte das famílias que participam das experiências ocupacionistas, contribuindo para a sua deslegitimação e criminalização. Tratou-se da Resolução nº XXXIV do Conselho de Habitação que altera os critérios gerais para o acesso à política municipal, estabelecendo, para além dos critérios exigidos pela lei federal, a necessidade de residir pelo menos cinco anos no município de Belo Horizonte, norma que anteriormente estava estipulada em dois anos.

Esta regra foi interpretada pelos movimentos sociais das ocupações como um nítido retrocesso na política, pois ignora a dinâmica intensa de migração de setores empobrecidos advindo da Região Metropolitana para as vilas, favelas e, sobretudo, para os novos assentamentos, como as ocupações urbanas que explodiam neste contexto, sobretudo as três da Izidora que já haviam ocorrido desde 2013, eram as mais massivas (chegando a reunir, segundo o discurso dos movimentos sociais, mais de 8.000 famílias) e se encontram em área municipal fronteira à Santa Luzia.

Reitera-se que mesmo nesse quadro de crescimento da habitação popular para faixa 1, nos últimos quatro anos, desapareceu por completo a modalidade autogestionária. Isto é, se ela já minguava na gestão anterior de Fernando Pimentel, com o advento do MCMV, na gestão de Marcio Lacerda, ela desaparece completamente, mesmo com a existência dessa modalidade dentro do programa, embora essa seja uma característica do programa nacional, uma vez que nenhum empreendimento foi elaborado desta forma em Belo Horizonte e também em sua Região Metropolitana.

O aprofundamento dessa forma de produção de habitação social imbricada ao projeto privado de captura da mais valia urbana se torna ainda mais evidente com a de Lei nº

10.705/2014 que “Institui a Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo, altera o Título III das Disposições Transitórias da Lei nº 9.959/10 e dá outras providências”.

Com esta lei específica a municipalidade instituía a possibilidade legal de execução dos dois maiores empreendimentos habitacionais da história de Minas Gerais¹⁵, articulando o planejamento urbano realizado em escala municipal, através dos dispositivos das Operações Urbanas, em parceria com duas construtoras de Belo Horizonte de capital aberto, isto é, atrelando o circuito de produção do espaço habitado ao capital financeiro.

O primeiro empreendimento é para região do Isidoro, dentro da gleba da Granja Werneck. Possui estipuladas para a fase I do projeto 8.887 unidades para a faixa 1 do programa (0 a 1.600) e outras 2.086 (faixa I) para a fase 3, totalizando 10.932 unidades. Cada unidade recebe o financiamento de 65 mil, totalizando o valor de R\$756.160.000,00, para primeira fase e por parte do Governo Federal. Ademais dos recursos disponibilizados pela PBH, ao todo são R\$177.920.000,00 (elevando para 20 mil a contribuição por unidade). Ao todo, portanto, para viabilizar o empreendimento o Estado aportaria quase um bilhão de reais, transferidos a única empresa gestora¹⁶.

Da mesma forma e nas mesmas proporções se encontra a proposta de empreendimento que se realizaria através da Operação Urbana Capitão Eduardo, através do mesmo dispositivo de lei apresentado acima, cujo planejamento urbano foi elaborado pela PBH e com a parceria da Construtora EMMCAMP. Neste empreendimento que se daria na antiga Fazenda Capitão Eduardo, seriam construídas cinco mil unidades para a faixa I do programa Minha Casa Minha Vida. A EMMCAMP também é a Construtora mineira de âmbito nacional, com capital aberto na Bolsa de Valores e uma das 10 que mais constroem pelo programa MCMV no Brasil.

Resta claro, portanto, esse novo formato e arranjo político-mercadológico-urbanístico que assume a produção de unidades de habitação de interesse social em Belo Horizonte protagonizados, apesar do pano de fundo de programa federal, pelo planejamento urbano e habitacional da PBH, sob a gestão do prefeito Márcio Lacerda, conduzida por um condão fortemente neoliberal.

¹⁶ Isso sem entrar ainda no mérito da discussão sobre qual qualidade urbanística e habitacional um empreendimento deste porte estaria produzindo, pois estas dimensões também assumem graves contornos, ao se perceber, por exemplo, que se trata as 8.887 unidades habitacionais da primeira fase com uma mesma tipologia, como mesmo tamanho e disposição espacial, com somente dos quartos, em prédios de oito andares, cinco para cima e três para baixo, implantados em platôs cuja diferença de relevo permitiria esta ginástica construtiva, com a técnica de blocos de concreto autoportantes. Ou seja, um mesmo padrão homogêneo de espaço projetado pela racionalidade do capital e, o que ainda mais grave, não está claro quais equipamentos públicos e de serviços comerciais serão implantados.

Vários pressupostos que haviam sido elaborados pela política habitacional municipal foram violados, desconsiderados e suprimidos nesse processo de planejamento. Para começar, o número máximo de unidades estipuladas para os conjuntos visando à harmonia do convívio social era de 300 unidades, assim com o é a normatização federal de, no máximo, 500 unidades. Mas ignora-se e produz-se empreendimentos com mais de cinco mil.

A diretriz de fazer a pobreza habitar os locais bem localizados nas cidades (providos de infraestrutura e onde já se possuem laços sociais e identitários, próximo dos locais de origem das famílias) é fortemente pervertida e assume a forma ao revés, produzindo os chamados guetos sociais urbanos, concentrando de forma afastada e isolada da cidade, toda a população sem-teto, vinda de diferentes origens urbanas e sociais e sem os equipamentos públicos necessários.

Contudo, como se sabe, a história não é linear e a materialização na realidade dos grandes projetos urbanos do Estado alinhados ao grande capital encontram fortes resistências e contradições por parte da sociedade civil. O empreendimento do Isidoro do MCMV encontra-se em um impasse diante do surgimento e consolidação das três ocupações: Rosa Leão, Esperança e Vitória, as duas últimas nos terrenos da família Werneck, integralmente postas onde se daria o empreendimento, concentrando mais de quatro mil famílias sem-teto e cujo processo será discutido em capítulo a parte.

O projeto da EMMCAMP para o Capitão Eduardo por via do MCMV com cinco mil unidades habitacionais para a faixa I do programa pode ser que não se realize, embora o processo de licenciamento esteja sendo realizado de forma acelerada, haja vista o interesse político da Prefeitura, sua realização está submetida ao contexto de instabilidade política nacional e de corte de recursos em todas as áreas, inclusive no programa habitacional federal que se acometeu a partir de 2015, com a assunção do governo interino.

Foram oito anos de governança municipal de Marcio Lacerda (PSB) em Belo Horizonte, radicalizando para a cidade o empresariamento estratégico e a democracia direta do capital que já havia sido instaurada em outras grandes capitais brasileiras nas últimas décadas, governadas tradicionalmente pela direita. Isto é, foi necessário um ciclo histórico para que a orientação mais à esquerda da gestão democrática das cidades e a inversão de prioridades públicas saíssem de campo no poder em Belo Horizonte, sobretudo com a transformação paulatina do PT operada por Fernando Pimentel, para que se desse lugar à versão liberal radical de Márcio Lacerda (PSB).

As consequências para a questão habitacional foram muitas. A cidade assume sua forma mais higienista e segregacionista, tendo importância unicamente pelo seu papel como geradora de mais valia urbana e de lucro, modificando e elevando exponencialmente a intensidade de sua disputa entre setores sociais e os grandes capitais.

Percebe-se ganho de escala no conflito muito claro na trajetória das ocupações urbanas, sobretudo às da Izidora, quando os novos movimentos sociais e a população sem-teto passam a disputar o território contra a Prefeitura, representando os interesses de empreiteira nacional financeirizada, com capital aberto na Bolsa de Valores, mas que, ao mesmo tempo, produz habitação social, com sua suposta utilidade pública à coletividade e a outros setores sociais.

Além de muitas outras implicações, pode-se apontar, o aniquilamento da participação popular, do envolvimento da sociedade civil na elaboração do planejamento urbano, até à instituição de vários dispositivos voltados ao constrangimento e à perseguição de novas formas de movimentos sociais e suas táticas e estratégias de reivindicar a cidade, como, evidentemente, nos casos das ocupações de imóveis ociosos, seja para fazer dele habitação popular condigna, ou outras funções e finalidades sociais, políticas e culturais.

Há que se ver quais serão as próximas características sociopolíticas que se delinearão sobre a governança municipal em Belo Horizonte e conseqüentemente sobre sua política habitacional: se todos os atores sociais esboçados nos capítulos posteriores se organizaram em plataformas coletivas capazes de determinar seu futuro, ou se continuaram a desenvolver suas táticas de negação e resistência aos grandes projetos neoliberais e extratores de mais valia urbana implementados, dando continuidade a este período de aprofundamento neoliberal esboçado em todo o país.

CAP. IV - OCUPAÇÕES VERTICAIS ENTRE 2006 - 2008

Em meio ao contexto sociopolítico de Belo Horizonte sob a governança urbana de Fernando Pimentel surge em 2006 a Ocupação Caracol, seguida posteriormente de outras três ocupações verticais (de prédios) também em regiões centrais da cidade: João de Barro I, II e III que descreveremos aqui e que são os passos iniciais de uma longa trajetória que reunirá posteriormente mais de 24 experiências de ocupações urbanas na RMBH.

As ocupações a partir de 2006 começam a demarcar o renascimento de um ciclo de lutas urbanas que nasce em oposição ao sentido geral que a forma de reprodução da cidade de Belo Horizonte ia adquirindo naqueles anos e que foi descrito como uma mudança de curso na gestão municipal para o planejamento estratégico, quando a extração da mais valia sobre e pelo tecido urbano adquire centralidade no planejamento da cidade em detrimento da chamada inversão de prioridades, com seu programa de garantia de direitos urbanos destinado às camadas despossuídas e desprivilegiadas.

As ocupações verticais passam a contestar esse consenso municipal entorno das políticas institucionais não só meramente através da ação discursiva, mas através da ação coletiva, social e organizada por via da apropriação da cidade e de seus recursos que, neste caso, se realizava por meio das ocupações de prédios abandonados e ociosos em meio ao tecido urbano privilegiado do capital.

Embora, como se verá, terminaram todas despejadas (Caracol, João de Barro I, II, III), possuindo no máximo seis meses e não servindo com experiência de garantia de direitos às famílias que delas fizeram parte; mas estas experiências sociopolíticas cumpriram, ao mesmo tempo, missão histórica importante ao descortinar este horizonte de possibilidades de disputa da cidade e de conformação dessa política de habitação social autorrealizada, abrindo definitivamente este ciclo de lutas sociais por reforma urbana.

1. *Ocupação Caracol*

O marco para essa guinada talvez seja o próprio nascimento da organização política “Brigadas Populares”¹⁷ e seu intercurso com a luta dos sem-teto da cidade que não estavam

¹⁷ As Brigadas Populares são organização política que nascem em Belo Horizonte em 2005, portanto um ano antes de se envolverem na construção da experiência da Caracol, se nacionalizando a partir 2012, a partir da fusão com outras organizações de outros estados do Brasil. Possuiu como uma de suas frentes de trabalho a Frente de Reforma Urbana, que foca seu trabalho político no fomento e defesa das ocupações urbanas. De forma geral, as Brigadas Populares se identificam como organização política de novo tipo, a partir de dos pressupostos gerais do marxismo

organizados nas instâncias formais da política municipal. Mesmo em torno destes anos, por volta de 2006, essas instâncias e estruturas ainda eram bastante representativas e capilarizadas, embora a política já apontasse sinais claros de esgotamento, produzindo um número baixíssimo de unidades habitacionais por ano, para o atendimento de demanda muito elevada. Tavares (2008) analisando a experiência da Ocupação Caracol e os dados oficiais apresentados pela prefeitura naquela época interpõem:

A administração pública municipal se orgulha do fato de ter distribuído, por meio de todos os seus programas habitacionais, 6.896 unidades habitacionais desde 1996. Neste ritmo e mantido constante o déficit habitacional da cidade, em 76 (setenta e seis) anos a política pública em comento terá logrado cumprir o dever estatal consignado no art.6o da Constituição da República, de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à habitação (TAVARES, 2008, p. 5).

Esse intercurso ocorre objetivamente em 2006, ano em que a organização Brigadas Populares nasce e inicia trabalho territorial e comunitário junto a associação de moradores da Vila Cafezal, no Aglomerado da Serra. Ali são surpreendidos por uma nova demanda que, até então não tinham se deparado, a dos sem-teto do Aglomerado que já estavam em vias de se apropriar de um prédio abandonado, em bairro vizinho ao Aglomerado, mas reconhecidamente de alta renda e bem estruturado, o bairro Serra, em Belo Horizonte.

Desta nova articulação para aquela década, como dito inicialmente (com exceção das Torres Gêmeas¹⁸ que nascem em 1996 e da ocupação Vila Corumbiara, no Barreiro, que também nasceu no mesmo ano) depois de praticamente 10 anos sem apresentar-se para a cidade de Belo Horizonte uma ocupação urbana organizada¹⁹, nasce a ocupação Caracol, com cerca de 30 famílias.

Esta experiência demarca sua importância histórica para a cidade, pois se retomava uma importante ferramenta de luta pelo direito à cidade que havia sido destilada pelos canais

e leninismo, mas a partir de uma leitura contemporânea e heterodoxa, assumindo a influência de vários outros autores e teóricos. Participou no envolvimento e proteção de grande parte das ocupações descritas nesta dissertação, como se verá. É a organização da qual este autor faz parte, desde 2006.

¹⁸ Torres Gêmeas é ocupação de prédio no bairro Santa Tereza, próximo ao centro da cidade, que se iniciou em 1996, ainda na gestão de Patrus Ananias (PT) e perdurou até o ano de 2012, quando as últimas famílias saíram, após ordem judicial conciliatória do Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual - o mesmo que conferiu decisão favorável à Dandara. As Torres Gêmeas são exemplo evidente de como políticas habitacionais a partir da recuperação de imóveis verticais ociosos pauperizados podem ser solução de baixíssimo custo e de elevado resultado urbanístico e habitacional, porém, é preciso obter vontade política para efetivá-la e com a guinada aos rumos do planejamento estratégico na Prefeitura de Belo Horizonte, com a eleição de Pimentel (PT) e posteriormente Márcio Lacerda (PSB), isso não ocorreu.

¹⁹ Não se pode afirmar que não houve ocupações espontâneas sem a participação de movimentos sociais. Provavelmente elas continuaram existindo, como ocorre com o crescimento “natural” das cidades em um ambiente de relações capitalistas, quando sem condições financeiras de adquirir imóveis formais, as famílias de trabalhadores continuam ocupando e/ou expandindo seus assentamentos “precários”, de forma vertical ou horizontal, seja em novas ou em glebas contínuas. Contudo, este pesquisador não registrou nenhum depoimento que reconheça a existência de alguma experiência neste período.

institucionais de participação que demonstravam ser inócuos para fazer valer as expectativas da população sem-teto e pobre da cidade no tocante à garantia da produção da habitação social.



Figura 1 Pintura urbana na entrada da Ocupação Caracol, na R. do Ouro, bairro Serra. O prédio continua abandonado até hoje, dez anos depois. Fonte: próprio autor

Ademais de abrir as fronteiras do imaginário da sociedade civil, tanto dos ativistas, como da população sem-teto e dos setores que se envolvem no apoio, redescobrimos e iluminando um verdadeiro horizonte de lutas. Os dizeres abaixo registrados no blog das Brigadas Populares são bastante representativos dessa trajetória que não se limitou a essa organização, mas expandiu-se para inúmeros setores críticos de Belo Horizonte:

Ocupação Caracol, primeira ocupação organizada pelas Brigadas Populares, em 2006. Foi construída com famílias do Aglomerado da Serra; que viram no prédio abandonado uma alternativa de moradia. O nome "Caracol" fazia referência à forma de organização dos Zapatistas, movimento revolucionário do México. Mais uma vez a Justiça esteve ao lado dos poderosos e fomos despejados. Mas essa Ocupação representou uma "guinada" para a luta urbana em Belo Horizonte; colocando as Brigadas Populares também na construção da necessária Reforma Urbana (BRIGADAS POPULARES, 2010)

A ocupação nasceu no dia 24 de novembro de 2006, ocupando prédio de cinco andares, na Rua do Ouro, bairro Serra, em Belo Horizonte, que estava abandonado há mais de 10 anos por seu suposto proprietário. As famílias e o movimento social, junto com um conjunto de estudantes apoiadores – era período de férias escolares – produziram naquele prédio abandonado e em um curto espaço de tempo, pois as famílias saem espontaneamente do prédio, menos de dois meses depois, uma verdadeira referência política e social para a cidade de Belo Horizonte.

Nesse ínterim, foram organizados festivais de música, de cinema, festas, debates e seminários, promovendo um novo ambiente de formação e agitação políticas, importantes referências para o que posteriormente se conformaria na cidade de Belo Horizonte, onde a

articulação entre essas três bases da luta social conformado por organização comunitária interna, movimento social e rede de apoio social e técnico, sustentaria o ciclo de novas ocupações de sem-teto, como se verá adiante, em uma profícua interação entre diferentes setores sociais.

Como a maior parte das ocupações deste ciclo de luta buscava promover, primeiramente, uma solução emergencial do problema específico para esse conjunto de famílias sem-teto e, posteriormente, viu-se, por parte do movimento social organizado, a possibilidade de começar a denunciar e politizar os rumos pelas quais a cidade de Belo Horizonte ia sendo conduzida e se reproduzindo, sob os auspícios do grande capital, mas escamoteado por um projeto de universalização de direitos urbanos e sociais.

Um campo crítico de formulações petistas que governavam o município de Belo Horizonte desde 1993 começava a se esboçar concretamente por via da luta pela reforma urbana, sendo provocado pela ação das Brigadas Populares junto às famílias de sem-teto e que seguiu em ritmo de acúmulo crescente até os dias de hoje, com altos e baixos, avanços e recuos, embora também sem se materializar como um projeto de poder capaz de reorganizar as bases pelas quais a cidade se produz e reproduz.

Muito pouco pode se elaborar por parte dos envolvidos acerca da capacidade de transformar o prédio em um projeto formal de habitação social. A ordem de despejo foi expedida no mesmo dia em que o proprietário ingressou com a ação judicial e os oficiais de justiça não tardaram em cumpri-la (TAVARES, 2008). Não se acumulou nesta experiência basicamente nada a respeito das possibilidades técnicas e econômicas de desapropriá-lo e encaminhá-lo para um processo de reforma e regularização.

Sabe-se que o prédio, embora abandonado durante muitos anos, encontrava-se em plena condição de uso e lhe faltava somente os acabamentos internos, como o sistema elétrico que logo foi improvisado pelos ocupantes. Do resto, já possuía cobertura, sistema hidráulico, e outros itens que, com pouquíssimo investimento financeiro por parte das famílias, poderia ser tornar uma habitação condigna e extremamente bem localizada, na Rua do Ouro, importante corredor comercial e veia arterial de ligação do bairro Serra, um dos mais valorizados da zona Sul da cidade.

É certo que também a Prefeitura de Belo Horizonte, sob o comando de Fernando Pimentel, tampouco se mobilizaria no sentido de promover um diálogo com o movimento instituído pela ocupação, seguindo seu padrão político de estabelecer como interlocutores legítimos unicamente aqueles que se encontravam dentro dos canais da institucionalidade. Sem

o poder executivo municipal, executor por excelência da política urbana e habitacional segundo a Constituição de 1988, nada poderia ser feito nesse sentido.

Ademais de que dificilmente o poder constituído apoiaria um movimento que representasse vetor contrário à valorização imobiliária do bairro Serra. Essa será, basicamente, a postura mantida durante toda a trajetória das ocupações urbanas aqui narradas, o maior obstáculo para o avanço das políticas urbanas e habitacionais emancipatórias, o comprometimento dos poderes locais com as classes capitalistas e rentistas, extratoras de mais valia urbana.

Os advogados e demais técnicos do direito que foram se constituindo como um campo crítico e progressista nesta seara e em apoio às ocupações urbanas de sem-teto nessa experiência eram ainda inexperientes e tateavam as primeiras argumentações no sentido de dissuadir a postura patrimonialista e tradicional do Judiciário.

O nome da ocupação também não foi algo fortuito. Caracol simbolizava o animal que com autonomia consegue, através de meios próprios, se prover de abrigo, através da concha que carrega pelas costas. Esta imagem do movimento Zapatista do México²⁰, utilizada para designar suas estruturas de decisões políticas igualmente autodeterminadas. O movimento e esta imagem representavam importantes influências sobre os militantes que se formavam a partir da experiência prática e não teórica da luta por reforma urbana, naquele momento.

Os Zapatistas foram e são importante referência de contraponto ao marco hegemônico do neoliberalismo, quando insurgem no México, em 1994, em um contexto de ressonância unívoca do discurso do “fim da história”, após a queda do Muro de Berlim, liberando territórios indígenas com um novo modo de fazer política e com um discurso de renovação da esperança socialista e de defesa da dignidade dos povos latino-americanos.

Em Belo Horizonte, as Brigadas Populares, guardadas as devidas proporções de escala, reacendiam a chama da esperança na luta por reforma urbana, através da ocupação de moradia de imóveis ociosos, fazendo contraponto ao consenso das políticas institucionais petistas e aos marcos do planejamento estratégico que se alçavam sobre a cidade de Belo Horizonte. Assim como descreveu Otoni (2014):

A crise urbana permanecia, a questão habitacional seguia como um desafio sem aparente solução, apesar de permanecer intacta a contradição: eram muitos caracóis sem conchas e muitas conchas sem caracóis. Aliás, mais de 170 mil

²⁰ Os Zapatistas foram e são importante referência de contraponto ao marco hegemônico do neoliberalismo, quando insurgem no México, em 1994, em um contexto de ressonância unívoca do discurso do “fim da história”, após a queda do Muro de Berlim, liberando territórios indígenas com um novo modo de fazer política e com um discurso de renovação da esperança socialista e de defesa da dignidade dos povos latino-americanos.

caracóis sem conchas em toda Metrópole belo-horizontina. Fomos despejados algumas semanas depois, o prédio até hoje permanece abandonado, da mesma forma que o encontramos e o deixamos. Crescemos e aprendemos lições importantes.

Primeiro, que era necessário voltar nossos esforços para apagada luta social urbana da capital com o claro e imperioso intuito de reacendê-la. Nós, um grupo pequenos de profissionais recém-formados e de estudantes, com formação em teoria marxista heterodoxa, constituíamos, junto a outro pequeno grupo de sujeitos sem-teto, um coletivo híbrido poderoso que, determinado, poderia começar a palmilhar, no aqui e agora, um poder constituinte para um projeto de cidade em comum e independente das forças dominantes do Estado. Segundo, que a força de uma causa e/ou de uma luta social não depende somente daqueles que necessitam direta e imediatamente do seu direito (à moradia); mas também da conquista de novas subjetividades, sobretudo daqueles que não dependem diretamente da luta para continuarem sobrevivendo, mas que percebem na solidariedade ativa, uma forma nova de ser e estar no mundo (OTONI, 2014, p. 2).

2. *Ocupação João de Barro*

A ocupação João de Barro representou uma guinada definitiva da parte das Brigadas Populares em direção aos rumos da luta pela reforma urbana em Belo Horizonte. Em ação mais audaciosa e de maior envergadura, no dia 28 de abril de 2007, portanto, cerca de alguns meses após o despejo da ocupação Caracol, somando a mais dois outros movimentos sociais da cidade, o do Fórum de Moradia do Barreiro e o da Assembleia Unificada dos Sem-Casa²¹, as Brigadas Populares, mais um coletivo de 200 famílias sem-teto, ocuparam um prédio também no bairro Serra, na Rua Corinto nº 2015, que estava abandonado há 15 anos, segundo informações divulgadas pelos movimentos (BRIGADAS POPULARES, 2007).

O mérito da ocupação é voltar a escancarar a realidade urbana de Belo Horizonte que, embora tenham passado por gestões que ficaram conhecidas como democráticas e populares e que instituíram um conjunto de medidas, ações e políticas para reverter o quadro de grandes desigualdades socioespaciais, sob o pano de fundo da Constituição Federal de 1988, continuavam se desenvolvendo sob os auspícios da especulação imobiliária que, entre outras consequências, encravava em meio ao tecido urbano, a contradição pungente: “é muita casa

²¹ Ambos os movimentos possuem história limitada neste ciclo de lutas. A Assembleia Unificada dos Sem-casa extingue-se logo após o insucesso da ocupação João de Barro. O Fórum de Moradia do Barreiro estende um pouco mais sua relevância, ao construir a primeira ocupação horizontal, em um terreno vazio, neste ciclo histórico, a ocupação Camilo Torres, como se verá. Ambos possuíram origem nos núcleos de moradia responsáveis por reunir as famílias sem-teto demandantes de novas unidades da política oficial da prefeitura de Belo Horizonte desde 1993, quando foi criado o orçamento participativo da habitação, mas que, com a guinada ao planejamento estratégico na condução política da cidade, resolveram voltar a organizar as famílias sem-teto em ocupações como instrumento de enfrentamento político direto.

sem gente e muita gente sem casa”. E que desde então esses movimentos sociais passam a denunciar diuturnamente:

Enquanto isso, segundo pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, em 2002, a cidade amarga um déficit habitacional de 55.000 (cinquenta e cinco mil) unidades. Cumpre constar que se trata de um levantamento quantitativo, que não considera o aspecto qualitativo, ou seja, naquela cifra não se incluem as unidades habitacionais com alto grau de precariedade, localizadas nas vilas e favelas da cidade, inclusive, em áreas de risco. Lado outro, conforme dados da referida Fundação, há na cidade mais de 70.000 (setenta mil) imóveis abandonados, que não cumprem a função social constitucionalmente prevista. Contrapondo-se esses números, tem-se um triste paradoxo: “há muita gente sem casa e muita casa sem gente” (BRIGADAS POPULARES, 2007).

Esse dado apresentado por importante pesquisa da Fundação João Pinheiro torna-se documento fundamental de toda ação discursiva dos movimentos que se gestavam a partir desta prática, escancarando a grandeza da escala deste processo especulativo sobre o imobiliário urbano, apontado o paradoxo da comparação entre famílias sem-casa e imóveis vazios em condições de serem habitados.

Não só a partir do levantamento destes dados essa realidade era criticada, mas como a própria prática de apropriação da cidade por via da ação direta do ato de ocupar. Em menos de um ano, escancarava-se para a cidade de Belo Horizonte dois grandes prédios, no mesmo bairro, abandonados, retidos pela especulação e que estavam em plenas condições de tornarem-se moradias sociais, sem contar o exemplo das Torres Gêmeas que até então seguiam ocupadas.

O prédio ocupado desta vez era muito maior, com quinze andares. O prédio foi abandonado ainda em processo de construção, quando a empresa responsável, a ENCOL Ltda. ingressou em processo de falência, deixando milhares de mutuários a ver navios em todo o Brasil.

O edifício chegou a ser nomeado como “Maison Pratique” e foi projetado para atender os padrões de renda média e alta, visto o local em que se inseria. Seus mutuários constituíram uma associação para se organizar e cobrar os débitos da então massa falida da ENCOL, mas como descreveu Frank da Mata Machado, advogado das famílias, nem todos os moradores se configuravam como famílias de renda média em busca do sonho da casa própria, mas sim em especuladores urbanos:

O imóvel onde se localizava a ocupação João de Barro, não pertence ou nunca pertenceu à famílias de classe média que um dia compraram um apartamento da antiga construtora Encol e foram lesadas por essa construtora. Há uma minoria de pessoas nesta situação. E na verdade esse imóvel decorre de um processo falimentar da construtora Encol que ocorreu contrariamente a própria lei de falências em que algumas pessoas ganharam de presente do poder judiciário aquele imóvel. Ali havia, portanto, um dos principais jornais de Minas Gerais, o S.A. Estado de Minas, havia uma grande seguradora, havia

um parlamentar, ou seja, quem tentava tirar as famílias eram pessoas influentes e grupos econômicos poderosos (TAVARES, 2008).

Esse apontamento talvez justificasse a intensa campanha que o Jornal Estado de Minas realizou contra as famílias ocupantes e o movimento social que se constituía no entorno daquela ação, divulgando dezenas de matérias e notícias pautadas em tons que giravam no entorno desta manchete divulgada no dia, 09 de junho de 2007: “Sonho da casa própria vira pesadelo”, ao mencionar e denegrir os propósitos e imagem dos ocupantes e que mereceu a seguinte resposta dos movimentos:

Viemos manifestar nossa discordância com a postura do jornal manifestada na matéria intitulada "Sonho da casa própria vira pesadelo", publicada no dia 09 de junho de 2007, no caderno Gerais, do respeitado Jornal Estado de Minas S/A. A referida matéria assume a posição dos vinte associados do Maison Pratique tratando-os como vítimas e, lamentavelmente, condenando as famílias que hoje moram no edifício localizado na Rua Corinto, 215, Serra, sem dar-lhes oportunidade de defesa no que diz respeito às acusações relatadas.

As famílias da Ocupação João de Barro não têm nada contra os mutuários da massa falida da Encol, antes pelo contrário, o movimento em inúmeras ocasiões manifestou solidariedade àqueles que foram vitimados pela dita empresa. No entanto, cumpre constar que a falta de moradia não é um problema para estas famílias que podem comprar um apartamento de R\$ 200.000,00 na Zona Sul da cidade como afirma a matéria (BRIGADAS POPULARES, 2008).

As famílias advinham em sua grande maioria do Aglomerado da Serra, complexo de favelas vizinho ao bairro da zona Sul e onde as Brigadas Populares mantinham trabalho territorial desde 2005. Pode-se sugerir que podiam ser aquelas que sentiam os primeiros efeitos do encarecimento do custo de vida após o curso das intervenções sistemáticas realizadas neste aglomerado com o programa Vila Viva, iniciado em 2005. Outra parte também advinha de núcleo das estruturas formais da política habitacional da PBH, mas que nestes anos já entravam em processo mais abertos de dissidência, motivados pelos movimentos Fórum de Moradia do Barreiro e Assembleia Unificada dos Sem-Casa, cujas lideranças passavam a se posicionar criticamente, como descreve o trecho abaixo, carta-panfleto elaborado por Bruno Viera e divulgado na época pela liderança do extinto Fórum de Moradia do Barreiro:

O movimento de moradia conquistou 1.800 unidades habitacionais no OPH 2003/2006, dando 450 unidades habitacionais (UH) por ano, das quais 1.700 ainda não viraram nem projeto. E no OPH 2007/2008 foram discutidas 600 UH, ou seja, 300 casas ao ano. De fato, nunca foram discutidas tão poucas UH na história do OPH, o que nos leva a pensar que a PBH abriu o último OPH sobre pressão e que não há vontade política para fazer do OPH realmente um programa que atenda a demanda reprimida de UH na cidade. O que adianta um bom projeto (OPH), se não tem recursos suficientes para desenvolvê-lo? (VIERA, 2007).

É um tema que nessa dissertação tomamos com um pressuposto: há uma guinada ao planejamento estratégico realizado pelo curso das gestões de Fernando Pimentel (PT 2002–2008) na PBH, que abriu mão dos pressupostos da inversão de prioridades das gestões petistas passadas (1993–2002), consolidando a passagem para a gestão radicalmente neoliberalizante de Márcio Lacerda, a partir de 2008.

Em 1993 a 1996, como foi visto, se produzem conquistas para a política habitacional municipal, incluindo aí OPH recém-criado, cerca de quatro mil unidades. A partir de então esse número vai diminuindo, até atingir o número mais baixo alcançado pelo OPH nos anos de 2007–2008, últimos anos da gestão Pimentel, até o ponto da liderança que ajudou a constituir a política e que fazia sua estrutura se questionar: há interesse para realizá-lo? O que adianta um bom projeto se não há recursos suficientes para desenvolvê-lo? Sendo ainda que nos anos seguintes, a próxima gestão da PBH eliminou o programa para sempre, substituindo o pelo Minha Casa Minha Vida.

É diante deste desvio do sentido e da capacidade de dar resposta à demandas legítimas em Belo Horizonte que começa a se delinear uma nova rede de movimentos sociais de moradia, criando novo campo, fora das influências dos partidos da institucionalidade e de seus espaços de participação, que se inicia com estas ocupações de prédio aqui narradas e posteriormente direciona-se para as mais de 24 experiências de terrenos ocupados e autoconstruídos.

Outro mérito desta experiência e deste novo campo que ia se formulando com base na visão de mundo constituída entorno da reforma urbana é que se passa a reivindicar de forma mais sistemática a aplicação dos instrumentos de políticas urbanas criadas pelas Constituição Federal e regulamentados pelo Estatuto das Cidades, não só com o cumprimento da função social da terra e da cidade, como a possibilidade da desapropriação dos imóveis ociosos e também da utilização do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo para coibir seu crescimento e manutenção, dispositivos desaparecidos do panorama prático e legislativos de Belo Horizonte e outras capitais do país. Já neste momento, os movimentos reivindicavam, como divulgado em nota pública de julho de 2007:

1º) Criar um amplo debate com a população sobre a verdadeira causa dos problemas urbanos e colocar na agenda da sociedade a pauta da Reforma Urbana Popular e Democrática, que conte com a participação de setores organizados da sociedade civil.

2º) Regulamentar o Estatuto das Cidades, lei federal que ainda não foi colocada em prática em BH pela ausência de vontade política da Câmara Municipal, que deve criar regulamentação específica de acordo com o Plano Diretor e com a situação específica do município. Com esta em vigência ficará instituído o IPTU progressivo no tempo e no espaço, instituto jurídico que prevê o aumento progressivo do IPTU para imóveis que não cumprem a função social, até um terço do seu valor, sendo este passível de desapropriação pelo poder público.

- 3º) Revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte, até outubro de 2007, revisão esta que deve contar com a participação da sociedade civil e suas instituições.
- 4º) Fazer cumprir a Constituição Federal que estabelece que toda a propriedade deve cumprir a função social. Neste sentido, reivindicar a desapropriação de todos os imóveis abandonados com vista à construção de moradia populares ou instalação espaços voltados aos interesses populares (BRIGADAS POPULARES, 2007).

Trata-se de inflexão pertinente, pois se insere na lógica de reivindicação mais estrutural e menos imediatista, não pautada somente pelo atendimento urgente da demanda por novas moradias, que costuma se resumir no pleito pela construção de novas unidades, mantendo, muitas vezes, relação paternalista com o Estado, mas por reivindicações que incidam sobre os pontos estruturais de produção e reprodução das cidades, embora até hoje, nunca tenham sido atendidos e incorporados pelo poder público municipal ou outras esferas do poder constituído.

No caso da ocupação João de Barro I (foi inclusive, sistematicamente divulgada situação que se tornará rotineira, como veremos posteriormente, para todos os casos de imóveis ocupados) da sonegação fiscal existente, com os proprietários dos apartamentos do prédio da antiga massa falida da Encol sofrendo mais de sete ações de execuções fiscais por parte do município de Belo Horizonte em função de sua dívida de IPTU.

A ocupação, embora tenha criado importante conflito urbano na cidade, abrindo novos canais de discussão, movimentando bastante a opinião pública mineira, politizando o tratamento dado ao tema, sobretudo pelo poder judiciário e o poder público municipal, não resistiu por muito tempo. Foram entorno de seis meses de duração, até que os movimentos sociais e as famílias ocuparam novo prédio, constituindo João de Barro II, com alternativa ao despejo do antigo imóvel que seria incontornável.

3. *João de Barro II e III*

As ocupações João de Barro II e III são consequências do despejo realizado na João de Barro I, quando sem alternativas apresentadas pelo poder público (judiciário, pela PBH, pelo Governo do Estado e Federal) as famílias, mantendo toda a lógica de garantia de direitos instituída por percurso sociopolítico desta luta, como veremos, a da cidadania autoconstruída, também se outorgam as próprias saídas para contornar as violações de direitos perpetradas pelo Estado, e, como tal, realizam outras ocupações para escapar dos despejos determinados às anteriores.

Buscando, portanto, manter a situação de emancipação que haviam conquistado mesmo que temporariamente, com a superação do aluguel, ou da moradia de favor ou ainda em situações mais precárias como aquela sob risco geológico, as famílias, juntamente com as Brigadas Populares e o movimento Fórum de Moradia do Barreiro, realizam a ocupação João de Barro II, no dia 7 de setembro de 2007, dia da Independência, aproveitando o feriado e a data simbólica, apropriando-se de prédio vazio na Avenida Presidente Antônio Carlos, no bairro Pampulha, próximo à trincheira com a Avenida Santa Rosa (ADITAL, 2008)



Figura 2 Visão da fachada do antigo hospital Cardio Centro que deu lugar a Ocupação João de Barro, na av. Antônio Carlos. Fonte: próprio autor

O prédio ocupado era um antigo hospital com quatro andares, as acomodações foram improvisadas, formando “unidades habitacionais” com salas, corredores e um ou mais cômodos. Apesar de ser grande o suficiente para acomodar cerca de 50 famílias que resolveram persistir na luta, entre as 200 que inicialmente tomaram posse do prédio da Encol no bairro Serra, as debilidades em infraestrutura do prédio, como a ausência de um telhado sobre a laje que, em épocas de chuva, deixava a água escoar pelas paredes e corredores, contribuiu para acelerar o despejo que não tardou em vir com mais uma decisão desfavorável por parte do judiciário mineiro.

Antigas salas de cirurgia cederam lugar aos poucos móveis já surrados, adquiridos ao longo de toda uma vida de labuta. A área de espera das intermináveis filas do pronto-atendimento do hospital de 4 andares – abandonado – agora, era o cenário de Assembleias Populares, aulas de formação, reuniões das comissões de trabalho e confraternização com os apoiadores da ocupação. Não tardou muito e veio a reação dos poderosos, sempre partindo da insensibilidade e conivência do Judiciário mineiro. Em três meses, foi realizado o despejo (ADITAL, 2008).

A ocupação terminou com um despecho equivalente ao da João de Barro I, durando pouco mais de quatro meses. Em janeiro de 2008, as famílias, juntos com os membros das Brigadas Populares, deixam o prédio que estava com operação policial de remoção marcada, para ocupar outro, desta vez, no centro da cidade, uma pequena casa abandonada na Avenida Amazonas, conformando a João de Barro III.

A iniciativa permaneceu por pouco tempo, mas serviu para denunciar mais uma vez a lógica especulativa que se apodera de parte relevante dos imóveis de todas as cidades imersas em relações capitalistas, como Belo Horizonte. Esta é uma casa entre centenas que se dispõem na paisagem da Avenida Amazonas dentro perímetro central da cidade, até os dias de hoje.

No caso particular deste imóvel a ocupação desvelou um uso especulativo e ilícito, uma vez que o imóvel estava retido pela Justiça Federal e fez parte de um conjunto de bens adquiridos por quadrilha criminosa desmantelada pela polícia no ano de 2007, máfia que produzia a droga Emagressim, remédio utilizado para emagrecer com psicoativos que causavam dependência física e química, como a anfetamina (ADITAL, 2008)²².

Não importando os fatos narrados, esta antiga proprietária acusada de chefiar a quadrilha, ingressou com ação de reintegração de posse na Justiça e obteve decisão liminar favorável, o que levou à desorganização da última ocupação de imóvel no centro de Belo Horizonte para fins habitacionais deste período²³ e deste ciclo de luta por moradia que renascia, embora se reorganizando a partir destes três despejos.

Tabela 4 - Ocupações Urbanas Verticais - 2006 à 2008 - em Belo Horizonte (despejadas)

Ocupação	N ° de Famílias	Data	Localização	Movimentos Envolvidos
Caracol	30	nov/06	Rua do Ouro / Serra	Brigadas Populares
João de Barro	200	abr/07	R. Corinto / Serra	Bp's, Fórum de Moradia do Barreiro e Assembleias Unificada dos Sem-casa
João de Barro II	70	set/07	Av. Antônio Carlos / Pampulha	Bp's e Fórum de Moradia do Barreiro

²² Link do veículo jornalístico Adital acessado em abril de 2016:

<http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=33060&lang=PT>.

²³ Embora as Torres Gêmeas se mantivessem ocupadas com as famílias sem-teto desde 1996 e que só foram deixar o imóvel com o incêndio em 2010 e depois de decisão judicial de 2012.

Tabela 5 Ocupações Urbanas Verticais - 2006 à 2008 - em Belo Horizonte. Fonte: elaboração própria, 2016.

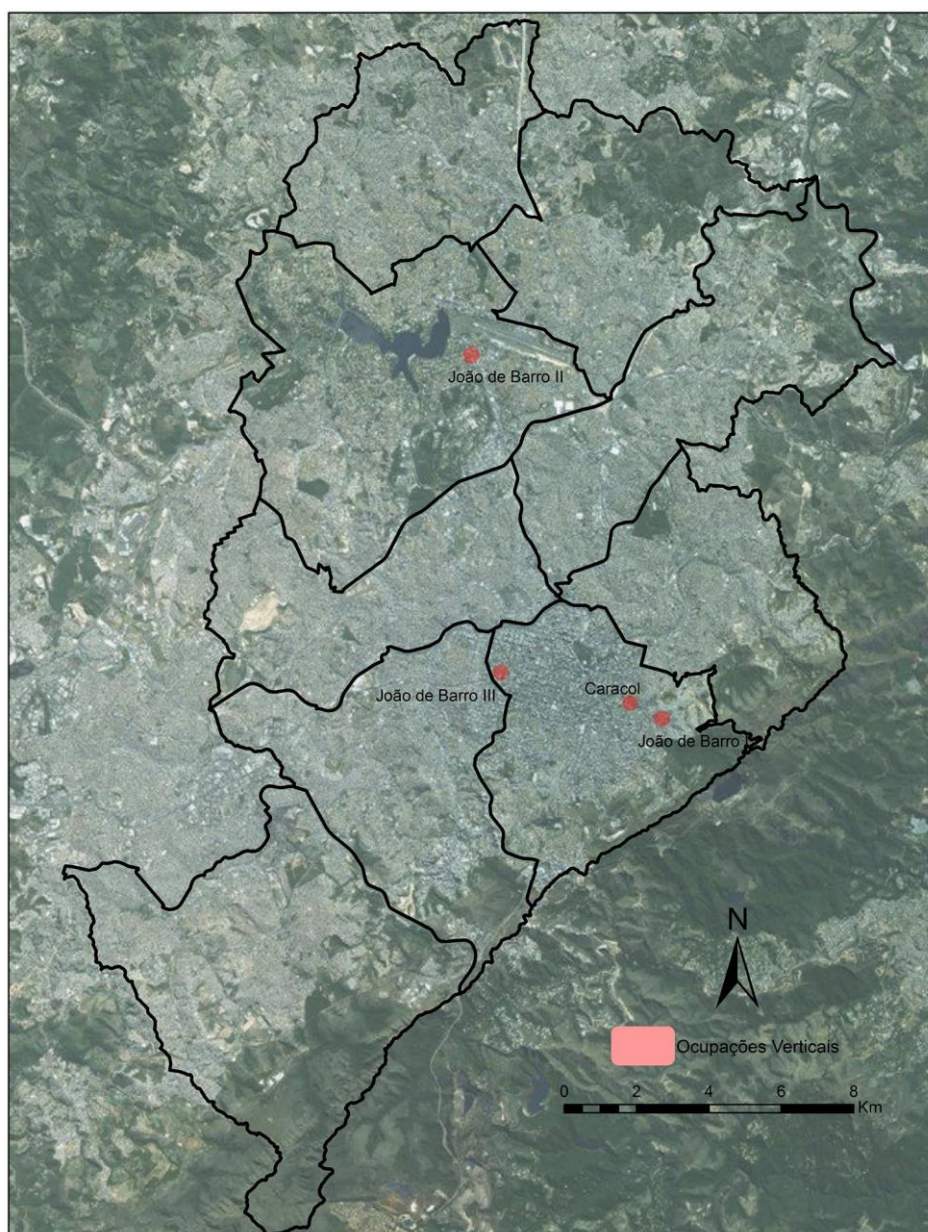


Figura 3 Localização das Ocupações Urbanas Verticais - todas situadas em zonas mais centrais da capital

4. Das ocupações verticais aos terrenos horizontais

E aqui ocorre inflexão importantíssima dentro dessa trajetória de luta social de reforma urbana por via das ocupações organizadas de imóveis ociosos por movimentos sociais e coletivos de famílias de sem-teto, qual seja, o abandono da tática de ter como objeto ocupações

de imóveis construídos e verticalizados em áreas centrais de Belo Horizonte para voltar-se para a ocupação de terrenos vazios e não edificados na periferia da cidade, com seu ambiente construído interno sendo produzido pelos próprios moradores, por via da autoconstrução.

Como se verá, a estratégia utilizada posteriormente será muito mais bem sucedida (nos sentido de que as experiências não se encerram com o despejo das famílias e com reintegração da posse ao proprietário) e com Camilo Torres e Ocupação Dandara que, como as duas primeiras experiências em terrenos horizontais, abrem o ciclo para mais outras 23 experiências contabilizadas por esta pesquisa, envolvendo mais de 15 mil famílias na região metropolitana de Belo Horizonte e definitivamente se apresentando alternativa de moradia para as camadas populares no quadro exíguo de possibilidades oferecidas pelo poder público e pelo mercado imobiliário em meio a relações capitalistas de produção do espaço urbano.

Muitos são os fatores sociais, organizativos, políticos, econômicos e estruturais para esta inflexão. O primeiro talvez seja o próprio movimento centrífugo imperioso de desenvolvimento capitalista da cidade que desloca a pobreza para a acomodação nas periferias desprovidas de infraestrutura. E, nesse sentido, os movimentos sociais teriam conseguido se impor diante desta lógica, construindo vetores de exceção.

Como se as forças do Estado/Capital trabalhassem de forma mais eficiente para combater as iniciativas que tentassem abrir brechas no sentido contrário à regra de valorização do espaço urbano nas zonas mais centrais e abastadas. E nesse sentido empurraram as ocupações urbanas destas áreas para as periferias, onde as camadas populares residem e resistem tradicionalmente²⁴. Muito embora, como se verá, importantes experiências deste ciclo de lutas urbanas se impuseram, como a ocupação Dandara, as ocupações do Barreiro e as do Izidora, em áreas que representam forte vetor de valorização e expansão do mercado imobiliário, em contextos históricos e econômicos de aquecimento do desenvolvimento urbano.

Ademais que, junto ao movimento econômico e político imperioso de expulsão da pobreza para a periferia, tem-se os fatores sociais, simbólicos e culturais que o acompanham. É mais fácil a assimilação pelos poderes constituídos de experiências de ocupações de terra e imóveis em zona onde tradicionalmente a pobreza já se estabeleceu do que em bairros e setores da cidade controlados pelas classes dominantes em função do preconceito e discriminação de toda ordem que se impõe sobre os sujeitos sociais mais pobres, como a forte criminalização, etc.

²⁴ Ver mapa da pág. 71.

Outro fator é que não havia no horizonte de interação do Estado com a sociedade civil (neste caso os agentes que protagonizavam o movimento) possibilidade alguma de institucionalização destas experiências por via da absorção das políticas públicas vigentes. Do ponto de vista político e ideológico, o projeto urbano e habitacional dos núcleos dirigentes do PT no poder municipal já estava claro nesse momento, fomento do desenvolvimento urbano através de grandes obras e por via de agentes privilegiados da produção capitalista do espaço (construtoras, incorporadoras, bancos, etc.) e tratamento focalizado da pobreza, organizada institucionalmente para beneficiar-se das políticas públicas existentes. Ao passo que, segundo a perspectiva dos movimentos, as ocupações urbanas fomentavam projeto e discussão mais amplos, como reforma urbana, controle social do desenvolvimento territorial, políticas públicas universalizantes, etc.

Essa visão institucionalizada de desenvolvimento urbano não contemplava esta modalidade de produção habitacional de interesse social, a desapropriação de prédios vazios retidos pela especulação imobiliária para sua reforma e destinação à habitação popular; a forma produtiva dominante era a produção de novos empreendimentos, como conjuntos habitacionais também em áreas residuais da cidade, terrenos nas periferias, ou em áreas remanescentes nas Vilas e Favelas, com unidades residências verticalizadas, apartamentos com 50 m², produzidos por construtoras, imobiliárias de médio e grande porte, por via de licitações.

E mesmo que os movimentos sociais e as ocupações seguissem um projeto de tentativa de permanência mais autônoma, sem interação com as políticas vigentes, é interessante notar que houve pouco envolvimento nesse momento histórico com o setor de assessoria técnica da arquitetura e urbanismo, desfavorecendo fortemente a potência política e de permanência destas experiências, diferentemente do que ocorre com o ciclo posterior de ocupações horizontais, como veremos adiante.

Como não houve quase nenhuma interação destes setores técnicos com as ocupações João de Barro I, II, III, além de que vários problemas de ordem cotidiana e de infraestrutura dos prédios não podiam ser contornados de forma eficiente, como os sistemas de instalações de água, luz e saneamento que careciam de uma resposta mais projetual e abstrata, como só o conhecimento técnico poderia conferir, não se chegou a vislumbrar possibilidades institucionais de recuperação, reforma e institucionalização das moradias que também só os projetos no campo da arquitetura poderiam articular, seja por via de políticas e com financiamento ou autonomamente.

A ausência da assessoria técnica pode ser posta como um dos fatores que deixou de fortalecer a vida cotidiana mesma no interior dos prédios e de cada experiência de ocupação, deixou de favorecer o argumento político de permanência dos prédios ocupados, seja diante do Judiciário ou da sociedade e deixou de fortalecer uma possibilidade de sustentação autogestionada dos processos.

Um forte contraste com a conjuntura na cidade de São Paulo, na qual as assistências técnicas especializadas acumularam durante mais de 20 anos esses processos de mediação com os movimentos de sem-teto, para toda sorte de experiências horizontais, verticais e de recuperação de imóveis abandonados e ociosos, desde quando essas ações eram política institucionalizada no período de governo da Luiza Erundina (89–93) e até hoje, passando por gestões de diferentes orientações ideológicas, mas onde os movimentos de ocupação permaneceram fortalecidos pela contribuição técnica politizada.

Nesse sentido em que os movimentos sociais de moradia, no caso as Brigadas Populares e o Fórum de Moradia do Barreiro são levados a experimentar a garantia e conquista do direito à moradia por via da ocupação horizontal, justamente no Barreiro, na região do Vale do Jatobá, tradicionalmente ocupada pela classe trabalhadora, inclusive por processos de luta social, como na própria Vila Santa Rita que dá nome ao bairro onde se localiza a Camilo Torres, articulando nesse sentido, os processos de produção imobiliária realizada pela autoconstrução, mediados pelo saber popular e que tradicionalmente abrigou e edificou as unidades residências das camadas populares, com ou sem auxílio do conhecimento técnico, monopolizado pelas classes dominantes.

Neste período, a negativa intransigente dos poderes constituídos em dialogar com essa forma de luta das ocupações dissidentes as manteve em situação de isolamento e polaridade diante do Estado, obrigando-as a se desenvolver por meios próprios. E essa autonomia produtiva e política não foi possível realizar por meio das experiências verticalizadas, mas por via da autoconstrução nos terrenos horizontais nas periferias.

Por fim cabe salientar o último argumento que contribuiu para esse “sucesso” – isto é, a permanência das experiências de ocupações urbanas horizontais e autoconstruídas – e que talvez seja o mais preponderante se o analisamos do ponto de vista das estratégias de resistência às forças do Estado que ordenam e executam as remoções forçadas, posto pelo Joviano Mayer (2015), advogado popular e pelos militantes das Brigadas Populares, na passagem abaixo:

a autoconstrução nas ocupações urbanas possui vários significados políticos, desde contribuir para a consolidação do assentamento recém-constituído e, desse modo, tornar bastante oneroso do ponto de vista político e social o cumprimento da reintegração de posse, até a produção de um território no qual

as famílias posseiras estejam mais dispostas a lutar em defesa da sua moradia, mais do que fosse, por exemplo, uma ocupação vertical, de prédio abandonado, no qual cada família deposita um investimento mínimo de recursos (MAYER, 2015 *apud* SABERES AUTOCONSTRUÍDOS, p. 121).

E isso se torna bem claro passado quase oito anos desde a experiência da Camilo Torres, na qual poucos processos de remoção forçada das ocupações organizadas e autoconstruídas se passaram no panorama dos conflitos e lutas sociais por moradia na RMBH. Uma única ocupação foi objeto de remoção em Belo Horizonte, até a data desta pesquisa, a primeira experiência foi a da primeira Eliana Silva (2012), nenhuma unidade habitacional ainda havia sido construída em alvenaria, somente lona. Depois, na região metropolitana somente ocorreram despejos de ocupações espontâneas e realizadas sem apoio dos movimentos sociais.

O que não quer dizer que o processo autoconstrutivo não carregue em si mesmo importantes e profundas contradições que veremos em capítulo à parte. Mas ao fim, a afirmação de Lourenço (2015) não deixa de ser verdade, segundo a qual os movimentos sociais organizados, sendo empurrados para a periferia e para a utilização da autoconstrução, fizeram dessa prática necessária, um discurso de virtuosismo, ressaltando em sua narrativa da luta somente os aspectos positivos que carrega, contribuindo para ocultar suas contradições e dificultando uma reflexão sobre as formas e possibilidade de sua superação.

CAP.V - OCUPAÇÕES URBANAS HORIZONTAIS E ORGANIZADAS

Até 2008 (neste ciclo histórico de ocupações urbanas organizadas, como uma forma de substituição da política pública habitacional realizada pelo Estado, engendrada por uma concentração de atores da sociedade civil) buscou-se produzir e consolidar experiências que fizessem do ambiente construído da cidade, isto é, o parque de imóveis edificados, bem localizados e retidos pela especulação imobiliária, o suporte para a garantia de direitos para às famílias sem-teto²⁵ da cidade de Belo Horizonte.

Como apresentado anteriormente, eram muitas as razões para esse tipo de tática e de padrão de ação coletiva para garantia do direito à moradia das famílias sem-teto. Partia-se da leitura de que a cidade possuiu um número suficiente de imóveis abandonados para a universalização do direito à moradia, bastando que estes fossem direcionados à posse das famílias sem-teto, fazendo-o por via da ação direta e organizada, uma vez que o Estado se ausentava desta obrigação constitucional e realizava políticas de habitação nos modelos do apresentado nos capítulos anteriores.

Dessa forma, pretendia-se garantir não só o direito à moradia adequada às famílias, com um patamar menor de investimento na reparação e recuperação dos imóveis, como também garantia importante dimensão do direito à cidade, vivendo em locais próximos aos centros urbanos, bem equipados e providos de infraestruturas, equipamentos públicos e oportunidades de lazer, trabalho e tantas outras dimensões para o exercício de uma vida plena em direitos.

Contudo, como se viu no capítulo anterior, não foi possível consolidar por mais de seis meses nenhuma destas quatro experiências que se sucederam no período entre 2006 e 2008 – Ocupação Caracol e as João de Barro I, II e III – em função das razões já expostas. A partir de então, como se verá detalhadamente a seguir, inicia-se o ciclo de processos socioespaciais e políticos que reúne todas as características das experiências de ocupações urbanas pelo direito à moradia e à cidade aqui apresentadas.

Desde 2008 até o ano de 2015, data que se encerra esta pesquisa, foram contabilizadas para o limite administrativo e geográfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 24 experiências de ocupações urbanas, reunindo quase 15 mil famílias, ou cerca de 55 mil pessoas, como ciclo de lutas sociais e por reforma urbana que garantiu o direito à moradia e à cidade a

²⁵ A expressão sem-teto aqui é figurada. Trata-se de uma forma pela qual tradicionalmente se denominou as famílias que estão em situação de direito violado à moradia, seja por coabitar de favor, em alugueis onerosos, em situações mais degradantes como risco geológico, em áreas alagáveis e muitas outras. A todas estas se atribui o rótulo de famílias de sem-teto, como se não tivessem um teto em condições de dignidade.

totalidade de cidadãos aí expostos. A Tabela e o mapa a seguir apresentam os dados e as características básicas destas experiências:

Tabela 6 - Ocupações Urbanas Horizontais - Ciclo de Lutas a partir de 2008

Ocupação	Localização	Nº de famílias	Ano de criação	Movimentos envolvidos	Organizada /Espontânea
Canto do Rio	Oswaldo Barbosa Pena - Nova Lima	19	1996	MLB	Espontânea
Novo Lajedo	Tupi - Belo Horizonte	3.500	2002	Associação Comunitária Novo Lajedo / Brigadas Populares	Espontânea
Camilo Torres	Barreiro – BH	142	fev/08	Fórum de Moradia do Barreiro	Organizada
Dandara	Céu Azul – BH	1200	abr/09	Brigadas Populares	Organizada
Irmã Dorothy	Barreiro – BH	223	fev/10	Fórum de Moradia	Organizada
Canaã	Nova Suíça - Nova Lima	12	jan/11	MLB	Espontânea
Zilah Spósito / Helena Greco	Zilah Spósito – BH	130	nov/11	MLPM / Brigadas Populares	Organizada
Vila Pomar do Cafezal	Aglomerado da Serra	120	mai/12	Arquitetos Sem Fronteiras / Bp's / Comissão Local	Organizada
Novo Paraíso	Palmeiras - BH	350	ago/12	Brigadas Populares	Espontânea
Eliana Silva	Barreiro – BH	350	ago/12	MLB	Organizada
Nova Cachoeira	São José da Lapa	60	nov/12	MLB	Espontânea
Guarani Kaiowá	Ressaca – Contagem	150	mar/13	Brigadas Populares	Organizada
Rosa Leão	Zilah Spósito – BH	1500	mai/13	MLB/CPT/BPs/MLPM	Organizada
Esperança	Londrina/Santa Luzia	2000	jun/13	MLB/CPT/BPs	Organizada
Vitória	Baronesa/Santa Luzia	2500	jul/13	MLB/CPT/BPs	Organizada
Willian Rosa	Nacional – Contagem	600	out/13	Lutas Populares	Organizada
Nelson Mandela	Barreiro – BH	310	mar/14	MLB/CPT	Espontânea

Tomás Balduino (R)	Areias - Ribeirão das Neves	280	mai/14	Brigadas Populares	Organizada
Primeiro de Maio	Sítio Poções - Betim	78	mai/14	CPT/ BP's	Espontânea
Tomás Balduino (B) Vila	Jardim Petrópolis – Betim	110	jul/14	Pastoral da Juventude/BPs / MLB	Espontânea
Esperança do Calafate	Calafate - Belo Horizonte	70	set/14	Frente Terra e Autonomia	Espontânea
Shekinah	Betim	160	set/14	Pastoral da Juventude/Bp's / CPT	Espontânea
Terra Nossa	Taquaril - Belo Horizonte	235	nov/14	Autônoma	Espontânea
Paulo Freire	Barreiro – BH	170	mai/15	MLB	Organizada
TOTAL		14269			

Tabela 6 Ocupações Urbanas Horizontais - ciclo de lutas sociais a partir de 2008. Fonte: PRAXIS, 2016 e elaboração própria.

Entende-se conformar um ciclo de lutas urbanas particular, porque todas estas experiências organizam-se a partir da reunião das seguintes características: como nas experiências anteriores, instalam-se sobre imóveis vazios e abandonados, descumpridores de sua função social e normalmente monopolizados pelos agentes tradicionais da produção capitalistas do espaço – especuladores urbanos, construtoras, incorporadoras, bancos ou grandes empresas – mas em terrenos horizontais na periferia da cidade, embora majoritariamente envoltos pelo tecido urbano.

E que por isso tornam-se territórios produzidos a partir da autoconstrução integral do ambiente interno, desde e, sobretudo, às unidades habitacionais, até nas ruas, espaços coletivos, estruturas de distribuição de luz, água, e tantos outros elementos; diferentemente dos processos de ocupação de imóveis horizontais anteriormente narrados, carregando os limites, as contradições e também potencialidades deste processo produtivo.

Que se instauram também abrindo conflitos sociais e políticos contra o poder hegemônico no Estado, alinhado ao capital; a partir da agência e imbricação com uma rede de atores coletivos cuja centralidade é ocupada pelos movimentos sociais, mas que se expande para entidades e coletivos de assessoria técnica de diferentes profissões e áreas do conhecimento, entre outras formas de apoio social e cidadão.

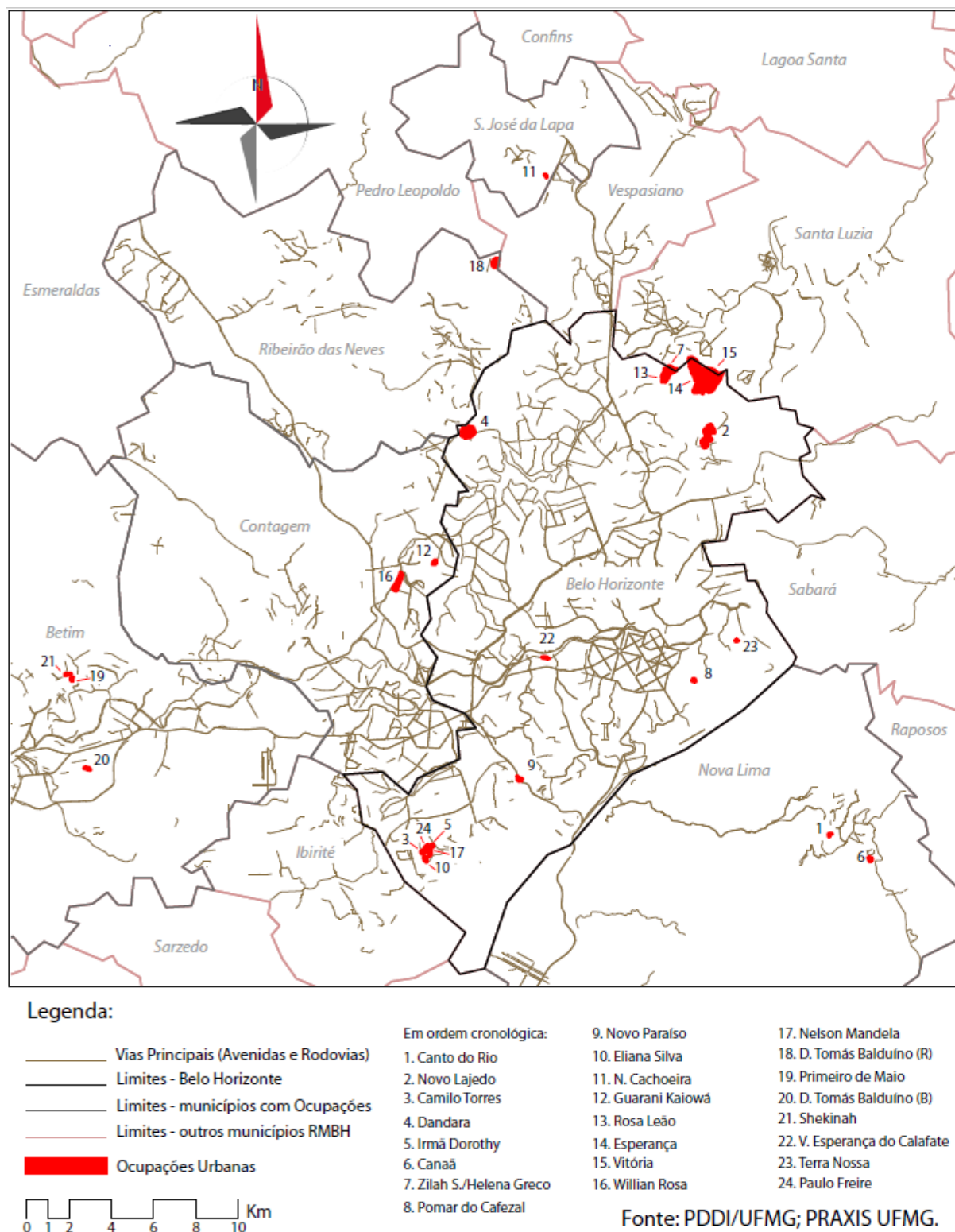


Figura 4 Mapa das ocupações urbanas horizontais da RMBH

Trata-se, portanto, de um percurso socioespacial e político bastante pragmático para a garantia do direito à moradia e à cidade, mas que, diante da ausência e obstrução do Estado em suas diferentes esferas e dimensões, produzindo habitação condigna em patamares suficientes, abriu-se um horizonte de condições e possibilidades para uma forma de política social e

habitacional autorrealizada pela sociedade civil, com seus diferentes atores e marcada por um conjunto de dilemas e potencialidades particulares e que, sobretudo, logrou materializar na realidade crescentemente segregada e exclusivista de Belo Horizonte e Região Metropolitana, o direito à moradia para milhares de famílias, mesmo que de forma inacabada, uma vez que o direito à moradia não é garantido em sua plenitude (sobretudo com acesso a serviços e infraestrutura urbana).

A descrição dos capítulos seguintes terminou assumindo um caráter mais linear. Seleccionaram-se as experiências mais significativas deste ciclo (apresentado no quadro acima) e a partir da histórica de constituição de uma por uma, com os atores sociais que nela se envolveram, das características socioespaciais, urbanísticas e jurídicas que assumiram e do histórico do conflito social e político com o Estado. Procurou-se apresentar um panorama geral deste ciclo de lutas sociais e organizadas por habitação e cidade, como um acúmulo histórico, conformando um novo campo de atores sociais pela atualização da reforma urbana nesta metrópole.

1. Ocupação Camilo Torres

No dia 8 de fevereiro de 2008, 140 famílias demandantes do direito à moradia, organizadas pelas Brigadas Populares e pelo Fórum de Moradia do Barreiro, ocuparam imóvel (terreno horizontal), localizado na Rua Córrego Capão Possebon, s/n, esquina com a Avenida Perimetral, no bairro Santa Rita, na região do Barreiro, em Belo Horizonte. A ação objetivava “dar um basta no aluguel e exigir dos governos uma política pública que atenda com eficiência e rapidez as 13 mil famílias sem-teto organizadas em núcleos na capital do Estado” (BRIGADAS POPULARES, 2008).

Foi a primeira ocupação urbana deste ciclo lutas urbanas que surge a partir de 2008 e cujos limites e potencialidades procura se descrever e compreender. Demarca-se como um ciclo de lutas em particular, pois reúne um conjunto de características urbanísticas, políticas e sociais em comum, por distinção de outros padrões de ação coletiva que se perfizeram em outros contextos, objetivando garantir o direito à moradia para famílias de sem-teto.

Hoje, em 2016, possui 8 anos de existência. Embora tenha passado todos esses anos sob ameaça de despejo, com suas famílias vivendo permanentemente em condições de insegurança da posse, é território consolidado. Suas casas evoluem na medida em que o tempo passa e seus moradores investem ainda mais, melhorando seu padrão; ademais de sua luta contínua por

adaptação dos serviços urbanos, regularização fundiária, fim permanente da ameaça de despejo e, entre outras conquistas, que toquem a vida coletiva e comunitária.

Mas como território urbano em uma sociedade capitalista complexa deve ser entendido também com um conjunto de relações sociais que são tecidas por outras dinâmicas, muitas vezes também contraditórias e problemáticas, mas que não dizem respeito à ocupação urbana *per se*, como a própria perseverança da pobreza e vulnerabilidade extremas, com várias outras dimensões de ausências de direitos, com violência urbana corriqueira, ademais de estar sujeita aos processos de especulação imobiliária interna, entre outras questões pertinentes.

1.1 Contexto do surgimento da ocupação Camilo Torres

Embora 2008 tenha sido o ano da eclosão da crise econômica mundial, com o estouro da bolha imobiliária estadunidense que, inclusive, colocava a questão urbana e o estreitamento das esferas financeiras com a da produção capitalista do espaço no centro dos sistemas de poder mundial, a ocupação Camilo Torres é, antes, produto de um desencadeamento de fatores relacionados com a dinâmica e a esfera local em Belo Horizonte e em menor medida, no Brasil. São eles, basicamente, a dinâmica do crescimento imobiliário segregacionista da cidade de Belo Horizonte, combinado com os sinais que já se apresentavam de forma clara de esgotamento do sistema municipal de habitação, por via do Orçamento Participativo, com a guinada para uma gestão empresarial da cidade.

E muito menos pela repercussão ou incidência da crise econômica mundial que estourava à época, desvelando os limites da condução da econômica mundial em marcos neoliberais que não atingiram tão significativamente as condições sociais das camadas populares brasileiras.

Deve-se lembrar que o mercado imobiliário, nesta data, em todo o país, se beneficiava de um ciclo vertiginoso de crescimento, catapultado, sobretudo, por um rol de medidas institucionais modificadas pelo âmbito federal, durante os governos Lula (2002–2006 / 2007–2010) (CARDOSO; ARAGÃO, 2011). Com isso, o preço da terra e das unidades imobiliárias residências urbanas majoravam-se fortemente, tencionando ainda mais a contradição produtora do dilema habitacional em cidades capitalistas, qual seja, a insolvabilidade da demanda, altos preços da oferta do produto habitacional, submetidos a uma demanda de baixíssimos salários (KAAP; BALTAZAR; VELLOSO, 2006).

O Fórum de Moradia do Barreiro, principal movimento da Ocupação Camilo Torres, é bastante representativo do processo de ruptura que este ciclo de lutas sociais e urbanas demarcam com a institucionalidade petista, com suas seguidas gestões e com o consenso que sustenta junto a outros atores da sociedade civil, para tratar a questão habitacional e urbana, por via de tratamento dos conflitos dentro dos espaços institucionais (Conselho de Habitação, Conferência de Habitação, Orçamento Participativo, entre outros).

O Fórum, segundo entrevista de Lacerda Amorim Santos (2005), nasceu a partir da articulação e afinidade política de cerca de cinco núcleos de sem-casa cadastrados na Urbel e integrantes da política oficial municipal, mas que já sinalizavam desde os anos 2000 um processo de descontentamento com o baixo volume de investimento na política e a morosidade de entrega de suas unidades.

O Barreiro possuía cerca de 20 núcleos, segundo o entrevistado e dentro destes, estes cinco resolveram se unir e iniciar a discussão sobre como avançar no processo social de conquista do direito à moradia, por vias autônomas. Quando esta organização entra em contato com as Brigadas Populares e participa das ocupações de prédios protagonizadas por ela, a João de Barro I, II e II, já descritas neste trabalho (SANTOS, 2005). Até que resolve encampar sua própria experiência, com o apoio das Brigadas Populares, na região onde possuía seu trabalho organizativo e em terrenos horizontais.

A retomada desta experiência de ocupações de terrenos vazios depois de 16 anos, na cidade de Belo Horizonte, também não se dá no Barreiro de forma aleatória. Esta região abrigou e abriga hoje, dezenas de territórios que se perfizeram a partir de processos de ação coletiva e como os próprios bairros vizinhos à ocupação, como a Vila Santa Rita e a Vila Pinho. Ambas as Vilas foram, na verdade, projetos de habitação social, realizadas pela gestão de Sergio Ferrara (PMDB 1986-88), por via do Programa Municipal de Habitação (HOURI, 2008). Neste, basicamente, o governo municipal apresentava o loteamento, financiava os materiais de construção e a assistência técnica, para as famílias construírem em regime de mutirão (HOURI, 2008). Trata-se da mesma rodada de experiências que constituiu o assentamento Taquaril, assim como as duas Vilas citadas (Santa Rita e Pinho). Lacerda Amorim Santos (2016) lembra:

Era política até interessante, né. Os lotes eram bons. Mas os problemas era a falta era a infraestrutura. Eu tive que ir estudar na Fafich (R. Carangola, no Centro Sul de Belo Horizonte). E teve uma vez que até o ônibus capotou no Anel, com vários jovens. Eu não estava. Não tinha escola aqui no Barreiro (SANTOS, 2016).

Lacerda Santos, entrevistado neste trabalho e uma das principais lideranças da Camilo Torres, que compôs o Fórum de Moradia, foi morar na Vila Santa Rita, ainda muito jovem, com

cerca de 14 anos e no processo de constituição desta política que, por via do mutirão, fomentava a organização social das famílias, obteve suas primeiras experiências de ação coletiva, segundo seu depoimento.

Posteriormente, organizou o núcleo dos sem-casa da Vila Santa Rita até romper com a política municipal, organizar o Fórum e ingressar na luta das Ocupações²⁶. Da mesma forma, segundo seus relatos, a maior parte das famílias que realizou inicialmente a ocupação proveio da Vila Santa Rita:

As famílias vieram aqui do Santa Rita. Tinha uma demanda muito grande. Para aqueles que eram filhos daqueles que foram contemplados na década de 80. Na década de 80 as famílias foram contempladas na moradia, mas elas tiveram filhos, os filhos não tiveram acesso a programas que eles tiveram então surgiu a necessidade de pressão. É interessante. A primeira família conquistou a moradia, ela teve filhos e deu condição de construir um puxadinho em cima. Só que aí foi difícil conseguir outro puxadinho e teve demanda para outro território, por que de lá para cá, a política paralisou (SANTOS, 2016).

O primeiro dia da ocupação, dia 8 de fevereiro de 2008, último ano da segunda gestão Pimentel na Prefeitura de Belo Horizonte, se deu da seguinte forma, abrindo um novo campo e horizonte de possibilidades para o provimento habitacional popular por via da luta por reforma urbana, ocupando imóveis retidos pela especulação imobiliária, segundo o relato de Lacerda:

Fizemos várias reuniões de preparação das famílias, aqui na escola mesmo (Escola Municipal da Vila Santa Rita). Decidimos entrar no terreno e aí por surpresa nossa, conseguimos resistir ao processo de reintegração que a Polícia Militar queria fazer sem mandado. Resistimos a isso. O suposto proprietário entrou contra gente. E aí por surpresa nossa, o Juiz indeferiu o pedido. A gente ganhou em primeira instância. E pronto aquilo deu fôlego, de organizar as famílias e de falar que era isso mesmo, o caminho é esse mesmo. E de lá pra cá começou essa trajetória aí, Camilo Torres, Dandara, Irmã Dorothy, Zilah Spósito, Eliana Silva, as ocupações da Izidora e o processo na região metropolitana (SANTOS, 2016).

Com “fôlego” garantido pela não decisão liminar de reintegração de posse que autorizaria a qualquer momento a operação policial, o movimento social e as famílias iniciaram a estruturação do assentamento, esquadrejando os lotes no terreno, distribuindo-os e expandindo a ocupação para área pública conexa:

A partir daí construímos um espaço coletivo no qual organizava as refeições e o planejamento. E nesse mesmo final de semana a gente começou a organizar os espaços. Então inicialmente deu na parte privada 100 espaços de 60 metros quadrados para cada família. Garantindo umas ruas para garantir a circulação. E nesse mesmo período ocupamos a parte de cima que a prefeitura reivindica sendo dela (SANTOS, 2016).

²⁶ Lacerda Amorim Santos, anos depois, ingressa no movimento Luta Popular devido a desorganização do Fórum de Moradia do Barreiro e realiza, junto ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), a ocupação Willian Rosa, em Contagem, descrita neste trabalho.

A área pública que ele se refere faz parte do mesmo terreno com a única distinção física de que está em um talude mais elevado (LOURENÇO, 2008). Inicialmente foram dissuadidos de ocupá-la, por pressão da Prefeitura, mas após seis meses de ocupação da parte privada, com a evolução do assentamento, decidiram, no dia 5 de outubro de 2008, data marcante segundo seu relato, por se tratar do dia da primeira eleição de Márcio Lacerda para a Prefeitura, retomar a área pública, onde permanecem até hoje. E assim se sucederam os processos de autoconstrução das unidades:

E dissemos que a pessoa poderia construir dentro das condições dela. Se fosse maderite, maderite, lona, lona, se tiver coragem, construir de tijolo. E aí a coragem e disposição das pessoas foi surpreendente e com um mês e meio a ocupação já estava praticamente 100% de tijolo (SANTOS, 2016).

O terreno escolhido para abrigar a experiência de ocupação do coletivo de sem-teto, surgiu, como todos os outros terrenos dentro do perímetro demarcado pela Avenida Perimetral²⁷, a partir de um projeto de urbanização e loteamento, realizado pelo Estado, o Distrito Industrial Vale do Jatobá. O loteamento tinha, supostamente, o objetivo de fomentar o crescimento industrial da região, cedendo os imóveis sob a condição da instalação de novos empreendimentos, mas que na prática, como a própria experiência desta luta urbana em foco contribuiu para desvelar, serviu para um esquema ilícito de negociatas entre empresas privadas e o Estado, fazendo da cidade, negócio.

O motivo da escolha se deu basicamente pela razão já explicitada, era terreno vizinho à Vila Santa Rita, origem social das lideranças do Fórum de Moradia do Barreiro e das famílias que compuseram a ação coletiva originalmente, ademais de manter-se em abandono evidente, durante os últimos 20 anos, ao menos, desde o desenvolvimento do Distrito e da própria implantação da Vila Santa Rita.

1.2 Propriedade privada fictícia

Esse entendimento foi possível em função do desenrolar do processo judicial e a partir da atuação qualificada tecnicamente no campo jurídico do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), coordenado pelo

²⁷ Veremos adiante que outras cinco ocupações ocorreram com terrenos dentro da Avenida Perimetral, que foram criados por este loteamento do Estado, realizado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), com o objetivo de fomento de um distrito industrial, mas que, como se verá, resultaram em uma ação de criação de reservas de terras para o mercado imobiliário e para absorção da mais valia urbana. São as ocupações que se dão em terrenos com situação jurídica muito semelhante: a Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire.

prof. Fábio Alves que, reconhecido militante da causa dos direitos humanos em Minas Gerais, investigou e defendeu juridicamente as famílias, apresentando um conjunto de argumentos jurídicos e políticos para a permanência do imóvel ocupado e para a denúncia formal das ilegalidades envolvendo a transferência de sua propriedade do Estado ao privado.

É nesse sentido que se argumenta que sua contribuição nestes processos de lutas sociais por moradia, desde a ocupação Torres Gêmeas até a ocupação Irmã Dorothy, passando pela Camilo Torres e Dandara, foi decisiva para a emergência e consolidação dessa forma de luta pelo direito à moradia e à cidade. Contribuições técnicas que, como no caso do campo da arquitetura e urbanismo, são constitutivas da própria caracterização destas experiências, sem as quais não podemos compreendê-las e interpretá-las. Contribuindo também para constituir um entendimento acerca dessa forma de conhecimento técnico e/ou acadêmico que quando utilizado a favor dos pobres e em experiências de contestação social, servem, ao contrário da tendência dominante, para garantir direitos, subvertendo a função que esses conhecimentos e sua dinâmica de transmissão e reprodução possuem na sociedade.

A atuação do Serviço de Assistência Jurídica da PUC Minas (SAJ), através da coordenação do Prof. Fábio, entre outros professores, desvelou que o imóvel ocupado, como defendido nas peças jurídicas escritas por ele, pertenceu de forma ilícita ao privado que reivindicava, na justiça, a desocupação das famílias sem-teto (PARECER SAJ, 2011).

A raiz desta ilegalidade estava no fato de que o terreno, anteriormente era público, pertencendo ao Estado de Minas Gerais, sob a gestão da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), órgão que desenvolveu e implementou o projeto de loteamento com o objetivo de fomentar o crescimento industrial na região (PARECER SAJ, 2011). O terreno havia sido repassado, ainda pela CDI²⁸, em 1992, para a empresa privada Borvutex sob a condição contratual obrigatória de implementar nele algum empreendimento industrial que culminasse na geração de empregos, proporcionando o desenvolvimento da região (PARECER SAJ, 2011).

Contudo, como acusa a parecer da SAJ, isso nunca ocorreu, tendo, tão somente, o privado citado especulado com o imóvel durante todo esse tempo. E ainda, sem conhecer as razões, já em 2004, o terreno foi vendido pela Burvotex para a empresa Victor Pneus, a um preço irrisório, somente 15 mil reais, ao passo que o valor venal do terreno era de 250 mil, indicando mais irregularidades e ações ilícitas entre privados que não se pode conhecer a fundo (PARECER SAJ, 2011).

²⁸ Hoje, após reforma administrativa do Estado, foi transformada na Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMIG).

E foi a Victor Pneus que, por sua vez, requereu a reintegração de posse na Justiça, logo após o ato de ocupação, em fevereiro de 2008. Mas, como defendeu a perspectiva dos advogados da SAJ, de forma ilegítima, uma vez que a origem da propriedade era pública e as condições contratuais para seu repasse ao privado nunca foram cumpridas, entre outras questões²⁹ (PARECER SAJ, 2011).

Segundo parecer da SAJ, embora todas as ilegalidades denunciadas e exaustivamente argumentadas judicialmente, em diferentes ações e recursos judiciais, restaram ambas as ordens de remoção forçada determinadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) (PARECER SAJ, 2011), o que fez com que a ocupação passasse por todos esses anos, sob a ameaça de reintegração de posse e convivendo com esse “fantasma do despejo”, mantendo-se com o direito à moradia e à cidade, garantidos somente a partir de intensa luta social e política para visibilizar a injustiça que estaria vivendo.

Passados esses sete anos, embora os mandados de reintegração de posse estivessem abertos para ambas partes do terreno, eles nunca foram cumpridos ou executados. Levanta-se a hipótese de que a pressão exercida sobre as autoridades pela luta política das famílias, além da dificuldade inerente de remoção de um assentamento edificado em alvenaria, da resistência da Prefeitura em negociar ou contribuir cedendo abrigos e alojamentos e, sobretudo, o escândalo da improbidade e das ilicitudes envolvendo a origem da propriedade dos terrenos, contribuíram para não legitimar a utilização de violência física exercida pelo Estado em um processo de remoção forçada.

1.3 Tipologia do assentamento autoconstruído

O formato dessa ação coletiva organizada de produção de uma política habitacional autônoma contra o privado (que acumula através do monopólio do espaço urbano e contra o poder público que sustenta as condições sociopolíticas e jurídicas de reprodução desse modelo de cidade) gerou um assentamento módico, de condições marcadas mais pela escassez territorial, de recursos, de saber e de conhecimento técnicos, do que pela liberdade de ação e criação, indicando as limitações desta experiência.

Os primeiros meses de estruturação do assentamento não contaram com nenhuma assessoria técnica, mas o conhecimento popular, geralmente adquirido no mundo do trabalho,

²⁹ O parecer alega que o autor não procedeu à perfeita individualização da área a ser reintegrada, requisito mínimo para informar a Polícia Militar como proceder durante a operação.

dentro do universo da construção civil - um dos setores econômicos que mais emprega no país, como esclarece o Lacerda:

Diferente das outras ocupações foi um planejamento mais popular, a gente sabia que dentro das ocupações tem pessoas que oferecem a mão de obra dentro da construção civil. Na construção pesada. Então a gente contou com a partição de pessoas que já tinham participado como auxiliar de topografia, por questão de medição. Então pegamos o terreno, fizemos um desenho parcial do que poderia ser as medições e fizemos até uma coisa meio artesanal mesmo, com barbante, trena e fomos piquetando (SANTOS, 2016).

Em linhas gerais, o assentamento gerado assemelha-se mais a um loteamento de pequeníssimas proporções. O terreno, tanto sua parte pública, como a privada, conta ao todo com, aproximadamente, 12.230m² (PARECER SAJ, 2011). E desta condição apresenta-se a limitação fundamental. Não é possível para a organização coletiva de uma ocupação, através dessa forma de experiência, planejar e executar qualquer forma de tipologia que consiga promover melhor aproveitamento do espaço ocupado, liberando mais áreas para funções coletivas ao mesmo tempo em que contempla mais famílias³⁰.

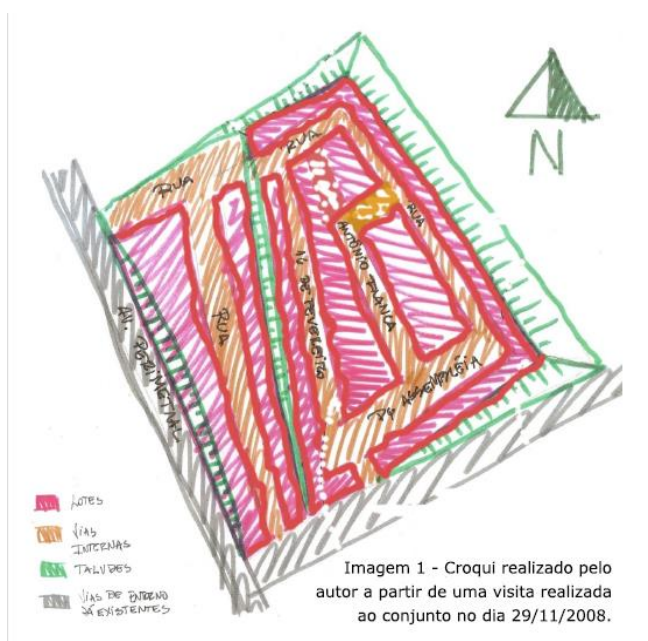


Figura 5 Croqui da Ocupação Camilo Torres realizado a posteriori. Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2008

³⁰ Todas as experiências de autogestão que edificaram empreendimentos com tipologias mais elaboradas, que superassem o lote unifamiliar, foram em cooperação com o Estado. Este apresenta os recursos elevados que se necessita e geralmente coopera com a assistência técnica, ademais de pactuar um processo conciliado, sem conflitos abertos, somente latentes. Nas ocupações, as famílias pobres e assalariadas não conseguem acumular recursos e nem o movimento exercer a complexidade de uma organização e produção autogestionada do empreendimento, ademais de estarem todos submetidos à situação de conflito intenso com a justiça, Polícia Militar e poder público local.



Figura 6. Ocupação Camilo Torres circunscrita em vermelho. Fonte: Google Earth, 2016.

A solução mais óbvia, tradicional e aplicável é do loteamento unifamiliar, com cada família recebendo uma pequena área ou lote em que pudesse autoconstruir sua própria casa, da forma como suas condições sociais, econômicas de apropriação do conhecimento técnico lhe permitissem. Foi desenhada então, como na figura 1, uma distribuição de lotes, através do saber popular que previu, como a foto área (figura 2) um conjunto, segundo relato de Lacerda, de seis ruas e 160 lotes de 60 m² cada (LACERDA, 2016).

Não foi possível também, devido à alta demanda por áreas particulares e pela limitação do tamanho do terreno, a produção de áreas e equipamentos coletivos, somente uma pequena praça central (que na verdade é quase como um trecho de rua alargada), ao lado de um dos lotes que se tornou Centro Comunitário. As ruas também possuem parâmetros mínimos, quase como vielas, com 4 m de largura.

Mais de sete anos depois da data de seu nascimento, as casas evoluíram, algumas já possuem mais de um pavimento e outras até três, geralmente com um terraço aberto no último. O plano geral traçado para a distribuição das ruas se mantém ao longo destes sete anos, como pode ser verificado na foto aérea (figura 2), as ruas são as mesmas e as áreas coletivas também, notando-se apenas fortíssimo processo de adensamento no interior dos lotes individuais.

1.4 Confluência com o saber técnico

A experiência da Ocupação Camilo Torres foi definitiva também para o ciclo de ocupações que emergiu posteriormente, para a confluência com setores progressistas do campo

de arquitetura e urbanismo que vieram a promover a assessoria técnica gratuita para as ocupações urbanas, sobre diferentes dimensões do processo de produção do espaço.

Concretamente, esse encontro se dá a partir da atuação do arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço que, cursando arquitetura e urbanismo na PUC Minas e participando do projeto de extensão Escritório de Integração, conheceu a experiência da ocupação em função da assessoria prestada pelas SAJ da PUC Minas, interessando-se pelo tema (LOURENÇO, 2016).

O ainda estudante Castelo Branco Lourenço estava elaborando um estudo preliminar para readequação urbanística do assentamento, contudo, no transcurso de elaboração deste trabalho foi surpreendido pela realização das Brigadas Populares em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o próprio Fórum de Moradia do Barreiro, no dia 9 de abril de 2009, da Ocupação Dandara, no bairro Céu Azul, descrita neste trabalho, levando-a transferir sua intenção de assessoria técnica para esta experiência que apresentaria maiores possibilidade de “tecnização da política e politização da técnica”, uma vez que se encontrava no início e poderia ser estruturada de antemão, por esta confluência entre o saber técnico, popular e a experiência dos movimentos sociais.

Esse primeiro encontro na Camilo Torres, entre a técnica e a política, será um primeiro passo, uma abertura inaugural, para o que posteriormente, oito anos depois, se acumulará em um verdadeiro campo social, envolvendo múltiplos projetos de pesquisa e extensão das universidades UFMG (PRAXIS, INDISCIPLINAR), PUC Minas (Escritório de Integração), de profissionais liberais autônomos interessados em um exercício “livre” da profissão - isto é, não inserido na lógica produtiva do capital - e muitos outros sujeitos, constituindo importante protagonismo entorno da reforma urbana neste contexto sócio histórico de Belo Horizonte.

2. Ocupação Dandara

No dia 9 de abril de 2009, cerca de 150 famílias sem-casa, organizadas pelas Brigadas Populares, Fórum de Moradia do Barreiro e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocuparam imenso terreno abandonado no bairro Céu Azul, na região da Pampulha, em Belo Horizonte (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2009).

Quatro dias depois, no domingo, os membros dos movimentos sociais terminavam o cadastramento que finalizava o número de 1.080 barracas de lonas levantadas na área, cada barraca representando uma família de sem-teto (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2009).

Todos os fatores estruturais levantados nos capítulos anteriores se materializavam na forma de um imenso mar de lona preta composto por famílias que se aventuravam nesta experiência em busca de uma vida mais digna.

Sobretudo o período de grandes expectativas em torno do anúncio da realização dos megaeventos internacionais na cidade de Belo Horizonte, que catapultava a corrente de especulação urbana, principalmente em áreas como a Pampulha, onde está instalado importante complexo esportivo e turístico da cidade, diante da possibilidade de investimentos nos preparativos pelo Estado e pelos diversos capitais privados (TONUCCI FILHO *et al*, 2014).

Ademais da própria natureza excludente de uma cidade historicamente forjada nos moldes capitalistas de produção e que faz do espaço urbano lugar e objeto de realização do lucro, segregando o território urbano visceralmente como apresentado nos diversos retratos das disparidades espaciais entre favelas e zonas abastadas, extensas periferias pobres e desprovidas de infraestrutura e condomínios privados luxuosos, etc., com o permanente afluxo da população excluída do campo.

Com os governos Lula (PT, 2002-2008), iniciou-se um ciclo e modelo de crescimento econômico que fomentava e estava baseado, entre outros fatores, na inclusão de amplas camadas populares no rol de consumo anteriormente possibilitado somente às classes médias e altas (SINGER, 2010).

O aumento real do salário mínimo, as políticas de redistribuição de renda e a disponibilização de crédito possibilitaram certa robustez para o mercado de consumo nacional e uma melhora mínima, mas já bastante significativa, nas condições de vida de milhares de brasileiros (SINGER, 2010). Projeto de governo que adquiria contornos claros e já perceptíveis no ano de 2009.

Mas, como se argumentou, este modelo de desenvolvimento econômico de massa que incluía milhares de brasileiros em melhores patamares de consumo, não se refletia da mesma forma nas condições de exercício da cidadania, sobretudo, nas grandes metrópoles urbanas (SINGER, 2010). Como anteriormente desenhado, as condições salariais a que são submetidas a quase totalidade da população brasileira não lhes permitem alçar ao consumo da habitação nas condições normais de produção capitalista deste bem, em boas condições de habitabilidade e bem inserida no tecido urbano. Seus limites são estruturais (TOPALOV, 1974).

Mesmo com aumento significativo do salário mínimo, este não permite a população assalariada acumular o suficiente para dispor da compra formal da habitação que, para o ano de

2009, dentro dos limites de Belo Horizonte, pairava entorno de 125 mil reais o preço mínimo de uma unidade recém-lançada (PRAXIS, 2009).

Ou seja, o projeto colocado e proporcionado pelos quase oito anos da chamada era Lula, também apresentava limites claros: as camadas populares brasileiras beneficiadas pelo aumento de seu poder de compra não podiam estender seu poder aquisitivo para a questão da habitação, bem de primeira ordem e fundamental para o exercício da cidadania, assim como para outras necessidades sociais, como o acesso à saúde, a escolarização, entre tantas outras, fazendo-as depender exclusivamente do Estado.

É nesse sentido que se afirma que a experiência da ocupação Dandara se apresenta, ainda no início deste ciclo de lutas sociais e urbanas narrados neste trabalho, como um contraponto a este projeto de cidade e de país fomentado na era Lula, defendida como programa de seu partido e que sustentou uma aliança de poder para o desenvolvimento nacional por quase 14 anos.

A ação coletiva apresentada por esta aliança entre movimentos sociais e população trabalhadora sem-teto possibilitaria uma inclusão social em maiores patamares de cidadania, se o compreendemos como a garantia de direitos fundamentais à reprodução da vida, como o direito à moradia.

Percebe-se, ainda mais, a experiência da Dandara como contraponto ao modelo de cidade vigente sob os auspícios do projeto de desenvolvimento petista se o comparamos com o programa nacional Minha Casa Minha Vida, lançado no mesmo ano, em 2009, que adquiriu o rótulo de um dos maiores programas habitacionais brasileiros, programa esse considerado a materialização espacial e habitacional deste projeto de inclusão pelo consumo (ARANTES, 2013); sendo diametralmente oposto ao processo de produção social do espaço confeccionado pelas ocupações, a partir do paradigma forjado pelo ciclo de lutas sociais descritas neste trabalho.

Como esse projeto ainda não tinha sido capaz de apresentar uma alternativa habitacional para o país, pode-se dizer que as ocupações urbanas o fizeram, para dentro do limite contextual do município de Belo Horizonte, aproveitando inclusive o ciclo de melhora das condições de renda e de capacidade de consumo que se induzia e destinando seus recursos para os processos de estruturação dos assentamentos e da autoconstrução das casas. Mas a partir da contestação da supremacia da propriedade imobiliária urbana, da centralidade do capital privado no processo de execução e planejamento da cidade e das políticas habitacionais, interpondo os movimentos sociais e suas alianças, no centro da perspectiva de produção social do espaço.

A ocupação Dandara possui uma peculiaridade importante: foi previamente elaborada pelas Brigadas Populares e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). Esta convergência conformou-se na prática como possibilidade de configuração daquilo que ficou conhecido como ‘rururbano’, fundindo em uma mesma experiência territorial o discurso sobre a necessidade de habitação e de trabalho. Entretanto, com o desenvolvimento da ocupação, seu caráter rural e produtivo ficou subdimensionado, tanto discursivamente como na prática, embora, seja possível localizar importantes elementos da ruralidade, carregados histórica e culturalmente por parcelas significativas dos moradores das camadas populares.

2.1 Primeiros Dias

Torna-se importante descrever os primeiros dias de uma ocupação, já que é nesse ato inaugural que se revelam e desvelam os institutos de poder que condicionam as cidades capitalistas à situação de profundas desigualdades urbanas a partir da possibilidade de manutenção de vazios urbanos como reservas de valor.

Segundo relatado no blog da Ocupação, escrito e gerido pelos membros da Brigadas Populares, alguns excertos esclarecem a intensidade do enfrentamento aos instrumentos de controle da ordem dominante, como, fundamentalmente a Polícia Militar:

Ao final do primeiro dia a polícia tentou despejar sem liminar de reintegração de posse, e durante a noite, o que é proibido por lei. Foram três horas de terror, com a investida de mais de 150 homens do batalhão de choque, que explodiram bombas, lançaram gás pimenta e destruíram dezenas de barracos com voos rasantes de helicóptero. Moradores da Vila Bispo de Maura, em apoio aos ocupantes, resolveram intervir, atirando pedras e enfrentando fisicamente a polícia, o que resultou em vários feridos e três presos (BLOG OCUPACAO DANDARA, 2009).

Os membros dos movimentos sociais, juntamente com as 150 famílias organizadas previamente, entre outros apoiadores, ingressaram no terreno ocioso, na madrugada do dia 9 de abril, estourando a cerca que impunha a eles um limite simbólico e começaram a levantar as barracas de lona do acampamento provisório.



Figura 7 Ocupação Dandara nos primeiros dias, 1080 barracos de lona cadastrados, desvelando a urgência da questão habitacional na RMBH. Fonte: Brigadas Populares, 2009.

Como descrito acima, a Polícia Militar, através do Batalhão de Choque, iniciou a remoção de diversas barracas que se encontravam dispersas no terreno, encantoando todo o acampamento na parte superior deste. Neste momento, quando analisavam remover todos ou mantê-los, estourou um conflito com moradores da Vila Bispo de Maura, favela situada em zona limite do terreno. Na iminência de um conflito ainda maior, tudo indica que o Batalhão de Choque recuou de seu intento inicial de remover todas as famílias e resolveu estabelecer um acordo para se retirar, desde que os membros dos movimentos sociais e da coordenação da ocupação se comprometessem a não ampliar o espaço físico onde estavam confinados, mantendo-se acampados somente na parte superior do terreno.

O Batalhão vinha removendo tudo e todos de sua frente, utilizando de armas supostamente não letais, durante à noite, acompanhados de helicópteros. Nós estávamos com as famílias na parte de cima e resolvemos resistir, sentando no chão. Quando o comandante da operação nos chamou para conversar, estabelecemos uma comissão e fomos mediar. Neste momento, ele propôs de dar como concluído o trabalho por aquele dia desde que nós pactuássemos a permanência naquela área restrita. Eu perguntei se ele, a partir daquele momento, legitimaria nossa posse: ele disse que sim e então aceitamos. Hoje não sabemos se o despejo não foi consumado por uma questão material ou jurídica: se o comandante do batalhão desistiu de cumprir a remoção por estar realizando a durante a noite ou se não teve forças para fazê-la, já que a Vila havia irrompido um conflito contra ele (FREITAS, 2016).

Estabelecido o acampamento, em menos de quatro dias ocorreu o inchaço já citado, chegando a 1.080 barracos de lona cadastrados no interior da ocupação. A paisagem criada (expressa na foto) desvela, mais uma vez, a urgência e a dimensão da questão habitacional em

Belo Horizonte. Imagens inclusive que percorrem a redes estabelecidas em meios virtuais e também em alguns canais da grande mídia em Belo Horizonte que, ainda sem orientação definitiva de seus editoriais, cobria o evento com ligeira isenção, diferentemente do que ocorreu posteriormente.

Conquanto, a suposta proprietária do terreno, Construtora Modelo, ingressou com ação de reintegração de posse no dia 13 de abril de 2009, quatro dias após a experiência, obtendo decisão liminar favorável do Juiz da 1ª Instância. Mas a equipe jurídica montada para prestar assessoria à experiência (incluindo o SAJ da PUC, advogados das Brigadas Populares, MST e outros apoiadores) logrou suspender a ordem liminar ainda no dia 20 do mesmo mês, em 2ª Instância, interpondo recurso (FREITAS, 2016).

A argumentação para a suspensão baseou-se no fato que será repetido em quase todos os casos de ocupações de imóveis ociosos deste ciclo de lutas sociais urbanas, embora nem sempre com o mesmo resultado, a requerente da reintegração, que se colocou no lugar de proprietária, não logrou cumprir o requisito mínimo para ingresso de ação de reintegração de posse, conforme o Código de Processo Civil (CPC), qual seja, o art. 927 que prescreve ao autor da ação comprovar: “I. a sua posse”, entre outros elementos. Luiz Fernando defendia:

A área ocupada foi reclamada pela Construtora Modelo, com sede em Belo Horizonte, que na petição inicial foi incapaz de comprovar a posse efetiva do terreno, se limitando a anexar um pretense projeto de conjunto habitacional. Contudo, sob um olhar atento o mesmo demonstrava pertencer a outro terreno de situado em bairro distinto. Ainda em relação ao processo, figura em dúvida a origem da propriedade do terreno e a situação fiscal do mesmo (FREITAS, RELATO BLOG DANDARA, 2009).

Esse conjunto de conquistas em meio à luta urbana, em menos de 20 dias, permitiu iniciar a organização das bases desta experiência que se tornaria referência e um dos maiores paradigmas de consolidação do direito à moradia e à cidade em Belo Horizonte e Região Metropolitana e quiçá em Minas Gerais, ao permitir a edificação de assentamento de forma auto organizada, ou seja, pela própria sociedade civil, envolvendo um esquema organizativo protagonizado pelos movimentos sociais e famílias de sem-teto e com o apoio de uma técnica e de solidariedade que começava a se constituir.

2.2 Consolidação do assentamento definitivo

Os meses seguintes foram importantes para amadurecer a experiência organizativa, técnica e política do assentamento. Os movimentos sociais foram desenhando uma espécie de

concepção a respeito da possibilidade de sustentação de uma experiência de contestação social e política e de garantia de direitos dessa envergadura, ao mesmo tempo em que se convergiam os setores técnicos para o aprofundamento da imbricação de micro planejamento urbanos (insurgente) com o processo de apropriação territorial por parte das famílias de sem-teto, ademais de maior elaboração das estratégias jurídicas e de estratégias de propaganda e visibilidade públicas.

Com o amadurecimento das experiências da ocupação Camilo Torres, após as experiências das ocupações verticais Caracol e João de Barro I, II e III, as Brigadas Populares consolidavam um conjunto de princípios para o padrão de ação coletiva que se delineava em torno das ocupações urbanas, resumido, no depoimento abaixo:

Nós entendemos que a luta das ocupações urbanas tem três eixos fundamentais: a organização de base que é a organização das famílias, as reuniões, as assembleias, a preparação, o cotidiano, que é uma dimensão mais interna; a dimensão da luta política, que é o enfrentamento e a pressão organizada sobre as esferas de poder enquanto coletividade que exige um direito democrático; e a dimensão ainda da rede de solidariedade, nenhum projeto social como esse sobrevive sem tecer redes de apoio e solidariedade com capilaridade enraizada na sociedade (MAYER, apud DOCUMENTÁRIO DANDARA, 2013).

Nesse sentido, a ênfase que se colocou de forma sistemática na experiência da organização Dandara, junto à toda a sorte de articulação cidadã e solidária com os mais variados setores sociais, desde a Igreja Católica que possui importância quase fundamental na reelaboração deste ciclo de luta sociais, passando por estudantes de escolas privadas de educação fundamental e média elitizadas da capital, do movimento social estudantil da UFMG e da PUC MINAS, dos setores da cultura e de outros movimentos sociais da cidade.

Demarca-se o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³¹ na organização da experiência Dandara como determinante para o apoio que setores da Igreja Católica apresentariam sobre esta experiência, equilibrando, sem dúvida, o pêndulo do julgamento social mais amplo e até dentro do Estado para a legitimação desta e outras experiências, renovando e realinhado para a práxis da luta social urbana a concepções mais próximas da Teologia da Libertação, tal como ocorreu em outros contextos históricos.

³¹ A Comissão Pastoral da Terra é uma das principais organizações deste ciclo de lutas, envolvendo-se na defesa, proteção e trabalho comunitário interno em mais da metade de suas experiências. Surgiu como em Minas Gerais e no Brasil no emergir das lutas camponesas na década de 80, junto ao MST e ainda na transição democrática, como uma pastoral da Igreja Católica motiva pelo ideário da Teologia da Libertação. Mas para o contexto contemporâneo deste trabalho e para o limite de Belo Horizonte e Região Metropolitana, envolve-se nas lutas a partir do trabalho pessoal do Frei Carmelita Gilvander Moreira, tornando-se quase como uma organização de uma só pessoa.

É nesse sentido que se argumenta que todas estas experiências emergentes deste ciclo de lutas após a década de 2000, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, como produtos de um processo cuja agência é centralizada pelos diferentes movimentos sociais atuantes, mas cujos processos são construídos e tecidos em meios a redes sociais muito mais amplas que se estendem por várias ramificações do tecido social em Belo Horizonte e, em alguma medida, do país.

2.3 O envolvimento do apoio técnico

Inicia-se então um processo completamente novo para a experiência das ocupações urbanas e da luta dos sem-teto em Minas Gerais, a partir de seus distintos padrões de ação coletiva que foi a estruturação de um assentamento a partir de um plano urbanístico centralizado, elaborado a partir do acúmulo técnico, dos conceitos e instrumentos do urbanismo moderno, procurando adaptar as condições territoriais da área e da demanda espacial dos sujeitos envolvidos à legislação urbana e ambiental vigente; interpondo as finalidades do exercício deste conhecimento a serviço de um projeto de garantia de direitos e de luta por reforma urbana, contra o Estado e o capital.

A experiência da Dandara, portanto, retoma uma tradição que ocorreu no Brasil, particularmente em São Paulo, a partir da década de 1980 e que João Marcos (2011) descreve com um intento de “tecnização da política e politização da técnica” no encontro entre “arquitetos e sem-tetos”, fundamentando e qualificando os propósitos políticos de garantia de direitos e emancipação espacial, com o instrumental da técnica e, na volta, permitindo uma desnaturalização crítica do lugar e do processo de utilização e aplicação do conhecimento técnico.

O terreno ocupado, segundo informações da análise do *Googleearthpro*, possui cerca de 263.000 m², mas consta no contrato de compra e venda apresentado no processo judicial o somatório de 350.000 m². De toda forma, tem-se aquilo que os movimentos sociais chamaram sistematicamente de “latifúndio urbano improdutivo”, termo tomado de empréstimo das críticas às propriedades ociosas no campo, caracterizadas pelo qualificativo de improdutivas, portanto aptas a serem destinadas, no entendimento dos movimentos sociais, aos procedimentos legais de realização da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A Construtora Modelo S.A., que foi a pessoa jurídica que ingressou com ação de reintegração de posse na Vara Civil de Belo Horizonte, alegava ser a proprietária do terreno, apresentando nos autos, somente contrato de compra e venda da gleba, sem a titulação em cartório, documento cabal da propriedade.

A área está localizada no Bairro Céu Azul, na região da Pampulha em Belo Horizonte, em área limítrofe com mais dois outros municípios, Contagem e Ribeirão das Neves, o primeiro a oeste e o segundo ao norte do terreno. Se analisarmos sua inserção urbana, a norte encontra-se muito próxima a loteamento de padrão médio e alto, pertencentes ao complexo turístico e residencial da lagoa da Pampulha, área elitizada da cidade de Belo Horizonte.

Mas a oeste e norte, faz fronteiras com bairros populares que caracterizam toda a expansão periférica empobrecida de Belo Horizonte em sua região norte e conta ainda, como já apresentado, com a Vila Bispo de Mauro, favela que foi responsável pelo adensamento da ocupação Dandara e que estabelece um padrão espacial contrastante com o que a Dandara adquiriu, pois é extremamente adensada e permeada por becos e vielas. Segunda as palavras do Tiago Castelo Branco Lourenço:

O terreno é de 31 hectares, numa encosta suave e cercada por dois cursos d'água em leito natural, tributários do córrego Olhos d'Água (Avenida Francisco Negrão de Lima), que deságua na Lagoa da Pampulha. Ao norte e a oeste, o terreno faz divisa com os bairros Céu Azul e Nova Pampulha; ao sul e a leste, com os bairros Braúnas e Trevo. No Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2010), o terreno enquadra-se como Zona de Proteção 2 (ZP-2), além de ser parte de três Áreas de Diretrizes Especiais (ADE de Interesse Ambiental, ADE Pampulha e ADE Trevo) 16, que permitem baixo adensamento construtivo.

Portanto, diferente de outros assentamentos urbanos precários, a Dandara não se estabeleceu numa área residual ou inadequada à urbanização (de risco ambiental ou geológico, por exemplo), mas num terreno em meio ao tecido urbano, com excelentes características e alto valor de mercado (LOURENÇO, 2015, p. 37).

Os estudos urbanísticos de Tiago Castelo Branco Lourenço, coordenando equipe de estudantes e estagiários do Escritório de Integração da PUC Minas, se basearam, sobretudo, em estudos preliminares da inserção urbanística do terreno em relação ao zoneamento, à bacia que está inserida, às suas condições geológicas e aos seus aspectos ambientais e morfológicos estruturantes, as coletas destas informações foram feitas *in loco* e complementadas por estudo de impacto ambiental realizado por consultoria a pedido da Construtora Modelo, mas que a equipe terminou por ter acesso (BRANCO, 2014).

Com base nestas informações básicas da natureza morfológica, urbanística e ambiental do terreno, de que está situado em área de declive passível de implantação dos lotes, que

pertence a três ADE's e a ZP-2, segundo o Plano Diretor e à Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de Belo Horizonte, e que é margeado por dois cursos d'água tributários do Córrego Olhos D'Água, além da diretriz de construção da Via 220, pelo Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (VIURBS), que se consolidou as possibilidades de desenho da distribuição dos espaços internos do assentamento (LOURENÇO, 2014).

Esse conhecimento, mesmo que construído e elaborado a partir de um processo centralizado (como são treinados os arquitetos detentores do saber específico nas faculdades formadoras de profissionais liberais, segundo perspectiva histórica e elitista, tal como gestado ao longo dos séculos XIX e XX para garantir suporte ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção) é inegável que imprime sobre o processo de apropriação territorial uma qualidade de forma que lhe é inerente.

Esta experiência, não só por seus efeitos políticos e sua eficácia simbólica, ao dissuadir as argumentações sociais contra a experiência segundo as quais estaria se reproduzindo mais uma “favela”, ou assentamento dentro dos marcos espaciais da desorganização, da precariedade e informalidade, também possibilitou uma qualificação *per si* da experiência habitacional e urbanística de autoprodução territorial por parte das camadas populares.

É claro que esse instrumento da elaboração de plano de apropriação territorial à luz do conhecimento técnico do urbanismo, levando-se em consideração os marcos da institucionalidade vigente, com seus códigos, leis e normas, possuiu eficácia política imediata no diálogo com a sociedade civil e, sobretudo, nas disputas com as instituições do Estado que tendem a emitir pareceres conservadores sobre a possibilidade de seu reconhecimento e validação.

Por isso é que se termina por conformar um paradigma que, com sua consolidação, se estenderá a várias outras experiências, pois cumpre esse duplo objetivo: o de garantir qualidade territorial e urbanas em si e, ainda, de arrebatar a opinião pública e dissuadir a institucionalidade de argumentos contrários à sua realização, qualificando também sua luta política nas arenas do convencimento social especializado.

Nesse momento histórico em que as famílias se situavam no acampamento provisório, amontoadas em barracas de lonas na parte superior do terreno, foi que se delineou este estudo e a primeira proposta de consolidação de um plano urbanístico interno, à luz das informações acima e com um desenho elaborado pela equipe já mencionada.

2.4 O impasse do lote coletivo

E aqui se interpõe importantíssima inflexão para o ciclo de lutas sociais urbanas através das ocupações que se insurgia e ganhava força com a experiência da ocupação Dandara, avaliado *a posteriori* por grande parte dos sujeitos políticos envolvidos nesta luta, como o próprio Tiago Castelo Branco Lourenço e as Brigadas Populares, embora no momento em que ocorreu não tivessem essa clareza, que foi a negativa por parte de amplos setores dos moradores e da coordenação do acampamento estabelecida à primeira proposta de *lotes coletivos*. O primeiro plano elaborado estava baseado, nas palavras de Lourenço (2014):

Os lotes coletivos foram propostos com a intenção de privilegiar os espaços das habitações e as áreas de uso coletivo e preservação ambiental, favorecendo a integração da comunidade. A menor quantidade de ruas permitiria melhor aproveitamento e, também, mais eficiência na posterior instalação da infraestrutura urbana. Na maior parte dos lotes, essa proposta resultava em 125 m² de terreno por unidade habitacional. Nas encostas sul e sudeste, mais íngremes, os lotes coletivos teriam ocupação menos densa, com aproximadamente 250 m² de terreno por família (LOURENÇO, 2014).

Ademais de todos os ganhos espaciais elencados acima, o fundamental desta proposta que representou uma forte inflexão para este ciclo de lutas, foi que nela estava contido um esboço de representação espacial da unidade habitacional que não passaria exatamente por um reforço do modelo dominante de propriedade privada expresso no lote unifamiliar privado.

Se fosse aprovado hoje, posteriormente, acredita-se que talvez pudesse ter se apresentado um outro modelo de organização socioespacial baseado na utopia da propriedade coletiva que, além de adquirir um efeito simbólico e político mais alinhado com o projeto societário que se pretende construir, estaria também apresentando-se um dispositivo de obstrução do vetor interno de mercantilização dos lotes e unidades habitacionais geradas que se sabe, é mais ou menos relevante para o contexto de ocupação urbana³². Sobre o processo de negativa por parte dos moradores, Castelo Branco Lourenço (2015) argumentou:

O que gerou maior resistência dos moradores a essa primeira proposta foram os lotes coletivos. Durante os três meses em que discutiram o plano urbano, essa questão era vista com receio, mas ultrapassar a barreira inicialmente negociada com a polícia era muito mais importante...

É importante lembrar que existem poucos exemplos de compartilhamento de lotes nas cidades brasileiras. O mais comum é o prédio de apartamentos, que a

³² O mercado imobiliário informal ou de baixa intensidade existe em todas as experiências, com variações contextuais. Acredita-se, neste trabalho, que o valor de troca é inerente a qualquer mercadoria, mesmo aquela em que é produzida visando seu valor de uso. E enquanto existir as condições sociais para a realização desse valor de troca, a saber: disposição para venda e demanda para compra, dificilmente será evitado ou anulado. O Estado nunca se dispôs a controlar este elemento, nem nas políticas públicas de habitação oficiais e muito menos nas autogestionadas e os movimentos sociais possuem limites claros para controlar e constranger a realização do valor de troca.

maioria da população não vê com bons olhos. O compartilhamento envolve negociações e conflitos, e não oferece aquela situação em que o proprietário (ou quem detém a posse) é absoluto em suas escolhas. Os moradores da Ocupação Dandara vivem nesta mesma sociedade e estão submetidos a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, também à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização... Nesse contexto, é difícil discutir alternativas com todos os envolvidos, mais ainda quando se trata de um empreendimento tão grande e com tantos participantes (LOURENÇO 2015, p. 43).

A resistência dos moradores foi tão grande que eles se apropriaram das diretrizes estruturantes do primeiro plano e os modificaram dissolvendo os lotes coletivos em um planejamento convencional de lotes unifamiliares com acesso direito às ruas. E esta situação se reproduz em todas as outras ocupações, prevalecendo o lote privado como modelo dominante. Em nenhuma outra descrita e analisada deste trabalho supera esse paradigma, calcado também na reprodução da propriedade privada.

É claro que os moradores reproduzem a perspectiva dominante. O próprio conceito de ideologia é, segundo Chauí (1980), “o pensamento da classe dominante que se universaliza”. Se hoje se vive uma cidade pulverizada e segregada pela propriedade privada, imposta pelo Estado, com a aquiescência dos setores sociais dominantes, dentro das relações sociais gestadas na periferia não seria diferente e vê-se este elemento – o desejo pela propriedade individual – incutido também na subjetividade dos seus moradores.

Lado outro, pode-se compreender que a defesa do lote individual posta pelos moradores se concentra no argumento da saída menos onerosa para os conflitos sociais que esse modelo espacial geraria. E nesse sentido é importante ressaltar que são muitas as violências e suas dimensões que recaem sobre as populações marginalizadas nas periferias das grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos: desde a violência estatal representada pela Polícia Militar, até a do tráfico de drogas e a ausência de instâncias de mediação comunitárias.

Ainda assim, os movimentos sociais podem e possuem um papel formador, de construção de novos horizontes e de novas relações sociais. É possível trabalhar e reconstruir uma nova visão de mundo que se represente, inclusive, na materialização da propriedade coletiva nos espaços internos dos territórios populares. Mas, neste momento histórico, dada à urgência da luta, os movimentos sociais envolvidos terminaram por aceitar de forma complacente a opção dos moradores que pode ser lida como conservadora.

Por fim, resultou-se no plano urbanístico apresentado abaixo que, embora possua inúmero méritos, a começar pela qualidade da leitura técnica empregada, avaliando o território sobre suas múltiplas dimensões, adaptando-o a diretrizes das legislações urbanística e ambiental em voga em Belo Horizonte, por ser insurgente e realizado em contexto sociopolítico de luta

contra o Estado, por sujeitos sociais em confluência e totalmente sem recursos acumulados e com espaços internos de grande proporção, como o tamanho dos lotes, ruas e áreas coletivas e também a partir do desejo dos moradores, que também é um mérito, terminou por assumir o formato de um loteamento tradicional, como vários existentes nas periferias brasileiras.

Com todas essas contradições percebe-se que não existe processo social de contestação social que, ao se realizar na prática e na intensidade de conflito e enfretamento político, não o faça sem reproduzir fortes contradições. O conflito e essas contradições são partes inerentes e constitutivas dos processos sociais. Só se encontrar processos puros e ideais no campo do pensamento abstrato, acadêmico ou filosófico. Por fim, o assentamento da Dandara assumiu a forma descrita abaixo:

O segundo plano urbano, desenvolvido a partir disso, passou a apresentar 887 lotes individuais de 128 m² (8 m x 16 m), organizados paralelamente às curvas de nível e ocupando 32 quadras (FIG. 10). Foram também incluídas três grandes áreas para equipamentos comunitários de educação, saúde e socialização, bem como ruas internas de 10m de largura. A Avenida Dandara (Via 220), a avenida de contorno ao longo dos cursos d'água e as áreas de preservação ambiental foram mantidas conforme o projeto anterior. A identificação da comunidade com o novo plano urbano foi imediata. Apesar de dificuldades técnicas, como a falta de equipamentos adequados, a demarcação foi rapidamente realizada pelos moradores, seguindo o projeto proposto (LOURENÇO, 2014, p. 46).

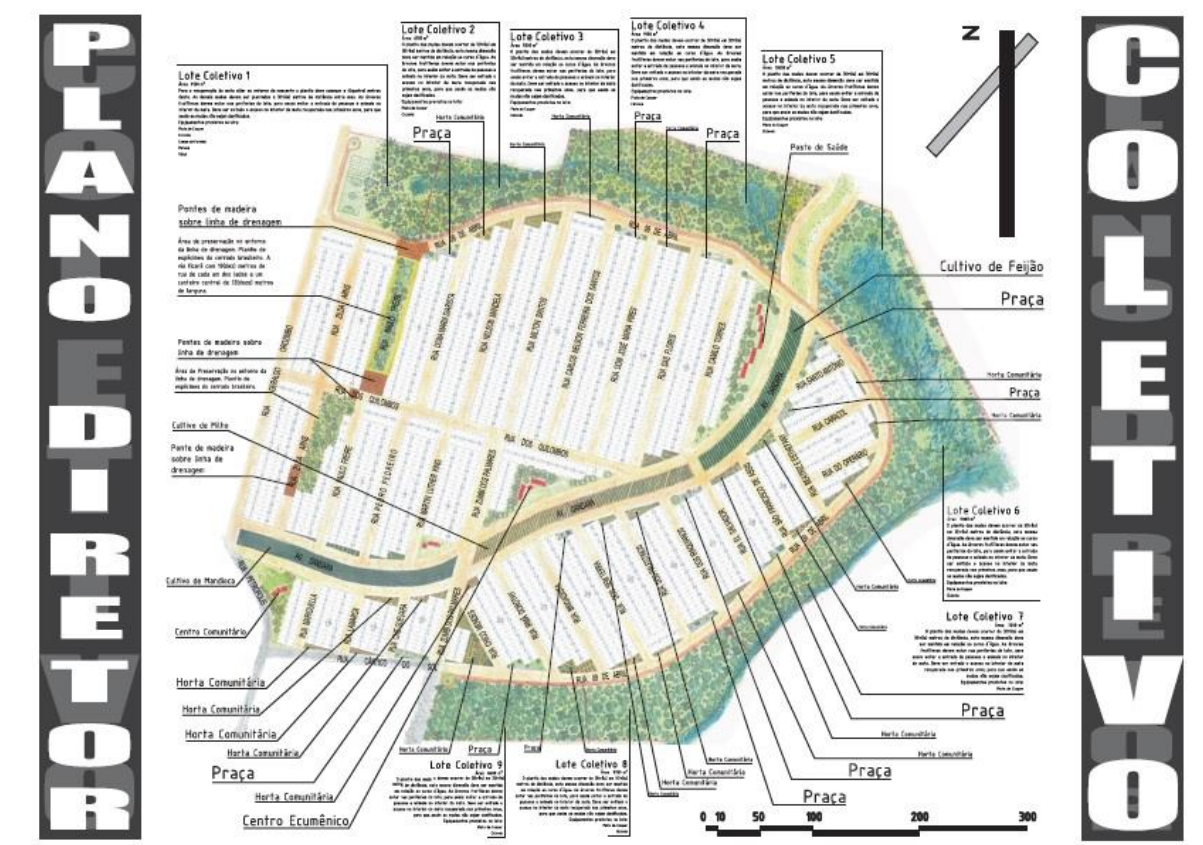


Figura 8 Plano Urbanístico da Ocupação Dandara (versão implantada): 887 lotes de 125 metros quadrados, duas avenidas, dezenas de ruas, áreas coletivas e de preservação ambiental. Um exemplo evidente de micro planejamento urbana insurgente. Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2010.

2.5 O percurso jurídico

Na tarde do dia 8 de junho de 2009, alguns meses depois de realizada a ocupação, o Desembargador Tarcísio José Martins Costa, reconsiderou decisão de seu colega que, como descrito anteriormente, havia suspenso a decisão liminar de reintegração de posse conferida em 1ª Instância. A ocupação voltava a ficar sobre a iminência da remoção forçada e várias campanhas foram ativadas para pressionar e sensibilizar o poder judiciário. Em uma delas, apoiadores enviavam cartas, como a baixo, ao Tribunal de Justiça:

1º - A Construtora Modelo não conseguiu provar a posse no imóvel. Conforme é do conhecimento do mundo jurídico, posse é fato. Projeto de construção a ser realizada em área distinta da ocupada não prova a posse da empresa;

2º. – Não é de praxe um desembargador reconsiderar decisão de outro, nem mesmo em situações graves. O que deve ser feito é aguardar o julgamento pela Câmara e não retirar as famílias, com fundamento em uma ordem monocrática;

3º. – A Polícia Militar desde o início da ocupação está agindo com tamanha truculência que tudo leva a crer que existem interesses de poderosos em jogo.

4º - Tudo leva a crer que esse terreno foi grilado do Estado de Minas Gerais. O Poder Judiciário deve ter compromisso com a verdade e com a justiça.

5º.- Diversas crianças, idosos, deficientes são os atuais ocupantes do imóvel. Para onde serão levadas essas pessoas?

6º. – O Senhor não acha que ao invés de reconsiderar a ordem deveria ter pedido informações dos órgãos públicos que descumprem o Art. 6º da CF que trata do direito de Moradia? (BLOG OCUPAÇÃO DANDANRA, 2009).

Essa nota tecnicamente muito bem construída, demonstrando a capacidade da equipe jurídica da ocupação em disseminar sua leitura à sociedade sobre os detalhes do conflito em voga, politizando e abrindo para o debate democrático, inclusive, as relações e procedimento jurídicos, mormente fechados ao “mundo” especializado, entre seus técnicos e ritos, descrevia muito bem a situação.

Entretanto, essa situação foi novamente revertida, com nova ação jurídica da equipe da Ocupação Dandara, com o protagonismo da SAJ- PUC Minas, que se confeccionou como um mandado de segurança, contra a decisão do Desembargador Tarcísio José Martins Costa, alegando:

- Violação aos Direitos Humanos, ofendendo a Constituição da República, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa

Rica e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, todos firmados pelo Brasil.

- Violação ao princípio da Função Social da Propriedade, pois o terreno se encontrava abandonado há mais de trinta anos. Além do mais, em relação ao mesmo terreno, a Construtora Modelo sequer pagava impostos. São cerca de 2 milhões de reais de dívida de impostos para com o Município de Belo Horizonte.

- A decisão atingirá cerca de 4 mil pessoas, dentre as quais quase mil crianças, sem que se saiba onde vão ser jogadas (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2009).

E aqui se garantiu o embate que atravessa toda a questão da propriedade imobiliária urbana nas cidades brasileiras e sua leitura pelo Estado, mais especificamente, o Poder Judiciário, aquela posta entre uma interpretação baseada no Código de Processo Civil - CPC, que atribuí um caráter quase absoluto à propriedade privada; contra outro entendimento que condiciona o exercício deste direito a inúmeros outros elementos constitucionais, humanitários, sociais e políticos, como a garantia e preservação dos direitos humanos, protegidos pela CF 88 e Tratados Internacionais, o cumprimento da função social da propriedade; e garantias mais basilares com a proteção da dignidade da pessoa humana em situação de conflito fundiário e iminência de remoção forçada com uso de força policial.

E para o equilíbrio de forças desta experiência que, mesmo ainda em seus primeiros meses, já adquiria grande visibilidade em Minas Gerais e recebia grande conjunto de apoio solidário e cidadão de diversos setores sociais, o Tribunal de Justiça, em sua Corte Superior, através de decisão do Desembargador Relator Nepomuceno Silva, acatou o mandado de segurança, suspendendo a decisão liminar de reintegração de posse, até o julgamento do mérito que seria realizado posteriormente pelos 20 Desembargadores que compõem toda a Corte Superior.

E aqui é demarcado um momento histórico decisivo na luta das ocupações urbanas de Minas Gerais, demonstrando que, embora a Justiça assegure a propriedade privada, via de regra, e esteja fundamentada em perspectiva patrimonialista de proteção e exercício dos direitos urbanos, a sociedade civil organizada, com apoio técnico e visibilidade social, poderia explorar suas brechas.

Com o mandato de 2ª Instância acima descrito, acatado pelo Desembargador Nepomuceno Silva, representando a Corte Superior de Justiça de Minas Gerais, a ocupação Dandara restou com sua posse legitimada, proporcionando o desenvolvimento de sua experiência, sobretudo com a aplicação na realidade de seu plano urbanístico e a distribuição

dos lotes para os moradores, apropriando-se definitivamente de todo o latifúndio ocupado e realizando esta reforma urbana popular autodeterminada. Eis:

Neste momento está sendo estendida a ocupação do terreno. As cerca de mil famílias estavam confinadas em menos de um por cento da área, de um total de 400 mil metros quadrados, por ordem da polícia militar. A exigência da PM, desde o início, era de que os sem-casa ficassem restritos a uma parte do terreno, para que tivessem maior controle sobre os mesmos. Durante duas semanas a polícia chegou a proibir a construção de banheiros, o acesso à água, luz e às doações enviadas por apoiadores.

Os sem-casa, por sua vez, elaboraram um projeto urbanístico do local junto com o Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura da PUC-MG, e fizeram uma extensa discussão de sua implementação com as famílias ocupantes.

Diante da intransigência da polícia e da inação do poder executivo, mas amparados pela legitimidade judicial e do largo apoio recebido por diversas entidades da sociedade civil, da igreja e do Ministério Público, os sem-casa começaram desde a manhã de hoje, 12 de julho, a tomada total do terreno (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2009).

Contudo, a decisão do mérito do Mandado de Segurança perpetrado pela SAJ e descrito acima, por toda a Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi, como era de se esperar, desfavorável à ocupação. Seu julgamento ocorreu na data do dia 14 de abril, e em uma segunda rodada que não se pode averiguar. Dos 21 desembargadores, 17 proferiram voto contrário à ocupação e em favor da restauração da ordem de reintegração de posse (FREITAS, 2016).

Inclusive o próprio Relator que havia proferido voto legitimando à posse dos ocupantes, também retrocedeu e conferiu voto a favor da construtora. No dia do julgamento, o professor Fábio Alves sustentou oralmente em defesa da experiência da Dandara, ao passo que em nome da Construtora Modelo, um ex-desembargador que havia pertencido à Corte Superior do Tribunal de Justiça realizou a sustentação (FREITAS, 2016).

No entanto, dias antes, muito próximo ao aniversário da Ocupação Dandara, havia se dado outra decisão judicial, motivada por nova ação que asseguraria direitos e legitimidade às famílias das ocupações. Tratava-se de decisão do Juiz de 1ª Instância Dr. Manoel dos Reis Moraes da 6ª Vara da Fazenda Pública Municipal, a partir de Ação Civil Pública (ACP) perpetrada pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública de Minas Gerais (FREITAS, 2016).

A entrada deste importante ator político e jurídico que contribuirá fortemente para outra percepção judicial e para a garantia de direitos dos moradores das ocupações urbanas doravante. Assim como o núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, o da Defensoria atuará alinhado com a perspectiva de manutenção e legitimação desta forma de garantia do direito à moradia e à cidade, articulando-se inclusive de forma isonômica com a atuação jurídica

das diferentes assessorias técnicas que atuaram para o ciclo de ocupações aqui narrados (FREITAS, 2016).

Esta Ação Civil Pública possuía o mérito de, pela primeira vez para as experiências das ocupações urbanas, de atuar interpondo os moradores que até então eram objetos das ações judiciais como autores e, ao mesmo tempo, acomodando o privado e Estado em suas diferentes esferas como réus da ação judicial. O Juiz Dr. Manoel dos Reis deferiu integralmente o pedido da Defensoria que estipulava:

- 1) a área da Comunidade Dandara seja inscrita como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pelo Município de Belo Horizonte;
- 2) que seja suspenso o processo administrativo da Construtora Modelo junto ao Município de Belo Horizonte para parcelamento e licenciamento do imóvel;
- 3) que seja instituída a Comissão para acompanhamento de conflitos possessórios de que trata a Lei Estadual nº 13.604/00, com ampla participação da Comunidade Dandara;
- 4) que o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte tomem medidas próprias para que a Comunidade Dandara tenha acesso à saúde, à educação, à água, à energia elétrica, etc. (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2010).

Com esta Decisão Judicial, embora de imediato ela não tivesse poderes para determinar a suspensão da liminar de reintegração de posse que voltaria a ser expedida, com a decisão desfavorável de toda a Corte Superior descrita acima, ela reequilibrava as percepções do Judiciário em favor dos ocupantes e interpunha um impasse que dificultava a obtenção da hegemonia necessária para a execução da reintegração de posse pelo o Estado, através da Polícia Militar.

Esta decisão que foi amplamente divulgada pelos movimentos sociais, entendia-se que abria precedente em todo o país, para a regularização urbanística e fundiária das ocupações e assentamentos populares fora do enquadramento legal, a partir de Ações Cíveis Públicas.

De fato, a decisão reunia todos os elementos que se defende como princípios da reforma urbana realimentada por estes movimentos sociais e o seu ciclo de lutas: a primazia da dignidade humana e do direito à moradia em face à defesa da propriedade privada, à legitimidade de se ocupar imóveis vazios diante de seu descumprimento da função social e à crítica da inércia e inoperância dos poderes públicos em seu papel de provedores de direitos através de políticas habitacionais. Veja-se trecho da decisão que foi amplamente divulgada, inclusive na imprensa dominante:

Ora, se o nosso existir depende, numa certa medida, de uma determinada ocupação espacial, torna-se incontestável que nossa dignidade humana possui como correlato o direito à moradia. Por isso, então, que o direito à propriedade

não possui peso semelhante ao do direito à moradia na situação ora analisada, pois a prevalência da propriedade, como direito da Construtora Modelo Ltda., não leva à afetação da dignidade humana, enquanto que o desapossamento dos membros da Comunidade Dandara implica em alijá-los do direito de existir como pessoas dignas, já que lhes impede o morar como residência...
 ... Isso tudo somado nos faz concluir que o direito à ocupação do imóvel objeto do litígio pode ser preservado em prol dos membros da Comunidade Dandara, e mais, enquanto ocupantes do terreno, deve ser a eles garantidos todos os direitos decorrentes da dignidade humana, entendida esta como um plexo de condições que possibilitam o existir humano, tais como o acesso à educação, à saúde, à água, à energia elétrica, etc., pois o que está em jogo não é só uma mera ocupação, mas uma ocupação digna, i. é, que promova todos os moradores em direitos dentro do que almejamos como Estado de Direito (Democrático) (art. 1º da CF) (REIS, 0024.10.035660-9, 2010).

2.6 As lutas sociais

Como anteriormente apresentado, não se pode compreender essas experiências das ocupações urbanas sem o repertório de práticas sociais elaborados pelos movimentos para o exercício da ação coletiva e para a construção da narrativa de sua legitimação social, assim como dos processos de pressão sobre as instâncias de poder.

Nesse sentido, convém rapidamente descrever, também, as mais variadas formas de atuação e ação coletiva das famílias da Dandara junto às outras ocupações urbanas para serem ouvidas e percebidas em Belo Horizonte e para construírem os caminhos necessários para o encontro (embate) com o poder público.

Quase um ano depois da experiência da Camilo Torres, nasce a ocupação Dandara e como se verá mais em frente, ainda em 2009, nasce a ocupação Irmã Dorothy, como um processo de expansão da primeira. Estas três, num primeiro momento, em 2009, 2010 e 2011, constroem em conjunto, a partir do aporte e articulação dos movimentos sociais, um conjunto de práticas e ações sociais, demonstrando grande unidade prática na luta.

Como não se trata do foco específico deste trabalho, apresenta-se abaixo, um resumo desse repertório de ações direitas com o intuito de realizar denúncia pública sobre a situação e o tratamento conferido pelas instituições do Estado aos conflitos sociofunditários perpassados pelas famílias das ocupações.

Em julho de 2009 a Dandara reinaugura um novo período de lutas populares de massa em Belo Horizonte, após muito tempo de apatia e ausência de grandes manifestações na cidade, sobretudo pela aquiescência dos movimentos populares que se inseriram na lógica de construção e diálogo com o Estado em seus espaços institucionais e realiza, junto a Camilo Torres, a primeira grande marcha, dentre as cinco que farão em toda a sua história, até o ano de

2016, percorrendo os 20 quilômetros desde sua localização no bairro Céu Azul até o centro da cidade (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2009).



Figura 9 Marcha da Ocupação Dandara, com mais de 1000 moradores, por aproximadamente 20 km, contra o despejo. Foram 5 edições de marchas até o centro em 7 anos de existência. Fonte: próprio autor.

Esta primeira manifestação pública objetiva denunciar a ameaça de reintegração de posse que advinha com a reconsideração da decisão do Desembargador Tarcísio Martins, mas que foi logo suspensa, novamente, pelo acolhimento do mandado de segurança pelo Desembargador Nepomuceno Silva, logo depois sofrendo, como é de se supor, a pressão pública ativada por esta prática de ação coletiva recém-reinaugurada.

As famílias da Dandara e Camilo Torres, ainda em 2009, estiveram presentes mais de sete vezes na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, para impedir a aprovação do Projeto de Lei (PL 728/2009) de autoria do Executivo para suprir o art. 13 que, deliberadamente, excluía as famílias participantes de ocupações urbanas do concurso ao acesso às unidades do programa Minha Casa Minha Vida que estava sendo regulamentado na capital através desse dispositivo de lei. Depois de todas essas ações, o art. 13 restou suprimido e a lei aprovada, garantindo isonomia para os cidadãos ocupantes no acesso ao programa federal de provisão de moradias (FREITAS, 2015).

Em 2010, entre uma seção e outra do julgamento do Mandato de Segurança que havia suspenso a liminar de despejo sobre a Dandara, ocorre uma segunda marcha, da Dandara até o centro, durante dois dias. Desta vez o comunicado publicado pelos movimentos sociais se

direcionava ao poder público e exigia a realização de uma reunião de negociação com o Governador do Estado (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2010).

Em sequência à caminhada, foi realizada a ocupação do prédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU), pelas famílias da ocupação Camilo Torres e Irmã Dorothy que se apossaram do interior do edifício, para exigir a reunião. Não houve acordo e as famílias das três ocupações decidiram estabelecer acampamento na Praça Sete até que uma resposta fosse oficialmente direcionada através ao Governo do Estado. Permaneceram por lá por cinco dias, até que houve a marcação de uma agenda de representantes dos movimentos sociais com secretários de governos, da prefeitura e outros membros da institucionalidade.

Embora a reunião fosse representativa e envolvesse todos os órgãos e instituições do Estado com plenos poderes para garantir uma resolução concreta para o conflito, segundo o mesmo relato, realizaram-se acordos tímidos que não endossavam nenhuma solução definitiva, mantendo a postura que perpassará toda esta história de luta de uma negligência ativa por parte do poder constituído. No entanto, as ocupações angariavam publicidade e legitimidade na sociedade e seguiam seu projeto de consolidação e autoconstrução territorial.

O ano de 2011 foi decisivo para ocupação Dandara. Em abril, os militantes das Brigadas Populares e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) haviam recebido um informe de que a Polícia Militar estava autorizada, pela pessoa do Governador do Estado, a iniciar os preparativos para operação da reintegração de posse. Segundo o depoimento de Frei Gilvander, membro da Comissão Pastoral da Terra:

Recebemos uma espécie de revelação de uma pessoa muito próxima ao governador e ao mesmo tempo a nós, solidários a causa da Dandara, que uma reunião do alto escalão do governo do estado, com a presença do governador, secretária de governo, Maria Coeli, entre outros, junto ao Alto Comando da Polícia Militar, haviam pactuado sobre o veredito da necessidade de realização da reintegração de posse ainda aquele ano. 2011 era um ano perigoso para as ocupações, ano de interstício entre eleições, para governador que havia se sucedido em 2010 e para prefeito, que se sucederia em 2012. Desta mesma reunião, segundo nossa informante, haviam se aventado que deveria se tomar todas as precauções necessárias para que a reintegração de posse não resvasse na imprensa internacional, porque dificilmente o governo a controlaria, denegrindo sua imagem (MOREIRA, 2016).

Foi daí então que os movimentos sociais desataram um conjunto de ações sociais e coletivas para intensificar ainda mais a visibilidade da ocupação Dandara que, neste momento, encontrava-se em situação jurídica ambígua, entre a decisão da Corte Superior que autorizava o retorno da validade da liminar de reintegração de posse e a decisão judicial motivada pela

ação civil pública que obrigava o Estado (esfera estadual e municipal) a atender as demandas de urbanização do assentamento (FREITAS, 2016).

Imediatamente, os militantes das Brigadas Populares e contanto já com o amplo círculo de apoiadores orgânicos da ocupação iniciaram uma campanha, traduzida para dezenas de idiomas que, utilizando-se do poder ascendente de comunicação e mobilização das redes sociais virtuais, convocava pessoas solidárias à causa da comunidade ao redor do mundo a tirarem fotos com dizeres: *Contra el desalojo, com dandara yo lucho* em pontos turísticos significativos de suas cidades. Mais 700 imagens foram enviadas e colecionadas em um único sitio da internet³³, para sacramentar a suposta visibilidade internacional da Ocupação.



Figura 10 Coletânea de fotos das centenas enviadas por apoiadores ao derredor do mundo, representando a legitimidade internacional angariada por esta experiência de conquista do direito à moradia e à cidade. Fonte: próprio autor.

Em julho de 2011, mais uma marcha se sucedeu, desta vez em direção ao Fórum Lafaiete, sede da 1ª Instância do Poder Judiciário em Belo Horizonte, desde a ocupação no bairro Céu Azul. Objetiva-se pressionar o poder judiciário para a criação de um ambiente de composição em sede da ação de reintegração de posse (20ª Vara Civil) que já havia sido determinada desde o julgamento desfavorável no mandato de segurança. Mais 22 km foram percorridos por cerca de 800 pessoas da ocupação. Contudo, mais em um resultado protocolar, nenhum caminho para a conciliação foi indicado, remarcando somente, nova audiência (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2011).

Com iminência da operação de reintegração de posse se intensificando, o segundo semestre de 2011 foi permeado por grandes ações de solidariedade, basicamente, ademais da campanha internacional de solidariedade que continuava ativa, do Abraço Solidário e do *show* de uma banda de música do cenário independente de Belo Horizonte que se realizou no chão de terra da comunidade (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2011)

³³ Disponível em: <http://salvedandara.concatena.org/>

Este primeiro evento ocorreu em um sábado, dia 12 de outubro de 2011. Milhares de pessoas se reuniram entre elas apoiadores de todos os setores sociais de Belo Horizonte, junto com os moradores da Dandara e se destacando um conjunto de 300 “sem-terrinha”, crianças filhas de acampados e assentados rurais que participavam de um congresso do MST neste mesmo fim de semana em Belo Horizonte, para abraçar física e simbolicamente toda a extensão do perímetro da ocupação. Maria do Rosário, advogada popular e missionária que acompanhou a criação do assentamento desde o início descreveu:

Este abraço veio confirmar a força que tem o povo de Dandara. Força visível na luta de cada dia, na organização interna, na convicção de seus direitos e no imenso apoio que a comunidade tem da sociedade. Apoio em Belo Horizonte, em Minas Gerais, no Brasil e no mundo. Tem razão quando diz Dona Maria, moradora de Dandara. “A gente tem muita fé e coragem. A gente não está só. Quanto mais eles nos ignoram, mais aparece gente para nos apoiar”. (ROSÁRIO, 2011).



Figura 11 Moradores e rede de solidariedade abraça física e simbolicamente a Ocupação Dandara, em outubro de 2011, como um dos atos contra o despejo e pela manutenção do território. Fonte: Priscila Musa, 2011.

Meses depois, no dia 21 de novembro de 2011, a banda Graveola e Lixo Polifônico, com recursos aprovados na lei de incentivo à cultura de Belo Horizonte, ou seja, recursos públicos repassados pela Prefeitura de Belo Horizonte para a realização de um show em espaço público da cidade, com o intuito de se solidarizar à causa da ocupação, diante da grande visibilidade e apoio que havia adquirido em Belo horizonte, resolve fazê-lo no território ocupado (BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2011).

O evento atrai mais de 3.000 jovens que, até então não haviam conhecido e pisado na realidade de uma ocupação urbana, estendendo o conhecimento de sua causa para mais setores sociais, conforme relata o produtor cultural Rafael Barros³⁴:

Na época eu era produtor cultural de uma banda independente de MPB instrumental que chama Graveola, que tinha uma grande projeção dentro da cidade. E nós íamos lançar o nosso segundo álbum. E procuramos a comunidade Dandara e as Brigadas Populares, para refletirmos a possibilidade de realizarmos na Dandara o show de lançamento, no espaço aberto. A prefeitura se interpôs e foi intransigente no processo de licenciamento. E nós travamos uma luta jurídica e para conseguir a liminar para a realização do evento. Coisa que nós só conseguimos duas horas antes da realização do show, do domingo dia 6 de novembro. Esse fato teve uma significação muito grande para a comunidade, porque trouxe, ao lado do grande abraço coletivo que aconteceu poucas semanas antes, um número imenso de pessoas que desconheciam sua luta, e que a partir de então passaram a intervir na disseminação de sua história de forma concreta (BARROS, 2013 *apud* DOCUMENTÁRIO DANDARA, 2013)

Em 2013, basicamente ocorre uma última grande marcha da ocupação, a quinta registrada nesse histórico, desde o bairro Céu Azul até o centro, com centenas de pessoas participando, entre moradores, apoiadores e militantes dos movimentos sociais. Desta vez destina-se à sede do Tribunal de Justiça, na Avenida Afonso Pena (ADITAL, 2013).

Neste mesmo dia e ocasião, o Colegiado de Desembargadores julgaria recurso interposto pela Construtora Modelo Ltda., sobre decisão do juiz Manoel dos Reis, aquela que promovia a conexão dos processos da Vara Civil - a reintegração de posse - e da Vara Pública - a ação civil pública. O recurso havia sido acatado em sede liminar com suspensão dos efeitos da decisão do Dr. Manoel, negando a legitimidade da conexão das ações e revalidando a ordem de reintegração de posse.

Mas toda a trajetória social e política aqui narradas e depois de cinco grandes marchas e dezenas de atos públicos e entre centenas de ações de solidariedade cotidianamente reiteradas e pulverizadas em todo o tecido da sociedade mineira, o Colegiado de Desembargadores decide contra o recurso da Construtora, pela manutenção da conexão dos processos e mantendo a suspensão da ordem de despejo. Desta forma, se mantém até hoje (maio de 2016) (FREITAS, 2016).

³⁴ O *show* se realizou também mediante embate particular. A promotoria de urbanismo do Ministério Público, claramente desfavorável à consolidação da ocupação, em atitude notoriamente arbitrária, ingressou com ação judicial alegando desconformidade no processo de licenciamento para o evento ocorrer em local público. Ao passo pelo que constava, o local onde a apresentação se realizaria, era um terreno particular sobre o exercício da posse de centenas de famílias, ou seja, local privado, fora da jurisdição da prefeitura e suas normas de licenciamento. Contudo, o *show* ocorreu porque os advogados populares pediram reconsideração do Juiz, apresentando todos os documentos necessários que comprovavam que, mesmo que em local privado, o evento estava em condições seguras de ocorrer (vigilância, bombeiros, limpeza e policiamento).

3. Ocupação Irmã Dorothy

Ainda em 2010, no dia 23 de março, no intercurso da consolidação da experiência das ocupações Dandara e Camilo Torres, os movimentos sociais, Fórum de Moradia do Barreiro e as Brigadas Populares, se organizam para ampliar a ocupação Camilo Torres, constituindo, na verdade, novo assentamento, nomeando-o Irmã Dorothy³⁵.

A ocupação se dá sobre terreno contíguo a ocupação Camilo Torres, cuja entrada é na Rua Córrego Capão da Possebon, ao final de sua pavimentação, dentro do vale conformado pelos córregos Mineirão e Olaria, circundados pela Avenida Perimetral, portanto mais um terreno dentro do Distrito Industrial do Vale do Jatobá, gerado a partir de loteamento produzido pela companhia CDI do Governo do Estado, ainda na década de 80, mas cujos terrenos foram utilizados em negociatas ilícitas e permaneciam retidos exclusivamente para exercício da especulação imobiliária.

Participaram da experiência inicialmente 135 famílias organizadas também por núcleos de moradia da política oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, aquela vinculada ao Orçamento Participativo da Habitação e que tinham ligações com o Fórum de Moradia do Barreiro, dado sua inserção social na região, interpondo mais um sinal de que se esgotava a política municipal de habitação de Belo Horizonte, sobretudo diante do cenário de mais de um ano de governo neoliberalizante de Marcio Lacerda (PSB).

No primeiro dia, houve como ocorreu em todas as duas primeiras experiências de ocupações urbanas, Camilo Torres e Dandara, embate com o Batalhão de Choque da Política Militar que tentou realizar a remoção das famílias sem ordem judicial para tanto, alegando a realização do flagrante sobre o ato de ocupação da área, o que, em tese, permitiria ação legal.

Contudo, com o acúmulo técnico e jurídico que os movimentos sociais vinham adquirindo, ademais das redes de apoio que iam tecendo, inclusive dentro de órgãos dissidentes da política geral do Estado, conseguiram negociar e manterem-se junto com as famílias, na posse do terreno recém-ocupado, conforme o relato:

Depois de mais de 8 horas de negociação com o comando do Batalhão de Polícia de Eventos (BPE - Choque), a recém-nascida Ocupação Irmã Dorothy

³⁵ Irmã Dorothy foi uma liderança religiosa assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005, no interior do Estado do Pará, norte do Brasil, a mando de fazendeiro local. Religiosa que ingressou no Brasil na década de 60 e aqui passou toda a vida dedicando-se a causa do desenvolvimento social, justo e sustentável das relações sociais no campo brasileiro. Atuou junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e participou das articulações em torno da reforma agrária que atravessou a história recente do país, desde a década de 80.

conseguiu resistir à pressão do braço armado do Estado e vencer sua primeira batalha.

O Choque usou *spray* de pimenta contra as famílias, limitou o direito de ir e vir de militantes, proibiu a entrada de alimentação na Ocupação e prendeu um companheiro, que foi conduzido até a delegacia, sendo liberado horas depois. As arbitrariedades da PM de Minas Gerais só foram suspensas quando o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CONEDH) se fez presente na área e manifestou oposição à realização do despejo sem mandado judicial (BLOG BRIGADAS POPULARES, 2010).

Com a resistência no dia, os movimentos sociais e famílias permanecem e iniciam o processo de consolidação do assentamento, estabelecendo os barracos de lona, a organização comunitária interna e preparando o desenho urbano autorrealizado da distribuição das ruas e lotes (SANTOS, 2016).

Em 2010 o programa Minha Casa Minha Vida já estava em curso e os movimentos sociais deste ciclo emergente de lutas por reforma urbana em Belo Horizonte, já debatiam seus primeiros resultados e iniciavam a construção nacional do que posteriormente foi autodenominada como Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos, da qual fazia parte o Fórum de Moradia do Barreiro e as Brigadas Populares. No manifesto de criação da experiência da Irmã Dorothy, emergia a crítica ao programa:

A Ocupação Irmã Dorothy foi a primeira ação em Minas Gerais dentro da Campanha Minha Casa Minha Luta organizada pela Frente Nacional de Resistência Urbana que reúne movimentos e organizações populares de 14 estados brasileiros. Essa campanha pretende denunciar as mentiras do programa Minha Casa, Minha Vida que ainda não saiu do papel para as famílias mais pobres que recebem de 0 a 3 salários mínimos (BLOG, BRIGADAS POPULARES, 2010).

Neste período, os movimentos sociais organizados em torno da Frente Nacional de Resistência Urbana, por oposição aos movimentos sociais que compõem o Conselho Nacional das Cidades e outros Espaços Deliberativos do Ministério das Cidades, mais ligados à estrutura partidária do Partido dos Trabalhadores, começam a realizar críticas segundo a qual o programa MCMV foi um pacote de medidas econômicas mais interessadas em resolver a crise econômica deflagrada a partir de 2008, do que resolver a necessidade social da questão habitacional brasileira.

Segundo Freitas (2015), esta crítica é representada na apresentação das linhas de financiamento e subsídio do programa, em sua versão 1 que, de antemão, apresenta maior volume de incentivo para as faixas mais altas, em detrimento da faixa de renda mais pobre, onde se concentra majoritariamente o déficit habitacional brasileiro. Das primeiras um milhão de unidades apresentadas pelo programa nesta época, 40% somente se destinariam aos setores

sociais entre de 0 a 3 salários mínimos, ao passo que 60% se destinariam aos setores com mais de três salários mínimos, às faixas 2 e 3 do programa (Freitas, 2015).

Nesse sentido, quando se entende que o Governo Federal, sobretudo diante da ascensão da presidenta Dilma Rousseff que chefiou a elaboração do programa MCMV, enquanto Ministra da Casa Civil, sustentou o projeto de cidade e de sociedade completamente alinhados com as perspectivas de produção e reprodução do espaço urbano dos circuitos dos grandes capitais imobiliários, incorporadores, rentistas e fundiários.

No início das ocupações Camilo Torres, Dandara e Dorothy, houve dois encontros de representantes dos movimentos sociais com a presidenta Dilma Rousseff. Mas nenhum deles resultou em medidas administrativas, políticas, orçamentárias e/ou jurídicas que contribuíssem para aplacar os conflitos sociofunditários que as ocupações estavam inseridas, diante da intensidade das ameaças de reintegração de posse e diante das expectativas de regularização e urbanização.

Mesmo com todos os programas disponíveis do Ministério das Cidades, nenhum foi acionado para contribuir no tratamento dos conflitos, podendo promover outra forma de garantia do direito à moradia e à cidade para famílias de baixa renda, fora da alçada do discurso unívoco do MCMV.

Por isso que os movimentos ligados à crítica do bloco dominante do PT no Governo Federal, reunidos na Frente de Resistência Urbana, ainda no ano de 2010, já denunciavam a não abertura democrática para a elaboração do programa MCMV, síntese deste projeto de governo para a questão habitacional:

Mas na verdade, os movimentos sociais combativos nunca foram parceiros na construção do programa e também não estão sendo na sua implementação. Isso significa dizer que a construção do MCMV não foi democrática, pois não garantiu a participação das forças sociais que representam a grande massa de sem-tetos do país. Da mesma forma, a execução do programa também não abre espaço para a participação dos movimentos e organizações populares, com controle social e auto-gestão dos recursos públicos. Os grandes idealizadores do programa foram os empresários da construção civil (FRENTE NACIONAL DE RESISTÊNCIA URBANA, 2009 *apud* FREITAS, 2015, p....).

Não é exagero considerar que se houvesse uma postura mais incisiva do Governo Federal nestes conflitos sociofunditários urbanos, outra rumo este ciclo de lutas poderia ter adquirido, menos constrangido inclusive à autonomia forçada que esse processo da urbanização popular é submetido, autoconstruindo inteiramente as estruturas internas dos assentamentos, das casas aos equipamentos comunitários, ruas, etc., sem nenhum recursos do Estado e do

capital, somente a terra recuperada dos circuitos da especulação urbana, com todo o ambiente interno construído com recursos amealhados pelo trabalho dos sujeitos sem-teto.

3.1 *A terra urbana*

A situação fundiária do terreno sobre o qual se conformou a ocupação Irmã Dorothy foi desvelada em grande parte pela capacidade técnica da assistência jurídica prestada pela SAJ da PUC-Minas, a partir de certo protagonismo do professor Fábio Alves Santos. E também pelo seu modo particular de atuação que, como apresentado no caso da ocupação Dandara, baseou-se em garantir publicidade às informações do processo jurídico para toda a rede de apoio e para a sociedade, extravasando os ritos do mundo jurídico e disputando-o politicamente. Essa atuação se dava, principalmente, a partir de notas destinadas à opinião pública que descreviam de forma pedagógica e compreensível detalhes das arbitrariedades e ou ilegalidades cometidas no interior de cada processo de julgamento pelo poder judiciário.

A gleba ocupada pelas famílias da Irmã Dorothy foi gerada a partir de projeto de urbanização e loteamento realizado pelo Estado, na década de 90, a partir da atuação da CDI, hoje CODEMIG (PARECER SAJ, 2010). O lote ocupado foi repassado em 1991, à iniciativa privada, primeiramente à empresa PARR Participações Ltda., sob a condição contratual de se instalar no local empreendimento industrial no prazo de 20 meses. Porém, cinco meses depois, o terreno foi repassado, com anuência da CDI, da empresa citada para o Banco Rural (PARECER SAJ, 2010). Assim o Parecer da SAJ denunciava:

Da CDI (atual CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais), dita empresa adquiriu o imóvel pelo valor de R\$ 121.000,00 e o repassou para o Banco Rural, cinco meses depois, por R\$ 600.000,00. Mais do que 500% acima do valor pelo qual o Estado, por meio da CDI, repassou o imóvel ao particular.

O encargo da implantação de um empreendimento industrial na área, outrora pública, foi remetido ao esquecimento. Assim, matreira e astutamente, um BEM PÚBLICO é transferido para o particular, sem que a sua destinação seja alcançada. (PARECER SAJ, 2010, p. 2).

Seis anos depois, o terreno é novamente repassado pelo Banco Rural à nova empresa, a TRAMMM Locação de Equipamentos Ltda., desta vez de novo a partir de um baixo valor, R\$ 180.000,00 (PARECER SAJ, 2010). E já no ano de 2010, a última suposta proprietária da área, o vende pelo valor de R\$ 580.000,00 para a ASACORP Empreendimentos e Participações S.A., autora da ação de reintegração de posse (PARECER SAJ, 2010).

Em 2011, porém, a Defensoria Pública Estadual ingressa com Ação Civil Pública, contra o Estado de Minas Gerais, por improbidade administrativa, ao negligenciar e não reaver o

terreno repassado inicialmente pela CDI à iniciativa privada, requerendo a suspensão do contrato original. Dos pedidos da ação requeria-se a anulação do contrato e o reconhecimento do descumprimento da função social do terreno, ademais de promover a conexão da ação de reintegração de posse que recaia sobre os ocupantes à Ação Civil Pública.

Hoje, anos depois de reveladas as informações acima e de transcorridos os processos judiciais, a situação jurídica da Ocupação ainda está diante deste impasse, possivelmente com o mandato de reintegração de posse em aberto, porém nunca cumprido. O seu território segue consolidado do ponto de vista do seu ambiente construído interno e do investimento realizado por seus moradores, contudo, pouca ou quase nenhuma medida do poder público (municipal ou estadual) foi tomada para a efetivação de seus direitos urbanos.

3.2 O desenho urbano autorrealizado

Mesmo vivendo sob a insegurança da posse e submetidos durante longos anos à ameaça constante de reintegração de posse, como no caso da Camilo Torres e Ocupação Dandara, os moradores da Irmã Dorothy, premidos pela necessidade social de obter um lugar de moradia livre do aluguel ou de outras condições sociourbanísticas mais precárias, iniciaram, desta vez, sem auxílio de equipe técnica, o desenho urbano interno da distribuição dos lotes e ruas da ocupação e a autoconstrução de suas estruturas.

Como se pode notar na imagem abaixo, desde ano de 2016, foi gerado um assentamento que embora mediado pelo saber popular, é muito restrito. Não há nenhuma área coletiva e todo o terreno foi ocupado por espaços destinados às ruas e residências, agravado pelo processo paulatino e constante de adensamento, depois dos seis anos de ocupação. E pelo que se nota, pouca atenção se atribuiu aos condicionantes ambientais e geológicas da área, apresentando graves fragilidades destes pontos de vista. Nesse sentido, se entende que, inerentemente, a aplicação do conhecimento técnico no processo de estruturação das ocupações promove significativa qualificação.



Figura 12 Imagem de Satélite do território da ocupação Irmã Dorothy circunscrito de vermelho. Fonte: Googleearthpro, 2015.

A forma do desenho, embora não tenha partido de plano técnico centralizado, é também aplicação da forma mais convencional e tradicional dos lotes unifamiliares com acesso direto à via de circulação. As ruas seguem mais um traçado orgânico do território, de acordo com as possibilidades do relevo, tendo um padrão de largura variado, assim como os lotes. Notam-se poucos recuos entre as edificações e os limites do lote, sugerindo grande adensamento.

A experiência da Irmã Dorothy foi responsável por aproximar outro ator social que emerge de forma muito significativa nesse ciclo de lutas sociais por reforma urbana, desta vez do campo do conhecimento técnico em arquitetura e urbanismo. Trata-se da aproximação do PRAXIS, grupo de pesquisa da Escola de Arquitetura da UFMG, coordenados pela Prof^a. Denise Morado, que visa contribuir para a formação de vários estudantes e novos técnicos, apoiar estas experiências emergentes e ampliar este campo técnico-social da reforma urbana.

A assistência técnica prestada pelo PRAXIS em 2010/2011 na ocupação Irmã Dorothy baseou-se na elaboração e no desejo dos moradores, manifestados em assembleias com a participação dos membros do projeto de extensão, na construção mediada e conjunta de um sistema de rede de esgoto para metade da área da ocupação (SOARES, 2015). Baseados nos pressupostos do viés democrático da mediação, no formato flexível da metodologia e no incentivo à participação dos agentes como fomento à sua emancipação política, a experiência de assistência técnica desenvolveu:

A partir deste momento, o caminho definido conjuntamente voltou-se para as questões da infraestrutura coletiva da ocupação, tendo como foco principal o sistema de esgoto e de tratamento de resíduos. Assim, em meio a reuniões e

encontros, coube aos pesquisadores a produção de material para facilitar o diálogo e incentivar o levantamento das possibilidades técnicas

A ocupação Irmã Dorothy optou pelo sistema condominial de esgoto, o que tornou-se viável tecnicamente por existir a possibilidade de direcionar as novas linhas para os poços de visita existentes da COPASA, presentes no limites do terreno. O sistema foi subdividido em cinco linhas espalhadas por cada via da ocupação. Os vizinhos de cada rua se organizaram em grupos de trabalho e puderam executar conjuntamente sua parte do sistema (SOARES, 2015, p. 73).

A execução do projeto dialogicamente desenvolvido já se tratava apenas de metade da área da ocupação, pretendendo ser expandido em uma segunda etapa. Mesmo assim, muitas dificuldades se interpuseram, sobretudo porque se tratava de certo grau de complexidade na organização do trabalho coletivo que, como se sabe, em todo processo autoconstruído no seio destas experiências, dependente da iniciativa voluntária dos seus moradores e da carga de sobretrabalho que isso implica (SOARES, 2015). Conquanto, demarcou-se, de vez, a aproximação do PRAXIS³⁶ com este ciclo de lutas.

4. Ocupação Zilah Spósito / Helena Greco

A ocupação Zilah Spósito / Helena Greco possuiu relevância neste ciclo de lutas pelo direito à moradia e o direito à cidade, por ter sido o primeiro processo de apropriação de fração da imensa gleba ociosa da região do Isidoro, maior vazio urbano na região norte da Capital, que foi objeto posterior de outras três grandes ocupações, a Rosa Leão, Esperança e Vitória, instaurando o que ficou conhecido na opinião pública da cidade como o maior conflito sociofunditário de Minas Gerais, uma vez que as ocupações urbanas disputaram a terra com um megaprojeto imobiliário do Estado em parceria com o capital, inicialmente avaliado em quase um bilhão de reais.

Aqui, defende-se esta percepção segundo a qual se não fosse o processo de mobilização em torno da defesa da ocupação Zilah Spósito/Helena Greco e da denúncia sobre a remoção ilegal que suas famílias sofriam, dificilmente haveria possibilidade de emergirem outras três grandes ocupações urbanas na mesma região que, ademais de instaurarem grande conflito social

³⁶ O PRAXIS é grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Arquitetura e Design da UFMG, coordenado pela Prof. Doutora Denise Morado, que envolve outros professores e estudantes de graduação e pós-graduação, e objetiva desenvolver “práticas compartilhadas através da mediação entre tecnologia, projeto, construção, informação e vivência” entre os agentes imbricados nos processos de produção social do espaço. E que a partir do momento descrito acima, parece ter escolhido o contexto social e construtivo das ocupações urbanas como os espaços preferenciais para o desenvolvimento de sua mediação entre saber e a experiência vivida nas práticas de produção do espaço, tornando-se, como se afirma, um dos atores fundamentais na constituição desde campo social mais amplo de proteção e defesa da legitimidade das ocupações, cumprindo, portanto, importante papel político e não somente técnico. Com o desenvolvimento deste ciclo social o PRAXIS passa a envolver um número maior de estudantes, de outros professores universitários, outros arquitetos interessados e desempenha papel importante também na produção intelectual sobre o tema.

e político entorno de disputa territorial da cidade, garantiram o direito à moradia para milhares de famílias, conformando o que ficou conhecido como rede Resiste Izidora.

Este conflito é emblemático também por ser representativo da forma que assume a política habitacional de Belo Horizonte, a partir do ano de 2012, quando se desenvolve a segunda gestão do prefeito Márcio Lacerda (PSB) que, com mais intensidade, realiza curso a uma gestão urbana neoliberal, por via, inclusive, de estratégias coercitivas de controle urbano, sobretudo porque assume a direção da URBEL o coronel reformado da Polícia Militar Bicalho Cruz, anteriormente Secretário Municipal de Segurança Pública e o responsável por autorizar a Guarda Municipal a realizar o despejo da ocupação Zilah Spósito, mas sem autorização judicial.

Outro tema que atribuí forte significação a esta experiência é que foi inicialmente amparada e organizada por lideranças comunitárias do MLPM, movimento social da década de 1990, responsável de ter criado o conjunto habitacional junto com a Prefeitura de Belo Horizonte, durante e após a gestão da Frente BH Popular, originalmente nomeado Zilah Spósito e que posteriormente dá nome ao bairro e também à ocupação.

Suas lideranças amparam as famílias que inicialmente se aventuraram na ocupação espontaneamente ainda sem nome, buscando apoio e o conseguindo junto à rede de movimentos sociais, entre outras entidades e instituições, suspender o despejo, dando continuidade à sua atuação na organização e estruturação do assentamento. Assim como também o faz quando surge a Ocupação Rosa Leão, primeira das três grandes ocupações da região da Izidora, dois anos depois.

Desta forma são tecidos os laços sociais que configuram o poder popular de promover outra urbanização, movimentos sociais de outrora e da contemporaneidade, junto à rede de apoio mais ampla, atuando em conjunto pelo direito à moradia de famílias empobrecidas e excluídas da cidade forjada em meio a relações capitalistas de produção e submetidas a uma condução administrativa friamente neoliberal.

4.1 A tentativa ilegal de despejo

A ocupação inicia-se espontaneamente quando um conjunto de 50 famílias, de forma dispersa e sem organização prévia, começa a descer ladeira no vale formado por um afluente

do córrego Terra Vermelha³⁷, assentando as primeiras barracas de lona, madeirite e alvenaria, por volta de maio de 2011.

Tudo indica que aumentava a pressão imobiliária na região norte do município de Belo Horizonte, após seguidos projetos estruturantes de urbanização - Linha Verde, Cidade Administrativa, duplicação da Avenida Antônio Carlos, etc., e seus primeiros efeitos já eram fortemente sentidos já em 2011, levando as famílias a desafiarem o senso comum e buscarem a solução para seu problema individual de moradia por meio da “invasão” de uma área até então aparentemente residual, como na história corriqueira de constituição da maioria das favelas da Região Metropolitana. Pressão imobiliária que demonstraria seus efeitos concretos três anos depois, em 2013, com a explosão das três ocupações da Izidora e suas mais de quatro mil famílias.

Contudo, a situação da ocupação se torna conhecida pela rede de apoio conformada entorno das ocupações descritas (Camilo Torres, Dandara e Irmã Dorohty) em outubro de 2011, mais precisamente no dia 21 desse mês, quando o assentamento ia adquirindo um caráter mais consistente e ocorre uma investida por parte da Prefeitura de Belo Horizonte e da Polícia Militar (portanto, do Governo do Estado) em uma tentativa ilegal de remoção forçada dos moradores e de suas residências (BRIGADAS POPULARES, 2011).

Neste mesmo dia, membros da ocupação Zilah Spósito e do movimento MLPM, que contribuíam em sua organização, se direcionaram para a ocupação Dandara para acionar a rede de apoio diante da arbitrariedade que sofriam, como pode ser visto em relato que figurou na internet:

Acordamos na Dandara, com a notícia de que estava rolando o despejo na Zilah, que a tropa de choque estava lá e a galera pedindo ajuda. Subimos correndo ao centro comunitário onde havia mais pessoas da Dandara fazendo o corre de avisar e chamar pessoas pro apoio e agilizando caronas. Fomos em 4 carros cheios, no caminho recebemos uma ligação de lá pedindo que fossemos rápido pois haviam começado a derrubar as casas. Chegamos lá próximo do meio dia. Soubemos que a polícia estava lá desde às 10:30 mais ou menos. Ao chegarmos a comunidade já estava toda isolado com cordão policial dando a volta toda, não havia como entrar. Havia umas centenas de policiais e mais umas centenas de trabalhadores da prefeitura vestidos de laranja demolindo as casas. Havia aproximadamente umas 200 pessoas entre moradores, vizinhos, amigos e apoiadores do lado de fora do cerco, indignadas tentando pensar alguma maneira de impedir o que estava acontecendo (COLETIVO BANDEIRA PRETA, 2011).

³⁷ Um dos três córregos que constituem a região do Isidoro, junto ao Córrego dos Macacos (próximo da Ocupação Esperança) e Ribeirão do Isidoro (próximo da Ocupação Vitória).

O relato acima foi realizado por ativistas anarquistas que, em 2011, haviam montado centro de apoio permanente na ocupação Dandara, em função do contexto social de forte apelo e mobilização que havia se dado no entorno desta ocupação, conforme já descrito e que foi, em certa medida, responsável por consolidar uma rede permanente de centenas de pessoas e dezenas de entidades e organizações em defesa e promoção do direito à moradia e à cidade em Belo Horizonte.

Depois de transcorrer o ano de 2011 em um intenso processo de acúmulo por parte desta rede que se forjou entorno da ocupação Dandara, no dia desta tentativa de despejo, essa rede já densamente constituída, se manifestou também na defesa da Zilah Spósito / Helena Greco.

Como descrito acima, centenas de apoiadores estiveram presentes, interrompendo seu cotidiano, para flagrar e denunciar a ilegalidade que ocorria. Segundo depoimento de Ananda Martins Carvalho, membro do programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG à época, estiveram presentes, ainda, o Movimento Fora Lacerda, membros do PSOL, da AGB, das Brigadas Populares, do MLB, do CONEDH, do Instituto Helena Greco (IHG), além de, posteriormente, ao final do dia, membros do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública do Estado (MARTINS CARVALHO, 2016).

Este último órgão esteve presente munido de decisão judicial liminar obrigando a interrupção da operação que se constituía de forma ilegal. Durante à tarde, rapidamente, membros do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública de Minas Gerais (DP-MG), após recepcionarem a denúncia, redigiram ação judicial que logrou consolidar o apelo da sociedade civil pela interrupção desta violência institucional, desprovida de amparo legal (MARTINS CARVALHO, 2016).

Em audiência pública na Câmara dos Vereadores, o Secretário da Administração da Regional Norte da Prefeitura de Belo Horizonte assumiu a coordenação da operação e alegou estar embasado no Código de Posturas do município. Em se tratando de área de preservação ambiental permanente e de propriedade pública, ficava autorizado a realizar as demolições dos imóveis irregulares que foram previamente notificados (CÂMARA DOS VEREADORES; SECOM, 2011). Como:

A Regional Norte, por meio do seu secretário Haldley Vidal, alegou que a área é pública e de preservação permanente, com risco de inundações. “Recebemos denúncia sobre as invasões no dia 5 de outubro e notificamos os moradores, que lá estavam no dia seguinte. A demolição de casas semi-acabadas ocorreu no dia 21, e a Regional Norte obedeceu ao Código de Posturas”, enfatizou o secretário (SECOM; CAMARA VEREADORES, 2011).

Justamente onde reside o argumento segundo o qual se realizava processo, por meio da gestão municipal de Márcio Lacerda, de enrijecimento do controle urbano por parte da Prefeitura de Belo Horizonte que, utilizando inclusive de formas e práticas coercitivas com uso de violência física, implicava em graves consequências para a questão habitacional popular e para o tratamento dos conflitos sociofunditários urbanos.

O argumento do Secretário supracitado da administração da regional norte afiançou-se no Projeto de Lei n. 9.845, aprovado em 2010, durante a gestão de Márcio Lacerda, que dispõe que as “invasões” de logradouros ou imóveis públicos que se configurem como residência fixa terão até 30 dias, após notificação, para demolição da edificação existente; contudo, a mesma alteração do Código de Posturas da cidade, prescrevia que passado o prazo de 30 dias da notificação, a “invasão” caracterizada como residência deveria se tornar objeto de ação judicial demolitória, fato que não ocorreu.

É no ano de 2016 que a gestão municipal pretende aprovar nova alteração no Código de Posturas para poder realizar ações de remoção e demolição das edificações residenciais sem autorização judicial específica (Projeto de Lei 1829/2016). Contudo, como no caso descrito e em qualquer outro, segundo interpretação conferida pela CF 88 e pelo CPC, qualquer ação de reintegração de posse deve estar acompanhada de ordem judicial expressa para ser legal.

Embora o Secretário acima descrito tenha assumido publicamente a autoria da ação ilegal, foi o Secretário de Segurança Pública da época, Coronel Bicalho Cruz, que foi judicialmente responsabilizado, após iniciativa do Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual que ingressou com ação acusando-o de abuso de autoridade por utilizar-se de violência contra cidadãos para fazer valer seus interesses administrativos³⁸.

O processo judicial faz menção ao fato já narrado acima em que a Guarda Municipal utiliza-se de força e violência física para retirar mulheres, crianças e idosos dos barracões que onde estavam residindo, para poder consumir a remoção. Embora houvesse apoio da Polícia Militar, segundo vários depoimentos constantes nos autos do processo e amplamente divulgados na ocasião, foi a Guarda Municipal quem protagonizou a prática do despejo nesse acontecimento.

³⁸ Processo judicial de nº 1650608-70.2013.8.13.0024. Tipificação: ação penal. Assunto: Crime previsto na legislação extravagante, crime de abuso de autoridade. Réus: GENEDEMPSEY BICALHO CRUZ e FABIANO VILLAS BOAS. Autor: Ministério Público Estadual (TJMG, 2016).



Figura 13 Imagem da tentativa de despejo que foi suspensa após a ação dos movimentos sociais coordenada junto à Defensoria Pública. Polícia Militar e Guarda Municipal retiram a força moradores da ocupação de forma ilegal. Fonte: Moradores, 2011

É nesse sentido que a questão habitacional durante a gestão do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda e da conjunto de forças políticas e econômicas que ele representa, ligados ao capital imobiliário, assume contornos mais graves, pois no ano de 2012, diante da saída de setores ligados ao Partido dos Trabalhadores da gestão municipal, com a ruptura entre esse partido e o PSB, que se aproximava do PSDB para eleição de 2012, o coronel Bicalho Cruz assume a Urbel, onde está no comando até hoje, em 2016. Com essa modificação dos cargos e posições internas da administração, tem-se o fim, de vez, de toda a história popular acumulada entorno da política habitacional condensada na empresa pública Urbel.

A Urbel possuiu *status* de Secretaria, pois é incumbida de todas as competências ligadas à política habitacional e urbana de Belo Horizonte. E a política habitacional de Belo Horizonte passa a ser gerida por um técnico com trajetória de formação na Polícia Militar de Minas Gerais, que havia criado como Secretário Municipal de Segurança Pública durante a gestão de Pimentel (PT), entre 2004 e 2008, a Guarda Municipal de Belo Horizonte, ademais de ser o responsável por autorizar a arbitrariedade acima narrada e ainda ser acusado de prática de abuso de autoridade pelo Ministério Público de Minas Gerais.

É o que sucede a partir de 2012 com todos os conflitos fundiários urbanos instalados pelos movimentos sociais sob o discurso de garantia do direito à moradia e à cidade para famílias pobres e de baixa renda descritos aqui. A Prefeitura congela e obstrui qualquer canal

de diálogo como o conselho municipal e as conferências de habitação e intensifica ainda mais a perseguição e a criminalização dos movimentos de moradia.

Neste caso específico da tentativa de despejo ilegal das 50 famílias da ocupação Zilah Spósito, não é exagero sugerir que se tratou de uma mobilização de forças por parte da Prefeitura de Belo Horizonte para coibir peremptoriamente qualquer possibilidade de ocupação por famílias de sem-teto da imensa gleba ociosa do Isidoro que era objeto de um dos maiores empreendimentos imobiliários da América Latina, como anunciado oficialmente através do dispositivo da operação urbana, como planejamento do município em parceria com a iniciativa privada. E não como o discurso oficial tentou fazer crer que se tratava da defesa de cerca de menos de um hectare de área verde em função da utilidade pública e do zelo contemporâneo pela preservação ambiental.

Mas no intercurso dessa ilegalidade, a ação da Prefeitura encontra a sociedade civil que organizada em redes e com acúmulo técnico e prático sobre o tema do direito à moradia em Belo Horizonte consegue, por meio da pressão social e da legalidade, barrar o despejo, garantindo para mais cerca de 200 famílias, o direito à moradia, com o posterior adensamento da ocupação.

4.2 O Assentamento Gerado

Destaca-se aqui que embora a Ocupação Zilah Spósito receba o apoio da rede de solidariedade que se tornava substantiva em Belo Horizonte, quem realiza a organização e mobilização interna do assentamento é o Movimento de Luta Por Moradia (MLPM), o qual foi o responsável por criar o Conjunto Zilah Spósito na década de 90.

O Zilah Spósito foi um empreendimento realizado pela política habitacional da gestão Frente BH Popular 93-96, sob a liderança de Patrus Ananias, mas com ampla participação e empoderamento popular, como já descrito (BEDÊ, 2005). As famílias se organizaram primeiramente em uma ocupação que se deu na região da Pampulha, próximo ao Córrego Sarandi, na fronteira com a cidade de Contagem. Após ter ficado meses acampadas, as lideranças da ocupação do MLPM, negociam com a PBH e a Urbel, a construção de um empreendimento habitacional para garantir seu direito à moradia (BEDÊ, 2005).

Este é concluído somente em 1998, na gestão do Célio de Castro (PSB) na Prefeitura de Belo Horizonte. E foi elaborado e projetado com a consultoria dos técnicos do Coletivo USINA

de São Paulo, com monitoramento do movimento social e executado por gestão pública, com licitação da obra para uma empresa privada. Eis:

A escolha da estrutura metálica para construção de casas assobradadas e geminadas se justificava pelo preço do aço – à época cotado em dólar, que se equiparava em valor ao real – e o baixo custo de transporte desse material, produzido em Minas Gerais.

A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel, responsável pelo financiamento da obra, optou pela contratação da mão-de-obra. A empreiteira licitada pertencia a um grupo de jovens engenheiros motivados pelo projeto. Eles montaram um protótipo da estrutura por conta própria, o que acabou facilitando algumas atividades no canteiro (USINA, 2015)

Suas lideranças, portanto, são responsáveis há mais de 10 anos por darem prosseguimento ao processo de urbanização popular da área, fomentando, organizando e incentivando, duas outras ocupações, primeiro a Zilah Spósito e posteriormente a Rosa Leão que recebe este nome, inclusive, em homenagem à liderança do MLPM, assassinada após conquistarem e edificarem o conjunto Zilah Spósito (ZOCA, 2016).

É nesse sentido que são desenvolvidas, como havia sido apresentado ao longo da história da ocupação Dandara, novas mobilizações sociais através da rede de apoio, envolvendo não só os movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos humanos, como setores culturais da cidade, conformando um campo social bastante heterogêneo na defesa desse ciclo de lutas por reforma urbana.

Em março de 2012, uma construção aberta de setores culturais da cidade, junto aos movimentos sociais, realiza o “Circuito Cultural Zilah Resiste”, com 10 dias de atividades, com programação entre shows, oficinas de mídia, teatro e performances, etc., ademais de um acampamento no assentamento para garantir que nenhuma tentativa de despejo se daria violando as normas que prescrevem aviso prévio, realojamento, etc. (DIARIO LIBERDADE, 2011)³⁹. Esta foi uma atividade precursora do que se intensificara como prática social recorrente para garantir a visibilidade e a defesa dos territórios ocupados nesse ciclo de lutas.

No intercurso dessa mobilização e a partir da presença e atuação nesse processo do Instituto de Direitos Humanos Helena Greco, os moradores da ocupação, junto com o movimento social MLPM resolvem homenagear a militante histórica da luta contra a Ditadura Militar em Belo Horizonte, Dona Helena Greco, renomeando a ocupação para Zilah Spósito / Helena Greco.

³⁹ Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/repressom-e-direitos-humanos/25325-comunidade-zilah-spósito-em-belo-horizonte-corre-risco-de-ser-despeja.html>

O assentamento gerado, no entanto, escapa um pouco das características socioespaciais que caracterizam esse ciclo de lutas entorno das ocupações urbanas de imóveis ociosos descritas neste trabalho. A ocupação Zilah Spósito / Helena Greco se estabelece sobre encosta íngreme que margeia o vertedouro de um afluente do córrego Terra Vermelha, portanto, segundo o Código Florestal, ocupa e se estabelece em área de preservação ambiental, sobre faixa de conservação de 30 metros do curso d'água. Para agravar, a declividade não é exatamente a mais apropriada para o estabelecimento de habitações.



Figura 14 Ocupação Zilah Spósito em 2015, foto área do assentamento consolidado. É o conjunto adensado de casas circunscritas pela área verde no fundo do vale. Fonte: Marcílio Gazinelli, 2015

Porém, estas foram as condições basicamente predominantes no processo de urbanização popular de Belo Horizonte, se considerarmos que a partir dos anos 60 e 70, com o surto de desenvolvimento industrial no país, a pobreza passa a habitar os morros ao redor da cidade formal inicialmente planejada, ocupando os vales, morros, cabeceiras de nascentes, etc.

E o assentamento passa então a se estruturar com características socioespaciais do que ficou negativamente e de forma estereotipada conhecido como favela: não há ruas de acesso, não possuiu áreas coletivas internas, entre as unidades habitacionais - os chamados barracões - não há recuos e pouquíssimas áreas não construídas se estabelecem.

5. Ocupação Eliana Silva

A partir de 2011 emerge novo ator político no cenário dos movimentos sociais de moradia em Belo Horizonte e Região Metropolitana, qual seja, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) voltava a se organizar na cidade com o intuito de preparar e realizar também mais uma ocupação urbana de famílias de sem-teto sobre imóveis ociosos e descumpridores de sua função social.

Como se pode notar até aqui, a partir da experiência da Camilo Torres, essa possibilidade de ação coletiva para a conquista do direito à moradia é reinaugurada, resgatando as práticas dos anos 80 e início dos anos 90 que se realizavam na capital e em outras cidades do país como forma de pleitear o direito à moradia e uma cidade mais justa e mais humana, a partir da consigna da reforma urbana.

O MLB é movimento social que se organiza também basicamente entorno da pauta do direito à moradia, realizando ocupações urbanas e atuando na organização comunitária de bairros e vilas populares, por melhores condições urbanas ou contra tentativas de remoção e despejo. Cresce e desenvolve-se em mais estados do Brasil, particularmente no Nordeste, mas está presente também no Sudeste e no Sul.

Sua primeira inserção em Belo Horizonte foi ainda em 1994 quando, junto com a Liga Estratégica Revolucionária (LER-QI), outro agrupamento de esquerda, organiza o que também ficou conhecida como última ocupação urbana de Belo Horizonte da década de 90, a Vila Corumbiara, no Barreiro (LOURENÇO, 2014).

Esta ocupação emerge em crítica pioneira à estrutura de participação institucional criada pela Frente BH Popular e a concentração dos movimentos populares da época, a partir do Conselho Municipal de Habitação e do Orçamento Participativo da Habitação e também em crítica, segundo a visão dos movimentos, à sua moderação que pouco enfrentava o monopólio fundiário capitalista da estrutura urbana de Belo Horizonte.

O MLB e a LERQI desenvolveram uma ocupação nos moldes deste ciclo de lutas, a partir da apropriação coletiva de imóvel ocioso, de propriedade pública municipal inclusive, realizando o loteamento e autoconstruindo as unidades residenciais. Segundo Bedê (2005) a Prefeitura quis negociar o reassentamento por via de um programa e empreendimento habitacional, mas a radicalidade dos movimentos à época não permitiu qualquer acordo.

Segundo a mesma autora, a gestão da Frente BH Popular não interpôs ação de reintegração de posse à experiência, permitindo sua consolidação. No ano de 2009 foi,

inclusive, objeto de política de regularização fundiária por parte da URBEL, concluindo o ciclo do processo de sua adequação urbana, da apropriação supostamente informal, passando pela autoconstrução, a progressão paulatina da instalação de seus serviços urbanos, algumas inclusive por via do Orçamento Participativo, até a regularização fundiária plena e definitiva, 15 anos depois de seu surgimento (URBEL, 2009⁴⁰).

A líder Eliana Silva, nome inclusive que é atribuído às duas primeiras ocupações urbanas realizadas pelo MLB neste novo ciclo de lutas sociais, a partir do final da década de 2000, foi liderança da ocupação Corumbiara e faleceu em função de um câncer, sendo posteriormente homenageada (PRAXIS, 2012)⁴¹.

Por isso o MLB também retoma sua atividade política e coletiva a partir de suas redes sociais arraigadas na região do Barreiro para organizar sua primeira ocupação recente. As famílias foram organizadas por assembleias nas vilas populares da região, como a própria Vila Santa Rita descrita e a Vila Pinho. Inicialmente foram organizadas cerca de 150 famílias demandantes do direito à moradia, mas alcançando o número próximo de 300 nos primeiros dias (COAU, 2012).

Se inserindo dentro movimento de acúmulo social, político e técnico realizado pelo campo social de reforma urbana forjado nesse ciclo de lutas, a partir da ação dos movimentos sociais precedentes, das equipes técnicas jurídicas e em urbanismo, além de outras áreas e do apoio social e cidadão condensado nas redes de Belo Horizonte, o MLB procura desenhar experiência de garantia do direito à moradia nos mesmos moldes da ocupação Camilo Torres, Dandara e Irmã Dorothy.

O primeiro terreno mapeado é indicativo que se aproveitava da leitura da situação fundiária e jurídica do Distrito do Vale do Jatobá, na área circundada pela Avenida Perimetral, desvelados pelas experiências da ocupação Camilo Torres e Irmã Dorothy. Ou seja, estabelece apropriação de imóvel abandonado vizinho às duas ocupações, separados geograficamente somente por uma linha de drenagem, onde se esperava encontrar a mesma situação fundiária, aquela que foi fabricada pela antiga CDI, atual CODEMIG e repassada à iniciativa privada, ainda no início da década de 90, como forma supostamente de um programa público de fomento industrial, mas que na verdade, resultou em negociata ilícita entre o Estado e o privado, para a captura da mais valia urbana.

⁴⁰Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/ecp/noticia/do?evento=portaleit&Ac=not&idConteudo=34631&pIdPlc=&app=salanoticias>>.

⁴¹ Disponível em: <<https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2012/10/31/historia-da-comunidade-eliana-silva/>>.

A ocupação é realizada em 21 de abril de 2012, as famílias levantaram acampamento no terreno, mas terminam permanecendo em sua posse somente por 20 dias, até serem despejadas pelas forças policiais, com autorização judicial (BLOG OCUPAÇÃO ELIANA SILVA, 2012)⁴².

Embora o terreno primeiramente ocupado pertencesse ao complexo industrial do Vale do Jatobá, nesse sentido configurado pelo mesmo loteamento realizado pela CDI, a gleba ocupada foi reivindicada pela Prefeitura de Belo Horizonte como área pública, sendo designada majoritariamente como de preservação ambiental, como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM), conforme o Plano Diretor de Belo Horizonte.

Tratou-se evidentemente de uma experiência frágil, pois, como se tratava de área ambiental, maiores dificuldades se interporiam ao convencimento social da legitimidade do ato de ocupação. Esse fato foi amplamente discutido pela equipe técnica que se envolvia com a experiência do coletivo que se formava autodenominado COAU – Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo⁴³. E os primeiros estudos para um micro-planejamento urbano foram desenhados dessa forma:

No dia 08 de maio foi realizada uma nova reunião com representantes dos moradores e membros do MLB, num local público do centro de Belo Horizonte, para a entrega do plano urbano finalizado. Por se tratar de uma ZPAM, uma característica central desse plano urbano era a tentativa de promover a convivência dos moradores com a água no meio urbano. Pretendíamos recuperar e consolidar as áreas de montante para jusante, obedecendo aos processos naturais. Estabeleceram-se, assim, alguns princípios norteadores de todo o plano:

- Solução local e progressiva, proporcional à capacidade de ação construída coletivamente e à disponibilidade de recursos;
- Ação imediata para a limpeza da área, com a retirada do lixo e solução dos efeitos colaterais (ratos e outras pragas), revegetação e manutenção das cabeceiras e margens;
- Mapeamento e quantificação das fontes poluidoras e situações de risco para o planejamento participativo das intervenções (COAU, 2012).

Embora os movimentos sociais e seus advogados insistissem na tese de que a Prefeitura não havia comprovado nem a posse e nem a propriedade nos autos judiciais para, dessa forma,

⁴² Disponível em: <http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/2012/08/familias-da-eliana-silva-promovem-nova.html>

⁴³ O COAU é coletivo formado também pelo arquiteto Tiago Castelo Branco, com o Bruno Giacomini, e se dedicam a “A ideia de Corporação de Ofício refere-se a uma lógica de trabalho e aprendizado onde os procedimentos se vinculam a prática cotidiana da produção. A trajetória dos envolvidos com o COAU ocorre desta forma, o trabalho e o aprendizado se dão durante a produção da arquitetura e do urbanismo”. Porém, parece que esta proposta é deixada de lado por ambos arquitetos para se dedicarem mais a fundo a construção de outra organização de assessoria técnica, a Arquitetos Sem Fronteiras que envolve mais profissionais e recebe maiores investimentos, atuando em outras ocupações urbanas deste ciclo, a partir também de mesma proposta de um outro olhar sobre as bases e práticas da aplicação do conhecimento em arquitetura e urbanismo.

obter decisão judicial, a Juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública a concedeu, o que deflagrou operação de reintegração de posse dias depois.

É fato relevante que a mesma juíza Dra. Luzia Divina da 6ª Vara da Fazenda Pública irá sediar ação de reintegração de posse das ocupações da Izidora, autorizando o despejo também neste outro caso estudado aqui, a partir de pedidos iniciais também da Prefeitura de Belo Horizonte.

A reintegração de posse cravou um significativo marco neste ciclo de lutas urbanas, pois consolidou um novo padrão de relações entre o poder público (município e governo do Estado) e os movimentos sociais não alinhados com os espaços institucionais de participação, condicionados por um processo crescente de militarização. Padrão anteriormente esboçado, mas que assume forma muito clara, neste evento específico.

Padrão que é reflexo para além do processo em seu contexto localizado de intensificação do curso neoliberal e do controle urbano coercitivo na cidade de Belo Horizonte, que se vincula aos preparativos estruturais das cidades-sede de megaeventos esportivos em todo o país, conforme precedente internacionalizado desde o modelo Barcelona.

O despejo da Eliana Silva é realizado em 2012, ou seja, dois anos antes da Copa do Mundo de 2014 e um ano antes da Copa das Confederações, já que a cidade de Belo Horizonte também foi sede e palco de grandes conflitos entre as manifestações populares massificadas e as forças de segurança do Estado, conflitos marcados por extenso uso do aparato repressor, embora revestido de legitimidade legal e “não letal”.

O que se argumenta é que esse despejo já foi um esboço do processo de militarização da cidade que assume sua forma mais acabada durante a realização dos megaeventos citados e que é processo imposto às cidades, através das suas realizações e não só, quase como uma condicionante do ingresso das cidades no mercado global neoliberal.

Esse argumento se fortalece, pois no despejo da Eliana Silva foi a primeira vez que se utilizou um dispositivo repressivo da Polícia Militar e de seus batalhões especializados largamente utilizados doravante, sobretudo nos processos de realização da segurança dos megaeventos em Belo Horizonte, fora do contexto de combate ao “crime organizado”, ou seja, dentro na administração de conflitos face aos movimentos sociais. Trata-se do dispositivo conhecido popularmente como “Caveirão” e que é um carro blindado munido “de vários artificios para a contenção de distúrbios civis”. Ademais de evidenciar a militarização na administração dos conflitos através de outros dispositivos utilizados, como:

...referidas famílias foram retiradas abruptamente do local em que se encontravam, tendo suas moradias demolidas, em operação que

contou com forte aparato policial, com mais de 300 homens da Tropa de Choque e do Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE - da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, cães, cavalaria, helicóptero e carro blindado (“caveirão”) e que, infelizmente, foi objeto de denúncias de truculência e agressões por parte da Polícia Militar (DEFENSORIA PÚBLICA; 2012, AUTOS nº 0024.12.131909-9, 0024.12.13591-86).



Figura 15 Despejo da Eliana Silva - Gate, Tropa de Choque e Caveirão, a cidade se militariza para o tratamento e administração dos conflitos sociopolíticos e territoriais. Fonte: Blog Eliana Silva, 2012.

Militarização do tratamento dos conflitos que é sucedâneo em todas as outras cidades-sedes destes megaeventos, como fica claro no maciço investimento do Estado em instrumentos de segurança pública para o exercício da “contenção” das ações coletivas, sejam elas ocupações de terras ociosas, atos e manifestações públicas, etc.

Ademais de significar como mais uma ação concreta do poder público municipal no sentido de tratar a questão habitacional por via do controle e da coerção, conforme movimento iniciado fortemente no curso desta gestão, desde o tratamento conferido a Camilo Torres, Dandara, Irmã Dorothy e, sobretudo, à ocupação narrada em capítulo anterior, à Zilah Spósito / Helena Greco.

Dias antes de realização da reintegração de posse, restou ao movimento MLB buscar alcançar visibilidade nacional para a situação da Eliana Silva I, junto à sociedade civil, através de contato com o rapper Emicida, de grande projeção, inclusive na indústria cultural, que estava prestes a realizar *show* em Belo Horizonte. Durante sua apresentação musical, o rapper levanta

camisa do movimento MLB e ao cantar a música “Dedo na Ferida” insta a população contra a PM (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012⁴⁴). A música foi composta criticando a violência de estado perpetrada na reintegração de posse realizada no início daquele ano, em São José dos Campos/SP, desaparecendo com a ocupação urbana chamada de Pinheirinho⁴⁵, com sete anos de existência e mais de duas mil famílias, situação que se repetia em Belo Horizonte.

Após o concerto, o músico foi detido pela PM em função de desacato à autoridade policial, o que gerou grande visibilidade nos meios de comunicação e em redes alternativas (ligadas ao rap e aos movimentos sociais) para a situação vivida pela Eliana Silva, contribuindo para a solidariedade manifestada por diferentes setores da sociedade civil em todo o Brasil.

Apesar dessa projeção, a primeira experiência da ocupação Eliana Silva terminou por ser despejada. O MLB e as famílias, imediatamente após o despejo, ativaram acampamento na porta do prédio oficial da Prefeitura, em avenida central da cidade. Contudo, sem obter nenhum resultado como algum tipo de mediação com o poder público (REVISTA FORUM, 2012)⁴⁶, terminou demarcando esse ciclo de lutas urbanas por ser seu primeiro grande despejo consumado de ocupações urbanas horizontais, embora as famílias ainda estivessem residindo em abrigos provisórios, como lona ou madeirite.

5.1 *Eliana Silva II*

O grande acúmulo que a luta por reforma urbana por via de ocupações urbanas vinha realizando em Belo Horizonte, somando à violência institucional recebida, junto com a visibilidade proporcionada nas redes sociais virtuais, ademais do caso narrado acima, contribuiu fortemente para que a segunda experiência da Eliana Silva recebesse um apoio social ainda maior e mais eficaz.

O MLB não desiste de realizar esta ação de garantia dos direitos à moradia e à cidade para as famílias e reorganizando-se, instaura nova apropriação de imóvel ocioso, cerca de quatro meses após o despejo, no dia 25 de agosto de 2012, também em terreno dentro do circuito

⁴⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2012/05/1089878-emicida-e-detido-por-incitar-o-publico-a-fazer-gestos-obscenos-para-pm.shtml>

⁴⁵ A Ocupação Pinheirinho na cidade de São José dos Campos em SP possui história e forma de constituição muito próxima a das relatadas nessa dissertação. Tratou-se de ocupação organizada por movimento social que se apropriou de terreno abandonado retido para fins especulativos, mais um grande latifúndio urbano, e que se estabeleceu por via da autoconstrução das unidades habitacionais. Mas sofreu violentíssima operação de reintegração de posse, após ordem judicial emitida pelo Tribunal de Justiça de SP, mesmo depois de nove anos de consolidação. A operação de remoção forçada se realizou em dezembro de 2012.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2012/06/05/moradores-da-ocupacao-eliana-silva-continuam-desabrigados/>

demarcado pela Avenida Perimetral, no Vale do Jatobá, no Barreiro, muito próxima das ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy (COAU, 2012).

O contexto específico do período do ano também era favorável por se tratar de momento muito próximo à realização das eleições municipais. Com isso, esperava-se que não houvesse repressão imediata, pois se acreditava que os políticos profissionais em disputa eleitoral temeriam arcar com o ônus de serem responsabilizados pela violência perpetrada (LOURENÇO, 2014).

A Prefeitura de Belo Horizonte estava em disputa pela chapa do então Prefeito Márcio Lacerda (PSB) e a chapa liderada por Patrus Ananias (PT), após a ruptura dos dois partidos, com a aproximação do primeiro ao bloco do PSDB em Belo Horizonte e Minas Gerais. Márcio Lacerda vence e inicia seu segundo mandato, mais grave ainda para a questão da habitação social na cidade.

Embora tenha havido resistência no dia da ocupação por parte da PM que quase efetivou novo despejo sem mandato judicial, efetuando, inclusive, prisões de membro das Brigadas Populares e de advogada da mesma organização que estiveram presentes em apoio, a ocupação conseguiu se consolidar (BLOG ELIANA SILVA, 2012⁴⁷).

A partir daí inicia-se um longo processo de intensa mobilização social entorno da ocupação Eliana Silva, mobilizando os movimentos sociais deste ciclo, Brigadas Populares, Fórum de Moradia, CPT, a partir do protagonismo do MLB, os setores técnicos das áreas de advocacia popular e urbanismo, SAJ PUC-Minas, Defensoria Pública, Ministério Público, Grupo PRAXIS, Arquitetos Sem Fronteiras, entre muitos outros, além de centenas de estudantes e cidadãos de diferentes matizes prestando sua solidariedade à luta por moradia que ressurgia.

Frei Gilvander Luiz Moreira da CPT, movimento social atuante em todo este ciclo narrado, inclusive, à luz de sua visão religiosa de mundo, utilizava da metáfora bíblica do renascimento de Cristo, para relatar a nova ocupação Eliana Silva:

Ao participar do soerguimento de Eliana Silva – Ocupação Eliana Silva ressurgindo das cinzas –, retomando a luta, “metendo o pé no barranco”, para transformar a sexta-feira da paixão, que foi o despejo dias 11 e 12 de maio último, em um domingo de ressurreição, com os olhos do coração, vi cenas inesquecíveis: garra, coragem, união, solidariedade, audácia (MOREIRA, 2012).

⁴⁷ Disponível em: <http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/2012/08/familias-da-eliana-silva-promovem-nova.html>

5.2 Micro Planejamento Urbano

O terreno escolhido desta vez pelo exercício de pesquisa por parte do movimento social MLB foi, como dito, pertencente também ao complexo industrial do Vale do Jatobá, dentro do perímetro da Avenida Perimetral e vizinho às ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy, mas desta vez, submetido ao zoneamento menos prejudicial ao discurso e narrativa da disputa pela legitimidade da experiência, ou seja, em área predominantemente ZE – zona de grandes equipamentos, aptas a construção e edificação, além de ser propriedade privada e não pública.

A origem da propriedade imobiliária do lote ocupado é a mesma de todo o Distrito Industrial do Vale do Jatobá. O terreno ocupado divide-se em dois lotes, o 29 e 30. Ambos foram repassados pelo mesmo esquema de ilicitudes nas negociatas entre o Estado e o privado, através da CDI/CODEMIG.

Abaixo, segue a denúncia realizada pela Defensoria Pública em Ação Civil Pública para permanência do assentamento, interpondo o Governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte como réus em relação ao lote 30:

Em 16.01.2002, a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais CDI/MG (sucubida pela ré Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG) alienou o lote 30, mediante contrato de compra e venda, para a ré Construtora Ourívio S.A., sem licitação, avaliação e pelo preço irrisório de R\$ 111.008,00 (cento e onze mil e oito reais). Neste mesmo dia (!) – 16.01.2002 – tal terreno fora dado em pagamento por este último em favor do réu Banco Rural S.A., pelo valor de R\$ 1.216.586,42 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), ou seja, montante quase 11 vezes maior!!!

Por fim, no dia 28.05.2009, o réu Banco Rural S.A., estranhamente, mesmo passados mais de 07 anos após a aquisição do bem, com sua consequente valorização - face ao notório boom imobiliário experimentado pelo país nos últimos anos -, vendeu o terreno para o atual “proprietário”, o réu empresário individual Newton Alves Pedrosa (cujo título de estabelecimento Supermercado das Portas e Janelas), pelo pífio preço (pasmê!) de R\$ 166.512,00 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e doze reais), quantia mais de 07 vezes inferior ao valor de sua aquisição.

A parte ré Banco Rural S.A., de modo altamente suspeito, assumiu, como visto, um prejuízo da ordem de, no mínimo, R\$ 1.050.074,42 (um milhão, cinquenta mil e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), ao repassar o lote 30 para o réu e atual proprietário registral Newton Alves Pedrosa (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, DEFENSORIA PÚBLICA MG, AUTOS DE Nº0024.12.131909-9, 0024.12.13591-86).

Denúncia realizada pela expertise jurídica de técnicos de instituição do Estado - Defensoria Pública - que, atuando com autonomia, alinha-se a concepção de defesa dos direitos da população urbana excluída, contribuindo para desvelar os imperativos que fazem da cidade, negócio do Estado/Capital.

De posse do novo terreno ocupado, iniciaram os trabalhos para a construção do que se tornou paradigma para este ciclo de lutas a partir da experiência da Ocupação Dandara e que a experiência da Eliana Silva reproduz. Ou seja, a produção de um exercício de planejamento urbano na escala do terreno ocupado, desenhando, a partir do saber técnico e acadêmico acumulado pelos sujeitos sociais das assessorias envolvidas e com a mediação dos desejos e necessidades do movimento social e das famílias sem-teto, a distribuição das áreas internas do assentamento, unidades residenciais, ruas, áreas coletivas, etc., qualificando a tática de conquista de legitimidade social e jurídica deste padrão de ação coletiva para a aquisição do direito à moradia e à cidade.

Como já enfatizado, este exercício de planejamento urbano aproxima-se do conceito de Rainer Randolph (2015) como micro planejamento insurgente, pois se realiza, não pelos vetores dominantes de produção e confecção do espaço em meio às relações capitalistas, seja por meio dos agentes do mercado ou do Estado, objetivando a captura de seu valor de troca, mas por sujeitos sociais da cidadania, colocando em relevo as potencialidades do espaço urbano quanto ao usufruto de seu valor de uso, para a satisfação das necessidades sociais e políticas, mesmo que submetido à contingências e limitações.

Este exercício iniciado pela ocupação Dandara, aprofunda-se na experiência da Eliana Silva, envolvendo um número maior de atores sociais técnicos. O fio condutor é o arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço, desta vez atuando em nome de sua associação sem fins lucrativos, a já citada COAU, mas agregando outros profissionais e muitos estudantes da área. Outro ator coletivo importante é o já citado, PRÁXIS, grupo de pesquisa e extensão da Escola de Arquitetura da UFMG. Envolvem-se na elaboração do plano, entre estes dois grupos, cerca de oito profissionais arquitetos (COAU, 2012)⁴⁸.

Os dilemas enfrentados foram os mesmos, nesse processo de elaboração de um micro planejamento urbano insurgente. Gerou-se parcelamento do solo dentro da tipologia de lotes familiares individuais, com acesso direto às ruas, reforçando o paradigma tradicional no qual se predomina uma perspectiva de propriedade privada. Eis:

Os lotes foram projetados com 126 m² (7 m x 18 m) para o compartilhamento por duas unidades habitacionais. Os moradores que participaram das reuniões de projeto manifestaram enfaticamente que todas as unidades deveriam ter acesso direto à via pública para evitar conflitos. Assim, projetamos alamedas em ambas às faces menores de cada lote. Na prática, isso significava que não

⁴⁸ Disponível em: <http://www.coau.com.br/portfolio/comunidade-eliana-silva/>. Participam: Arquitetos Sem Fronteira Brasil - ASF/Brasil, Práxis/EAUFGM: Ana Carolina Loures Jesus, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Bruno Oliveira, Carina Guedes de Mendonça, Júnia Ferrari, Marcelo Lage, Marco Antônio Souza Borges Netto, Maria Cecília Ventania, Margarete Maria de Araújo Silva, Monique Gomes, Poliana Matias Ambrosio, Tiago Castelo Branco Lourenço.

seriam lotes coletivos, mas lotes individuais de 63 m² cada. Apenas formalmente seriam considerados coletivos, atendendo à exigência legal de área mínima de 125 m² (COAU, 2012).

Embora houvesse uma adaptação para o enquadramento na legislação formal chamando de lotes coletivos, na prática se resultou em lotes individuais para cada família, sob a justificativa de se produzir uma forma espacial que contribuiria para não potencializar prováveis conflitos internos. Os lotes gerados também possuíam um tamanho bem inferior, se comparado aos da ocupação Dandara (128 m²). Pode-se avaliar como espaço ainda insuficiente se tivermos em tela outras necessidades socioespaciais, como espaço extra para o cultivo de alimentos, prática produtiva e de geração de renda, ou mesmo uma garagem.



Figura 16 Mapa de implantação dos lotes, ruas e áreas coletivas da Eliana Silva II. Observe que se trata somente do terreno à direita. Fonte: COAU, 2013.

Este tipo de limitação, contudo, se deu em função do dilema frequentemente enfrentado por todas as ocupações entre tamanho de lotes x número de famílias. Como o processo construtivo se dá por via da autoconstrução e o modelo escolhido é do lote unifamiliar horizontal, o tamanho do lote gerado resta inversamente proporcional ao número de famílias participantes da experiência.

E como geralmente se tem alta demanda, os movimentos sociais, junto com as famílias e assessorias técnicas acabam escolhendo pela necessidade de se contemplar mais famílias em

seu direito à moradia, em detrimento, invariavelmente, de lotes mais amplos e aptos a maiores potencialidades de usos e edificação.

A família, na posse de seu lote, pode, com o passar do tempo, optar pelo segundo pavimento, ampliando o seu espaço interno construído, número de cômodos, etc., e ao mesmo tempo, liberando áreas não edificadas para estas outras práticas. Contudo, interpõe a dificuldade que, no contexto da autoconstrução, a edificação do segundo pavimento é prática muito onerosa e nem sempre as famílias, geralmente minimamente assalariadas, dispõem de capacidade para acumular recursos para tanto.

Isso ainda sem contar as áreas coletivas que, no caso da ocupação Eliana Silva, por se tratar de terreno e área ocupada relativamente pequena, foi bastante prejudicada, tendo poucos espaços coletivos amplos e liberados para a utilização de equipamentos sociais, etc., dificultando maior interseção com o Estado, posteriormente, para a produção destes equipamentos. A elaboração técnica do planejamento contribuiu para qualificar as melhores formas para superar o problema de raiz geológica relativo à estrutura do terreno que o tornava mais frágil do ponto de vistas da sua relação com as águas:

O esgotamento sanitário foi uma baliza na concepção do parcelamento, pois o terreno da ocupação está numa condição geológica que requer cuidado na manipulação e infiltração de águas. Ele é parte do complexo metassedimentar do Grupo Sabará, com solo de filito de colorações variadas. No Grupo Sabará predominam sedimentos de quartzo, em grãos muito finos e laminares, de modo que sua composição pode ser comparada a uma massa folhada. Essas características tornam o terreno muito vulnerável à desestabilização pelas águas, o que tende a ser agravado no caso de moradias autoconstruídas com poucos recursos (COAU, 2012).

Durante a implantação do plano verificou-se a dificuldade de ligar o esgoto das unidades ao interceptor de esgoto na Avenida Perimetral. Poucos lotes tinham como aproveitar essa infraestrutura já instalada. Foram então estudadas alternativas, como o Tanque de Evapotranspiração (TEVAP) e o círculo de bananeiras. Também foi desenvolvido um plano geral dessas soluções a serem adotadas em toda a ocupação. Mas o plano sofreu alterações no decorrer de sua implantação (COAU, 2012).

Essa experiência culminou em um aporte técnico da equipe envolvida na pesquisa e aplicação de soluções de esgotamento alternativas, com o expresso Tanque de Evapo Transpiração que se trata de uma forma de tratamento localizado dos resíduos gerados pelo esgotamento de uma unidade doméstica.

Destaca-se que esta é uma solução apta à questão de resolução de todo o esgotamento sanitário da cidade, inclusive e, sobretudo, em seus setores e tecidos elitizados e não somente

nestes contextos de produção alternativa de soluções habitacionais da pobreza, uma vez que resolveria a contaminação das bacias hidrográficas e dos lençóis freáticos, deixando-se de externalizar esse problema para outros territórios (rios, lagos, mar) que não estão ao alcance dos sentidos e percepções da cidade.

Mas na experiência das ocupações urbanas, no caso específico da Eliana Silva, um dos únicos poucos casos em que a solução prática foi testada concretamente (na maioria das outras se utilizam soluções mais precárias como a fossa negra, ou instalações improvisadas nas redes da COPASA e que no fim, igualmente, contaminam a natureza), sua utilização não se universalizou, encontrando várias resistências por parte dos moradores (PRAXIS, 2012).

Tal questão desvela essa problemática grave das ocupações, qual seja, sua relação com o saneamento básico e cujo cerne está nos obstáculos encontrados pelos processos autoconstrutivos para realizar uma adequação urbana e habitacional nesse ponto de vista.

A ausência sistemática de recursos como regra e a incapacidade de articulação de grandes projetos e soluções sanitárias autoproduzidas acabam implicando em “precariedade” habitacional, não somente no caso da Eliana Silva, mas em todas as ocupações urbanas descritas aqui, que permanecem desatendidas pelo Estado, nesta e em outras dimensões.

5.3 A construção colaborativa da creche

Um aspecto que se destacou ao longo da trajetória social e política da ocupação Eliana Silva II foi o processo colaborativo de construção de sua creche enquanto um equipamento social interno. Sua necessidade surgiu em meio ao embate para que as famílias lograssem permanecer na posse do terreno com a aquiescência das instituições do Estado:

Uma das negociações importantes nesses primeiros momentos foi a manutenção das crianças na ocupação. O juizado de menores pretendia retirá-las, com ou sem as mães, por entender que o local não era adequado para menores. Para impedir isso, foi acordado com os movimentos sociais e os moradores que providenciassem o mais brevemente possível a construção de uma creche. O plano urbano para a nova ocupação estava esboçado, mas ainda era necessário fazer ajustes e, principalmente, discutir com os moradores. Mesmo assim, tivemos que determinar naquele momento onde seria a creche, para que a sua construção pudesse começar no dia seguinte. O local escolhido foi o centro geográfico do terreno, com uma grande árvore na proximidade (COAU, 2012).

O primeiro espaço físico foi prontamente construído em mutirão pelas famílias, se resumindo a um único cômodo de alguns metros quadrados, mas que significou, no contexto

do acampamento provisório em meio à lona, um abrigo simbólico e fisicamente acolhedor. Como ressaltou a equipe do PRAXIS:

A Creche Tia Carminha representa uma conquista dos moradores da Eliana Silva, no processo de ocupação do território. Para além da importância social e libertadora para a mulher – na medida em que permite que mães e chefes de família possam trabalhar, assegurando lugar e cuidados para seus filhos enquanto estão fora de casa – a creche foi a primeira construção de alvenaria realizada por meio de mutirões com moradores e voluntários, marcando assim, a resistência e vontade de permanência naquele território (MORADO NASCIMENTO, 2015, p. 206).

Posteriormente, o MLB, os moradores e apoiadores da ocupação e a equipe do PRAXIS desenvolveram projeto de captação de recursos para a ampliação e reforma do espaço da creche. Esta se deu por via de um recurso virtual chamado de *crowdfunding* em que, por meio de uma campanha de *marketing* social desenvolvido para a internet, internautas e colaboradores da sociedade civil são convocados a contribuir espontânea e financeiramente com a edificação do novo empreendimento da creche.

Em cerca de 40 dias, quase 50 mil reais foram arrecadados, sendo importante e significativo sintoma da legitimidade e capilaridade social em meio às redes técnicas e sociais de apoio aos movimentos de luta por moradia e reforma urbana em Belo Horizonte e no Brasil. Segundo depoimento de Aiano Mineiro (2016) mais de 500 pessoas de regiões fora de Belo Horizonte e Minas Gerais, inclusive, fizeram doações.

Com esse recurso e a partir da assessoria técnica dos membros do PRAXIS, deu-se a ampliação da creche em um novo projeto que segue em curso até hoje, embora não tenha deixado de acolher 30 crianças durante o dia, além das atividades de alfabetização de jovens e adultos no turno da noite (MORADO NASCIMENTO, 2015). Tal é o processo autoconstrutivo no interior das ocupações que, segundo Morado (2015) é “assim, emergente, intermitente, em etapas, no cotidiano”.

Importa ressaltar esse entrelace entre o grupo PRAXIS e a ocupação Eliana Silva que se deu também em outras dimensões e processos da assessoria técnica no interior desse outro processo social da produção do espaço, em uma ocupação urbana. O PRAXIS acompanhou, além do TEVAP, da elaboração coletiva da creche (projeto e construção); também processos de autoconstrução familiar e individual das casas, em uma das poucas experiências em que esse tipo de assessoria é prestado dentro destas experiências narradas.

6. Ocupação Guarani Kaiowá

A ocupação Guarani Kaiowá foi a primeira experiência a se realizar fora dos limites administrativos do município de Belo Horizonte, expandindo-se para a Região Metropolitana, para a cidade de Contagem, mais especificamente, a partir da interação das Brigadas Populares e do coletivo de famílias de sem-teto que se organizava na Vila Pérola, favela adensada e de perfil muito vulnerável, localizada na região do Ressaca, periferia de Contagem.

Compõe este ciclo histórico de lutas por moradia e reforma urbana, sendo mais uma experiência em seu aprofundamento, reforçando-o e expandindo-o, embora tenha surgido a partir de demanda e motivação localizada, apresentada pelas famílias de sem-teto daquela região.

Nesse sentido, diferente da maioria das experiências descritas nesse trabalho, o processo de surgimento da Guarani Kaiowá não é consequência do arrefecimento do contexto de produção de políticas institucionais de habitação no município de Belo Horizonte e da ruptura promovida por outros e novos movimentos sociais, respondendo mais a uma dinâmica sociopolítica de exclusão habitacional e territorial em que amplos setores populacionais estão submetidos na periferia da Região Metropolitana.

Incorpora todos os preceitos desde ciclo de lutas, como o protagonismo do movimento social, o estreitamento com a atuação técnico-jurídica e do campo do urbanismo e se consolida a partir de amplo apoio solidário de diferentes setores sociais, ademais de produzir seu ambiente construído interno (residências e demais estruturas) por via da autoconstrução realizada pelos moradores.

Como ainda é processo territorial recente, pois foi instaurado em março de 2013, o futuro ainda é mais imprevisível, como se verá, mantendo-se em situação de grande instabilidade na segurança da posse, com a ameaça iminente de despejo e diante de um processo em curso de negociação com o poder público local, mesmo diante de todos os avanços descritos rapidamente neste capítulo quanto à consolidação de seu plano urbanístico interno, com as casas autoconstruídas e a promoção do direito à moradia e à cidade para cerca de 150 famílias.

6.1 Antecedentes

Basicamente, todos os moradores da ocupação Guarani Kaiowá provieram da favela Vila Pérola na região do Ressaca, na periferia de Contagem, limítrofe à zona oeste de Belo Horizonte. Este assentamento precário é a forma tradicional como a pobreza se acomodou nas periferias da cidade, ocupando zonas residuais e improvisando, como pode, seu abrigo, a partir

dos parques recursos que amealhou, gerando assentamento de habitabilidade duvidosa, segregado e comprimido.

A vila desenvolveu-se, ao longo de décadas, de forma muito adensada, sem um exercício de planejamento espacial, com as unidades residenciais distribuídas entre becos e vielas, com notório crescimento verticalizado (média de 2 a 3 pavimentos) e sem investimentos ou reconhecimento do poder público, ou seja, com exclusão socioespacial forçada e imposta. Ademais de concentrar a população demandante do direito à moradia, como famílias que residem de aluguel, favor, ou ainda em situação de habitações precárias ou insalubres, muito recorrentes neste caso.

Os moradores da Vila Pérola, contudo, sempre conviveram nas regiões vizinhas com vários terrenos abandonados, marcados pelo desenvolvimento capitalista da metrópole, forjado pela propriedade fundiária e pelo vetor econômico dominante de apropriação e captura da mais-valia urbana, produzindo a segregação territorial e urbana.

E entre esses terrenos está o que deu origem à ocupação Guarani Kaiowá, com cerca de 30 mil metros quadrados, basicamente conexo à favela, do outro lado de avenida sanitária que foi implantada no local a partir de 2013, como continuação da Avenida Alterosas, envolto, portanto, pela malha urbana bem provida de serviços, com grande potencial para desenvolvimento habitacional, embora permanecesse ocioso, objeto de especulação.

Seus moradores narram que tentaram realizar a ocupação desta gleba abandonada algumas vezes, cerca de dois ou três, antes de a ocuparem definitivamente pela última vez (LOBÃO, 2015). A pressão da necessidade habitacional, coexistindo ao lado da vacância imobiliária especulativa, dificilmente levaria a outro destino, como demonstra o relato da moradora:

Nós tentamos invadir. Foi assim. Uns meninos vieram na brincadeira. Acho que teve uma briga lá na favela por causa de casa. Não sei quem foi que brigou lá na favela por causa de casa. Aí, um dos meninos tava doidão, foi e falou assim: “Eu estou cansado de ser humilhado por causa de casa. Você quer saber de uma coisa? Aquele lote ali todo aberto. Vamos invadir? Vamos invadir aquele lote?” Aí, eles começaram na brincadeira. Aí, os outros amigos dele chegaram e tinha um grupinho de cinco. – “Vamos!” – aí, eles correram ali onde que é o brejo. Eles acharam que era vantagem. Eles correram e cercaram um pedaço lá na água. – “Esse aqui é meu! Vão descer lá na favela, porque se não tiver muita gente, nós não ganhamos não.” Aí, desceram pra favela gritando: “Tá invadindo o brejo. Tá invadindo o clube velho. Vamos invadir, vamos invadir, comunidade! Vamos invadir favela. Vamos invadir logo. Quem mora de aluguel aí que precisa, vão bora! (JESSICA VIDAL, 2014).

Mas, sem o conhecimento legal sobre a legitimidade desta experiência de apropriação, sem o auxílio do trabalho jurídico e técnico em urbanismo e sem incorporar os princípios da

organização comunitária interna, não lograram estabelecer no terreno, sendo expulsos pela Polícia Militar e pelo proprietário da área. Assim narra Maura, moradora da Vila e membro da ocupação:

A invasão, você vai sem saber nada o que vai fazer. Não sabe o que vai falar quando a polícia chega. Você sai correndo da polícia. E a ocupação não. A ocupação, a gente fica organizando meses. Nós ficamos foram 9 meses, só fazendo reuniões todas terças feiras. A gente aprendeu o quê que a gente tinha que falar se eles chegassem perguntando alguma coisa. Se perguntasse quem era o líder, todo mundo era líder. Porque na época ficava aquele negócio, eu que não sou, eu que não sou (MAURA SILVA, 2014).

Em contato e sob a contribuição dos movimentos sociais, os moradores passam nove meses se reunindo e preparando as bases para a realização da nova tentativa de apropriação do terreno, agora munidos do acúmulo de conhecimentos repassados pelos movimentos sociais e a partir do aporte de diferentes vetores de trabalho técnico, assim como das redes de solidariedade em franca expansão nos setores sociais progressistas da sociedade mineira.

Neste momento, é acionado o trabalho do arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço e do coletivo que passa a fazer parte, o Arquitetos Sem Fronteiras - ASF⁴⁹, para a elaboração dos estudos preliminares da área e da sua potencialidade para o desenvolvimento de um assentamento urbano para famílias de baixa renda, à luz da legislação urbanística local e a partir do acúmulo de experiências realizadas, neste momento, pela ocupação Dandara e Eliana Silva. Assim descreve Castelo Branco Lourenço (2015), sobre a escolha do terreno 1, maior e mais apropriado:

O papel desempenhado por mim como arquiteto nessa fase inicial foi de avaliação urbanística e ambiental preliminar dos dois terrenos e de estimativa da quantidade de famílias que poderiam ser atendidas tendo em vista a legislação urbanística e ambiental... O terreno 1 constava na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Contagem como Zona Adensável 1 (ZAD1); o terreno 2, como Zona de Ocupação Restrita 1 (ZOR1, FIG. 48). Portanto, o terreno 1 seria mais favorável à ocupação pretendida. Concluí que caberiam aproximadamente 100 lotes de 125 m², área essa que respeitaria a Lei Federal n. 6.766/1979, mas não a legislação urbana de Contagem, que define lotes mínimos de 360 m² (isso significaria 35 unidades, inviabilizando a ocupação) (LOURENÇO, 2015, p. 67).

⁴⁹ Os Arquitetos Sem Fronteiras é também organização sem fins lucrativos de assessoria técnica, organizada pelo Tiago Castelo Branco e muitos outros arquitetos e profissionais, envolvendo também a profa. Margareth Leta, com trajetória pela PUC MINAS e UFMG, ademais de mais de 20 anos de assessoria a processos de produção de habitação social. A ASF se define como “o próprio nome sugere, não se fixa em apenas um lugar, mas se desenvolve conforme as demandas, envolvendo atividades projetuais, jurídicas, consultorias, mobilizações em vilas, favelas, ocupações, quilombos, etc. A ASF dialoga também com as universidades e movimentos sociais, tratando a arquitetura como algo político, social e econômico, como prática transformadora” (ASF, 2015). A ASF atuará fortemente no caso do Pomar do Cafezal, como se verá.

No dia 9 de março de 2013, em uma madrugada de sábado, cerca de 100 famílias sem-teto, entre dezenas de membros das Brigadas Populares e apoiadores, ocupam a área urbana ociosa, iniciando o acampamento provisório em meio ao matagal em que se encontrava o terreno e levantando os primeiros alicerces das barracas de lona preta.

O suposto proprietário esteve presente na manhã do mesmo dia da ocupação, junto com a Polícia Militar, requerendo a retirada dos moradores da área. Contudo, não foi possível, pois todos os presentes do movimento social resistiram, alegando estarem sob o abrigo da lei que prescreve que operações de despejo só podem ser realizadas munidas de autorização judicial.



Figura 17 Dia de ocupação do terreno abandonado dando início a formação coletiva da Guarani Kaiowá. A esquerda negociação com a Polícia Militar. A direita moradores montando as primeiras barracas em meio ao matagal. Fonte: Fora do Eixo, 2013.

Neste instante, contudo, os advogados dos movimentos, acompanhados pela mídia ativista com câmaras de vídeo em punho, interpelaram o proprietário sobre as razões pelas quais a área encontrava-se em evidente abandono, durante mais de vinte anos. O proprietário, por descuido ou falta de pudor, assumiu que especulava sobre o imóvel, ao admitir que aguardava a valorização da área para, posteriormente, desenvolver projeto de empreendimento habitacional⁵⁰. Veja diálogo transcrito do vídeo:

Brigadas Populares 1: “Mas caso o senhor tenha interesse em criar um ambiente de composição de interesses, seja pela aquisição do município para deixar ...”

Proprietário: “Não, não tenho esse interesse, não. Esse terreno é nosso há mais de vinte anos. Nós estamos deixando justamente para poder fazer um empreendimento de apartamentos aqui. Nós somos uma construtora, que construímos em outros lugares também”.

Brigadas Populares 2: “Mas existe um projeto já, encaminhado para a Prefeitura, um procedimento administrativo para fazer essas residências?”

Proprietário: “Não, não. Nós estamos esperando justamente o terreno... A valorização da região. A região ainda era, quando compramos, uma região

⁵⁰ O transcurso desta cena narrada, em que o proprietário admite especular solenemente, pode ser visto no vídeo nomeado Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, no seguinte endereço da plataforma do youtube.com: <https://www.youtube.com/watch?v=_qCmz2dQUIY>.

bruta, né? Então a região está valorizando, bairro Cabral... Justamente agora a gente começa a ter mais interesse na questão da construção.”

A expansão da experiência das ocupações urbanas de famílias de sem-teto para o município de Contagem não era vista pelas Brigadas Populares de forma tão somente fortuita. A recém-eleição de Carlin Moura do PCdoB para a Prefeitura da cidade, no ano de 2012, foi compreendida como uma possibilidade de desenvolvimento de uma experiência que poderia ao menos, se não receber o apoio e o investimento do poder local, não ser perseguida e constrangida politicamente, como ocorria sistematicamente em Belo Horizonte, sob o condão neoliberal de Márcio Lacerda.

Acreditava-se que o lastro popular e minimamente socialista desse partido iria contribuir na interlocução com a municipalidade, podendo abrir novo horizonte da conformação de uma política urbana e habitacional, por via da apropriação de imóveis ociosos, combinado com a autoconstrução e com amparo da infraestrutura e reconhecimento do poder local, abrindo precedente para todos os municípios da RMBH e, sobretudo, em contraponto à capital. Assim, já se anunciava, na nota pública de apresentação da ocupação:

Frisa-se que a ocupação de um terreno que não cumpre sua função social é uma forma legítima de reivindicação de direitos fundamentais. Para além da solução imediata da falta de moradia dessas famílias, as ocupações urbanas são uma forma de se pressionar pela política de habitação que almejamos e de responsabilizar governantes por suas ações e omissões.

Esperamos uma postura diferenciada por parte da Prefeitura de Contagem, com seu representante do PCdoB, partido que historicamente tem demonstrado apoio às lutas dos sem-teto no Brasil.

Por fim, a identificação das lutas dos trabalhadores assalariados nas cidades com as lutas dos povos indígenas originários do país nos levou a nomear esta ocupação de Guarani-Kaiowá, povos historicamente destituídos de seus meios essenciais de vida por interesses e forças próprias ao capitalismo. O genocídio e o etnocídio das populações brasileiras originárias, camponesas, quilombolas, é o triste retrato de um passado que buscamos resgatar na memória para transformar.

Falar e entender Guarani Kaiowá significa, portanto, recuperar a nossa identidade apagada, reconstruir espaços de comunidade vinculados à terra a partir dos povos que foram brutalmente desterritorializados: as populações urbanas de periferia. As ocupações são uma forma de retomada, de reapropriação das terras que originariamente e sempre pertenceram ao povo e que lhe foram subtraídas (BRIGADAS POPULARES, 2013 *apud* LOURENCO, 2015)

Nesta mesma época, estava em debate na sociedade brasileira, provocado pela nova dinâmica de constituição da opinião pública por via das redes sociais, a situação dos povos indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que continuavam sendo reprimidos pela expansão do agronegócio na região. Cidadãos de todo o país trocavam seu sobrenome nas redes

sociais, pelo nome desta sociedade indígena, como forma de manifestar sua solidariedade e garantir visibilidade à situação (LOBÃO, 2015).

Eis que os membros das Brigadas Populares sugerem fazer o mesmo, para, além de manifestar solidariedade à causa indígena, promover o debate sobre a conexão entre esses processos de desterro, o dos quilombolas, indígenas e demais comunidades do mundo rural e centenas de milhares de brasileiros que vivem igualmente espoliados, embora localizados nos tecidos urbanos segregados.

Apesar desta conexão histórica fazer sentido no ideário dos movimentos sociais, da esquerda em geral e da ciência social contemporânea, ele não está presente na visão de mundo dos sujeitos e cidadãos das periferias, como no caso do coletivo de sem-teto que deu origem à Guarani, com perspectiva e entendimento alicerçados na ideologia cristã e evangélica. Então se propôs um nome híbrido – ocupação Emanuel que significa Deus Conosco – e Guarani Kaiowá. Veja o relato da moradora Jéssica Silva (2016):

Qual é o significado? É uma tribo indígena, que lutou pela sua própria terra. Pronto! É isso mesmo que a gente está fazendo. Lutando por uma terra que é nossa. Esse negócio está aí a vida inteira e o povo está é matando os outros, jogando mulher aí dentro. “A terra é nossa, Maura. Vamos meter o “pau”, que a terra é nossa. E os meninos “É mesmo. A terra é nossa!” E ficou aquele negócio. Quem vota por Guarani Kaiowá? O pessoal ficou meio assim... Quem vota por Emanuel? Aí, todo mundo levantou. Aí, eu falei. Oh, Wagna, se tem que ter um nome nosso que a gente gosta e um nome que é de apoiar alguém pelas Brigadas, então vamos pôr Emanuel Guarani Kaiowá? Agora vai. Quem que vota por esse nome? Então todo mundo levantou a mão. Então é esse aí mesmo e ficou Emanuel Guarani Kaiowá. Significa Deus conosco e a tribo indígena que lutou pela sua própria terra” (JESSICA VILDA, 2014).

Contudo, no decorrer da experiência, muito em função também da desconsideração desta expressão por parte dos movimentos sociais, o nome terminou somente Ocupação Guarani Kaiowá, sobrepondo a perspectiva dos movimentos sobre a dos moradores.

6.2 A produção social do espaço

De forma inusitada, o proprietário do terreno, ingressa com ação de reintegração de posse na Justiça, mas não obtém decisão favorável em 1ª Instância. O juiz da Vara Civil de Contagem realizou leitura próxima da defendida pelos movimentos sociais, aquela segundo a qual não é possível requerer autorização judicial para ser reintegrado na posse sem, antes de tudo, provar que esta era anteriormente exercida.

Essa vantagem proporcionou aos movimentos sociais e às famílias sem-teto, desenvolverem com tempo, o plano urbanístico interno e esquadriharem o terreno, para depois

iniciarem o processo da autoconstrução das estruturas internas. Mais uma vez, aconteceu o dilema entre número de famílias contempladas versus a qualidade das unidades territoriais geradas internas. O primeiro plano desenvolvido, segundo Castelo Branco Lourenço (2015) foi:

O primeiro estudo parcelava o terreno em 106 lotes de 125 m² (10 m x 12,5 m), isto é, a área mínima exigida na legislação federal. Esses lotes individuais seriam agrupados em lotes coletivos para 15 a 22 famílias, a fim de atender a área mínima de 360 m² da legislação municipal. Cada lote coletivo seria atravessado por uma via de acesso aos lotes individuais, numa solução semelhante às utilizadas em vilas operárias no início do século XX (FIG. 56) (LOURENÇO, 2014, p. 74).

Mas a pressão das famílias da “lista de espera” que aumentava na medida em que a experiência ia se mostrando mais viável e concreta, fez com que os movimentos sociais, junto às famílias e à assistência técnica, optassem por um desenho com lotes menores que contemplassem mais quase 50 famílias, assim resultando:

Nesse contexto, foi necessário aumentar o número de lotes. Um novo estudo foi elaborado, chegando a 143 lotes de 94 m² (7,5 m x 12,5 m). A disposição de lotes coletivos e individual continuou semelhante à do plano anterior (FIG. 57). Sua aprovação em assembleia se realizou em 30 de março, sábado de Aleluia. Os trabalhos de demarcação começaram então pela esquina das ruas Manoelita Chaves e Manoel Brandão, um ponto fácil de identificar em campo sem equipamentos sofisticados (FIG. 58). Moradores, arquitetos e estudantes de arquitetura se revezaram nos trabalhos durante todo o mês de abril de 2013 (LOURENÇO, 2014, p. 75).

Esse novo desenho foi inteiramente coordenado por um processo combinado de assembleias cotidianas e comissões para o exercício do trabalho mais especializado, com arquitetos, estudantes e moradores trabalhando lado a lado. Para a moradora abaixo, foi marcante a “vaquinha coletiva” que os moradores realizaram para limpar todo o terreno e demarcar as ruas, ademais da justiça e consenso espacial que o processo apresentava, materializado no plano urbanístico.

Pelo diálogo abaixo, fica ressaltado essa noção, a do plano urbanístico como materialização de um consenso socioespacial interno, sobretudo pela comparação dos processos anteriores de ocupação sem a presença dos movimentos sociais e assistência técnica, quando era, basicamente, cada família por si, buscando apropriar do espaço, à revelia uns dos outros:

Entrevistador: E tinha alguma diferença da invasão para a ocupação, do ponto de vista, da forma de ocupar o espaço?

Jéssica: Tinha. Uma que a ocupação tem advogados, tem o arquiteto, né. Tiveram pessoas que auxiliaram a dividir os lotes. Primeiro foi todo mundo concentrado em um lugar, mas depois nós dividimos o dinheiro do trator. Teve aquela comunidade, aquela união pra fazerem as coisas. Depois, você o arquiteto trazendo a planta. Fica toda uma coisa mais organizada. Os lotes todos organizados e medidos. Mesmo que tiveram uns que eles roubaram um pedacinho do outro, diminuíram do outro.

Entrevistador: A cerca andou, né? rrsrrs

Jéssica: É a cerca andou, mas foi tudo bem organizado.

Maura: Antes iria virar favela.

Entrevistador: Qual que era a diferença?

Maura: Cada um ia querer pegar um pedaço. Eu por exemplo, peguei dali até cá, por causa da rua, porque eu queria morar na rua, por causa da minha mãe. Nunca eu iria imaginar que poderia fazer uma rua aqui dentro. Porque lá, também era grande e virou tudo bequinho. Imaginei que iria virar tudo bequinho pra cá, por isso eu peguei o meu lá na rua. Eu não iria imaginar que aqui dentro iria poder pôr uma rua. A gente não tinha nem imaginação (JÉSSICA VIDAL e MAURA SILVA, 2014).

Fica evidente no relato da moradora que anteriormente ela nem sequer concebia as possibilidades espaciais que eles mesmos poderiam autonomamente engendrar em um processo de ocupação espontânea, mas que, junto aos movimentos sociais, a formação e os debates que proporcionam, passam a perceber essas possibilidades. Depois reconhecem e defendem, não só como eficazes, mas, sobretudo, como mais justas, em um genuíno exercício de produção social do espaço e do direito à cidade, tal como Harvey (2012) apresenta, como um poder reconfigurador do espaço urbano.

Ademais das áreas individuais, gerou-se também, no plano urbano interno da ocupação, seis ruas internas (com 6 m de largura), uma praça central e duas áreas designadas como de preservação ambiental, como se pode notar na Figura 16. A praça central foi escolhida justamente no ponto onde se estabeleceu o acampamento provisório e a cozinha coletiva sobre o abrigo das sobras de duas grandes mangueiras preexistentes, sendo lugar de forte significação para os moradores.

As áreas verdes foram designadas para, além de atualizaram a legislação de parcelamento do solo que obriga manutenção de uma reserva, como forma de apresentar área de contenção dos impactos provindos de avenida sanitária que corre de forma limítrofe ao terreno, junto ao córrego Sarandi.

No ano de 2013, o projeto urbanístico elaborado para a área, tal como ocorreu com o da ocupação Dandara, que participou de exposições e bienais internacionais, foi uma das poucas experiências mineiras selecionadas para a 10ª Bienal de São Paulo, servindo também como instrumento de visibilidade e propaganda para a experiência, contribuindo para a expansão do lastro social de sua legitimidade (LOURENÇO, 2015). Segundo o mesmo autor, depoimentos de vários arquitetos bem-conceituados no campo da disciplina em Minas Gerais teceram comentários públicos sobre a ousadia do projeto urbanístico, além de diferentes publicações e reportagens na imprensa sobre o assunto (LOURENÇO, 2015).



Figura 18 Plano Urbanístico da Ocupação Guarani Kaiowá - 150 lotes de aproximadamente 90 metros quadros entre ruas, praças e área verde, aplicado para um terreno de 22 mil metros quadrados, no bairro Ressaca em Contagem - MG. Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2013.

6.3 Situação Jurídica

A situação jurídica da Ocupação Guarani Kaiowá iniciou-se de forma inusitada para este ciclo de lutas das ocupações narradas até aqui. O Juiz da 5ª Vara Civil da comarca de Contagem não acatou o pedido de reintegração de posse realizada pela Construtora Mushione. E alegou – o que incansavelmente os advogados populares deste ciclo de lutas defendem – que posse é diferente de propriedade, e para requerer a reintegração, ambas devem ser comprovadas, a propriedade e o exercício da posse pregressa:

Todavia, na presente sede de cognição, não há nos autos qualquer elemento que corrobore a alegada posse exercida, sobremaneira considerando que, conforme documentos colacionados aos autos, parte do imóvel será objeto de desapropriação, não se sabendo, ao certo, o estágio atual de tal ato expropriatório...

Ante o exposto, ausentes os requisitos legais, **INDEFIRO** o pedido liminar de reintegração (AUTOS Nº 0171618-79.2013.8.13.0079).

Foi o que contribuiu para que a ocupação restasse quase um ano sem ameaça direta ao exercício de sua posse, proporcionando amplo período para que o desenvolvimento e

consolidação de seu espaço interno. A construtora Mushione ingressou com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na 9ª Câmara Civil e o Desembargador terminou acatando seu pedido, dando provimento ao recurso, por considerar que:

No caso *sub judice*, a recorrente logrou comprovar de forma satisfatória que exerce a posse do imóvel, ainda que não o ocupe fisicamente. A agravante tem efetuado regularmente pagamento de IPTU, conforme ff 69/104-TJ, tendo edificado galpão, muros e passeio público (ff. 106/107 – TJ), e em repetidas ocasiões, inquirido o poder público quanto à possibilidade de vir a edificar residências na área (ff. 125/127- TJ). Ademais, emprega vigia e mantém ativos contratos de prestação de serviços de água e eletricidade no local (AUTOS Nº n. 0559838-23.2013.8.13.0000).

De forma mais inusitada ainda ocorreu outro fato jurídico extraordinário, com o Desembargador Relator do recurso reconsiderando sua decisão e tornando válida novamente a decisão do Juiz de 1ª Instância que não autorizou a reintegração de posse. Os advogados populares⁵¹ atribuem este feito à força argumentativa do vídeo narrado acima (pag. 141) que apresenta explicitamente a confissão do proprietário da área em mantê-la ociosa com o objetivo de especular. Desta forma, atinou o Desembargador:

Ante às novas evidências, trazidas aos autos pelas agravadas, entendo que a decisão de fls. 139/142 deve ser reconsiderada.

Analisando detidamente as provas dos autos, nota-se que, de fato, embora a princípio tenha o domínio da propriedade, restam dúvidas quanto ao exercício de posse por parte do agravante, visto que tem débitos fiscais relativos ao terreno em questão, que afirma manter o mesmo com vistas à especulação imobiliária e que o deixou em situação de abandono.

Destarte, imprescindível à dilação probatória para averiguar quem detém, de fato, a melhor posse, não sendo conveniente a concessão da liminar de reintegração de posse, cujo cumprimento poderia desalojar várias pessoas (AUTOS Nº n. 0559838-23.2013.8.13.0000).

Entretanto, no julgamento definitivo do agravo de instrumento, em que não só manifesta o Desembargador relator, mas o colegiado com mais outros dois, por maioria de 2 à 1, a câmara terminou por compreender que a posse foi finalmente comprovada e que o despejo deveria ser determinado.

A advogada popular, Larissa Pirchiner (2016), argumenta que houve um *lobby* político utilizando-se de argumentos e fatos extrajudiciais, porque nesse ínterim, a Construtora

⁵¹ Com a defesa jurídica da Guarani Kaiowá começava a se organizar o coletivo de advocacia popular Margarida Alves - CMA, experiência organizativa criada por advogados das Brigadas Populares e profissionais autônomos, que pretendia profissionalizar e estruturar o trabalho técnico no campo do direito dedicado a causas populares e de direitos humanos, com base em um assistência jurídica engajada, de baixo custo e também com uma perspectiva de exercício de trabalho coletivo, com peças e defesas jurídicas escritas e elaboradas a várias mãos. Margarida Alves foi camponesa, formada em direito e presidenta do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Grande, no Ceará, tendo se destacado na luta pelos direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil. Morreu assassinada, como um crime político, por sua militância, em 1983. É autora da frase: “Mais vale morrer na luta o que morre de fome”. Os/as advogados do CMA a consideram uma das precursoras da assessoria jurídico e popular no Brasil.

Mushione, contratou um dos maiores escritórios de advocacia de Minas Gerais, o *Aristóteles Atheniense Advogados*, e conseguiu o provimento de seu recurso, com, inclusive, a segunda reconsideração de decisão do Des. Relator Amorim Siqueira, mudando o jogo para 2 x 1, sendo a argumentação final para comprovar a posse, evidentemente, pífia: pois “se concluiu que o agravante está exercendo a posse sobre o lote vago tanto quanto lhe é possível, notadamente constatando-se que tem feito pagamento de IPTU, construiu muro e calçada, emprega vigia, paga conta de telefone no local” (AUTOS Nº n. 0559838-23.2013.8.13.0000).

E até hoje é mantida esta decisão judicial autorizando a reintegração de posse sobre a ocupação. Contudo, devido à pressão dos moradores, à visibilidade de sua situação, e à abertura conferida pelo poder público municipal, a ordem não foi executada pela Polícia Militar. O Juiz da 1ª Instância está aguardando o processo de negociação que a Procuradoria do Município informou estar em curso.

6.4 Situação hoje e negociação

Desde o primeiro ato público e político realizado pelo movimento social junto às famílias, a Prefeitura de Contagem correspondeu à sua reivindicação por uma escuta e mediação política, em conformidade com a expectativa inicial alimentada pela organização Brigadas Populares de que haveria um mínimo de interlocução e reconhecimento por parte do poder local.

Contudo, este processo se deu até o momento marcado pelo contraste entre as perspectivas de ambos os atores sociais, os envolvidos na defesa da ocupação urbana e a Prefeitura de Contagem e os interesses a que ela corresponde, quanto à possibilidade de resolução do conflito.

Os movimentos sociais urbanos deste ciclo de lutas, geralmente, como demonstrado até aqui, se alicerçam na leitura política e legislativa sobre o processo de urbanização que advém das inovações apresentadas pela Constituição Federal e pelo Estatuto das Cidades, baseados nos dispositivos que possuem e garantem a função social da propriedade imobiliária urbana, destinando a prioritariamente à habitação social e à regularização fundiária (BRASIL, 1988; BRASIL, 2001).

Desta forma, acredita-se ser mais capaz de resolver concretamente a situação de moradia das camadas sociais brasileiras territorializadas na informalidade urbana e ainda assim interpor

mecanismos de constrangimento ao imperativo de configurar o espaço urbano segundo seu caráter especulativo.

O principal e mais efetivo instrumento que se apresenta, segundo a perspectiva dos movimentos sociais, é aquele consagrado no capítulo de política urbana da Constituição Federal, mas que anteriormente já figurava na legislação corrente, que prescreve a soberania do poder executivo em realizar desapropriações de imóveis privados conforme sua utilidade pública ou interesse social.

Este é a forma mais efetiva do poder público promover a justiça urbana, despojando o proprietário imobiliário de seu bem e o transferindo para si, em nome do interesse social e ou público de promover a habitação social e regularização fundiária do território aí existente. A ver:

(...) desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder Público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-o para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e pagável em dinheiro, salvo no caso de certos imóveis urbanos ou rurais, em que, por estarem em desacordo com a função social legalmente caracterizada para eles, a indenização far-se-á em títulos da dívida pública, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas, preservado seu valor real (MELLO, 1986 *apud* GALMACCI, 2011).

Na visão dos movimentos sociais, o poder público local realiza desta forma, a democratização do espaço urbano e a justa distribuição de seus ônus e bônus, segundo leitura apresentada pelo Estatuto das Cidades, ao garantir a segurança da posse das famílias ocupantes que sobre a propriedade imobiliária desenvolveram projeto de habitação popular autônomo.

Contudo, para que isso ocorra, tem que haver forte motivação política por parte do arranjo de poder da administração local ao enfrentar a propriedade imobiliária urbana e sua condição como instrumento de acumulação de riquezas. Sendo que, geralmente, nas municipalidades, estão no poder arranjos governamentais alinhados com os interesses dos agentes imobiliários, não tornando possível esse enfrentamento através das desapropriações. No caso em tela, não foi diferente, embora a Prefeitura do PCdoB tenha se posicionado contra a remoção sem conferir alternativa de moradia às famílias, ela não se mostrou disposta a enfrentar os interesses econômicos do proprietário ao ponto da desapropriação de seu imóvel.

Para o movimento, a Prefeitura argumentava que não era possível ao município executar a desapropriação forçada em função de não possuir recursos suficientes para pagar o preço da indenização justa arbitrada pelo poder judiciário, conforme exigência legal do instrumento legislativo.

Como uma forma de superar este impasse, foi que a equipe técnica jurídica da ocupação emitiu parecer atestando a possibilidade de resolução do conflito, com base na utilização de instrumento urbanístico inaugurado no Estatuto das Cidades, ou seja, a Transferência do Direito de Construir, tal qual está regulamentado no Plano Diretor da cidade:

CAPÍTULO IV

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 40 O proprietário de imóvel privado ou público poderá exercer em outro local ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir definido pela aplicação do Coeficiente de Aproveitamento Básico.

§1º São geradores de Transferência do Direito de Construir:

I - imóveis tombados ou edificações declaradas de interesse de proteção histórico-cultural, desde que preservados e conservados pelos proprietários;

II - áreas verdes destinadas à proteção paisagística, situadas na AIURB-3, desde que assegurada sua preservação pelos proprietários;

III - terrenos doados ao Poder Público para fins de implantação de equipamento urbano ou comunitário ou de empreendimento habitacional de interesse social (CONTAGEM. 2006)

Este instrumento poderia ser utilizado conforme seu inciso III, para empreendimento de habitação de interesse social, mas ainda assim, dependeria da anuência do proprietário, doando sua propriedade para o poder público em troca do direito de construir em outra área. E não com um ato forçado do poder público, face ao proprietário, conforme pretendia a equipe técnica.

Desta forma, a Prefeitura de Contagem, através de sua Procuradoria e Secretaria de Habitação, órgãos municipais que coordenam a negociação, se posicionaram contrários a essa possibilidade. Em contrapartida, apresentaram, recentemente, ainda em 2016, conforme ata do dia 20 de maio de 2016, a possibilidade de conciliação entre as partes, poder público, moradores ocupantes e proprietário da área, por via do programa Minha Casa Minha Vida - Entidades.

Esta proposta foi esboçada da seguinte forma: a Construtora Mushione cederia metade do terreno para os ocupantes (15 mil metros quadrados); e seria reintegrada em sua posse nos outros 15 mil. Na metade destinada aos ocupantes, seria desenvolvido empreendimento habitacional verticalizado, por via do programa Minha Casa Minha Vida, em sua modalidade Entidades, adensando os 150 moradores.

O programa Minha Casa Minha Vida, como já posto, proporciona um pacto que contempla os interesses hegemônicos na produção social do espaço urbano capitalista. O poder público executa política sob seus auspícios; o proprietário fundiário é remunerado com a compra monetária de seu lote urbano; são, geralmente, acionados agentes construtores (capital imobiliário) para edificar o empreendimento e as famílias recebem sua unidade, sendo contempladas com seu direito à moradia. O que justifica sua escolha pela municipalidade.

O desenrolar desta proposta ainda não ocorreu, mas algumas graves consequências são certas para o projeto social desenvolvido pela experiência da Guarani Kaiowá como, por exemplo, a supressão de seu plano urbanístico, a demolição do ambiente construído interno (todas as casas de alvenaria consolidadas, etc.); e ainda, a apresentação de uma tipologia habitacional verticalizada, com o necessário adensamento.

Lado outro, a modalidade Entidade prevê a autonomia da associação, movimento social ou entidade gestora dos recursos, desenhar o seu próprio projeto habitacional, urbanístico e arquitetônico das unidades, conforme suas necessidades sociais e aspirações espaciais, dentro das condicionantes técnicas do programa, das limitações de recursos, da legislação urbana vigente e das características físicas do terreno.

Uma disputa à parte, dentro desta negociação, é se a fração do terreno garantida aos ocupantes seria doada pela Construtora ou comprada com recursos do financiamento do programa habitacional. Se doada, sobraria maior margem para a elaboração do empreendimento, possibilitando maior investimento na elaboração de sua dimensão construtiva.

Por fim, esta negociação está obstruída pela conjuntura federal a partir de maio de 2016, com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e da instituição do governo Interino de Michel Temer, cujo atual Ministro das Cidades já anunciou profundas modificações no programa MCMV, tornando o futuro do programa completamente instável⁵², sobretudo sua modalidade Entidades, modalidade mais afeita aos setores sociais e não mercadológicos envolvidos na execução e utilização do programa.

Desta forma, a contexto da solução do impasse para o conflito da Ocupação Guarani Kaiowá torna-se ainda mais vulnerável. Uma vez que a solução desejada pelo movimento social não é factível dado à orientação política do arranjo do poder municipal. E nem a solução que este arranjo pensou ser possível, com a mudança da conjuntura política nacional e o possível fim do programa MCMV – Entidades.

7. Ocupações da Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória

⁵² Ao concluir a revisão deste texto o contexto em que este tópico foi descrito mudou radicalmente. O grupo político do PCdoB que governava o município de Contagem perdeu as eleições em 2016, assumindo o comando do poder local o PSDB. E o governo até então interino do PMDB no poder federal tornou-se permanente, com a consumação do impeachment. Nesse sentido, a proposta de negociação esboçada por via do MCMV-Entidade caiu por terra, uma vez que o governo federal anunciou o fim da modalidade entidades do MCMV.

As três ocupações da Izidora⁵³: Rosa Leão, Esperança e Vitória surgem em Belo Horizonte, em sua região norte, nas fronteiras com o município de Santa Luzia, inicialmente de forma espontânea, sem o planejamento de movimentos sociais tradicionais descritos neste ciclo, motivadas que estavam as famílias pelos ventos que atravessaram o país com as *Jornadas de Junho de 2013*, mesmo período em que surgiram as três ocupações.

Significando para este ciclo de lutas, aquilo que ficou conhecido e afirmado pelos movimentos sociais, como o maior conflito fundiário de Minas Gerais, quiçá do Brasil, pelo fato de se realizarem apropriações parciais do maior vazio urbano de Belo Horizonte, a região do Isidoro, com mais de 10 milhões hectares de terras ociosas e desocupadas, outrora valorizada por ser importante ativo ambiental, mas que hoje é objeto de novo planejamento pelo poder público municipal, por via de um dispositivo de Operação Urbana para a região, interpondo nova regulamentação para uso e ocupação do solo, e que prevê a edificação de até 70 mil imóveis, mas cuja primeira fase já contratada e licenciada se dá por um empreendimento da política de habitação federal, o Minha Casa Minha Vida, com cerca de 9 mil unidades, nomeado PMCMV - Granja Werneck.

Ressalta-se que o fato assume, pela primeira vez, para este ciclo de lutas, a forma de um conflito entre os movimentos sociais de moradia e setores financeirizados da produção imobiliária. A Direcional Engenheira S.A., promotora do empreendimento, é uma das 20 ou 30 empresas de capital aberto no país deste ramo produtivo (CARDOSO e ARAGÃO 2011). O empreendimento que almeja produzir sobre as ocupações possui valores na ordem de 1 bilhão de reais, com financiamentos/subsídios provindos do orçamento municipal e federal, atualizando para a cidade, aquilo que Rolnik (2015) chama de *guerra dos lugares*, entre setores que requerem a cidade segundo seu valor de uso e aqueles que a requerem segundo o seu valor de troca potencializado como ativo financeiro mundializado.

No início do surgimento das três ocupações, os movimentos sociais organizados passam a atuar internamente na estruturação dos assentamentos e na mediação/enfrentamento com o poder público, assim como se aproximam os atores do campo técnico jurídico e urbanístico e

⁵³ Utiliza-se o termo Izidora em função da escolha realizada pelos próprios movimentos sociais e pelas coordenações comunitárias que optaram por esta forma em detrimento do hoje oficial Isidoro. Conta-se que está registrado em mapas antigos da cidade o nome do Ribeirão Izidora que dá nome a região, com “z” e no gênero feminino, assim nomeado porque aquelas terras, na passagem do sec. XIX para o XX, serem pertencentes a uma ex-escrava, a Izidora. A escolha dos movimentos representa a ruptura ideológica da representação oficial para a popular. A primeira com um projeto dos poderes constituídos, valorizando a propriedade privada e a produção imobiliária formal, ambos geralmente associados a opressão do poder de mando do sexo masculino. Ao passo que a segunda representa o valor de uso do terreno, na posse legítima que a ex escrava vazia da terra e no uso que agora os movimentos sociais requerem lhe atribuir, para satisfazer a necessidade social de habitação. Ademais de que, como se sabe, a luta por moradia ser predominantemente protagonizada por mulheres, pobres e também negras.

os do campo de apoio solidário e social, configurando claramente experiências produzidas pelas características sociopolíticas e espaciais deste ciclo de lutas pela reforma urbana.

E em 2014 e 2015, quando se organizou duas ofensivas do Estado por via de ameaças de reintegrações de posse, viu-se a intensificação das articulações sociais e políticas contra o despejo, conformando uma rede aberta e horizontal, autodenominado #Resiste Izidora, que reuniu centenas e talvez milhares de atores sociais que garantiram visibilidade nacional e internacional à causa, conseguindo, até o momento, suspender as ordens de despejo, em prol de um processo de negociação entre as partes conflitantes, qual sejam, Estado, o privado, os movimentos sociais e as famílias sem-teto.

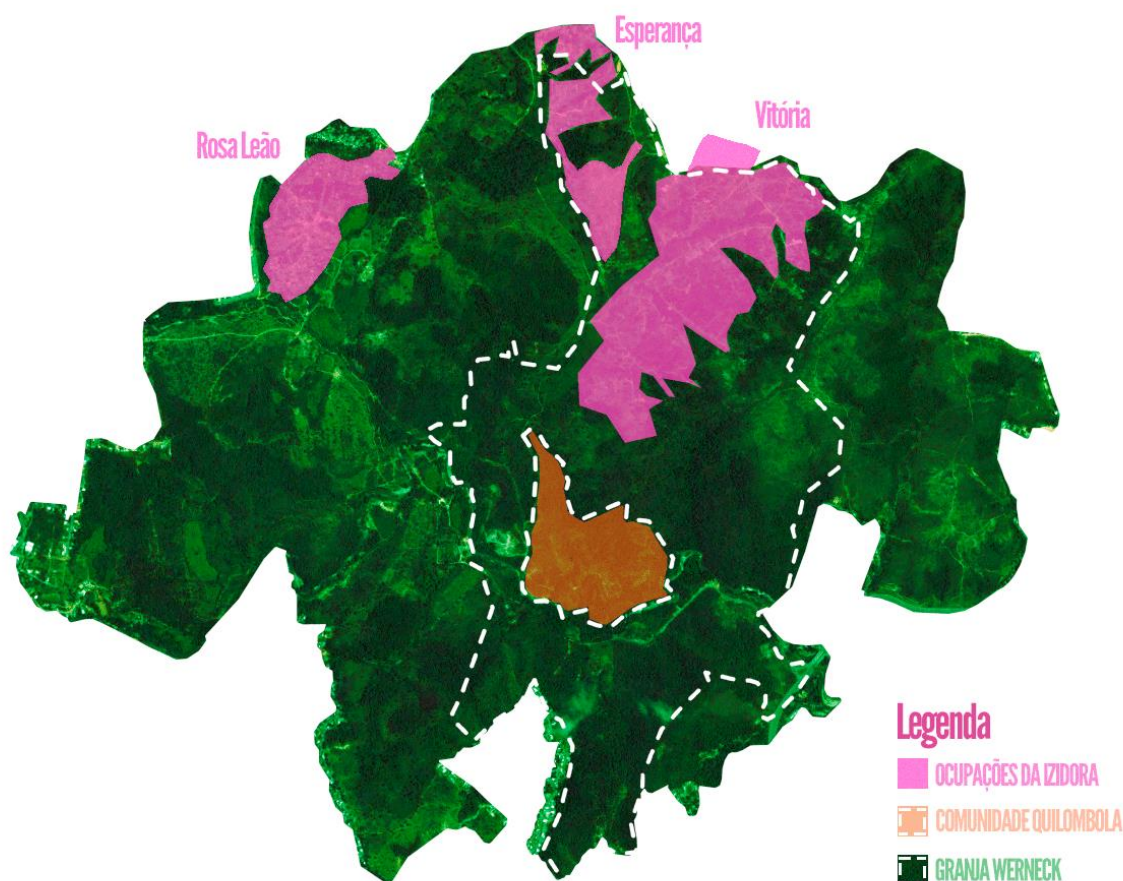


Figura 19 Manchas da área ocupada das três ocupações da Izidora em meio a região da Isidoro. Fonte: Indisciplinar, 2014

7.1 O surgimento das três ocupações

Há duas linhas de análise que se atravessam para explicar a explosão das três ocupações que chegam a reunir mais de quatro mil famílias sobre o imenso vazio do Isidoro. A primeira é a convencional, segunda a qual a pressão imobiliária e sua corrente de especulação produziram novo contingente de sem-teto em região habitada tradicionalmente pela população de baixa renda da capital, sua região norte, assim como toda essa fração da Região Metropolitana (Ribeirão das Neves, Vespasiano e, fundamentalmente, Santa Luzia).

Essa corrente de valorização imobiliária se deu, de forma geral, pelo desenvolvimento econômico e do mercado imobiliário pungente do período. E, particularmente, com os investimentos de projetos urbanos do chamado Vetor Norte, produzidos Governo do Estado de Minas Gerais, ora em parceria com a PBH (duplicações Linha Verde, duplicação das Avenidas Presidente Antônio Carlos e Pedro I, Cidade Administrativa, etc.), com forte finalidade de servir aos interesses de apropriação da mais valia urbana gerada pelas intervenções públicas.

A segunda linha seria que o desencadeamento das *Jornadas de Junho* teria impulsionado esse contingente de sem-teto em formação pela pressão imobiliária a ocuparem as faixas de terras abandonadas no Isidoro que se avizinhavam dos bairros de baixa renda na região. Ao mesmo tempo em que imensos protestos se realizavam no centro da capital, na periferia, à sua maneira, a população sem-teto se insurgia, reivindicando seus direitos, a partir da ação direta com ato de apropriação de territórios ociosos.

Esta perspectiva, segundo a qual as ocupações da Izidora também seriam produtos das *Jornadas de Junho*, corrobora com as visões de Maricato e Vainer (2014), para os quais estas revoltas foram produto e símbolo expressivo da crise urbana que se abateu sobre o país na última década, pauperizando as condições de vida das amplas maiorias com o aumento do preço do transporte, do aluguel, entre outros custos de vida, nos marcos desta *antiforma urbana petista* (ARANTES, 2013) .

Segundo depoimentos das lideranças das três ocupações, a Rosa Leão teria se iniciado ainda em maio (EGÍDIO, 2016), a Esperança em pleno junho (GONÇALVES, 2016) e a Vitória em julho (CARVALHO, 2016) de 2013. Cumpre ressaltar que a Ocupação Zilah Spósito / Helena Greco foi a primeira ocupação a se estabelecer na região do Isidoro, embora em área um pouco residual e lindeira à malha urbana. Sua resistência junto à rede de apoio face à primeira tentativa de despejo, perpetrada de forma ilegal em 2011, criou as condições mínimas para que surgissem as outras três ocupações.

Ademais de que a Zilah Spósito / Helena Greco e a Rosa Leão tiveram contribuição do movimento da década de 1990, o MLNM, cujas lideranças vivem no conjunto Zilah Spósito,

conquistado e produzido na época junto à URBEL e à Prefeitura de Belo Horizonte, no contexto de gestões democráticas e populares. E não somente da tríade formada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT, ademais da extensa rede que se conformou através do #Resiste Izidora, envolvendo amplíssimos setores sociais dos mais diversos, cultura, universidade, partidos, entidades filantrópicas, etc. As redes e os nexos históricos que contribuem para tecer os processos de urbanização popular, unificando a luta pela reforma urbana, hoje e ontem.

As três ocupações despontam sobre a região do Isidoro de forma muito semelhante, embora guardem também diferenças socioespaciais. As famílias sem-teto avançavam para dentro das faixas de terras ociosas, abrindo ruas, lotes, espaços coletivos e assentando os barracos de lona, madeirite, etc. a partir da autoconstrução. Cada grupo de famílias de sem-teto, diante de zona de expansão da gleba ociosa, ocupava áreas de propriedade fundiárias de diferentes origens.

7.2 A região do Isidoro

O imenso vazio do Isidoro possuiu diferentes significados para a sociedade mineira e diante do poder público. Sua área tem 10 km², ou seja, equivalente a uma área de aproximadamente 1/33 da cidade de Belo Horizonte. Permaneceu se não completamente vazia (isto é, sem usos sociais e econômicos), ao menos subutilizada, nos últimos 40 anos de desenvolvimento da cidade⁵⁴. É área ainda de primeira natureza, no conceito de Milton Santos.

Assim permaneceu até os anos 2000, quando o primeiro instrumento de planejamento do poder público, valorizando seus atributos ambientais (Lei Municipal 8.137, de 2000), delineou para todo o Isidoro uma operação urbana que visava estabelecer um processo de urbanização sustentável (INDISCIPLINAR, 2008).

Aproveitando-se deste discurso, porém com o objetivo de capturar com ampla margem as potencialidades econômicas do desenvolvimento urbano da área, a gestão de 2010 da Prefeitura de Belo Horizonte (Márcio Lacerda) modifica a primeira proposta de planejamento, com a Lei 9.959, de 2010, tornando-a um adensamento prioritário para classes de renda média

⁵⁴ Faz fronteira com a reconhecida comunidade remanescente de quilombola, o Quilombo Mangueiras, na sua porção sudeste. Fato inclusive que corrobora a leitura segundo a qual o nome de seu ribeirão teria sido tomado de empréstimo da Izidora, ex-escrava que teria vivido nestas paragens, no início do sec. XX.

alta e alta, supostamente mais aptas a fazer coexistir a ocupação urbana junto à preservação (INDISCIPLINAR, 2008)⁵⁵.

Contudo, é ainda em 2014 que, através da Lei Municipal nº 10.705, que o Executivo Municipal aprova mudança mais radical para uso e ocupação do solo da região, permitindo, nos marcos da Operação Urbana do Isidoro, a execução de empreendimento voltado ao atendimento da demanda de habitação social, possibilitando legalmente, o que foi elaborado e proposto pela construtora Direcional Engenharia S.A., com cerca de 9 mil unidades, por via do programa MCMV.

Essa mudança é bastante elucidativa dos interesses que se apoderaram do arranjo de poder municipal. Desde o Plano Diretor de 1996, passando pela lei de 2000, tem-se uma valorização da área segundo seu caráter ambiental e motivado pelo interesse público de preservá-lo. Com a guinada nos marcos do planejamento estratégico pela Prefeitura de Belo Horizonte, com a eleição de Márcio Lacerda (PSB), como já defendido, tem-se a elaboração de planejamentos urbanos que visam explorar as potencialidades do preenchimento da vacância da região, segundo imperativos de extração de lucro de forma imobiliária. Primeiramente, segundo um padrão de ocupação mais elitizado, com loteamento voltado para os padrões espaciais das classes médias e altas e, posteriormente, por meio desta imbricação característica posta pelo PMCMV entre o grande capital financeirizado e a produção de habitação social.

Porém há uma tese ainda mais instigante que afirma que a modificação operada pela Lei nº 10.705, de 2014 foi motivada pela pressão social exercida pelos movimentos sociais de moradia, com a existência das próprias três ocupações aqui descritas e com a realização do ato político de ocupação do prédio da Prefeitura de Belo Horizonte.

Após as *Jornadas de Junho*, as Brigadas Populares, o MLB e membros da rede de apoio, estabeleceram um ato político de ocupação do gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, reunindo cerca de 100 moradores de várias ocupações urbanas aqui narradas (Dandara, Eliana Silva, Pomar do Cafezal, entre outras) e cuja pauta central era o fim das ameaças de despejos e regularização urbanística e fundiária dos territórios que já apresentavam claros sinais de consolidação urbana e social.

Ação coletiva marcante, impulsionada pelos ventos de junho, adquiriu enorme visibilidade nacional, com cenas e fatos narrados e transmitidos diretamente nos telejornais nacionais, colocando nitidamente a Prefeitura de Belo Horizonte em situação de

⁵⁵ Frisa-se que midiaticamente essa modificação foi justificada em função dos preparativos urbanos necessários para a realização da Copa do Mundo onde, diante do novo plano urbanístico para a área, seria construída uma suposta Vila da Copa. Este plano urbano contou ainda com a contribuição do urbanista Jaime Lander.

constrangimento tal que, para que o ato se desfizesse, a única alternativa negociar e acatar o acordo histórico, atendendo integralmente à pauta de reivindicação interposta. Embora, passados três anos, não tenha cumprido nenhum destes pontos.



Figura 20 Momento em que os movimentos sociais desocupam o prédio da Prefeitura, ato realizado logo após as jornadas de junho de 2013. Os movimentos deixaram o prédio depois que foi integralmente atendida a pauta de reivindicação pelo Prefeito. Data da foto: 31 de julho de 2013. Fonte: rede de solidariedade, 2013.

Três meses depois e ainda pressionada pela visibilidade que a questão da moradia adquiriu na cidade e com o processo de ocupação das áreas ociosas do Isidoro de vento em popa, a Prefeitura lança plano denominado BH MORAR, anunciando previamente as duas operações urbanas que propugna, a da Isidoro e Operação Urbana Capitão Eduardo, delineadas sobre as mesmas condições, com o objetivo de produzir, juntas, mais de 14 mil unidades habitacionais para baixa renda, integralmente subsidiadas pelo Governo Federal (PMCMV) e com vultosas subvenções do município, mas realizadas por duas grandes construtoras do país que possuem capital aberto na Bolsa de Valores, a Direcional Engenharia S.A. e Emccamp S.A.

A Prefeitura de Belo Horizonte cede à pressão social e política que a visibilidade da situação das ocupações urbanas atinge sob a tutela de sua administração, porém responde a esta centralidade que a questão da habitação social assume, à sua maneira, sob os auspícios de sua visão de cidade e de forma a favorecer seu arco de alianças. Isto é, responde, lançando a lei 10.705/2014, buscando produzir habitações para baixa renda, por via da parceria público-

privada, delineada por dispositivo de operações urbanas e com duas grandes empresas nacionais financeirizadas.

Esse pressuposto é corroborado pelo fato de que o projeto de licenciamento apresentado pela Direcional Engenharia S.A. para o empreendimento das quase 9 mil unidades habitacionais na propriedade da Granja Werneck, a partir de junho e julho de 2013, ocupadas pelas famílias da Esperança e Vitória, dentro da região do Isidoro, é apresentado ao Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), órgão estadual competente para os licenciamentos, somente em 04 de julho de 2014⁵⁶.

Talvez esta fosse a única forma como a Prefeitura de Belo Horizonte e seu arco de alianças com o grande capital imobiliário e de proprietários urbanos tivessem para recuperar as terras da região do Isidoro parcialmente ocupadas pelas famílias sem-teto, após o levante de junho de 2013 e apoiados posteriormente pelos movimentos sociais de moradia e junto do campo técnico da reforma urbanas gestadas ao longo deste ciclo. Isto é, propondo diante da sociedade mineira um empreendimento que se apresentasse de forma mais substancial e menos retórica, alguma utilidade social e pública, tal como o é um projeto de habitação de interesse social, por via do programa federal do MCMV. Mas que, ao mesmo tempo, fosse capaz de remunerar os setores rentistas e capitalistas no e pelo processo de produção formal do espaço.

7.3 A produção social do espaço interno

As três ocupações urbanas da Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória, foram realizadas, inicialmente, de forma espontânea, com o processo de apropriação de seu território, por parte das famílias, se realizando autonomamente, isto é, sem a coordenação dos movimentos sociais e das equipes técnicas. Este encontro, contudo, realizou-se logo depois, cerca de alguns meses de iniciadas as experiências, modificando a maneira como era realizado o processo de demarcação das áreas individuais e coletivas no interior de cada uma. Demarca-se também que há diferenças significativas de natureza física, geológica e ambiental entre as três que, contudo, não serão aprofundadas aqui.

⁵⁶ Primeiro **parágrafo** do documento de licenciamento regido por conselheiros do COPAM: “O presente Parecer Único refere-se à solicitação de Licença de Instalação (LI), formalizada pelo empreendedor SANTA MARGARIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. junto a esta Superintendência em 04/07/2014, para o parcelamento vinculado do solo urbano denominado Granja Werneck. O empreendimento é de uso exclusivo ou predominantemente residencial, enquadrado na Deliberação Normativa COPAM 74/2004 sob o código E-04-01-5, classe 5, porte Grande”.

Nesse sentido, nenhuma delas foi estruturada a maneira do paradigma forjado pela experiência da ocupação Dandara e repetida pelas experiências organizadas da Eliana Silva e Guarani Kaiowá, onde os processos de apropriação territorial foram mediados por um consenso estabelecido entorno de um instrumento de planejamento centralizado, aqui chamado de plano urbanístico que, à luz da racionalidade técnica do planejamento urbano moderno, estabeleceu as diretrizes para a distribuição dos espaços internos dos assentamentos, concebendo também maior justiça e democracia espacial ao promover uma razão comum na distribuição do território entre as famílias participantes e segundo o rol de suas necessidades socioespaciais consensuadas.

A Rosa Leão foi a que se estabeleceu primeiro, em maio de 2013, e recebeu maior investimento dos movimentos sociais e das equipes técnicas da área de arquitetura e urbanismo, sobretudo para o desenho e adaptação de seu traçado urbano. Esse encontro foi facilitado porque seu processo de ocupação se realizou mais próximo da malha urbana consolidada do bairro Zilah Spósito onde, sobretudo, havia se estabelecido a rede de movimentos sociais, desde o MLPM presente no bairro desde a década de 90, até o Zilah Spósito / Helena Greco, ocupação que emergiu neste ciclo contemporâneo de lutas, já descrito neste trabalho.



Figura 21 Ocupação Rosa Leão em 2015. Fonte: Marcílio Gazinelli, 2016.

Para Esperança e Vitória, o encontro com as assessorias técnicas que se realizou mais tarde, nos anos seguintes, 2014 e 2015, com a intensificação da atuação da rede de apoio à medida que o conflito acirrava e o caso das três ocupações adquiria maior visibilidade e relevância neste ciclo de lutas. Margareth Leta, professora do curso de arquitetura e urbanismo da UFMG e do grupo de extensão do Escritório de Integração da PUC Minas⁵⁷, importante referência na pesquisa e prática em alternativas de urbanização para assentamentos de baixa renda, assim caracteriza o método e o trabalho desenvolvido na Izidora:

A gente chegou na Rosa Leão e a demanda deles era muito objetiva: “Nós queremos um mapa da ocupação”. “Nós queremos dividir os lotes, marcar as quadras” - em um traçado que já existia mais ou menos. “Nós queremos delimitar as áreas de preservação” - porque esse argumento da degradação ambiental já havia sido usado contra eles. “Nós queremos demarcar as áreas de risco” - até porque eles já percebiam onde estas áreas estavam. Então a gente sempre trabalhou em cima da demanda deles, incorporando a esta demanda aquilo que poderia ser útil para nós. Por exemplo, para produzir o mapa: diante da total falta de informação - e da situação de já existir uma ocupação física no terreno - nós inventamos esse negócio da maquete. E levamos a maquete pronta do lugar. E aí tem sempre aquele impacto de se reconhecer no lugar e falar “Aqui é tal coisa”. E eles absorveram bem essa história da maquete; ela andava pra lá e pra cá. Quando o pessoal da Esperança veio nos procurar, eles disseram “Nós queremos uma maquete, com um mapa” (LETA, 2015 *apud* BIZOTTO, 2015).

Muitos relatos dos moradores atestam que a referência exitosa da ocupação Dandara e do desenho urbano que havia sido estabelecida, baseada no loteamento unifamiliar, com acesso direito às ruas, com espaços públicos internos e perpassados pelos parâmetros espaciais da cidade formal, figurou como referência para o processo autônomo de constituição interno das áreas. Lembrando que outras ocupações urbanas, com as do Barreiro e a Guarani Kaiowá, também adotam esses modelos, ademais das próprias disposições assimiladas dos loteamentos clandestinos ou informais que também soçobram nas periferias da zona norte de Belo Horizonte.

Fato é que as três ocupações também resultaram em formato espacial semelhante a que nenhuma experiência aqui relatada fugiu, do loteamento unifamiliar, com lotes com acesso diretamente às ruas. Charlene Egídio, liderança da Rosa Leão, valoriza a percepção segunda a qual esse entendimento espacial se estabeleceu após a interação com as equipes técnicas de apoio:

Daí, vieram as arquitetas - a Professora Leta, que é uma pessoa maravilhosa, um anjo da nossa vida -, que vieram explicando como fazer as fossas, o que fazer e não fazer, tamanhos de rua. Tanto que aqui é como se fosse um bairro: nós temos nomes de ruas, números, tamanhos de lotes e ruas padronizadas, com espaço para passeio, espaços públicos e coletivos, como o barracão

⁵⁷ E do Arquitetos Sem Fronteiras.

comunitário, um centro ecumênico, espaço para o posto, a horta comunitária, estamos olhando uma quadra para as crianças... Então, estamos nos preocupando não só com a moradia, mas termos um bairro bom para se viver, coisa que o poder público não se preocupa (CHARLENE, OCUPAÇÃO ROSA LEÃO, 2015 *apud* BIZOTTO, 2015).

Do ponto de vista fundiário, a Rosa Leão ocupa área pertencente à propriedade da Fazenda Tamboril e outra fração menor de área municipal. A Ocupação Esperança se estabelece em área que faz fronteira com o bairro Londrina, em Santa Luzia, em área de propriedade da Família Werneck. E a ocupação Vitória se estabelece em área fronteira ao Bairro Baronesa, em Santa Luzia, ocupando também área de propriedade da Família Werneck. São somente estas últimas que se encontram (quase integralmente) dentro da área do empreendimento do MCMV - Granja Werneck, conforme mapa da figura 17. As entradas das três ocupações guardam distância de cerca de 1 km a 1,5km, uma da outra.

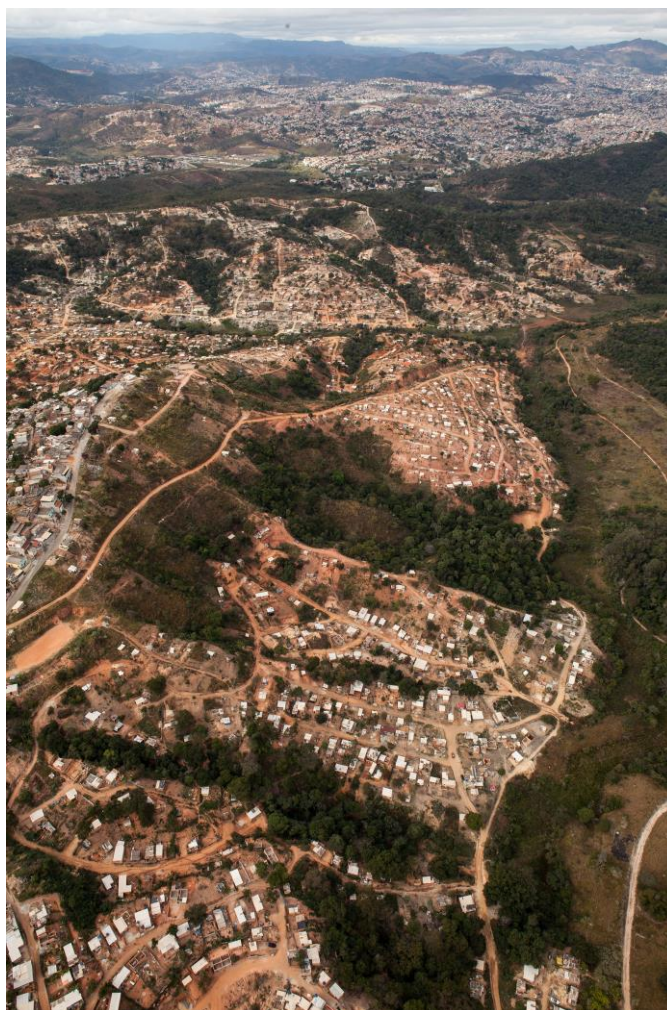


Figura 22 Ocupação Esperança em 2015, na parte inferior da foto. No meio, Ocupação Vitória e ao horizonte, o restante da região norte de Belo Horizonte. Fonte: Maurício Gazinelli, 2015

7.4 O projeto habitacional da Granja Werneck

O projeto do programa Minha Casa Minha Vida, apresentado pela Prefeitura de Belo Horizonte, com a construtora Direcional Engenharia S.A., possuiu escala nunca vistas antes na cidade de Belo Horizonte, inaugurando uma nova etapa e forma de produção habitacional de interesse social e talvez se configurando como um dos maiores empreendimentos do programa no país. O que evidentemente provoca um conjunto significativo de questões pertinentes ao seu distanciamento da noção do direito à moradia adequada e do prisma do direito à cidade.

Como colocado, a Direcional Engenharia S.A. é uma das 20 empresas que, após o ano de 2002, com o crescimento alavancado neste período pelas medidas administrativas e institucionais do Governo Lula, abriu seu capital na Bolsa de Valores recebendo um conjunto de investimentos sem precedentes, proporcionando sua expansão geográfica e em setores produtivos. E, posteriormente, foi beneficiada pela criação do programa MCMV, como forma de sustentar a sua inserção e das outras vinte construtoras nacionais que recentemente tinham ingressado no mercado de ações.

O empreendimento da Granja Werneck é, portanto, bastante sintomático dessa nova forma de produção da política habitacional através de um estreitamento do Estado com o capital privado nacional financeirizado que, para responder a demanda de remuneração dos circuitos financeiros de acumulação, realiza, entre outras estratégias, a produção de empreendimentos padronizados e standardizados nesta escala produtiva, a de milhares de unidades habitacionais.

Ademais de sua análise ser reveladora do projeto de cidade que o próprio programa Minha Casa Minha Vida engendra, qual seja, aquele que favorece o poder público local sob o condão do planejamento estratégico, com os proprietários fundiários participando do circuito de acumulação, com o capital imobiliário financeirizado, coordenando e desenhando o processo social de produção do espaço urbano com financiamento do Governo Federal e ainda com a aquiescência de parte do movimento social urbano que se posiciona acriticamente, como meros consumidores da mercadoria habitação, uma vez que não participam de nenhuma etapa de seu desenho e elaboração.

Segundo o Contrato Social do empreendimento divulgado pela diretoria da Caixa Econômica em 2014, após pressão pública por parte dos movimentos sociais, realizada por manifestações na porta de edifício do banco público e com informações do processo de licenciamento do empreendimento divulgadas em site do COPAM, têm-se as seguintes características:

O valor geral do empreendimento está em 934.080.000,00 milhões de reais para a produção de 8.887 unidades habitacionais destinadas à faixa I do PMCMV. Deste valor global R\$ 756.160.000,00 provêm do Governo Federal, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com recursos do Tesouro Nacional, respectivos ao subsídio no valor de 65 mil reais por unidade produzida⁵⁸. Outros R\$ 177.920.000,00 de repasse do município de Belo Horizonte, cuja origem dos recursos não foi esclarecida. Ou seja, 20 mil reais por unidade habitacional dos recursos públicos municipais. Desta forma, cada unidade do empreendimento teve um custo de 85 mil reais.

Dentro deste valor global, tem-se a produção total do empreendimento com plano urbanístico e loteamento da área e produção dos condomínios onde se deram os empreendimentos habitacionais. No contrato social entre a Caixa Econômica Federal e a representante jurídica da Direcional Engenharia S.A. figura que o valor repassado à Granja Werneck S.A pela compra do terreno será de 63 milhões de reais (Clausula B2, Contrato Social).

É a crítica segundo a qual o modelo de produção do PMCMV favorece e remunera a ordem social estruturada a partir da extração da renda fundiária urbana. Como visto acima, a propriedade imobiliária em tela foi gerada por um ato administrativo do Estado em 1914 (Decreto 82), quando o recém-criado município de Belo Horizonte realiza a doação da gleba à família Werneck. Em 1993, a gestão da Frente BH Popular tenta reaver ao público o que lhe é de direito, visto que as terras permaneceram ociosas durante todo esse tempo.

Mas em 2014, uma política de Estado, o PMCMV, para produzir habitação social, volta a remunerar a propriedade privada descumpridora de sua função social e que só adquiriu este valor por que especulou durante um século, apropriando-se indevidamente da mais valia urbana coletivamente produzida com o desenvolvimento da cidade.

Embora, como se vê neste conflito, as ocupações urbanas realizadas sobre essa propriedade, funcionaram como uma forma de crítica a este estado de coisas, se concretizando como um obstáculo real à realização deste circuito de acumulação, fazendo valer o princípio da função social da propriedade pela ação direta ancorada em sua legitimidade na sociedade civil e no apoio de outros atores sociopolíticos.

⁵⁸ Na Portaria nº 435, de 29 de agosto de 2012, o Ministério das Cidades ajustou os valores para as capitais e regiões metropolitanas do Brasil. Os 46 mil iniciais para as unidades de Belo Horizonte passaram para 65 mil, um aumento de quase 1/3. As unidades para a modalidade faixa I do programa, financiadas pelo fundo FAR, recebem subsídios integrais. Após produzidas, as unidades passam a integrar o FAR e são destinadas para seus beneficiários por via de sorteio organizado pelo município. Somente posteriormente são alienadas e transferidas aos seus beneficiários.

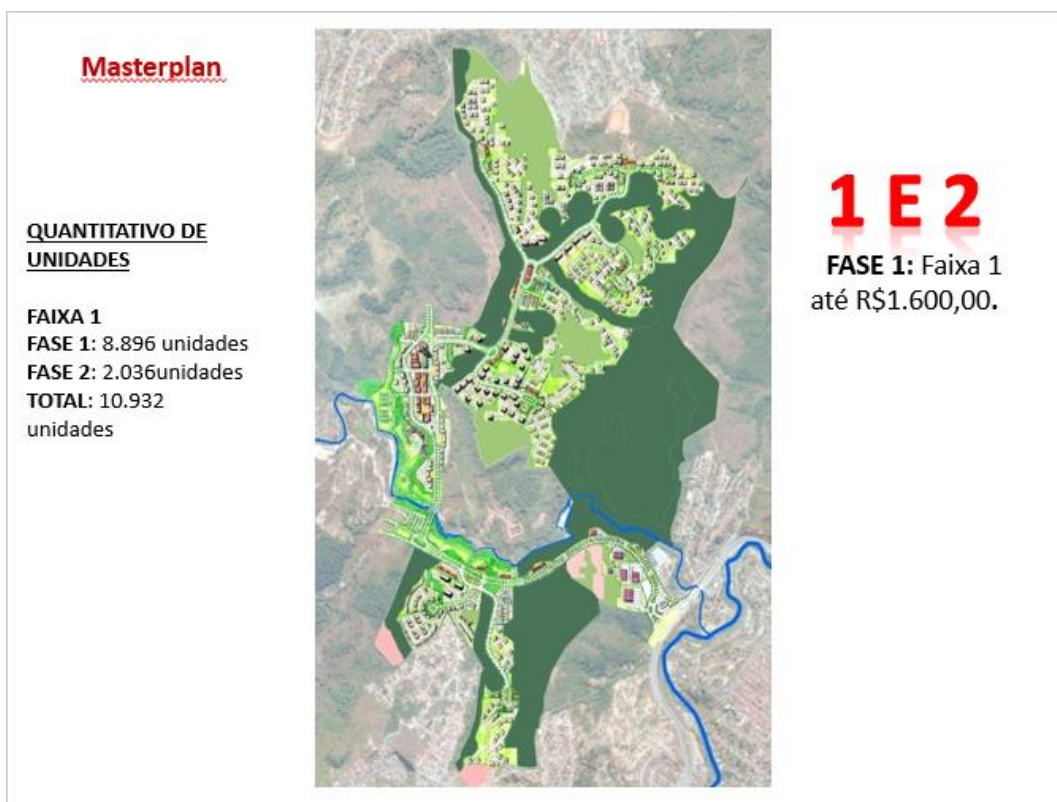


Figura 23 Apresentação do projeto da Direcional Engenharia para o empreendimento do MCMV Granja Weneck. Fase 1 e 2. Sendo que só a primeira é analisada aqui, única contratada e com recursos previstos.

As 8.896 mil unidades habitacionais possuem exatamente o mesmo padrão construtivo, a mesma planta básica e a mesma tipologia arquitetônica, apresentando um projeto habitacional extraordinariamente homogêneo. Todas as unidades habitacionais possuem dois quartos e 43,70 m² de área construída em prédios de entre quatro a nove pavimentos, sendo que o acesso a cada andar será por escadas. Os prédios serão implantados em platôs de forma que nunca será necessário subir a mais de cinco andares por escada, configurando quatro para baixo e cinco para cima, do ponto de acesso central. Serão áreas condominiais que abrigarão de 300 a 500 unidades, o máximo permitido pela legislação do programa, cada qual com um *playground*, um centro comunitário e um estacionamento para três unidades habitacionais.

No parcelamento do solo prevê-se também a destinação de onze áreas institucionais, para equipamentos coletivos públicos (escolas, posto de saúde, equipamento de segurança lazer). Estes foram elaborados pelo diagnóstico de demanda, estipulado obrigatoriamente pela legislação federal. E no licenciamento consta que figuraram na matriz de responsabilidade, assinada pelo poder público municipal. Ademais de sete áreas destinadas a grandes equipamentos comerciais e das áreas de proteção e o projeto viário.

A técnica construtiva utilizada é “parede de concreto. Trata-se de uma estrutura monolítica composta por paredes e lajes de concreto moldadas *in loco*, tendo embutidas as

instalações elétricas, hidráulicas e as esquadrias” (COPAM, 2014). Mas que proporcionam um enrijecimento da unidade residencial que se tornará imodificável pelo usuário, ademais de possuir sua qualidade térmica bastante questionável.

O programa Minha Casa Minha Vida outorga a racionalidade do capital privado o desenho e a elaboração da produção social do espaço destinado a promover o direito à habitação adequada e à cidade das famílias de baixa renda, fazendo segundo a lógica da qual provém sua especificidade, a de garantia do lucro, maximizando seus ganhos sobre a redução de seus custos, sem quase nenhum controle social por parte do interesse público.

Desta forma resultou um desenho de empreendimento radicalmente homogêneo, confrontando-se com as várias perspectivas de diversificação de necessidades habitacionais das famílias empobrecidas. Basicamente, pressupõe-se que todas as famílias deverão ter mesmo tamanho padrão de um casal com dois filhos. Não se considera a necessidade de áreas destinadas a iniciativas produtivas e os espaços públicos internos aos condomínios são claramente residuais, entre dezenas de outras questões e abordagens que aqui não se tem tempo de desenvolver.

Nesse sentido em que os movimentos sociais, junto às equipes técnicas formularam a crítica de que para este empreendimento em particular, estava se concretizando, por via do planejamento público da Prefeitura de Belo Horizonte e, inclusive, por parte da Urbel, empresa pública outrora reconhecida como marco no desenvolvimento de uma política habitacional original, um verdadeiro gueto socioterritorial, concentrando em uma única zona da cidade uma população sem-teto e em situação supostamente de vulnerabilidade, à revelia das especificidades de suas necessidades socioespaciais.⁵⁹

Lado outro, o empreendimento adquire relevância extremamente significativa do ponto de vista da manutenção da sustentação financeira da empresa Direcional Engenharia S.A. Em pesquisa realizada no site da Bovespa em 2014, no segmento denominado Novo Mercado, onde a empresa figura como capital aberto, tem-se que seus ativos gravitam entorno de 3.802.377.000 reais, mantendo em 2014 um lucro líquido de suas operações de 171.688 milhões de reais. E o valor global da obra gira entorno de quase 1 bilhão de reais, isto é, quase ¼ do valor total de todos os ativos da empresa. E se considerarmos que o lucro líquido da empresa neste empreendimento - de forma simplicista e arredondada - é ¼ do valor geral (cerca de 250 milhões de reais), perceberemos que ele corresponde a um valor maior que o lucro financeiro para o ano de 2014.

⁵⁹ Embora esta seja uma crítica direcionada a toda formulação do programa MCMV.

7.5 As ameaças de despejo e a rede #resisteizidora

O conflito sociofunditário da Izidora, dado as suas dimensões, foi responsável por sintetizar e condensar, após a abertura deste ciclo de lutas, desde as ocupações Camilo Torres e Dandara, a força social da rede de apoio que, obtendo os movimentos organizados de moradia no centro destes nós tecidos, estendiam-se por vários setores sociais de Belo Horizonte, entre os técnicos no meio universitário, até o singelo apoio solidário distante, localizado em todo o país e em alguns casos, ao redor do mundo.

Esta rede ampla, horizontal, às vezes gelatinosa e dispersa, foi a responsável por atribuir intensa visibilidade nacional para o conflito, constituindo, sem dúvida, em um dos fatores para a garantia de sua permanência até hoje, face a três momentos históricos que a reintegração de posse se aproximou de sua efetivação operacional por parte do Estado.

Tão logo as ocupações se estabeleceram liminares de reintegração de posse foram ordenadas. Neste caso, a Juíza Luzia Divina da 6ª Vara da Fazenda Municipal (a mesma que ordenou a reintegração de posse do caso da Eliana Silva) concentrou as quatro ações possessórias formuladas por distintos particulares e pela PBH.

Uma ação realizada pelo município de Belo Horizonte sobre três pequenas glebas públicas ocupadas pelas famílias da Rosa Leão; outra realizada pelo Sr. Paulo Henrique e outros, proprietários da fazenda Tamboril, restante da Rosa Leão. Uma terceira ação foi realizada pela Sra. Ângela Werneck, sobre parte de área ocupada pelas famílias da Esperança. E, por fim, a quarta ação ingressa pela Granja Werneck S.A, abrangendo sua propriedade ocupada pelas famílias da Esperança e Vitória. Ambas liminares estavam valendo desde o dia 30 de julho de 2013.

Posteriormente, já no ano de 2015, os advogados populares reunidos em torno do Coletivo Margarida Alves⁶⁰ de assessoria jurídica e popular, resumiam as ilegalidades e arbitrariedades cometidas no desenrolar processual das ações de reintegração de posse acima descritas, na forma de 31 pontos.

⁶⁰ Neste momento o Coletivo Margarida Alvas encontra-se estruturado envolvendo uma dezena de advogados populares e atuando em diversas causas em Minas Gerais, entre a defesa jurídica de várias ocupações urbanas, da população em situação de rua, em acampamentos rurais, em favor das pautas relacionadas as mulheres, entre outras causas, assumindo importância ainda maior neste ciclo de lutas, sobretudo diante de importante engajamento no processo judicial do caso Izidora.

Em síntese, os mais fundamentais, eram os que versavam sobre: os proprietários não exerciam a posse pregressa sobre os terrenos estando, portanto, inabilitados para requerer as reintegrações; há dúvidas a respeito de uma área no interior das glebas ocupadas que poderia ter sido desapropriada pelo município de Belo Horizonte, podendo ser, portanto, destinada à regularização; a Vara Municipal de Belo Horizonte é incompetente para julgar processos que se referem a áreas que se encontram em parte no município de Santa Luzia; a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais não foi apreciada pela Juíza Luzia Divina, sem que as razões para tanto fossem esclarecidas; e ainda com questionamentos a respeito da origem do título da propriedade privada da Granja Werneck, com base em sua cadeia dominial.

Dentro das 31 ilegalidades contavam também as 11 denunciadas publicamente pelo grupo de pesquisa Indisciplinar da EA da UFMG sobre o processo de elaboração da Operação Urbana do Isidoro, em sua segunda versão, dada pela Lei 10.705 de 2014⁶¹.

Ainda no mês de setembro de 2013, muito antes da nota acima esboçada, a PM-MG preparava ação de reintegração de posse na ocupação Rosa Leão, promovendo rondas táticas em seu território. Entende-se que um dos fatores para a não realização do despejo neste momento foi a Nota Técnica emitida pelo Defensor Público do Núcleo de Direitos Humanos da DP-MG que, de forma muito qualificada, apresentava um compêndio com as diretrizes nacionais e internacionais para realização de remoções forçadas, interpondo maiores responsabilidades técnicas e jurídicas sobre a prática da Polícia Militar.

O ofício requeria, especialmente com base no Relatório da Relatoria dos Direitos à Moradia Adequada da ONU sobre Mega Eventos, que se apresentasse de forma obrigatória à informação prévia aos envolvidos da operação; à sua realização a luz do dia e em boas condições climáticas e, sobretudo, que se realizem as precauções para que não se gerassem desabrigados, com o justo e devido reassentamento em condições iguais ou superiores para cada família. Ademais também de requerer o acompanhamento da comissão tripartite instituída pela Lei Estadual n. 13.604/2000 que determina o acompanhamento para processos de reintegração de posse, de um membro designado do poder legislativo, executivo e judiciário, dispositivo de lei instituída à época pelo governo Itamar Franco (PMDB 1999-2003).

Meses depois de emitir tal recomendação, o Defensor Público responsável por redigi-lo foi transferido do núcleo de Direitos Humanos, para um núcleo de direito civil comum dentro da Defensoria Pública, deixando de atuar em favor das famílias envolvidas em conflitos

⁶¹ A fundamental delas é a distorção proporcionada pela lei ao dispositivo da operação urbana ao conceber a contrapartida pública por parte do privado o próprio desenvolvimento do empreendimento do MCMV - Granja Werneck por se tratar este de um projeto de habitação social.

fundiários urbanos. Embora não se possa afirmar que a motivação para o seu deslocamento tenha sido política, é notável a coincidência com o caso do Izidora.

Nesse ínterim, ao final do ano de 2013, o nascimento das ocupações em maio, junho, julho, sem se esquecer do ato de ocupação do prédio da Prefeitura de Belo Horizonte (com participação da Rosa Leão), demarca-se a existência do ato político chamado de I Marcha das Ocupações em direção à Cidade Administrativa (BIZZOTTO, 2015). Nesta participaram as ocupações da Izidora e mais outras ameaçadas de despejo na RMBH, como Willian Rosa e Guarani Kaiowá. O compromisso assumido foi, além de instalar uma mesa de negociação para tratar dos conflitos, agendar reunião com a pessoa do Governador do Estado à época, Antônio Anastasia (PSDB) (BIZZOTTO, 2015).

Sob o protagonismo destas lutas do Izidora encontravam-se o Fórum de ocupações e movimentos que se conformou entorno deste território, formado pelas Brigadas Populares, o MLB, a CPT e representantes das famílias das três ocupações, ademais de forma menos assídua, outras entidades apoiadoras e movimentos sociais. Este fórum continua até hoje, articulando as atividades públicas e a intermediação face o Estado, junto às três ocupações. Ademais do que se articulou, em diferentes momentos, com outras ocupações e movimentos sociais, como a Willian Rosa, articulada organicamente ao movimento Luta Popular que, por sua vez, carrega relações com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e a central sindical CSP-Conlutas.

As ocupações do Izidora já nutriam certa visibilidade pública em Belo Horizonte, iniciando o processo de conformação de sua rede de apoio que explode nos anos seguintes. Destaca-se o papel de um movimento social que havia surgido em 2013, durante o processo da ocupação da Câmara de Vereados, o chamado “Esquerda Festiva”⁶² que, morando os três ou quatro primeiros meses na Rosa Leão, constituiu, através das redes sociais virtuais, uma narrativa cotidiana do seu desenvolvimento, antes mesmo da chega dos outros movimentos sociais que atuaram mais sistematicamente nos três assentamentos - Bp’s, MLB, CPT (BIZZOTTO, 2015).

⁶² Grupo de jovens que não se enquadram dentro da tradição dos movimentos sociais de influência marxista e leninista, mas unidos pelo desejo de realizar o ativismo social, se conformavam enquanto o grupo que também via na festa uma forma de atuação política. Além de organizarem encontros culturais e festas diversas, moraram durante alguns meses na ocupação Rosa Leão e com a utilização das redes sociais e da ferramenta de transmissão ao vivo pela internet do cotidiano da ocupação, contribuíram para sua visibilidade política. Contudo, com atuação bastante limitada no que diz a conformação deste ciclo de lutas e seus resultados, tenho atuado somente nesse momento de constituição da ocupação Rosa Leão.

No fim de 2013, outro grande ato público foi realizado, com a 1ª Marcha das três ocupações até o centro da cidade, durante mais de 22 km, desde a Vitória, Esperança e Rosa Leão. Ações como essa, costumam escancarar a força social despendida pelas famílias na conquista e construção destes territórios, geralmente arrebatando a opinião pública e adquirindo intensa e positiva visibilidade midiática. Até o senso médio, inclinado à criminalização, questiona-se: “porque famílias pobres estão caminhando tanto? Sua causa deve ser legítima!”

Ressalta-se que esta foi a receita de prática sociopolítica retomada pela ocupação Dandara, neste ciclo de lutas urbanas, em meio ao marasmo social e político que a cidade se mantinha diante da hegemonia petista de tratamento institucionalizado dos conflitos, desde 1996 até 2008, quando iniciam as ocupações urbanas horizontais na cidade.



Figura 24 Peça de convocação para a 2ª marcha da Izidora até o centro de Belo Horizonte, realizada em 02 de Julho de 2015, com imagens da primeira. Fonte: Rede Resiste Izidora, 2015

A reunião com o Governador de Minas Gerais se realizou, no dia 2 de dezembro de 2013, junto com os movimentos sociais e os representantes das famílias das ocupações Izidora e Willian Rosa. O resultado formal foi a instalação de uma mesa de negociação que foi presidida pelo Secretário de Defesa Social da época, Rômulo Ferraz, com participação de outra série de instituições, como a Defensoria, o Ministério Público e, às vezes, o Governo Federal e, raramente, a Prefeitura de Belo Horizonte.

Estas reuniões se transcorreram até meados de 2014, quando oficialmente o Secretário de governo supracitado deu por encerrada as tratativas por uma saída negociada, dado que a Prefeitura de Belo Horizonte, ator fundamental para qualquer negociação que envolva a efetivação da política urbana e habitacional, não estava disposta a transigir e realizar uma composição de interesses.

Entretanto, os movimentos sociais envolvidos na defesa das ocupações do Izidora (CPT, Brigadas Populares e MLB) analisaram esse processo posteriormente de forma positiva. Neste

período, embora não tenha sido delineada nenhuma solução factível e definitiva para o conflito sociofunditário, não houve também, nenhuma tentativa ou ameaça de despejo das ocupações, garantindo o tempo necessário para o desenvolvimento de seus espaços e ambientes construídos internos (FREITAS, 2016).

Mais uma vez, eram criadas as condições a partir da obstrução da ação do Estado (no sentido do despejo), para o desenvolvimento urbano desses territórios populares urbanos para a garantia e conquista do direito à moradia e à cidade, a partir da autonomia forçada da autoconstrução sobre terras ocupadas. Evidentemente, se ainda em 2014 o Estado, principalmente a PBH, houvesse se inclinado a uma solução negociada, o conflito não atingiria a intensidade que assumiu anos depois.

Os movimentos sociais, por sua vez, analisaram que não interessava ao arranjo de poder sobre o controle do Governo do Estado de Minas Gerais a realização do despejo. Embora o projeto de governo do PSDB fosse o da classe dominante, alicerçado entre outras estratégias, na acumulação advinda da renda da terra e da mais valia gerada nos grandes projetos urbanos (vide Vetor Norte), não lhe parecia favorável contribuir para criar as condições para o que poderia figurar como o maior empreendimento habitacional popular da RMBH, edificado e oportunizado pela política habitacional do Partido que é seu adversário histórico – Partido dos Trabalhadores – que, naquele ano, concorreria tanto ao Governo do Estado, como ao Governo Federal.

Sobretudo porque recairia sobre as administrações do PSDB que governaram o Estado de Minas por mais de 12 anos (2003 – 2014) a crítica de não terem produzido nenhuma habitação social na RMBH, maior região metropolitana de Minas Gerais, através de seu programa, o Lares Gerais⁶³. Ademais de que sobre ele recairia também a responsabilidade política e administrativa de uma operação que poderia culminar em graves violações de direitos, dada sua escala.

O contexto histórico e social da segunda tentativa de reintegração de posse foi o que se sucedeu a partir de julho de 2014. Importante modificação no poder institucional neste período, é a saída do Governador Antônio Anastasia, obedecendo a exigência de abstenção de cargos públicos para se candidatar a senador, para a eleição de 2014. Assume então o vice Alberto Pinto Coelho, figura que para as eleições deste contexto, não concorria a nenhum cargo público,

⁶³ Lares Gerais foi programa de produção habitacional popular dos consecutivos governos do PSDB no Estado de Minas Gerais, mas que se limitou o seu financiamento e produção em municípios do interior, onde, evidentemente, o problema é quantitativamente menos grave, uma vez que não há, entre outros motivos, entraves tão fortes ao acesso à terra como nos tecidos urbanos pautados fundamentalmente pela especulação imobiliária.

ou seja, estando em condições mais favoráveis de autorizar o despejo, por não responder a nenhum ônus político com isso.

Realizava-se no Brasil, em doze cidades-sedes, entre elas Belo Horizonte, o megaevento Copa do Mundo, com críticas tradicionais (por partes dos movimentos sociais) para a militarização das relações urbanas que promovia, por via de maior investimento por parte do Estado, como justificativa para garantia da segurança pública em um evento internacional.

Em Belo Horizonte isso ficou muito evidente em vários conflitos que se desataram no centro da cidade, com os movimentos sociais das cidades sendo obstruídos em seu direito à livre manifestação política, com uso ostensivo e descomunal do aparato militar de segurança, efetivando, entre outras técnicas, a do envelopamento, sufocando as manifestações com cercos policiais onde a saída e entrada de indivíduos é controlada.

Atualizando a crítica desse rebatimento das implicações do *modus operandi* internacional de realização dos megaeventos nas cidades-sedes brasileiras, como um legado perverso, menos de um mês depois do fim da Copa do Mundo e aproveitando-se do aparato militar reunido na capital para lhe dar suporte, a operação de despejo das ocupações da Izidora foi remarcada para o dia 13 de agosto de 2014.

Isto é, a militarização da cidade e de seus conflitos socioeconômicos e políticos agravados com os preparativos do megaevento Copa do Mundo é estendida aos tratamentos dos conflitos entorno da questão do direito à moradia e das ocupações urbanas, aproveitando-se do aparato militar reunido para a segurança da Copa, para realizar a megaoperação de reintegração de posse das ocupações do Izidora. Segundo informações de reportagem do Jornal o Tempo, 1.400 policias militares estavam sendo preparados para tanto.

Na madrugada do dia 12 para o 13 de agosto, com toda a operação montada e localizada próxima ao território do Izidora, configurando o que seria, sem dúvida, a maior operação policial militar de reintegração de posse da história do Estado de Minas Gerais, seja no campo ou na cidade, equiparando-se à escala do evento ocorrido em janeiro de 2012, no Pinheirinho, em São José dos Campos-SP, advém liminar de juiz da Vara da Infância e Juventude suspendendo a operação, motivada por ação do Ministério Público, por razões óbvias: é preciso criar as condições para que em meio à prática do despejo os direitos das crianças e adolescentes envolvidos sejam salvaguardados.

No mesmo dia, a decisão que suspendia a ação de despejo por parte da Vara da Infância e Juventude é derrubada, por decisão da Desembargadora Selma Marques. Contudo, a operação militar já havia sido desmobilizada e o despejo não ocorreu. A Desembargadora suspendeu a

decisão da Vara da Infância e Juventude sob o argumento que ela não possuía poderes para suspender ação de instância equivalente à da Vara da Fazenda Pública Municipal (ambas de 1ª Instância), presidida pela Dra. Luzia Divina.

Embora o argumento processual da Desembargadora Selma Marques pudesse estar correto, o que assumiu a centralidade da disputa do conflito, ao menos para a opinião pública próxima à rede *#resisteizidora*, era o mérito colocado, o Estado pode desenvolver uma operação forçada de remoção à revelia do cuidado com as crianças e adolescentes afetados, ademais de outros sujeitos sociais e seus direitos envolvidos? O resultado foi uma campanha nas redes sociais de retaliação à Desembargadora e sua decisão compreendida como leviana, parcial e inclinada à consumação dos interesses do Estado e do Capital.

Nestes dias, já haviam sido convocadas reuniões de apoiadores das três ocupações pelos movimentos sociais, quando explode a criação da rede *#resisteizidora*, articulada a partir de encontros presenciais, durante o turno da noite, na Faculdade de Direito da UFMG, chegando a reunir até 600 pessoas, mas que se estendia para muito além, nas redes sociais, conformando um campo amplíssimo de cidadãos dispersos geograficamente pelo Brasil.

A rede se uniu com o objetivo fundamental de garantir democracia e justiça urbanas, contra a arbitrariedade de uma remoção com uso de violência, na defesa da permanência dos territórios e/ou por uma negociação entre moradores, movimentos sociais e o Estado, para um processo de reintegração que fosse condicionado à apresentação de uma alternativa de moradia adequada às famílias.

São inúmeras as ações da rede *#resisteizidora*, desde este período até os dias atuais, uma vez que o conflito sociofunditário segue em curso. Sobressalta-se a forma de ativismo e ação sociopolítica da rede em que as decisões e a execução das atividades não passam por um centro irradiador, mas por múltiplos e desfocados lugares de ação, potencializando exponencialmente o seu alcance.

Desde a campanha que garantiu o nome da rede, quando milhares de pessoas registravam fotos pessoais com os dizeres *#resisteizidora* e publicavam em seus perfis nas redes virtuais. Até um manifesto de intelectuais que possuiu mais de 400 assinaturas, incluindo nomes como David Harvey, Raquel Rolnik, Nancy Franzer, Boaventura de Souza Santos, Eduardo Viveiros de Castro, entre outros (INSTITUTO POLIS, 2014)⁶⁴. Entre centenas de shows, peças de

⁶⁴ Disponível em: <<http://polis.org.br/noticias/manifesto-de-docentes-em-solidariedade-as-ocupacoes-do-isidoro/>>.

teatro, apresentações culturais diversas que foram realizadas promovendo algum ato de solidariedade à causa.

O alcance da visibilidade promovida pela rede levou o conflito da Izidora para outro patamar, aumentando em muito o chamado ônus político do despejo, para além dos obstáculos materiais de realização de uma operação desta envergadura. O que, por sua vez, contrabalanceou, por parte de setores da sociedade civil e de sua influência sociopolítica, a medida de poder que a escala do empreendimento do MCMV- Granja Werneck e a Operação Urbana do Isidoro impunham.



Figura 25 Uma das peças visuais de propaganda produzida pela rede de apoio, enfatizando as crianças da ocupação em função do contexto da decisão judicial que as ignorava. Fonte: Indisciplinar, 2014

Repetiu-se aqui, porém em uma escala muito mais ampliada, o que aconteceu no ano de 2011, com a ocupação Dandara, e ainda em menor mediada, com a Eliana Silva, além de todas as outras experiências organizadas deste ciclo de lutas, como a Guarani Kaiowá, Willian Rosa, entre outras, que possuíam maior investimento dos movimentos sociais no fomento da visibilidade e na construção dos nós necessários à sustentação das redes de apoio e solidariedade.

No contexto da Dandara, talvez mais significativo, esboçou-se a conformação de uma rede ampla que através de atos simbólicos, culturais e políticos - marchas até o centro, abraço solidário, shows e apresentações culturais e a campanha internacional nas redes sociais - foi

capaz de dobrar a ameaça de despejo, extirpando-a durante um período relevante, até a conquista judicial definitiva (até o presente momento).

A rede do *#resisteizidora* alcançou a escala proporcional ao tamanho de seu conflito. No caso da Ocupação Dandara, tinha-se o conflito entre o arco de alianças em prol das famílias ocupantes, com o movimento social organizado e seus apoiadores, contra o proprietário do terreno, a Construtora Modelo que é, por sua vez, empresa do ramo imobiliário regional, relevante para o contexto de Belo Horizonte e Região Metropolitana, ou seja, não é financeirizada e/ou com abrangência e atuação nacional.

Nesse sentido, seu poder de influência mostrava-se relevante diante das instituições do Estado (poder judiciário, poder executivo municipal e estadual, etc.), mas não era determinante e/ou definitivos, em um grau de imbricação ainda maior, como se dá em relação ao empreendimento da Granja Werneck da Direcional Engenharia, que é realizado por meio de política pública federal, o Minha Casa Minha Vida, sendo ainda carro-chefe de operação urbana bilionária, articulada em âmbito do planejamento urbano municipal.

A terceira tentativa de reintegração de posse que sobressaiu diante das três ocupações da Izidora – Rosa Leão, Esperança e Vitória – se deu em contexto relativamente distinto. Foi aquele ocorrido partir do ano de 2015, com a eleição para o Governo do Estado de Minas do ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, pelo Partido dos Trabalhadores, em uma coligação envolvendo outros partidos.

Durante o segundo semestre de 2014, os movimentos sociais organizados realizaram a campanha *#DespejoZero*, no bojo da projeção pública que a questão da tentativa do despejo do Izidora havia alcançado, com sua contrapartida na mobilização da sociedade civil, conformando-se a rede já tratada. A campanha *#despejozero* baseou-se na produção de materiais visuais com textos, manifestos e também em atos públicos com inclinação radicalizada de trancamentos de vias de circulação de automóveis em diferentes pontos da RMBH.

Esta campanha obteve rebatimentos evidentes no processo eleitoral em Minas Gerais, uma vez que o então candidato Fernando Pimentel assume publicamente que não autorizaria operação de reintegração de posse se não fossem precedidas por processos de mediação para a composição de interesse entre as partes e/ou o estabelecimento de alternativas de moradia. E assim sinaliza quando inicia a gestão de seu governo no poder executivo estadual autorizando a criação do que ficou formulado como a Mesa Estadual de Negociação e Diálogo com as ocupações urbanas e rurais, por via do Decreto Estadual 203/15.

Não cabe aqui avaliar a efetividade da citada Mesa para o cumprimento da pauta do *#despejzero* em Minas Gerais. Os movimentos sociais não nutriram ilusões quanto ao fato de que sua criação somente modificaria o patamar da pressão social e política, concentrando-o em um espaço institucional formalizado pelo Estado. Cabe somente descrever que a segunda tentativa de remoção aconteceu após o estabelecimento de um impasse na mediação do conflito sociofunditário do Izidora.

No transcurso da mesa de negociação, a proposta formulada pelo Estado foi muito reveladora de seu pacto e dependência em relação ao capital, mantendo-se fiel aos seus interesses e perspectivas. A proposta apresentada não permitia nenhuma alteração no empreendimento, que deveria ser integralmente preservado, sempre ancorado na falsa argumentação de que não havia possibilidades técnicas de modificação de seu projeto que estava em tramitação nos procedimentos de licenciamento.

A mediação sobre a necessidade de moradia das famílias se daria com a permissão recebida através da portaria do Ministério das Cidades apresentando que até 47% das unidades de determinados empreendimentos fossem destinadas para famílias oriundas de conflitos funditários urbanos (Portaria 595/2013). Desta forma, o Estado, através da Mesa Estadual de Negociação e Diálogo, exigia que as três ocupações se retirassem para que, cadastradas, as famílias que se enquadrassem nos critérios federais do programa, tivessem direito a uma unidade habitacional produzida no empreendimento Granja Werneck.

O Fórum instituído na luta da Izidora, composto por membros das Brigadas Populares, do MLB, da CPT e representantes das famílias das três ocupações, ademais de algumas equipes técnicas de apoio, formadas por membros das universidades UFMG, PUC-Minas e UNA, encontrou e interpôs um conjunto de questões a essas propostas. As mais significativas eram: muitas famílias ocupantes, pobres e vulneráveis, seriam excluídas dos critérios federais extremamente restritos para acesso ao programa - basicamente o corte do teto de R\$ 1.600,00 de renda familiar – critérios esses criados por uma concepção de tratamento neoliberal e focalizada da pobreza. Foi questionada também a questão da homogeneidade da unidade habitacional congelada em uma única planta baixa de dois quartos, sala, cozinha, refratária ao acolhimento das necessidades socioespaciais múltiplas (famílias com mais de dois filhos, ampliadas, sem contar a questão produtiva, etc.).

Como solução intermediária, o Fórum acima descrito transigiu, aceitando a proposta, desde que as seguintes condicionantes fossem aceitas: 1. Remoção por etapas das ocupações Esperança e Vitória, integralmente situadas na área do empreendimento. 2. Cadastro prévio à

retirada das primeiras famílias. 3. Regularização plena da Rosa Leão, integralmente fora da área do empreendimento. Deste modo, aceitava-se a remoção integral da Esperança e Vitória, com a destruição de cerca de 2.300 unidades habitacionais⁶⁵ construídas e em processo de construção, desde que se conservasse e regularizasse a Rosa Leão e houvesse garantia e transparência no processo de cadastramento e escolha das famílias contempladas.

O Estado chegou a sinalizar a aceitação da terceira condição - regularização da Rosa Leão -, mas não aparentou transigir quanto a duas primeiras, interpondo o impasse que levou à segunda tentativa de remoção. Ressalta-se que referimos ao Estado como um todo, porém havia diferenças de concepções entre o grupo que controlava a Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo do Estado. Entedia-se que as maiores resistências para o acordo tal como foi posto acima advinham do poder público municipal.

No dia 17 de Junho de 2015, a Polícia Militar comunica os moradores sobre a reunião de preparação para realizar a reintegração de posse⁶⁶. Um dia depois, instaura-se nova marcha rumo à Cidade Administrativa, com as famílias das três ocupações caminhando a pé. Em meio da Linha Verde, são interrompidas pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar e alvejados com diversas armas de baixa letalidade, resultando no final com centenas de feridos e dezenas de presos (DOSSIÊ MARGARIDA ALVES, 2015)⁶⁷.

Provavelmente em função da intensidade que o conflito adquiriu neste dia, nova rodada de negociação foi realizada, com sinalização por parte dos movimentos sociais de aceitação da proposta de acordo tal como colocada pelo Estado. Nesse contexto, a Defensoria Pública de União, realiza denúncia à ONU, através da modalidade URGENT APPEAL, endereçando à diretamente à relatora do direito à moradia adequada das Nações Unidas, Leilane Farha, contribuindo para a visibilidade internacional do conflito. A ONU responde e exige declarações e justificativas do Governo do Estado de Minas sobre o conflito e a possibilidade que ele deságue em violações de direitos.

No bojo desse processo, o coletivo Margarida Alves de Advocacia Popular conquista decisão inédita para este ciclo de lutas pela reforma urbana, obtendo decisão por parte Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Og Fernandes, de que a Polícia Militar de Minas Gerais estaria inapta a realizar a remoção forçada das milhares de famílias das três ocupações da

⁶⁵ Número calculado por metodologia de contagem de unidades a partir de fotos aéreas realizado pelo Escritório de Integração da PUC Minas.

⁶⁶ Ofício 43.3/2015 – P3 CPE – Polícia Militar de Minas Gerais. Disponível em: <<https://pensaracidade.files.wordpress.com/2015/06/izidoro.jpg>>.

⁶⁷ Disponível em: <<http://coletivomargarida.blogspot.com.br/2015/06/relatorio-sobre-as-agressoes.html>>.

Izidora, sem violar irreversivelmente seus direitos fundamentais, suspendendo, desse modo, a autorização judicial para o despejo.

Em texto que transborda sensibilidade democrática e inclinação constitucionalista, estabelecendo os direitos sociais e fundamentais acima do direito à propriedade privada, o Ministro chega a proferir que “nenhuma decisão judicial vale mais que uma vida”. Com esta decisão, o despejo está mantido suspenso até os dias de encerramento desta descrição. Seguramente, esta foi uma das decisões jurídicas mais importantes para este ciclo de lutas por reforma urbana, garantindo a permanência até o momento de milhares de famílias e suspendendo uma operação que, seguramente, seria traumática para todos os envolvidos.

A decisão também proporcionou rebatimentos sobre outros processos judiciais de reintegração de posse em escalas semelhantes no Brasil, como o caso da Vila Soma, em Sumaré, SP que, em 2016, após ação civil pública movida pela Defensoria, um Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o seu despejo com base em precedente aberto pela decisão do Ministro Og Fernandes, salvaguardando o direito de cerca de 10 mil famílias.

A possibilidade de acordo entre as partes se mantém ainda no mesmo impasse, com maior sinal de intransigência por parte do Estado do que por parte dos movimentos. No final do ano de 2015, as famílias realizaram nova marcha à Cidade Administrativa para entregarem documento do Acordo redigido, contemplando aqueles três pontos esboçados, esperando somente a assinatura das outras partes. Até junho de 2016, o Governo do Estado, através da Mesa de Negociação e Diálogo, não havia ainda respondido a esta última iniciativa da parte dos movimentos sociais.

8. Ocupação Vila Pomar do Cafezal

A Vila Pomar do Cafezal constitui-se como mais uma ocupação urbana deste ciclo de lutas por se consolidou e resistiu à ameaça de despejo a partir da articulação com a rede de atores sociais e coletivos que defendem as ocupações, passando pelos movimentos sociais organizados, como as Brigadas Populares, o coletivo de assessoria técnica Arquitetos Sem Fronteiras, CPT, Defensoria Pública e Ministério Público e apoios sociais e solidários mais dispersos, como estudantes, técnicos e outros.

Iniciou-se como um processo espontâneo e tradicional de expansão de favelas, cenário corriqueiro em meio à metrópole capitalista que poucas alternativas de moradia oferece à pobreza que não seja a autoconstrução em áreas residuais da cidade. Processo que voltou a recobrar projeção a partir do esvaziamento das políticas municipais e federais de habitação e

com o encarecimento e a especulação dos preços praticados, inclusive, pelo mercado imobiliário informal da favela, sobretudo após as seguidas intervenções estruturais que, para o contexto local, começou ainda em 2005, com o Vila Viva.

As famílias dispersas e ainda sem um sentido comum, agindo individualmente, começaram a ocupar ladeira de um terreno abandonado na fronteira da Vila Cafezal, uma das sete vilas do maior aglomerado de favelas de Belo Horizonte, o Aglomerado da Serra, na zona Centro-Sul da capital (DE SOUZA, 2016). Mesmo em 2012, ano em que se inicia o processo espontâneo de ocupação, essa forma de produção da cidade, por via da expansão do tecido das favelas, continua a perseverar em Belo Horizonte como uma de suas principais alternativas de moradia aos sujeitos sociais empobrecidos⁶⁸.

As famílias se propõem a edificar suas unidades habitacionais em área de forte declividade, onde a autoconstrução é mais penosa e onerosa, pois o transporte dos materiais é mais difícil, as fundações têm que ser maiores e mais seguras entre outros fatores. Contudo, repete-se o padrão espacial e construtivo histórico para o contexto local. As outras dezenas de milhares de unidades habitacionais do Aglomerado da Serra foram edificadas sobre um mesmo padrão geotécnico e, para esse padrão, certa cultura material e de tradição construtiva de produção habitacional foi acumulada, testada e praticada à exaustão.

Observa-se que segundo a racionalidade das famílias sem-teto, todo esse investimento ainda lhes é superior ao ônus em que sua economia doméstica é submetida com o pagamento dos altos preços de aluguel em territórios populares inflacionados, ou ainda, diante da submissão moral em que são constrangidos ao coabitar de favor em outras residências de parentes, amigos, empregadores, etc.

Contudo, no ano de 2013, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Urbel, junto com a Defesa Civil (Governo do Estado), visita o local, caracterizado também como Beco Sustenido da Vila Cafezal, exigindo a saída e a demolição das cerca de 70 famílias que residiam em barracões edificadas em alvenaria, muitos com mais de um cômodo, outros com um arquétipo de residência completa, com sala, cozinha, banheiro e quartos, mas a maioria ainda no barracão embrião-abrigo multifuncional.

⁶⁸ Em 2014 surge no mesmo Aglomerado da Serra, em local muito próximo à Vila Pomar do Cafezal, a ocupação nomeada de Nelson Mandela. Esta se deu com cerca de 60 famílias em área verde de proteção de leito d'água, gerada pela Prefeitura de Belo Horizonte, após intervenção estrutural na Vila. Embora fosse área inadequada à consolidação da comunidade, as famílias não suportando mais o peso do aluguel em seu orçamento familiar, persistiram na ocupação. O desfecho deste conflito, com a Prefeitura exigindo a retirada das famílias, só ocorreu com a intervenção do Governo do Estado que, a partir de 2015, iniciou a Mesa de Diálogo e Negociação e contemplou as famílias com um subsídio de 500 reais mensais (Bolsa Aluguel), como alternativa à ocupação instalada em área verde. Trata-se de um exemplo que não entrou na descrição deste trabalho.

A alegação da Prefeitura advinha de laudo geotécnico assinado por um geólogo e engenheiro, quadros técnicos da Urbel, que atestava supostamente o alto risco de deslizamento geológico para o local, indicando a necessidade da remoção integral das famílias (PROCURADORIA DO MUNICIPIO, 2013⁶⁹). Contudo, desde o primeiro contato, a Prefeitura não lhes apresentou alternativa de destino que não fosse o alojamento provisório em um de seus abrigos destinados à população migrante e em situação de rua da cidade. Os moradores não aceitaram e iniciaram o processo de desobediência civil, resistindo à exigência de deslocamento, mantendo-se no local.

A Prefeitura, portanto, ingressa com ação judicial requerendo autorização para o apoio da Polícia Militar para a demolição dos barracos e unidades residenciais. Alega na petição inicial que pelo princípio da precaução, com base no poder-dever do município para exercer cautela e garantir a proteção à vida de seus munícipes, fica legitimada o uso da força para retirar os moradores de área comprovadamente de risco incontornável (PROCURADORIA DO MUNICIPIO, 2013).

Mas, ao mesmo tempo, omite na ação judicial o fato do porquê não efetiva sobre estas famílias a sua própria política pública, qual seja, o Programa de Erradicação de Áreas de Risco (PEAR)⁷⁰ o qual estabelece que famílias pobres, moradoras de áreas de risco e submetidas à remoção incontornável por medidas técnicas mitigatórias e localizadas têm direito ao reassentamento definitivo em empreendimentos de habitação popular realizados pela URBEL, ou então, por via de indenização, para a compra monitorada de outra unidade.

Na mesma petição, alega de forma genérica: “Ressalta-se que as construções são irregulares e os imóveis estão localizados em área de domínio público e privado, o que impossibilitaria qualquer tipo de indenização por parte do Município, ou a inclusão em programas habitacionais” (PROCURADORIA DO MUNICIPIO, 2013). Ora, os munícipes só possuem duas opções: ou residem em áreas privadas ou públicas, não constando essa justificativa ambígua em nenhum programa habitacional, como critério de exclusão.

Mas como pano de fundo, tem-se o argumento defendido aqui, com as mudanças nos rumos do planejamento e gestão do poder local em Belo Horizonte, com a ascensão de projeto

⁶⁹ Informação disponível na petição inicial da ação demolitória movida pela Prefeitura contra os moradores. Ação judicial de Nº 0230170-08.2013

⁷⁰ Programa criado, evidentemente, no período de inovação na política habitacional municipal, aberto na gestão de 93-96, quando o empoderamento popular avançou nas políticas garantidoras de direitos. Embora sobre ele sempre recaiu a crítica de que contribuí para remover a pobreza para outros municípios da Região Metropolitana, uma vez que a família contemplada com o baixo valor pago como indenização só consegue adquirir outra unidade residencial em municípios distantes.

nitidamente neoliberal, inclusive interpondo Coronel reformado da PM em cargo chefe do órgão executor da política habitacional - a Urbel, empresa executora do PEAR - desvirtuando por completo o sentido originário das políticas garantidoras de direitos, tornando-as restritivas e quase inacessíveis. Neste caso, inclusive a política de monitoramento e tratamento das áreas de risco, como o PEAR.

Esse entendimento aguça-se quando apresenta ainda o argumento da Comissão de Moradores que passou a atuar política e coletivamente para a defesa de seu território, qual seja, que parte do terreno por eles ocupados, terreno sobre o qual se expandia a comunidade, pertencia a uma grande empresa privada, com ligações com a Prefeitura, a Fayal Empreendimentos, terreno esse onde, inclusive, pretendia-se edificar grande empreendimento voltado ao comércio popular na favela (DE SOUZA, 2016).

As Brigadas Populares são acionadas e passam a dar publicidade às ameaças de despejo injusta em função da ausência de alternativas de moradia postas pelo poder público, realizando o trabalho convencional de mobilização dos moradores. Estes chegam, inclusive, a participar do ato de ocupação do edifício-sede da Prefeitura, já narrado, no contexto das *Jornadas de Junho* de 2013 e ali também conquistam acordo que obrigava a Urbel a lhes apresentar alguma alternativa de moradia minimamente condigna, isto é, superior aos abrigos já apresentados. Com esta ação, mais apoios técnicos e sociais se aproximam da Comissão Local dos moradores, potencializando sua tática e luta pela permanência, em busca da efetivação de sua reivindicação ideal: permanecer em seu território autoconstruído.

Mas a ameaça de remoção e demolição das residências dos moradores se interrompe, somente quando, apoiados por técnico em geologia experiente e independente, realizando trabalho voluntário⁷¹, analisa o quadro da situação geotécnica posta e emite laudo desmontando os argumentos da Prefeitura de Belo Horizonte e concluindo sobre a possibilidade de permanência dos moradores em função do baixo grau de risco de deslizamento da encosta sobre a qual estão colocados (BRUNETTI, 2013). O Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública de Minas Gerais, munido desse novo laudo, recorre à decisão e logra suspender em 2ª Instância a ação demolitória que havia sido autorizada. As contribuições técnicas, engajadas e politizadas, tanto do geólogo como da Defensoria Pública, foram decisivas para a permanência dos moradores.

⁷¹ O Geólogo é Gilvan Brunetti mobilizado para contribuir com o processo dos moradores da Vila pela Comissão Pastoral da Terra. O técnico contribuiu também com outros processos semelhantes com a elaboração de contra laudos sobre a situação geológica de comunidades autoconstruídas em face de ameaças de remoções por parte do poder público.

Posteriormente, já no ano de 2014, a Comissão Local dos moradores passa a ser assessorada pelos Arquitetos Sem Fronteiras (ASF) e pela professora Margarete Leta da UFMG, que torna objetivo de uma de suas disciplinas – Assentamentos Precários – do curso de Urbanismo da UFMG, o acompanhamento prático por parte dos alunos da situação da Vila, visando o desenvolvimento de alternativas técnicas de baixo custo e impacto, para minimização da possibilidade de deslizamento da encosta.

E a partir de ideia concebida pela Comissão de Moradores da Vila, iniciam trabalho conjunto entre os moradores, a entidade Arquiteto Sem Fronteiras e os alunos da disciplina, entre outros apoiadores, de desenvolvimento do plantio e cultivo de um pomar de árvores frutíferas, público e aberto à população do Aglomerado da Serra, para também, além do desfrute desse benefício coletivo, servir com técnica alternativa de fixação do solo da encosta, obstruindo e dificultando o deslocamento de seus sedimentos.

Inicia-se então uma série de atividades coletivas nos finais de semana, com a recepção de visitantes, participação do alunado, professores, militantes dos movimentos sociais e moradores, para o plantio das mudas recebidas e cultivadas e para pequenas intervenções em obras para disciplinar e tratar os cursos d'água emergentes das chuvas, período de maior ameaça de risco geológico. Após quase dois anos de iniciadas as atividades, este território contendo cerca de 70 famílias, acabou assumindo a identidade e se autodenominando de Vila Pomar do Cafezal.

A ameaça de remoção forçada não existe mais devido a uma ordem judicial. A Procuradoria do município perdeu todos os recursos disponíveis. Mas a Urbel e a Defesa Civil continuam prolatando, inclusive através de veículos de imprensa de massa, que há permanente ameaça de deslizamento da encosta no local. Os técnicos sociais alinhados com a perspectiva de permanência dos moradores defendem que com as intervenções pontuais e o acompanhamento permanente é possível mitigar e contornar o risco.

Apesar da Vila Pomar do Cafezal se constituir de forma espontânea e com características espaciais do contexto em que estava inserida, isto é, a de uma favela, diferentemente da maioria dos outros assentamentos aqui discutidos e que se assemelharam a loteamentos unifamiliares, foi a partir do profícuo envolvimento de seus moradores, através de sua comissão local, com a rede dos atores sociais e coletivos estruturados a partir deste ciclo de lutas sociais que este território conseguiu criar ações necessárias para sua resistência e permanência, garantindo o direito à moradia e à cidade para centenas de famílias.

9. Ocupação Willian Rosa

A ocupação Willian Rosa é a segunda experiência organizada que se sucedeu no município de Contagem, na RMBH e que invoca um novo ator neste ciclo de lutas sociais e urbanas, o movimento social Luta Popular, com ligações com o partido tradicional da esquerda brasileira PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e com a central sindical CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular – Conlutas).

Parece também ter se desatado ainda sobre os efeitos dos ventos de junho de 2013, quando milhares de brasileiros tomaram as ruas das grandes cidades no Brasil, uma vez que se sucedeu em novembro deste ano e inicialmente envolveu mais de 3.000 famílias de sem-teto. A paisagem de milhares de barracos de lona voltou a se repetir, estabelecendo-se em um grande terreno ocioso, extremamente valorizado, por estar situado em uma região de rápido escoamento, no cruzamento de duas grandes vias de grande fluxo, a BR-040 e a Avenida Severino Ballesteros Rodrigues, em região de grandes equipamentos industriais em Contagem, cidade conhecida por essa mesma vocação, a de abrigar o parque industrial planejado da RMBH. O imóvel é de propriedade ainda do Governo Federal, mas está hoje sobre a jurisdição da administração da empresa pública Centrais de Abastecimentos de Minas Gerais (CEASA MINAS) que é de responsabilidade do Governo Estadual.

Desta forma, tem-se conflito socioespacial e fundiário que envolveu diretamente vários entes do Estado brasileiro, pois remete diretamente ao Governo Federal, ao Governo Estadual e também à esfera municipal, pois é ela que se imbrica ao discutir e reivindicar a questão da moradia e da política urbana, competência constitucional a ela atribuída prioritariamente. Ademais da esfera judiciária que, como de praxe, rapidamente desferiu liminar de reintegração de posse, em 1ª Instância, autorizando a remoção forçada.

A ocupação William Rosa, entretanto, se diferencia profundamente das outras experiências narradas neste ciclo, pois, deliberadamente, o movimento social diretamente envolvido, junto às famílias de sem-teto, escolheu outra tática de luta para a consolidação de seu direito à moradia. Nesta as famílias sem-teto não se estabelecem diretamente no terreno ocupado, fazendo uso da autoconstrução das unidades residenciais e demais estruturas com vistas a permanência definitiva.

As famílias e movimentos sociais optam por se apropriarem do terreno abandonado como estratégia de pressão, por via da ação direta, para reivindicar a produção de projeto habitacional popular formal, através de programas existentes que, neste contexto histórico, para

o Estado de Minas Gerais e Município de Contagem, como para quase todo o Brasil, se dava hegemonicamente pelo programa Minha Casa Minha Vida, seja por via de sua modalidade Entidades, seja por via da modalidade FAR – Empresas (SANTOS, 2016).

Deste ciclo de lutas sociais, mapeado aqui neste trabalho, é a única que se faz essa opção de método de garantia do direito à moradia para os sujeitos políticos sem-teto envolvidos. Todas as outras perfazem, como posto, por meio da autoconstrução das casas e unidades habitacionais, marcando importante diferença que centraliza um pouco do dilema discutido neste trabalho⁷².

É evidente que a produção formal (entendida aqui como um processo articulado entre o Estado e os movimentos sociais e que projeta e planeja a produção integral da moradia por via do financiamento do empreendimento, subsidiado ou facilitado) apresenta atributos superiores à forma como que se realizaram os territórios populares garantidores do direito à moradia e à cidade através da autoconstrução.⁷³ Dedicaremos mais à frente um capítulo para aprofundar nos dilemas e contradições dessa forma produtiva.

Entretanto, a experiência da Willian Rosa é também reveladora da conjuntura política e social que condicionou os movimentos sociais deste ciclo de lutas à autonomia forçada, ou seja, fazendo uso da autoconstrução, como única possibilidade de escolha, para conquistar territórios e materializar o direito à moradia de milhares de famílias. Mesmo hoje, quase três anos depois da inauguração da experiência, com a apropriação do terreno ocioso pelas famílias e movimentos sociais, apenas foi esboçado um acordo político entre todos os atores envolvidos, passando longe de ser plenamente efetivado.

As famílias seguem desde então, residindo na lona, maderite ou em outras formas provisórias e improvisadas de habitação, com consequências graves para seu processo socioespacial interno. Segundo dados divulgados pelo movimento, das 3.000 famílias iniciais que se instalaram no terreno, hoje persistem somente 400 (SANTOS, 2016). Sem contar que a inapropriação, a precariedade e todos os problemas a elas relacionados se potencializaram ao longo deste período, agravando a vulnerabilidade do território, tornando-se, provavelmente, o principal motivo que desencadeou a desistência da maioria das famílias que dele fizeram parte.

⁷² Importante ressaltar que, por exemplo, essa mesma tática de consolidação do direito à moradia da Willian Rosa é a hegemonicamente utilizada pelo o maior movimento de famílias de sem-teto hoje do Brasil, o MTST, com dezenas de ocupações que, após negociações com o poder público, resultaram em empreendimentos formais do MCMV, majoritariamente por via da modalidade entidades.

⁷³ Isto é, ela pode gerar empreendimento com qualidade urbanística, arquitetônica e espacial superior se houver maior controle dos agentes sociais beneficiárias das unidades envolvidos no processo de produção e não como meramente um processo planejado pela burocracia estatal que se aproxima da racionalidade do capital que gera um produto final a partir da regra do menor custo possível. Como se viu, basicamente, com a trajetória da política habitacional em Belo Horizonte e, de forma geral, como ocorre como o PMCMV que outorga ao privado a maior margem de elaboração do projeto habitacional.



Figura 26 Foto panorâmica do imenso adensamento de barracos de lona da Willian Rosa, durante seu primeiro ano de existência. Fonte: desconhecida.

Argumenta-se que há forte resistência por parte dos poderes estabelecidos em efetivar uma política pública habitacional emancipada, isto é, aplicando recursos, planejando, envolvendo assessoria técnica, financiamento, etc., desde que nos últimos anos se potencializou certa guinada ao empresariamento urbano estratégico no comando das cidades, seja na Região Metropolitana, ou em Belo Horizonte.

Não à toa, os outros territórios aqui apresentados se estabeleceram diante dessa autonomia que lhes proporciona a edificação das unidades residenciais e suas estruturas internas a partir da autoconstrução com vistas à consolidação do assentamento, fazendo uso, por isso, de maior investimento financeiro por parte das famílias e de forma quase hegemônica do padrão construtivo da alvenaria. Assim, os territórios se consolidaram, uns com um exercício de planejamento espacial realizado pela assistência especializada, outros improvisados pelos próprios moradores, mas todos com exercício coletivo de planejamento interno, combinado à autoconstrução.

Essa autonomia, embora seja forçada, submetendo os moradores às contradições da superexploração do trabalho e entre outros dilemas da autoconstrução, permite, por sua vez, realizar-se independentemente (e contra) o Estado, atrelado que está aos interesses dos proprietários de terras, do desenvolvimento capitalista da cidade e da captura da mais valia urbana implicada nos processos de especulação e nos grandes projetos.

Como dito anteriormente, desde os primeiros dias da realização do assentamento, as famílias estiveram ameaçadas de remoção forçada, após a consecução de autorização judicial para a operação de reintegração de posse. Ainda em 2013 e durante 2014, o Luta Popular uni-

se aos outros movimentos sociais da Região Metropolitana - Brigadas Populares, CPT e MLB – que organizavam e trabalhavam na resistência de outras ocupações e territórios já descritos – Dandara, Guarani Kaiowá, Izidora – fortalecendo este campo e desenvolvendo uma série de atos e manifestações políticas em nome de maior responsabilização do Estado nestes conflitos sociofunditários.

Destaca-se dentro os que ainda não foram narrados neste trabalho, aquele ato que foi realizado em 23 de abril de 2014, quando mais de 2.000 famílias das ocupações Guarani Kaiowá, Willian Rosa e as três do Izidora, realizando marcha por cerca de 10 km até dois pontos distintos da cidade, até a sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no centro de Belo Horizonte (BRIGADAS POPULARES, 2014). Reclamavam sobre recentes decisões de Desembargadores desta casa que reinstauravam ordens de reintegração de posse desconhecendo suas graves consequências sobre os conflitos sociais instituídos.

Como resultado dessa ação política, os movimentos sociais obtiveram ganho evidente, realizando audiência com o presidente do Tribunal de Justiça, fato inédito até então, para discutirem a especificidade de todos os litígios jurídicos postos nestes casos e sobre a necessidade de compreendê-los à luz das normas urbanísticas mais modernas, tais como as postas pelo Estatuto das Cidades.

A pauta interposta pelos movimentos sociais exigia a criação de uma instância e vara judicial específica para julgar e tratar os conflitos sociofunditários semelhantes ao que ocorre nos conflitos rurais, na vara agrária e a partir de precedente equivalente recém-criado em São Paulo, mas versada na jurisprudência urbanística contemporânea, reequilibrando o direito à moradia e à cidade, face à maior relevância interposta ao direito à propriedade privada pela razão dos magistrados.

Embora este ponto não tenha sido acatado, publicizou-se fortemente a responsabilidade do poder judiciários sobre os conflitos, politizando a relação do poder judiciário com a sociedade civil, além de se obter a criação de Instância de mediação que, embora não tenha poder para interferir diretamente nos autos e nos processos judiciais, contribui para ser mais um espaço para evocar a conciliação. À época, os movimentos sociais emitiram trecho de nota:

O risco social e humano de milhares de pessoas decorre também da irresponsabilidade do judiciário que emitiu mandatos de reintegração de posse por meio de decisões judiciais baseadas em um Direito que dá supremacia absoluta ao título de propriedade em conflitos possessórios, mesmo em casos em que esse não cumpre a sua função social, e desconsidera os demais direitos sociais em causa no conflito, como o direito à moradia e o princípio da dignidade humana. Tal tendência civilista e patrimonialista do judiciário revela um amplo desconhecimento dos instrumentos legítimos existentes, como o Estatuto das Cidades e as políticas de urbanismo e de habitação, que poderiam

ser ativadas para que um desfecho legítimo fosse acordado entre as partes envolvidas. O problema é que tais juízes se baseiam em juízos de valor subjetivos e desprezam a técnica e a constituição em prol da manutenção da propriedade devoluta (BRIGADAS POPULARES, 2014).

Todas estas ações, como as descritas no capítulo das ocupações do Izidora, em que o mesmo Fórum de ocupações e movimentos sociais voltou-se para pressionar o Governo do Estado serviram para protelar e dissuadir as forças de despejo. No caso específico da Willian Rosa, um processo real de acordo só foi desenhado a partir de 2015, quando também seu conflito é discutido na Mesa de Diálogo e Negociação, após o PT assumir o comando do Governo do Estado e acatar a reivindicação por uma instância formal de mediação para os conflitos urbanos, mobilizada e discutida durante todo o ano de 2014, a partir da consigna do *#despejozero*.

Neste processo, em síntese, aventou-se um acordo que previu o seguinte: as famílias continuariam residindo em materiais improvisados dentro do terreno, sem edificar em alvenaria, com permissão do CEASA - Minas e respaldadas judicialmente; o poder municipal disponibilizaria terreno público para a implantação do empreendimento habitacional popular; este deveria ser produzido por via do PMCMV - Entidades cuja maior responsabilidade na captação do recurso e elaboração dos projetos é da entidade representativa do movimento social; ao Governo do Estado caberia financiar a alternativa de moradia provisória para as famílias, enquanto o empreendimento fosse construído, através de um auxílio financeiro mensal, o bolsa aluguel (PSTU, 2015).

Contudo, no decorrer do ano de 2015, segundo depoimento de liderança do movimento social Lacerda Santos⁷⁴, a Prefeitura obstruiu o desenvolvimento do processo, ao não apresentar a condição fundamental, o terreno público onde seria desenvolvido o projeto. O movimento, portanto, sem a garantia matricial para desatar a construção do projeto, decidiu permanecer na área e não se transferir para as moradias de aluguel subvencionadas pelo Governo do Estado, mantendo o conflito e o impasse diante do terreno ocupado (SANTOS, 2016).

Destaca-se que não foi possível compreender as razões que levaram a Prefeitura de Contagem a não apresentar a área para a implantação da solução negociada. Sabe-se que o município de Contagem é extremamente rico em terras públicas, inclusive, muitas ociosas. Inclusive seu Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) apresenta terras públicas

⁷⁴ Lacerda Santos é a liderança histórica deste ciclo de lutas, participando do Fórum de Moradia do Barreiro que organizou as ocupações João de Barro I e II, junto às Brigadas Populares e, posteriormente, a Camilo Torres, a primeira ocupação deste ciclo que se consolidou, a partir da combinação da ocupação de imóvel vazio junto à autoconstrução.

demarcadas como AIES, isto é, com permissão de uso somente para projetos de habitação social (PLHIS, 2012). Até o próprio terreno ocupado poderia ser utilizado, desde que fracionado, uma vez que possui mais de 160 mil m², com a Prefeitura efetuando o dispositivo da compra forçada (desapropriação) da parte a ser destacada, uma vez que este imóvel permaneceu em completo abandono durante o desenvolvimento urbano da área em que está inserido.

Ressalta-se que somente em 2015 o CEASA MINAS realizou licitação para conceder a exploração do terreno para um empreendimento de expansão de suas atividades, mesmo com o terreno ocupado. A vencedora foi a empresa Magma Construções. O Ministério Público, entretanto, ingressou com ação civil pública questionando a legalidade do processo de cessão de uso da área, também em 2015. A empresa citada, em 2016, voltou a requerer em juízo a expedição do mandado de reintegração de posse que estava suspenso em função das negociações. Desta forma, em 2016, nova ameaça de despejo voltou a incidir sobre os moradores, com uma operação policial sendo realizada em 23 de junho, com a justificativa oficial de realizar um cadastramento judicial das famílias, resultando, entretanto, na prisão de dois moradores que participavam de manifestação simultânea das famílias.

Na conjuntura política nacional de 2016, mais grave entrava para negociação se apresentou. É provável que não haja mais recursos disponíveis para a modalidade Entidades do PMCMV. O novo Ministro das Cidades do governo Interino, anunciou, provisoriamente, que estão abertos recursos para o financiamento dos empreendimentos (produção e compra) das faixas 2 e 3, intensificando o caráter de incentivo ao mercado imobiliário do programa nacional, com a retirada de suas modalidades de subvenção direta.

Desta forma, com ausência de política pública e recursos para a produção formal de moradias de interesse social, fortalece-se o argumento inicialmente colocado de que em um contexto de captura do Estado pelo grande capital privado, somente resta a produção de habitação social a tática da ocupação de imóveis abandonados somada aos processos de autoconstrução.

10. Ocupação Tomás Balduino

A ocupação Tomás Balduino surgiu em maio de 2014, quando um grupo de famílias de sem-teto, a princípio sem o apoio dos movimentos sociais de moradia deste ciclo de lutas sociais, se organizou autonomamente nos bairros em que viviam de favor ou aluguel, para resolver “com as próprias mãos”, sua situação de subcidadania, tomando posse do terreno

abandonado de uma antiga fazenda da região e nele levantando as barracas de lona e de outros materiais improvisados (SOARES, 2016).

A região de Areias está localizada no extremo norte do município de Ribeirão das Neves, em bairro de nome Santa Margarida, na região popularmente conhecida como Areias, portanto é área fronteira da malha urbana conurbada da RMBH. É onde definitivamente se encontram os limites da cidade diante das áreas rurais, verdes ou de primeira natureza, mas que vão sendo constantemente absorvidas pelo processo permanente de periferização da pobreza, como vetor predominante de crescimento do tecido urbano em meio às relações capitalistas de produção do espaço.

O município de Ribeirão das Neves é conhecido por ser a cidade dormitório por excelência, por onde se expandiu a acomodação da pobreza em loteamentos clandestinos e os assentamentos precários, sendo um dos municípios com a maior concentração de pobreza da Região Metropolitana e com os mais baixos índices de desenvolvimento urbano. E a região de Areias é ainda seu extremo mais ao norte, por distinção de Belo Horizonte, centro da Região Metropolitana, que se encontra mais ao sul.

A fazenda ocupada foi aos poucos sendo absorvida pela expansão da malha urbana, criando situação de inerente pressão, tanto especulativa e imobiliária, como também por parte do contingente de famílias sem-teto, mirando seu usufruto, apropriação e destinação à realização de suas necessidades socioespaciais.

Aqui se demarca característica importante face aos outros terrenos ocupados neste ciclo de lutas sociais, embora fosse uma fazenda por muito tempo ociosa e nesse sentido desprovida de função social, não se pode dizer que seus proprietários constituídos por famílias articuladoras do processo capitalista de utilização rentista e/ou especulativa da propriedade ociosa. Tudo indica que foram agricultores familiares de outrora e que utilizavam a propriedade rural para produção agropecuária voltada ao abastecimento de Belo Horizonte.

É importante a distinção dos processos de ocupação espontâneos e os orquestrados pelos movimentos sociais. No segundo está implícita maior organização do princípio de realização da justiça social e urbana, interpondo como foco dos projetos habitacionais autorrealizados, as grandes propriedades urbanas ociosas, explicitamente monopolizadas pelo capital. Ao passo que para os primeiros, este princípio não é necessariamente mobilizado.

Conquanto, a ocupação somente começa a se consolidar e adquirir as características dos assentamentos aqui discutidos e abordados, depois que as famílias, já ameaçadas pelo cumprimento iminente de uma ordem de reintegração de posse pela Polícia Militar, entram em

contato com as Brigadas Populares e esta organização passa a atuar na mobilização e organização interna do projeto de ocupação – ainda somente com algumas barracas de lona e madeirite dispersas no terreno – acionando também os advogados populares do Coletivo Margarida Alves.

Momento decisivo foi quando, às portas da reintegração de posse, dois dias antes, os moradores da ocupação, junto com as Brigadas Populares, se dirigem à Cidade Administrativa, ainda em maio de 2014, e realizando ato público, conseguem reunião de negociação com Secretário de Assuntos Fundiários do Governo que, como compromisso mínimo, adia operação policial por um mês (MARAGNA, 2016). Tempo suficiente para que os advogados populares ingressassem com recurso na 2ª Instância do Tribunal de Justiça, obtendo o efeito suspensivo sobre a decisão liminar de reintegração de posse (MARAGNA, 2016).

Com a ordem suspensa criou-se as condições necessárias para a expansão da ocupação e sua consolidação nos marcos socioespaciais e políticos das experiências deste ciclo de lutas, aproximando mais essa experiência de uma ocupação organizada, a partir da apropriação de um imóvel ocioso, com planejamento urbano interno, apoiada pelos movimentos sociais e sua rede de atores sociais.

Nesses dias, várias assembleias populares foram realizadas com os moradores e os princípios do processo de apropriação do terreno foram esboçados, segundo pacto coletivo das principais características para o assentamento, qual seja, lotes de padrão equivalente para todas as famílias envolvidas; com ruas do padrão da cidade formal permitindo o acesso a todos eles, com preservação da faixa de 30 metros do ribeirão que corta o terreno em sua porção leste; com manutenção da faixa de proteção das torres e redes de alta-tensão da CEMIG que também cortam o terreno; e com a separação de áreas coletivas para praças, equipamentos comunitários, etc.

Com base nestes princípios e a partir dos debates realizados nas assembleias e com alguns instrumentos informativos distribuídos pelo movimento social, as famílias realizaram seu próprio micro planejamento urbano, esquadrejando os lotes e ruas no terreno, contando somente com seu saber popular, sem assistência dos profissionais de arquitetura e urbanismo deste ciclo de lutas que não participaram desta experiência.

Ao fim gerou-se um assentamento equivalente a todos os outros, a partir do modelo de um loteamento unifamiliar, com cerca de 272 lotes, com área relevante, 200 m² - o terreno é especialmente bastante generoso, com cerca de 90 mil m² - com ruas de 12 metros de largura; preservou-se a faixa de 30 metros do leito d'água e da faixa de contenção da estrutura de

distribuição de energia elétrica de alta tensão. Do que foi inicialmente acordado, somente não foram preservadas as áreas destinadas aos espaços coletivos, seja de lazer ou para equipamentos sociais. Todas as outras áreas viraram lotes unifamiliares destinados às famílias.

Mais de dois anos depois do processo de criação do plano popular descrito acima, tem-se um assentamento em vias de consolidação. Como veremos em capítulo posterior, o processo autoconstrutivo das casas permite variação interna relevante e, conseqüentemente, maior desigualdade socioespacial. Parte significativa das famílias possuem casas grandes e confortáveis, em alvenarias e com vários cômodos; porém outras ainda estão na condição do abrigo, seja de madeirite ou alvenaria que somente lhes permite se proteger das intempéries da chuva, do frio, etc.



Figura 27 Imagem de satélite da ocupação Tomás Balduino, na região de Areias em Ribeirão das Neves, no extremo norte da conurbação da RMBH. Fonte: Googleearthpro, 2015

Em contato permanente com as Brigadas Populares, outros atores foram se envolvendo com o apoio e intercâmbio de práticas e experiências com a ocupação. Em 2015, um projeto de extensão da UFMG do curso de Engenharia de Produção desenvolveu junto aos moradores, projeto de coleta seletiva, para resolver o problema do lixo que não é coletado por serviço realizado pelo Estado (AZALIM, 2016). Até hoje, quase um ano e meio depois, dois moradores se revezam para a coleta nas casas e depois para a separação do lixo reciclado, com uma taxa simbólica sendo cobrada de cada morador, proporcionando o serviço autorganizado para a

comunidade e proporcionando renda, mesmo que informal, para duas pessoas (AZALIM, 2016).

Em 2016, a comunidade foi objeto de projeto social de formação em agroecologia urbana cujo objetivo era potencializar as práticas de agricultura realizadas nos quintais das casas e em espaços coletivos com este uso permitido (as áreas sob a faixa de servidão da CEMIG onde não se pode construir) sob a luz dos princípios do não uso de agrotóxicos, fertilizantes, etc. Foram mapeadas mais de 60 famílias que possuem prática agrícola como recomposição da cesta de alimentos doméstica e alguns outros poucos para fins comerciais (FONSECA, 2016).

Hoje, contudo, após dois anos de transcurso do processo jurídico, há decisão do Tribunal de Justiça que reinstaura a reintegração de posse. As famílias estão sob ameaça de despejo, mas continuam com sua mobilização social, exercendo pressão política sobre a Prefeitura de Ribeirão das Neves que se encontra inclinada a encontrar alternativas para a manutenção das conquistas socioespaciais da ocupação.

Ainda não foi esboçada nenhuma proposta concreta de resolução do conflito. As Brigadas Populares já apresentaram todos os dispositivos que o Estatuto das Cidades e a política urbana de forma geral apresentam, como a possibilidade de desapropriação da área e sua destinação à regularização fundiária; entre muitos outros. Foi aventada também a possibilidade de compra direta do terreno pelas famílias organizadas em uma associação jurídica formal. O valor total poderia ser financiado por um banco e parcelado às famílias. Como a área está em zona muito periférica e seu valor não é exorbitante; ao fim o valor parcelado destinado a cada família poderia ser mais condizente com o orçamento doméstico de baixa renda, entre outras possibilidades.

11. Ocupação Paulo Freire

A ocupação Paulo Freire é a última ocupação organizada deste ciclo de lutas sociais e por reforma urbana mapeada por este trabalho e encerrando, portanto, a data limite desta pesquisa que foi até dezembro de 2015. Desde 2006, quando surge a Caracol, até dezembro de 2015, espera-se ter mapeado e descrito a história de todas as ocupações urbanas e organizadas que surgiram em Belo Horizonte e Região Metropolitana⁷⁵.

⁷⁵ Mas alguma experiência podem nos ter escapado, sobretudo as ocupações espontâneas que seguem sendo a forma predominante de urbanização da pobreza nas metrópoles capitalistas e que devido a invisibilidade, às vezes, nem chegaram a ser conhecidas pela rede de atores que atuaram neste campo, fonte básica de pesquisa deste trabalho.

A ocupação Paulo Freire surgiu como uma continuidade quase “natural” do trabalho territorial e organizativo realizado pelo movimento MLB na região do Distrito Industrial do Vale do Jatobá onde, como descrito nos capítulos anteriores, começou o ciclo de ocupações organizadas horizontais, com a Ocupação Camilo Torres que, posteriormente se estendeu pela ocupação Irmã Dorothy. E ainda se complementou com a ocupação Eliana Silva, demarcando o advento deste novo ator social, o MLB.

Importante descrever também o surgimento da ocupação Nelson Mandela que, de forma espontânea, sem a participação e o planejamento dos movimentos sociais, se instaurou em terreno ocioso também do vale circunscrito pela avenida perimetral e, por isso, vizinha a todas as Ocupações no parágrafo anterior. A Nelson Mandela surge em fevereiro de 2014, durante o feriado de Carnaval, recebendo, posteriormente, o apoio do próprio MLB e da CPT (DIARIO LIBERDADE, 2014).

Por isso tem-se, com o surgimento da Paulo Freire, a criação de um vale conurbado por cinco ocupações urbanas diferentes, todas com características socioespaciais e políticas muito semelhantes. Deste vale dos córregos Mineirão e Olaria, circunscrito pela Avenida Perimetral, restou ocioso somente o terreno da 1ª Eliana Silva que foi despejada pela Prefeitura de Belo Horizonte com autorização judicial, por se tratar de área de preservação ambiental, segundo o Plano Diretor de Belo Horizonte.

Todos os outros, ou estão com empreendimentos econômicos, conforme sua vocação inicialmente planejada pelo Estado, ou se tornaram ocupações de moradia, transformando sua destinação, para cumprir a função social por habitação de interesse social, embora por projetos autorrealizados pela sociedade civil – movimentos sociais, famílias sem-teto e rede de apoiadores – e contra o Estado.

A ocupação Paulo Freire surgiu em 31 de maio de 2015, com ato coordenado pelo MLB, com aproximadamente 170 famílias de sem-teto. O endereço exato do terreno é Rua Serra do Jatobá, próximo ao número 291. O terreno ocupado possui cerca de 20 mil m² e estava abandonado desde a criação do Distrito Industrial. Conforme relato do movimento, não houve conflito no dia, com a Polícia Militar aguardando o tramite judicial legal:

Além de várias viaturas, o Batalhão de Choque também esteve presente. O Comando da PMMG disse que vai aguardar as medidas judiciais de reintegração de posse, que podem ocorrer a qualquer instante. Um suposto proprietário do terreno apareceu, mas não conseguiu apresentar documentos comprovando ser proprietário da área. Essa é uma situação muito comum na região, já que grilagem é uma prática recorrente, pois as áreas pertenciam anteriormente à Codemig – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, que, ao que tudo indica, repassou os terrenos para vários proprietários privados

em troca da construção de empresas para compor o chamado Distrito Industrial do Vale do Jatobá (JORNAL A VERDADE, 2015).

Posteriormente, o proprietário da área ingressou com ação de reintegração de posse, mas não logrou obter autorização liminar para a operação de despejo. Segundo depoimento do advogado popular envolvido na defesa da experiência, a autora, empresa privada do ramo do transporte coletivo de Belo Horizonte, não comprovou nem a posse da área, nem sua propriedade, indicando que se trata de mais uma situação ilegal, com a transferência ilícita de patrimônio do Estado (CODEMIG – Antiga CDI) para o privado, a exemplo de todas as outras ocupações organizadas do Vale do Jatobá.

Sem a ameaça de remoção forçada, o movimento social e as famílias de sem-teto, puderam dedicar-se integralmente ao desenvolvimento territorial interno. Um dos elementos destacados desta construção coletiva do território foi o desenvolvimento de um plano urbanístico para a distribuição das áreas internas, com assistência técnica especializada do campo da arquitetura e urbanismo.

Com a Paulo Freire dentro deste ciclo de lutas, é a quarta experiência cuja consolidação se realizou por meio deste instrumento técnico que permite maior qualificação da apropriação territorial e do aproveitamento do espaço ocupado (somam-se a ela, a Dandara, Eliana Silva e Guarani Kaiowá). Nesta experiência, a assessoria popular foi construída e prestada por uma equipe de arquitetos e urbanistas que foi montada a partir da reunião de diferentes profissionais e estudantes que conheceram a Paulo Freire devido à grande visibilidade que atingiu, como uma das últimas ocupações registradas neste ciclo que acumulou reconhecimento e legitimação ao longo de sua história.

Importante frisar que não foi a partir do protagonismo das assessorias que já trabalharam com as ocupações urbanas até aqui descritas, como o Escritório de Integração da PUC Minas, o projeto de extensão da EAD da UFMG, PRAXIS e nem os Arquitetos Sem Fronteiras, mas profissionais e estudantes de outros vínculos sociais e organizativos que foram reconhecendo e se interessando pela trajetória das ocupações e resolveram participar da experiência da Paulo Freire (CARVALHO, 2016)⁷⁶.

O plano gerado resultou, para o terreno de 20 mil metros quadrados, nos moldes do loteamento unifamiliar, em 160 lotes, um para cada família iniciar o processo de autoconstrução de sua casa, dentro do espaço de 70 m². Todos com acesso direto às oito ruas desenhadas pelo

⁷⁶ Segundo depoimento prestado por uma das arquitetas envolvidas na assessoria popular para a Paulo Freire.

plano, com 8 metros de largura. O plano gerou também mais uma área para equipamentos comunitários e duas áreas coletivas de menor proporção destinadas à preservação ambiental.



Figura 28 Plano Urbanístico Interno realizado pela equipe técnica de apoio da Paulo Freire. Foram gerados 136 lotes de aproximadamente 70 m², ademais de 4 áreas para espaços e equipamentos coletivos entre várias ruas de 4 metros de largura. Fonte: Tania Lúcia Carvalho e Nivande Machado, 2015.

Hoje, quase um ano e meio depois, pode-se notar o plano materializado no solo do terreno, com a maior parte das casas adquirindo um ou mais cômodos, dentro do padrão construtivo dominante da alvenaria. Ao todo, portanto, o assentamento possui um pouco mais de 160 famílias, uma vez que muitas ainda persistem na situação de coabitação familiar. Outros aspectos poderiam ser descritos e analisados no assentamento e em sua história, mas o tempo desta pesquisa foi se tornando curto.

Ressalta-se também o intenso apoio social que recebe, assim como várias outras experiências deste ciclo social, que passa pela articulação de manifestações internacionais, pelo o cidadão solidário local, até aqueles envolvidos com entidades assistenciais e de motivação religiosa. Em relato de visita ocorrida no dia 6 de junho de 2016, com cerca de 30 estudantes, na Paulo Freire, um professor do Departamento da Pastoral de Evangelização da Escola Santo Agostinho, descreveu, certamente animado pelos princípios da Teologia da Libertação:

Nossa visita não pretende ser assistencialista levando somente os doativos de limpeza pessoal, mas uma presença amiga de apoio à resistência e fomento de

transformação da realidade presente. Acreditamos no Evangelho capaz de mudar a vida das pessoas. Jesus mora na periferia e é empoderando-nos, pela Sua Graça, da utopia ativa de um mundo melhor que queremos segui-lo (DEPAS, 2016).

Até a escrita deste trabalho (julho de 2016), a situação jurídica da comunidade ainda é indefinida, pois o processo ainda está em andamento na Justiça e o assentamento, de forma geral, é ainda recente, podendo voltar a estar sob a ameaça de reintegração de posse. Mas tudo indica que, como as outras ocupações deste ciclo, mantenha-se mesmo com a desaprovação da Justiça, sustentando pela crítica positiva da sociedade, podendo as famílias continuarem seu projeto de garantia do direito à moradia de forma auto organizada, com o apoio de uma extensa rede social, técnica e politizada, apresentando através da sociedade civil, as soluções de habitação social que o Estado, em tempos neoliberais, capturados pelos grandes blocos do poder econômico, não é mais capaz de prover.

É preciso se perguntar agora qual será o próximo significado sociopolítico que este ciclo de lutas assumirá, uma vez que se pode dizer que ele se encontra em um período de maturação – se o entendermos a partir do amadurecimento dos seus atores sociais, de sua legitimidade na sociedade, da escala alcançada por seus resultados, assim como as contradições espaciais e políticas que continuam a reproduzir.

Ainda mais diante das fortes mudanças que o cenário político estrutural do país apresenta, com a ascensão de um governo Interino, do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, do fim do ciclo histórico do petismo no comando da esfera Federal e, possivelmente, de todos os seus programas sociais, entre eles os destinados às cidades, com o advento da radicalização neoliberal também nesta esfera de governo e não só mais na instância municipalista da governança urbana. Muitas janelas de análise se abrem como questionamentos para os próximos capítulos.

CAP.VI - OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS

Neste ciclo de lutas sociais pelo espaço urbano e por habitação pesquisou-se ao todo mais de 11 ocupações espontâneas que se aproximaram da rede dos movimentos sociais de moradia e dos outros atores de apoio técnico e social, passando a ser conhecidas, visibilizadas e tornando-se mais um ator coletivo na luta política contra os despejos e ameaças às reintegrações de posse e por reforma urbana. Ao todo são 4.904 famílias nestas experiências, aproximadamente mais de 20 mil pessoas dentro dos limites da Região Metropolitana, mais precisamente nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Nova Lima e São José da Lapa.

Mas é importante demarcar o que delimita essa diferença conceitual entre ocupações urbanas organizadas e espontâneas. Nenhum conceito, entretanto, trata de experiências sociais e políticas, devendo ser entendido de forma muito rígida, não sendo diferente aqui, já que essa distinção é mais uma aproximação, uma diferenciação mínima, pois em todas as experiências temos traços e características que lhes aproximam ou distanciam do conceito das organizadas.

Fundamentalmente, o que diferencia as espontâneas das organizadas, passa pelo investimento e envolvimento muito maior dos movimentos sociais de moradia e/ou dos outros atores sociais que perpassam a rede social, técnica e política que defendem e contribuem para a construção destas experiências e deste ciclo de lutas pelo direito à cidade. De forma que, para as organizadas, o que termina por definir sua visibilidade, seu processo de enfrentamento das forças do Estado alinhadas à reintegração de posse e também ao processo de elaboração e apropriação de seu território interno, é um papel mais relevante atribuído a estes atores.

Ao passo que nas espontâneas, a maior parte do tempo de constituição e construção do assentamento, os moradores sozinhos, isto é, sem os atores coletivos desta rede social, técnica e política, atuam e desenvolvem o território. Mas que, em algum momento de sua historicidade e trajetória, geralmente depois de alguns anos de constituição, eles recorrem ao apoio externo para contestar alguma ameaça de despejo, por parte do privado, prefeitura ou outra esfera do Estado, ganhado maior visibilidade na arena pública que se forma entorno deste ciclo de lutas e passando a contar com a colaboração e reconhecimento de toda a rede.

Nesse sentido, um conjunto de outras características podem ser atribuídas à estas experiências chamadas de espontâneas por diferenciação das organizadas. Uma das questões é que no processo de apropriação do terreno/imóvel ocupado (sempre horizontal e sem nenhum elemento edificado) não há planejamento dos movimentos sociais e/ou outros atores externos. As famílias ocupam o terreno espontaneamente e desenvolvem o processo de construção do

território e do seu desenho no espaço ocupado sem a participação dos movimentos sociais. E assim permanecem estruturando o seu território pela maior parte do tempo.

Por isso, a tendência predominante é que os terrenos ocupados apresentam características impróprias para o estabelecimento de um assentamento humano adequado para fins habitacionais, sobretudo, para a população de baixa renda. Como se verá, os terrenos podem ser áreas de risco geológico, áreas designadas pelo Plano Diretor ou outras legislações como áreas ambientais com uso muito restrito para habitação, podem estar localizadas muito distantes da malha urbana e de seus serviços essenciais, ou simplesmente, são terrenos que não necessariamente pertenciam e/ou estavam sendo manipulados por processos de especulação imobiliária, por grandes empresas e outros representantes do capital e seus agentes promotores do desenvolvimento urbano desigual.

Noutro sentido, no processo de construção interno do território, da divisão das áreas e sua distribuição, na demarcação dos espaços internos, tem-se, quase sempre uma lógica mais pautada pela disputa e pelo individualismo, sem a baliza de regras comuns e do exercício de um pensamento de planejamento coletivo, com cada família sendo responsável por seu lote, rua e espaços adjacentes.

Por isso, a tendência é a formação de tipologias de assentamentos que não seja aquela predominantemente apresentada aqui neste ciclo de lutas, como o loteamento unifamiliar com acesso direto às ruas internas, com lotes de tamanho equivalente ou aproximado, mas geralmente com um padrão interno muito heterogêneo, com becos, vielas e/ou ruelas, ou ruas combinadas com estas outras formas, escadarias em lugares muito íngremes, ademais de grande variação de tamanho de lotes, sem destinação de áreas para espaços e equipamentos coletivos, entre outros elementos.

A seguir, rapidamente, tem-se a descrição das 11 experiências apresentadas no quadro, como uma forma de fazer constar nesta pesquisa sua existência, trajetória e principais características.

A experiência da Novo Lajedo é a mais antiga de Belo Horizonte. Iniciou-se ainda em 2002, de forma espontânea e bastante paulatina, com as famílias expandindo-se ao longo do terreno vazio e bastante íngreme e aos poucos, na medida em que iam estruturando as primeiras parcelas, mais famílias chegavam. Se notarmos a data, é mais antiga ainda que a própria Caracol, descrita como a primeira deste ciclo social de lutas, pois não contou com nenhum movimento social inicialmente. Somente em 2005, quando estava ameaçada de despejo, contou com a colaboração das Brigadas Populares, sendo umas das primeiras experiências relatadas

pelos membros desta organização, embora o contato tenha sido marcado por um envolvimento mais rarefeito.

É importante frisar que se tornou um dos motivos para a profunda divergência entre os movimentos sociais deste ciclo de lutas descritos neste trabalho e aqueles da década de 90, que construíram a política habitacional municipal de Belo Horizonte e até hoje continuam apostando em suas estruturas de participação, mesmo diante do nítido esvaziamento de seu significado e potencialidade, dada a consolidação a uma governança urbana neoliberal, com Márcio Lacerda à frente da Prefeitura da cidade.

Pois o terreno inicialmente e espontaneamente ocupado não pertencia a uma grande empresa que especulava com o imóvel mantido ocioso, mas a uma cooperativa habitacional formada em 1996, pelos movimentos de moradia, para a produção habitacional de interesse social, no seio da proposta do sistema municipal gerado que, em uma de suas modalidades, previa a autogestão. Desta forma, nasceu um conflito jurídico pela posse do terreno entre famílias de baixa renda que almejam a posse do terreno para satisfazer suas necessidades sociais, porém uma partia da ação direta de apropriação e pela autoconstrução e outra por via de um projeto habitacional formal que nem chegou a ser esboçado.

Esse conflito de interesses estabelecido ainda em 2002 contribuiu bastante para que o conjunto de atores coletivos da década de 90, atrelados à política institucional, segundo seu próprio entendimento, condenassem as famílias que faziam uso do ato de ocupar para a conquista de suas moradias populares. Embora tratassem também de famílias pobres que pela pressão habitacional foram movidas a ocupar terreno que restou abandonado por muitos anos em área extremamente popular, a região da MG 020, na zona norte de Belo Horizonte, próxima ao bairro Ribeiro de Abreu e outros.

Ao fim, a cooperativa que havia sido a autora da reintegração de posse desistiu de seus objetivos, sabendo que não seria possível, com seus próprios meios, remover as famílias ocupantes e lhes garantir alternativa de habitação, uma vez que o Estado não cooperaria. As famílias que investiram na cooperativa e que com seus recursos compraram o terreno, foram transferidas para outra cooperativa que, em 2014, foi contemplada com o primeiro empreendimento da política MCMV de Belo Horizonte, o empreendimento Jardim Vitória, já que parte de seu terreno a ela pertencia.

Outras características que demarcam a espontaneidade desta experiência é a forma que ao assentamento atingiu, com ruas muito curtas, às vezes ruelas e até becos para o acesso às unidades habitacionais. A ausência de padrão do tamanho de lote, agravado pela declividade do

terreno e pela intensa densidade habitacional, com toda área útil ocupada pela pressão habitacional de famílias pobres, com cerca de 3.500 famílias, em uma área de 305 mil m².

Canto do Rio e Canaã são outras duas ocupações urbanas, mais antigas, a primeira estabelecida desde 1996 e a segunda já em 2011, no município de Nova Lima, mas que somente a partir de 2014, vieram ao conhecimento da rede sócio, técnica e política, a partir da formação de um núcleo local do Movimento de Lutas nos Bairros Vila e Favelas (MLB) que atuou na garantia da permanência destes territórios, quando duas diferentes ameaças de despejo sobre elas recaíam.

A Canto do Rio possui apenas 19 famílias e localiza-se em uma área de preservação permanente situada muito próxima de um córrego em terreno de propriedade municipal. Contudo, discute-se com a Prefeitura a possibilidade de manter a ocupação, desde que interpostas algumas medidas que combinem a utilização do terreno para moradia popular, com a preservação ambiental da área. A Canaã é ocupação também menor, com cerca de 12 famílias e que está em imóvel reivindicado na justiça por um grupo econômico local formado por uma imobiliária ligada a empresa mineradora.

A Novo Paraíso é ocupação espontânea que recebeu sua garantia de permanência depois de recorrer às Brigadas Populares, após ameaça de despejo com decisão judicial favorável à Construtora Imobiliária, as famílias realizaram ato público trancando rodovia em Belo Horizonte, o que, de forma bastante inusitada e rara para este ciclo de lutas sociais, levou o proprietário a desistir formalmente da ação, extinguindo-se o conflito. A ocupação possui 350 famílias. Parte de sua área está dentro da faixa de ampliação do Anel Rodoviário, na altura do bairro Palmeiras e outra se encontra em área de servidão de torres de alta tensão da CEMIG, indicando certa inadequação. O assentamento, contudo, está bastante consolidado, com casas de alvenaria de vários cômodos e pavimentos, embora a maior parte das vias de circulação internas não possua mais de 4 metros, caracterizando-se como ruelas.

A Nova Cachoeira é ocupação também de pequena proporção, com cerca de 60 famílias; iniciou-se em 2012 sem a participação dos movimentos sociais. O MLB foi acionado quando as famílias foram ameaçadas de reintegração de posse por ação movida por proprietário local. Os advogados populares do movimento conseguiram suspender em 2ª Instância, mas o processo continua em andamento. A área é bastante adequada para a permanência e consolidação do assentamento, sendo pequena e envolta pela malha urbana e seus serviços.

A Nelson Mandela possui 350 famílias e é uma das cinco ocupações do vale delimitado pela Avenida Perimetral no Vale do Jatobá e Barreiro. Iniciou-se de forma espontânea,

recebendo posteriormente a contribuição do movimento MLB e da CPT, adquirindo características que a aproximam de uma experiência organizada com, inclusive, assistência técnica para o desenho de um planejamento urbanístico interno, mas que não foi integralmente implementado. Estranhamente, sobre ela não recai nenhuma ação judicial de reintegração de posse. Provavelmente, trata-se de mais um terreno da antiga CDI do Estado de Minas Gerais, como todos os outros do Distrito Industrial.

Primeiro de Maio é uma ocupação situada em Betim, no bairro Sítio Poções, com 78 famílias, próxima à experiência da Shequinah, no mesmo bairro, com 114 famílias. Ambas foram iniciadas em 2014. Receberam colaboração dos movimentos sociais somente para tratamento dos seus casos na Mesa Estadual de Diálogo e Negociação do Governo do Estado. A primeira está ainda ameaçada de reintegração de posse, pois a construtora paulista PDG, que atua em Betim, reivindica a área na Justiça.

No caso da Shequinah, a propriedade do terreno ocupado é do Governo Federal, administrada pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) que concedeu cessão provisória de uso aos moradores. Em ambas, houve maior exercício de elaboração espacial por parte dos moradores, na divisão interna das áreas. Todas as casas têm acesso direito às ruas, os lotes têm tamanho semelhante e há espaços coletivos comuns aos moradores, como um campo de futebol, no caso da Primeiro de Maio.

A Tomás Balduino em Betim foi ocupação formada, por sua vez, sobre terreno público municipal. Com cerca de 150 famílias, logrou autorização para permanecer na área depois que as famílias, juntos com as Brigadas Populares, CPT e Pastoral da Juventude, pressionaram a Prefeitura local, com diferentes atos públicos. As famílias autoconstruíram um assentamento próximo ao modelo de loteamento unifamiliar. Contudo, a permissão estabelecida pelo acordo obrigava os moradores a iniciarem a construção de um empreendimento formal, por meio do MCMV. Não se sabe ainda qual será a postura da Prefeitura, com o fim do programa que se anuncia.

A Vila Esperança do Calafate está situada em Belo Horizonte, em bairro de mesmo nome, próxima à região central da cidade. Iniciou-se com um grupo de famílias que restaram desabrigadas após despejo em massa ocorrido em vila vizinha, a Vila Calafate, depois que a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou processo de desapropriação de seus imóveis para grande obra prevista para o local.

Sem alternativa, os antigos inquilinos tomaram posse do terreno ao lado que estava abandonado. Este, por sua vez, é de propriedade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (SEBRAE), mas também se encontra dentro do raio de afetação de bacia de contenção do Rio Arrudas prevista para a área. Há ordem judicial de reintegração de posse prevista, embora as famílias já tenham construído mais de 70 casas de alvenaria. O desafio de permanência é grande em função deste grande projeto urbano previsto, embora sua execução esteja suspensa atualmente.

A Terra Nossa não possuiu atuação formal dos movimentos sociais deste ciclo de luta, mas surgiu quando antigos moradores desistiram da experiência narrada da Willian Rosa e atuaram e organizaram sua formação. Está situada no limite leste do município de Belo Horizonte, inclusive a linha da fronteira com Santa Luzia atravessa seu território, seccionando-o. Está em situação delicada de área de risco, em topo de morro, com grande declividade.

Provavelmente em razão desse motivo, nenhum movimento social se envolveu defendendo sua permanência. Também não há ordem de reintegração de posse para a área. As famílias estão constituindo assentamento com características espaciais próximas a de uma favela, com área em alto declive, escadarias, becos e ruelas e que, embora exista há mais de um ano, quase todas as casas encontram-se edificadas com materiais provisórios como madeirite, taipa, zinco e outros.

As ocupações urbanas espontâneas descritas aqui não se encontram necessariamente em situações geomorfológicas e urbanísticas inapropriadas para o estabelecimento de um assentamento a ser regularizado. Cada caso deveria ser analisado detidamente segundo suas características específicas e segundo as suas necessidades de intervenções estruturais para adequação de suas condições para o exercício do direito à cidade e à moradia adequada.

Ressalta-se somente que todos se perfizeram, também, após entrarem em contato e possuírem a contribuição da experiência que os atores sociais coletivos adquiriram neste ciclo de lutas por reforma urbana e que mesmo alguns estando em situação inadequada e em terrenos de difícil edificação, se perfazem também enfrentando as instituições do Estado alinhadas aos interesses do mercado imobiliário formal.

Trata-se de enfatizar que a ocupação espontânea ainda continua sendo a forma quase hegemônica de produção do direito à moradia e da inserção das camadas populares no tecido urbano metropolitano em meio às relações capitalistas de produção, onde boa parte das terras e imóveis disponíveis e adequados à produção habitacional é fonte de enriquecimento a partir da captura da mais valia fundiária urbana e está quase toda monopolizada pelos agentes do desenvolvimento capitalista. Não restando, portanto, alternativa que não seja a busca e apropriação por via da ação direta e sem a autorização do Estado de terrenos que soçobram no

tecido urbano, instalando-se como é possível, a partir da técnica e ao saber popular, o local de assentamento e moradia das camadas populares.

CAP.VII – AUTOCONSTRUÇÃO: POTENCIALIDADES E CONTRADIÇÕES

Este capítulo pretende se debruçar sobre as contradições e dilemas da autoconstrução. Como discutido inicialmente, este ciclo de lutas sociais por habitação e reforma urbana se configura por reunir um conjunto de iniciativas que, como argumentado, produzem políticas de habitação social de forma autodeterminadas.

Esta forma de política autodeterminada por via das ocupações urbanas se configura por reunir atores sociais coletivos – movimentos sociais, assessorias técnicas de diferentes campos, etc.; se realiza através da ocupação de imóveis vazios majoritariamente retidos pela especulação imobiliária e grandes proprietários urbanos; por isso lutam contra o Estado e a ordem dominante e também, por fim, por realizarem o ambiente construído interno – das unidades habitacionais às infraestruturas de água, luz, esgotamento, equipamentos sociais coletivos, pavimentação, etc., através da autoconstrução.

Nesse sentido, é necessário discutir quais são as implicações desse processo produtivo da unidade habitacional e do ambiente construído interno para a garantia do direito à moradia adequada e do direito à cidade para as dezenas de milhares de famílias pobres e de baixa renda que optaram por fazer parte desta modalidade de política autodeterminada para conquistar seu lugar de existência e reprodução doméstica, na órbita do tecido metropolitano.

Entende-se aqui por autoconstrução, o mesmo conceito consensuado pela literatura urbanística brasileira que é apresentado da seguinte forma por Bondunki (1998, p. 281): “o morador adquire ou ocupa o terreno, traça, sem apoio técnico, um esquema de construção, viabiliza a obtenção de materiais, agencia a mão de obra, gratuita e/ou remunerada informalmente, e em seguida ergue a casa”.

É dessa forma que se desenvolveu o processo produtivo de construção das unidades habitacionais dentro das 24 experiências de ocupações urbanas aqui apresentadas, dentro deste ciclo de lutas sociais. É a família na posse de um lote no interior de cada ocupação que passa a gerenciar todo o processo produtivo, segundo sua capacidade de inversão de seus recursos e conforme as suas necessidades socioespaciais, para o processo de construção da unidade habitacional.

Como todas as experiências apresentadas – à exceção da Willian Rosa – se delinearam como assentamentos baseados em loteamentos unifamiliares, com o processo de parte do desenvolvimento da provisão da habitação ficando a cargo da família, com sua plena responsabilidade na gestão autorrealizada de sua casa.

Como o autor deste trabalho tem bastante imersão em campo nos processos de constituição destas experiências afirma-se que não houve qualquer processo de produção coletiva das unidades habitacionais, entre várias famílias, através da ação cooperada, ou por mutirão, e/ou também com os movimentos sociais ou alguma assessoria técnica gerenciando o processo. É a família que protagoniza isolada e individualmente o processo produtivo da unidade habitacional.

A diferença é aquela segundo a qual – em via de regra - a família adquire a área onde irá construir a unidade de forma gratuita, isto é, sem mover recursos monetários na sua compra⁷⁷, o que, evidentemente, proporciona maior capacidade para investir no processo construtivo, comprar materiais, elaborar e edificar seu espaço doméstico, proporcionando um ganho bastante significativo para a autoconstrução dentro das ocupações urbanas, se comparado a outras formas e experiências de assentamentos habitacionais da pobreza nas quais as famílias adquirem a área por via da compra monetária, formal ou informalmente, seja num loteamento regular periférico, irregular, clandestino, ou mesmo em áreas residuais em vilas e favelas, etc.

De toda forma, deve-se ter em tela que estas experiências, ao permitirem a conquista do direito à moradia, a partir do processo autoconstrutivo das unidades habitacionais, tal como posto pelo conceito acima apresentado, ainda assim reproduzem a contradição fundamental entre o capital e o trabalho que, segundo alguns autores, é o centro da polarização entre cidade formal versus informal, sendo a primeira produzida pelo planejamento e recursos acumulados pelo capital e a segunda somente para sobras que o trabalho permite amealhar, assim como por via da aplicação do saber tradicional e popular.

É entender que a produção econômica da habitação, segundo a perspectiva de autores como Jaramillho (s.d.); Topalov (1974); Ribeiro (1987), como bem material complexo, caro, de longo ciclo produtivo, etc., depende fundamentalmente de apresentação de dois fatores produtivos: a conquista da terra urbana e do financiamento.

Neste sentido, as ocupações urbanas resolveram de forma muito eficiente, se analisados os dados históricos deste ciclo de lutas, o primeiro, ou seja, a terra urbana, ao se apropriarem, através da ação coletiva, dos terrenos ociosos retidos pela especulação imobiliária e descumpridores de sua função social. Mas, como informado até aqui, não apresentaram

⁷⁷ Há grandes exceções a esta regra. Sabe-se em que muitos casos, há processo de comercialização das áreas no interior das ocupações urbanas. Isto se dá na forma de um mercado informal e de baixa intensidade. Os valores geralmente são muito inferiores aos que se encontraria em bairros informais, favelas e vilas já consolidadas. Mas esta é questão à parte. Mereceria pesquisa e investigação à parte, para mensurar qual é a sua abrangência e quais são suas implicações. Portanto, de toda forma, se a família adquire a área através da compra, ela o faz em patamares muito inferiores, possibilitando a inversão de todos os outros recursos que possui no processo autoconstrutivo.

nenhuma forma de financiamento estruturado coletivamente, restando a cada família, do modo que pôde, angariar e reunir os recursos necessários para produção de sua unidade.

Por isso que não se nega, dentro da experiência das ocupações urbanas, a argumentação de Francisco de Oliveira (2006) e muitos outros autores que o acompanham, como Kowarick (1980), para os quais, a autoconstrução, de alguma forma, reproduz e intensifica a chamada superexploração do trabalho em contextos econômicos populares. Pois, para conseguir os recursos necessários ao investimento na construção da habitação, as famílias de baixa renda ou investem o próprio trabalho no processo produtivo - na forma de sobretrabalho, ou economizam os recursos necessários para tanto, abrindo mão de frações de seu orçamento doméstico que seriam destinadas à realização de outras necessidades sociais imprescindíveis, no quadro de seus exíguos salários.

Pressupondo-se que praticamente 90% das famílias desse universo pesquisado, composto pelas 24 ocupações urbanas aqui apresentadas, são famílias de baixa renda que vivem entre 0 a 3 salários mínimos como renda familiar mensal. Ou seja, elas ainda se mantêm profundamente dependentes para a garantia de seus direitos fundamentais da dinâmica do assalariamento. E isso não é nenhum quadro de exceção, pois é a realidade de 80% do povo brasileiro. Tal como 95% do déficit habitacional de cidades com Belo Horizontes também se encontram nessa faixa de renda.

Por isso é que todos os recursos investidos na produção habitacional por via da autoconstrução no seio destas experiências, como também das demais infraestruturas dos assentamentos, advêm das sobras salariais que estas famílias são capazes de amealhar ao fim do mês e/ou em outros expedientes acionados que se alicerçam basicamente em diferentes formas de superexploração. Não advêm do Estado, nem do Capital e/ou de outras fontes de apoios externos pertencentes à sociedade civil e nem aos movimentos sociais.

Basta realizar uma entrevista, em qualquer uma das experiências aqui apresentadas, para se identificar estes expedientes que também costumam ser diversos, que de alguma forma acionam e intensificam a superexploração. Como não foi o objetivo específico desta pesquisa, basta apresentar alguns, para reforçar essa argumentação que já costuma ser óbvia.

Deisi Antonia França, com 44 anos, participou desde o início de organização prévia da experiência da Camilo Torres, a mais antiga deste ciclo, sendo moradora da ocupação até hoje. É trabalhadora de serviços gerais de escola municipal, sendo minimamente assalariada.

Ela nos conta que passou três anos e meio no barraco de madeirite em um lote de 60 m² que conquistou no interior da Camilo Torres, para depois, com as próprias mãos, edificar sua

casa em alvenaria e telhas de amianto, com piso em cimento queimado, acabamento somente na cozinha e no banheiro, além de dividir o lote, posteriormente, com o filho que casou:

Na minha casa eu vivi três anos na barraca de madeirite. 3 anos e meio, por aí. E assim, a casa em si, eu posso falar que eu participei da construção dela toda. Eu ajudei no alicerce, depois fiz as paredes até uma certa altura. Depois eu tive medo de cair, aí eu consegui contratar um pedreiro com muita dificuldade. Mas eu consegui uma casa de quatro cômodos com muita dificuldade, graças a Deus. Graças a Deus e à nossa luta! São quatro cômodos e um banheiro. Mora eu e minha filha e morava meu filho... E incrível, nesses 60 metros, eu ainda consegui fazer meu cômodo para morar com a mulher dele. É o que a gente faz, tem um bequinho, mas que todo mundo tá lá e todo mundo se ajusta... (DEISE ANTONIA FRANÇA, 2016)

E ainda revela:

Eu lembro que eu fiquei uma época assim, eu trabalhava e eu cheguei do serviço e fiquei até seis e meia da manhã quase uma semana direto para conseguir aterrar minha casa. A gente pegava terra lá em baixo. Eu busquei muita argila. Eu aterrei minha casa toda de argila. Eu tinha lido que argila no momento que a casa tivesse muito quente a argila conseguia controlar a temperatura da casa, então eu busquei lá em baixo. Eu mesmo, às vezes meu menino me ajudava. Mas eu lembro até quantos carrinhos de terra eu consegui, 363 carrinhos. Porque cada vez que eu ia eu dava um visto. Eu queria marcar essa parte da minha vida (DEISE ANTONIA FRANÇA, 2016).

Na experiência da Ocupação Dandara, não foi diferente, Ângela Fagundes, 56 anos, morava na redondeza, percebeu início da ocupação, emergindo em seu processo. Desde então reside e coordena a mesma comunidade, ademais de atuar junto às Brigadas Populares em outras ocupações urbanas e em atividades diversas da luta por moradia.

Anteriormente morava de favor na casa do filho que era de aluguel. Com a Dandara conseguiu construir uma casa para si e hoje mora com o filho mais novo. Conta que teve que sacrificar outras dimensões de seu orçamento doméstico e de seu consumo, neste caso, sua cesta de alimentos, para poder financiar sua casa, ao enfatizar, no relato, que “*como eu tava sozinha na época qualquer coisinha dava para comer*, então eu fui gastando tudo na casa”:

Eu tive que pagar pedreiro e pedreiro é caro. Para fazer aquele quartinho foi 1500 reais. Lógico, paguei parcelado. Se você for trocar por miudinho o que eu gastei aqui, de fundação e tudo, deve estar berando de 8 a nove mil, na época. Aqui eu fiz por etapa. Mesmo assim porque minha casa é de telha né. Não tinha condições de por laje. Tá vendo que eu não botei cerâmica, ainda é piso grosso. Pagar para rebocar tudo para quem ganha salário mínimo é muito difícil. Aí fui juntando aos pouquinhos. Fiz empréstimo e tô terminando agora. Quem ganha salário mínimo, para colocar tudo, é muito difícil. Ainda tô pagando 280 reais de empréstimo. Fiz direto no banco Itaú, eu recebo direto lá. Eu fui fazendo assim, eu ia trabalhando, aí parava a obra, quando eu recebia, começava de novo, *como eu tava sozinha na época qualquer coisinha dava para comer*, então eu fui gastando tudo na casa. Hoje é mais difícil porque eu tô com meu filho (ÂNGELA FAGUNDES, 2016)

Em um só trecho da narrativa Ângela Fagundes resumiu os dilemas do processo produtivo da habitação que aqui se enfatiza. Embora o terreno seja ocupado, para financiar a autoconstrução de sua casa, sendo minimamente assalariada, ela teve de fazer uso de várias estratégias e expedientes que, ao fim, terminam por aprofundar a superexploração do trabalho. Ela construiu por etapas, mesmo assim seu salário não foi suficiente tendo, portanto, que fazer uso de um empréstimo em instituição privada, com juros significativos; aplicando também sua mão de obra nas horas vagas, além de sacrificar sua cesta de alimentos diariamente.

Diferentemente da Ângela que teve fazer usos de diferentes expedientes para financiar sua casa, Wagna Vieira, moradora e coordenadora da Dandara, desde o dia 9 de abril, conta que só conseguiu financiá-la com ajuda de seus laços sociais, da família e de dentro do movimento social, com a ajuda de Frei Gilvander, da Comissão Pastoral da Terra:

Meu esposo pediu o acerto na empresa que ele trabalhava, para a gente estar construindo. E tive também a colaboração financeira do meu pai, assim, pobre, mas pode me dar uma ajuda. E o meu sogro também e meu sogro ajudou até para assim: vou ajudar para vocês sumirem daqui. E tive uma ajuda, não escondo, as ferragens da minha casa, para fazer suporte da lage, foi um amigo nosso que nos deu, o Frei Gilvander. E só. O resto foi correria dos nossos braços. Tanto que minha casa continua até hoje do mesmo jeito. Sem reboco, sem um piso bom, mas é a minha casa. E olhando os meus tijolos tem a mão dos meus três filhos, do meu esposo. Cada tijolo tem um pouquinho de nós (WAGNA VIEIRA, 2016)

Em seu caso, embora tenha feito uso de diferentes fontes de financiamento entre famílias e dentro do movimento social, não sobressaiu em seu relato impressões que enfatizassem a superexploração, indicando a importância dos laços sociais de familiares, amigos e vizinhos neste processo extremamente oneroso para o orçamento familiar assalariado. Mas demarca-se que a ajuda de um membro do movimento social financiando uma moradora da ocupação é fato raríssimo, ficando os movimentos aqui estudados neste ciclo sem alternativas estruturais, abrangentes e significativas para essa importante dimensão do processo produtivo da casa.

Contudo, no debate da literatura sobre o processo da autoconstrução, demarcam-se também as positivities deste processo produtivo que, de forma geral, encontram-se entorno da ampla margem de exercício da autonomia conferido ao morador na produção de seu espaço de vida fundamental, seu espaço doméstico e de sua residência.

John Turner foi um dos arquitetos e teóricos que ficou reconhecido como um dos expoentes dessa defesa radical da autonomia dos trabalhadores na autoconstrução de seus lares nos contextos terceiro-mundistas, sobretudo face aos parâmetros homogêneos e padronizados do processo construtivo e das tipologias geradas nos conjuntos habitacionais serializados e verticalizados, historicamente produzidos pelo Estado.

Ao visitar o Brasil proferiu a afirmação polêmica segunda a qual "mostraram-me problemas – favelas, mocambos, alagados, etc. – que considero soluções. E mostraram-me soluções – conjuntos de habitações de baixo custo – que eu chamo problemas" (TURNER, 1968). Pois, em síntese, complementa:

Cuando los usuarios controlan las decisiones más importantes y son libres para aportar su propia contribución al diseño, construcción o administración de su vivienda, ambos los procesos y medio ambiente producidos, estimulan el bien estar individual y social. Cuando los usuarios no tienen control de las decisiones claves, ni son responsables por ellas, el rededor de alojamiento puede convertirse en un impedimento para la realización personal y una carga para la economía (TURNER, 1976, p. 237).

É o que autores brasileiros enfatizam também a partir da perspectiva de conceito de trabalho alienado, ou, neste caso, da sua oposição, com as famílias ou o trabalhador elaborando de forma “desalienada” seu espaço de vida. Assim, Maricato e Bonduki ressaltam em distintas passagens:

[...] a possibilidade de um maior contato do morador produtor com a habitação produto, permitindo-lhe uma visão mais integrada de processo produtivo, portanto um contato desalienante com o produto... sem esquecer que é um processo produtivo que liga o trabalho ao lazer (MARICATO, 1982, p. 71).

[...] o importante neste processo é que morador/ trabalhador, ao contrário do que ocorre quando ele vende no mercado de trabalho sua força de trabalho, não se aliena do produto do seu trabalho, garantindo assim, a construção de um patrimônio que jamais poderia ser adquirido no mercado formal de habitação pelo custo de processo de construção (BONDUKI, 1992, p. 155).

O que é complementado pela distinção dos conceitos de Turner (1976) relativo a produção autônoma e heterônoma. A primeira como sendo o espaço produzido pelos sujeitos que lhes farão uso predominante. O segundo sendo produzido pelos outros sujeitos que dele não farão uso. De forma muito próxima ao conceito de alienação do trabalho que, para Marx (1987), o trabalhador, em meio às relações capitalistas, torna-se estranho à própria vida, ao ser expropriado do produto de seu trabalho, essência de sua existência.

Para o caso da unidade habitacional social, tem-se a distinção que no caso da autoconstrução, os usuários do espaço produzido - a casa - são seus próprios produtores, sendo a família que faz a gestão de sua produção, como no conceito acima descrito de Bonduki. Ao passo que nas iniciativas estatais, têm-se os técnicos, planejadores e/ou o próprio capital desenhando o espaço que servirá de moradia às famílias beneficiadas; sendo raros os casos (como os dos processos de autogestão no Brasil) em que as famílias realmente participam de escolhas fundamentais de projetos dos seus próprios empreendimentos habitacionais.

Produção com alto grau de autonomia que, de fato, ocorre nas experiências das ocupações urbanas aqui relatadas e que, embora condicione e obrigue as famílias aos

expedientes aqui narrados que intensificam a superexploração do trabalho e/ou deprimem outras dimensões e necessidades da vida popular, termina por lhes outorgar grande liberdade no planejamento de espaço de vida matricial, o espaço doméstico de sua casa.

É o que de certa forma está entremeado nos relatos acima apresentados, com todos os moradores sendo eles os arquitetos de sua própria casa, planejando e desenhando autonomamente seu espaço de vida. E que, segundo as observações deste autor (embora leigo que seja para a questão técnica do espaço edificado em si) afirma que nunca tenha visitado unidade habitacional no interior de uma ocupação consolidada, que se equivalha a outra qualquer, isto é, sendo o desenho da distribuição dos espaços internos, profundamente múltiplo e heterogêneo, uma vez que cada família o projeta à imagem perfeita de suas necessidades socioespaciais.

Deste modo, pode-se dizer que, autonomia e superexploração, seriam duas faces desse mesmo processo dialético de autoconstrução das unidades habitacionais pelas camadas populares brasileiras que, no contexto das ocupações urbanas, ainda é de certa forma atenuado, pois há maior liberdade e autonomia por parte das famílias ao construírem suas casas, porque possuem o ganho no processo econômico e produtivo, representado pelo acesso “gratuito”, isto é, não intermediado por uma transação monetária, de aquisição do lote e área individual, condição fundamental para a edificação da casa.

Por fim, ressalta-se somente outra faceta perversa do processo autoconstrutivo no interior das ocupações urbanas, qual seja, como cabe a cada família a responsabilidade de angariar os recursos necessários para o financiamento de sua unidade habitacional, assim com o acesso a estes recursos que ditarão o ritmo do processo construtivo, há no interior de casa experiência, uma desigualdade interna muito forte e relevante.

As famílias de mais baixa renda e de maior condição de vulnerabilidade, sem empregos, sem estrutura familiar coesa, sem acesso a redes sociais familiares, etc.; acabam sobrevivendo por muito tempo em situações de precariedade habitacional ainda maior. Ficam às vezes por anos vivendo em materiais improvisados como a lona, madeirite e outros. Ao passo que muitas famílias logram em tempo regular edificar padrões bastante satisfatórios de habitabilidade.

E faceta ainda mais perversa é aquela que atinge as famílias que não conseguem edificar padrão satisfatório no lote e acabam desistindo da própria experiência da ocupação urbana, voltando para o aluguel, moradia de favor, etc.; porque não possuem os recursos mínimos para ingressar nestas experiências com alguma dignidade.

Por isso que se enfatiza de forma geral que essa gramática de ação coletiva para a conquista do direito à moradia, desenvolvida neste ciclo de lutas urbanas, a partir das ocupações, continua relegando ao trabalhador isolado, com sua família, redes e recursos, o processo de autoconstrução que, sem se apoderarem coletivamente de recursos do Estado e/ou do Capital, arcam sozinhos com o ônus da produção de seu direito à moradia, não superando todas as exclusões necessárias para superar a questão habitacional em meio à ordem urbana capitalista, reproduzindo as contradições da polarização capital versus trabalho e cidade formal versus informal.

Muito diferente dos processos de autogestão coletiva de empreendimentos que foram a forma mais recorrente de ação coletiva dentro dos movimentos sociais de moradia, em outros contextos que, a partir do princípio da conquista coletiva de recursos concentrados pelo Estado, se financiava todo o empreendimento, a aquisição da terra, o desenvolvimento do projeto arquitetônico/urbanístico e a realização do processo construtivo, como o pagamento de mão de obra, etc.

Embora isso ocorresse dentro de conjunturas políticas onde as relações de força sociais eram mais favoráveis a propostas mais radicais de reforma urbana, com o Estado controlando setores sociais populares, como no caso da Prefeitura de Erundina (PT) em 1989-93, em São Paulo ou da própria Frente BH Popular, em 1993-96, em Belo Horizonte.

Não à toa, ao fim, resolveu-se escolher como título para esse trabalho a expressão da *Cidadania Autoconstruída*, entendendo aqui que - embora no centro desse padrão de ação coletiva para a conquista dos direitos à moradia e à cidade de milhares de famílias sem-teto haja um processo coletivo de conquista da terra urbana monopolizada por agenciamentos capitalistas - ainda recai sobre a família, de forma isolada e individual, parte relevante do ônus para a estruturação de seu direito à moradia e à cidade.

Como no relato de Deise, de 44 anos, moradora e coordenadora da Camilo Torres, descrito anteriormente que, somente após 363 carrinhos de argila conseguiu, sozinha, pavimentar o chão de sua unidade residencial, pavimentando também de forma autodeterminada, o caminho para o exercício de sua cidadania, na posse desse direito matricial, a moradia.

E, assim, a acompanharam, sem exageros, todas as outras quase 16 mil famílias deste ciclo de lutas sociais por moradia e reforma urbana, envoltas em um processo coletivo de apropriação do terreno e estruturação do assentamento, mas isoladas à própria sorte e aos recursos produzidos pelo seu próprio trabalho, para a edificação de sua residência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Desafios à regularização fundiária

Este capítulo pretende discutir as ocupações urbanas descritas neste ciclo de lutas sociais, levando em consideração a proposta inicialmente esboçada de concebê-las como política pública de habitação autorrealizada pela sociedade civil. E que nesse sentido pode ser analisada sob o ângulo do que lhes falta para atingir acesso pleno ou minimamente satisfatório em termos daquela que se formulou como consenso em relação ao conceito de moradia adequada e também de direito à cidade.

O quadro, contudo, como pode se ver a seguir, é complexo, com praticamente todas as ocupações urbanas mantendo-se em situação de informalidade e não reconhecimento, sem medidas administrativas, políticas e jurídicas por parte do Estado, em suas diferentes dimensões que caminhassem na direção de reconhecer a especificidade de seus territórios, do seu direito à permanência e à instalação de serviços urbanos para a fruição plena do direito à cidade, ou seja, compreendendo a adequação da porta de dentro e também da porta para fora da casa autoconstruída.

As razões para a manutenção desta situação de não reconhecimento e não legitimação de todos estes territórios é o que já foi posto noutros momentos, os blocos de poder no comando dos governos mantêm rigidez no controle da expansão e desenvolvimento destas experiências como forma de não permitir a abertura de precedentes sociais e políticos e continuar explorando seu projeto de cidade voltado exclusivamente à captura da mais valia urbana e ao desenvolvimento do mercado imobiliário formal na cidade.

Noutras palavras é o conflito social de interesse econômico e político que continua a determinar o futuro da acessibilidade aos padrões de urbanização mais elevados para a pobreza. Os modos de ser e estar e se apropriar da cidade é, cada vez mais, um dos principais centros da luta de classe contemporânea.

Trata-se, em outros termos, de luta política e social, não só pela instauração e consolidação destas experiências, como também pelo seu reconhecimento mínimo e legitimação. Tem-se como descrito esse reconhecimento dado cada vez mais por setores da sociedade civil, em redes de apoio cada vez mais amplas, contudo, é necessário o reconhecimento dos agentes do Estado, pois é este o detentor do monopólio das necessárias intervenções administrativas e materiais para a adequação definitiva dos assentamentos autoconstruídos.

A primeira situação que se coloca é que todas as ocupações, com raríssimas exceções, encontram-se ainda sob ameaça de reintegração de posse. E isso significa que se não há ordens de reintegração de posse expedidas concedendo autorização para a Polícia Militar realizar a operação de remoção, não há nenhuma outra forma de dispositivo jurídico ou administrativo que lhes assegure a permanência no terreno.

A única garantia que possuem é a organização comunitária interna e a articulação permanente com a rede de atores sociais que as defendem, para, se por ventura emergir nova ameaça, os moradores junto com a rede possam acionar os recursos existentes para suspendê-la ou contorná-la, seja juridicamente ou através da pressão social e política.

O quadro é bastante grave porque isso significa conviver diariamente com o chamado “fantasma do despejo”, forma como popularmente as famílias expressam o temor e a insegurança relacionada à possibilidade de perderem suas casas e a emancipação social que elas lhes garantem, sendo fonte de transtornos e traumas psicológicos corriqueiros e não desprezíveis.

Outra questão é que por mais que haja grande autonomia por parte dos atores da sociedade civil na elaboração destas experiências – aqui tem-se um limite claro – é necessária a intervenção proativa do Estado com projetos, programas, políticas e ações para adequar as condições urbanas no interior destes assentamentos, ao menos na perspectiva desse autor.

Compreende-se que o processo socioeconômico de autoconstrução das casas alcança, a médio e longo prazo, padrão satisfatório, mesmo com todas as contradições postas, com a superexploração do trabalho e a abertura para heterogeneidade e desigualdades internas; mas a autoconstrução da infraestrutura coletiva dos assentamentos, devido ao altíssimo custo e à complexidade da articulação coletiva necessária para sua produção, impele à necessidade de reivindicar a participação e intervenções do Estado.

É como se na escala doméstica, da porta para dentro de casa, a família lograsse articular com autonomia, a produção de seu ambiente construído em padrões minimamente satisfatórios. Mas na escala do assentamento, da porta para fora do espaço coletivo ocupado, para alcançar esses padrões, torna-se mais difícil em função do volume do investimento necessário e da complexidade do trabalho coletivo que se requer aplicado.

Como os poderes locais possuem a prerrogativa do exercício da política urbana e habitacional segundo a leitura constitucional brasileira, é sobre estas esferas que recaem predominantemente a incidência desta luta. Em Belo Horizonte a situação se agrava, pois, quanto maior e mais rica for a cidade do Estado, sobre ela incide mais fortemente um projeto

neoliberal e de governança urbana estratégica, colidindo com os interesses sociais e com as necessidades de investir em reconhecimento e intervenção diante das ocupações urbanas. Nos outros municípios da Região Metropolitana essa tendência se atenua, embora continue se reproduzindo em termos do conflito e luta política permanente.

Das ocupações urbanas descritas nesse trabalho (e que iniciam este ciclo de lutas sociais e por reforma urbana, desde a Camilo Torres até a Ocupação Paulo Freire, passando por mais 22 experiências) somente a Ocupação Dandara possui reconhecimento administrativo e jurídico do Estado mais consistente; todas as outras, como veremos, possuem somente alguns fragmentos, recortes e brechas que contribuem, em maior e ou menor medida, para sua adequação e urbanização, mas continuam sendo formas de reconhecimento secundarizadas, distante da aproximação de um direito pleno à urbe.

Somente a ocupação Dandara possui um Decreto de Declaração de Utilidade Pública de seu pleno território para fins de desapropriação, instrumento que tem poderes para sanar o conflito jurídico da posse do terreno, abrindo as portas para instalação de todos os serviços urbanos (água, luz, transporte, pavimentação, etc.).

Este Decreto foi instituído pelo Governo Estadual. A declaração de utilidade pública é a primeira fase do processo de desapropriação, preconizando o ato de compra forçada por parte do Estado, diante do proprietário que, com sua consecução, anula qualquer resquício de propriedade privada, com sua transferência para o controle público.

De certa forma, a existência deste decreto consubstancia pauta de reivindicação máxima dos movimentos de moradia, ao neutralizar o conflito a partir da intervenção do Estado a favor dos ocupantes, da manutenção de seu território e do procedimento básico para iniciar a regularização de seu assentamento. A Ocupação Dandara, deste modo, após sete anos de existência e longa trajetória sociopolítica aqui narrada, possui seu grau máximo de reivindicação atendido.

Para todas as outras, nenhum instrumento desta envergadura foi decretado, expedido ou executado. Do ponto de vista do zoneamento e de instrumentos urbanísticos apontados no Plano Diretor, somente para as ocupações urbanas Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva e Dandara, há uma iniciativa de projeto de lei que as reconhece e as tornam AEIS-2, isto é, áreas de assentamento de baixa renda, protegidas contra produção e edificação formal do

mercado imobiliário, com flexibilização das normas edilícias e seus parâmetros urbanísticos e passíveis de instalação dos serviços urbanos formais⁷⁸.

Todas as outras ocupações urbanas descritas neste ciclo de lutas não possuem nenhum outro instrumento instituído que reconheça sua legalidade, legitimidade, direito de permanência e de instalação de serviços urbanos e públicos. Resta aí claramente a intensidade da luta por reconhecimento oficial interposta pela ordem vigente.

Embora não haja esse reconhecimento formal, a partir do ano passado, com a pressão dos movimentos sociais, aconteceu a quebra do entendimento segundo o qual, nestes territórios ocupados, não poderiam ser instalados os serviços de distribuição de energia elétrica e de água pelas concessionárias públicas desses serviços, que havia se estabelecido e consensuado entre a direção destas empresas, membros dirigentes do Governo do Estado e o Ministério Público Estadual, desde 23 de Abril de 2014 (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2014).

Este entendimento estava materializado no instrumento jurídico chamado Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) que, embora falasse em nome do Estatuto das Cidades, do Direito à Moradia Adequada, terminava por obstruir a ligação de água e energia elétrica em assentamentos sem a expressa autorização do poder público municipal e sem a anuência da promotoria de assuntos urbanísticos do Ministério Público do Estado.

Alegava-se como razões para tanto a necessidade de impedir a consolidação irreversível de assentamentos que poderiam trazer danos à coletividade em função de sua irregularidade jurídica, urbanística e ambiental. Mas tratava-se claramente de mais uma forma conservadora de constrangimento deste exercício do direito à cidade por via da ocupação de imóveis privados.

Após a quebra deste entendimento que, ressalta-se, possivelmente possuiu relação com a mudança de governo no poder executivo estadual, com a saída do bloco dirigido pelo PSDB e a entrada do bloco dirigido pelo PT, a partir de 2014, que as primeiras modificações quanto a estes dois serviços básicos para as ocupações urbanas foram percebidas.

Até o momento, somente a Eliana Silva conseguiu a instalação destes dois principais serviços. No mês de junho de 2016, também a CEMIG, como concessionária do serviço público de energia e iluminação de Minas Gerais, iniciou a regularização do fornecimento desse serviço para todas as famílias da ocupação, repetindo o que a COPASA, como concessionária dos serviços de fornecimento de água e de coleta do esgoto do Estado havia realizado seis meses

⁷⁸ Mas ressalta-se que ainda é Projeto de Lei (PL 1750/2015) e que está inserido no bojo de transformações muito maiores para a cidade, no Plano Diretor de Belo Horizonte que contraria expressamente os interesses dos setores do mercado imobiliário, e torna sua aprovação condicionada, portanto, à realização de muita pressão política por parte dos setores sociais.

antes. Esta concessionária, contudo, instalou também seus serviços de distribuição de água, mas não de saneamento básico, nas ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy e também Dandara.

Foi somente neste último ano que tais serviços foram realizados na Dandara após de um ciclo de sete anos de existência, na Camilo Torres, após oito anos e na Eliana Silva, após quatro anos. Mas, ainda assim, nenhuma outra possui estes fornecimentos. Entende-se que com a instalação destes serviços fundamentais, como água e energia elétrica, tem-se importantíssimo avanço no sentido de garantir adequação urbana dos assentamentos que passam a ter infraestruturas autoconstruídas destes serviços substituídas, garantindo condições básicas para o exercício da vida nos espaços domésticos.

Registra-se também que no âmbito da política urbana do município de Belo Horizonte, a Dandara e o Novo Lagedo, somente em 2015, participaram do programa Orçamento Participativo, conquistando ambos o direito de receber o Programa de Regularização Urbanística (PRU), um exercício realizado por técnicos da Urbel, de planejamento e hierarquização das intervenções necessárias para a adequação urbana dos assentamentos. Foi a primeira brecha para as ocupações urbanas, face à política formal da PBH, desde sua negação expressa ao compromisso assumido após a ocupação do prédio da Prefeitura em 2013.

O grande obstáculo e enclave para a adequação definitiva dos assentamentos, contudo, é a questão do saneamento básico que requer volume de investimento ainda maior para sua universalização no interior de cada assentamento. As obras para saneamento, coleta do esgoto doméstico, pavimentação e drenagem são bem mais onerosas e requerem grandes intervenções estruturais. Mas há, contudo, alternativas de baixo custo, pontuais e de menor impacto que poderiam ser viabilizadas, desde que as concepções do Estado a respeito destes modos possam ser ampliadas, como já experimentadas em casos isolados e bastante rarefeitos, como o do TEVAP, na Eliana Silva.

Esta, de certa forma, é luta à parte, como reivindicar do Estado, para ir além do Estado (LOPES DE SOUZA, 2006). No caso aqui discutido, qual seja, a de reivindicar a instalação dos projetos de saneamento básico calcados em outras concepções técnicas e ecológicas de saneamento, pois o modelo dominante ainda está baseado na externalização do problema, como coletar o esgoto doméstico e despejá-lo longe das cidades, transferindo seu impacto para outros ecossistemas.

Uma possibilidade para o saneamento nessas ocupações seria o financiamento e universalização pelo Estado destes outros modelos de baixo custo e calcados em outros princípios de sustentabilidade. Mas isso implicaria em uma ruptura das concepções técnicas e

ecológicas dominantes dentro do próprio Estado. Da mesma forma, poderia ser pesquisada e elaborada alternativas ao modelo dominante de pavimentação das vias baseado no asfalto, etc.

São todos esses os ligeiros avanços que se tem neste ciclo de lutas, todos os outros 24 assentamentos mapeados aqui como ocupações urbanas organizadas e/ou espontâneas, estão com toda sua infraestrutura e seu ambiente construído internos realizado pela autoconstrução, com recursos provindos somente do que as famílias são capazes de amearhar com seus parcos salários de baixa renda. Embora não se possa chamar de precário o ambiente interno perfeito pela autoconstrução, também não se pode naturalizá-lo como satisfatório e adequado.

É nesse sentido que, se por um lado, as ocupações urbanas recuperam as terras retidas pelo monopólio capitalista e especulativo, sobretudo em tempos de acelerada financeirização do processo de produção do espaço, se pensadas enquanto políticas autorrealizadas de habitação social, elas ainda reproduzem a polaridade capital versus trabalho, relegando aos trabalhadores e aos seus recursos, o ônus pela produção do ambiente construído interno dos assentamentos.

E assim reproduzindo o rebatimento desta contradição entre capital *versus* trabalho em termos espaciais, ou seja, entre cidade formal versus informal e com a inadequação característica desta última, reproduzindo e reforçando a conformação desigual do espaço urbano.

Trata-se, portanto, de forte e considerável contradição deste método de garantia do direito à cidade e à moradia das famílias, baseado somente na capacidade das articulações da sociedade civil e da ação direta dos movimentos sociais de se apropriarem dos vazios urbanos e do valor que estes retêm em meio à cidade capitalista, mas não são capazes de se apropriarem dos recursos retidos e organizados pelo Estado para destiná-los à produção do ambiente construído interno do assentamento.

Desta forma, tem-se a utilização dos recursos dos próprios trabalhadores que advêm do salário e do que a baixa renda lhes permite amearhar, potencializando vários outros expedientes que, de alguma maneira e medida, reiteram a superexploração de sua condição de trabalhadores, como visto mais especificamente no Capítulo VII dedicado à autoconstrução.

Embora deva ser considerada como ressalva, a família sem-teto quando opta por essa modalidade de garantia de seu direito à moradia, baseado autoconstrução integral do assentamento, o faz conscientemente e calculando seus custos sociais, políticos e econômicos. Desta feita, permanecer na condição de direito violado à moradia, seja no aluguel, favor ou ainda em outras condições, é forma de vida ainda mais onerosa e indesejável.

Portanto, ao fazer essa escolha, entende-se que há uma legitimidade inerente à própria experiência de ocupação urbana que ameniza o peso das contradições esboçadas. Afinal, são 16 mil famílias optando por este padrão de ação coletiva para garantir seu direito à moradia, no processo de produção do tecido urbano metropolitano que não o fariam de outro modo, seja pelo mercado formal, Estado ou outros.

De todo modo, todos estes 24 assentamentos passam a fazer parte do rol estatístico das famílias que não possuem o direito à moradia adequada na RMBH e/ou que estão inseridos em assentamentos ditos “precários”. Em Belo Horizonte, segundo dados da Urbel (2013), estes assentamentos precários ainda continuam sendo cerca de 20% do território da cidade. Para a Região Metropolitana tem-se, segundo a Fundação João Pinheiro (2015), 13,6% do total dos domicílios em situação de inadequação. Desta forma, as ocupações urbanas terminam por estender estes dados.

Estas reflexões são pertinentes para tensionar o pensamento crítico sobre estas práticas e pressioná-las para encontrar saídas para a questão da habitação popular e do acesso à cidade de forma plena. É possível estabelecer outro padrão de ação coletiva que pressuponha a captura de recursos do Estado e do Capital de forma a financiar integralmente o processo de concepção e produção do espaço destinado à habitação popular, isto é, desonerando os recursos amealhados pelo orçamento familiar e interpondo padrões superiores de habitabilidade e urbanização?

Ou haveria a possibilidade de produção de uma alternativa baseada nos recursos dos próprios sujeitos sociais envolvidos, famílias sem-teto, movimentos sociais, assistência técnica e rede de solidariedade que, mesmo sendo majoritariamente dos trabalhadores, poderiam avançar na organização coletiva e no processo de produção do espaço interno, com base em novas tecnologias sociais, etc., logrando produzir um padrão de adequação interno pleno?

Uma das respostas óbvias é a já colocada. Fica difícil compreender a adequação da infraestrutura sem os recursos acumulados pelo Estado. E nas condições políticas e estruturais contemporâneas, sobretudo em tempos de governo interino e queda do bloco petista que governou o país por quase 16 anos, ou seja, de novo momento de retração dos investimentos por parte do Estado para habitação e políticas urbanas populares, assim como demais áreas sociais, em um quadro ainda pior do que, quando estes investimentos existiam e eram prioridades, mas eram realizados por via da iniciativa privada e do capital, como atores produtivos privilegiados de políticas públicas habitacionais (leia-se MCMV).

Assim, as ocupações seriam relegadas a continuar sendo a forma viável e pragmática para ao menos essas famílias possuírem um teto, seja ele em que condições for para todo o panorama de mais de 80% da população brasileira que continua sendo minimamente assalariada e compondo parte quase integral do déficit habitacional.

É de se perguntar quando haverá novo ciclo histórico em que os setores sociais e populares logrem se apoderar ainda mais fortemente do Estado, para destinar os recursos concentrados por ele aos programas e projetos urbanos e habitacionais realmente emancipatórios, como em alguns, talvez raros momentos, se sucedeu na história brasileira.

Tabela 7 - Reconhecimento Jurídico / Administrativo das Ocupações Urbanas

Ocupações Urbanas	Ordem de despejo emitida?	Garantia jurídica da posse?	Reconhecimento Político / Administrativo?	Quais ?
Canto do Rio	Não	Não	Não	
Novo Lagedo	Não	Não	Sim	Ingressou no Orçamento Participativo, conquistando o PRU.
Camilo Torres	Sim	Não	Sim	Água formalizada Decisão Judicial Favorável / Decreto Estadual de Declaração de Utilidade Pública /Orçamento Participativo - PRU / Ser. Água formalizada
Dandara	Não	Sim	Sim	Serviço de Água formalizada
Irmã Dorothy	Sim	Não	Sim	
Canaã	Não	Não	Não	
Zilah Spósito / Helena Greco	Não	Não	Não	
Vila Pomar do Cafezal	Não	Sim	Não	Decisão Judicial Favorável pela manutenção da posse
Novo Paraíso	Não	Não	Não	
Eliana Silva	Não	Não	Sim	Possuiu os serviços de água e energia formalizados
Nova Cachoeira	Não	Não	Não	
Guarani Kaiowá	Não	Não	Não	
Rosa Leão	Não	Não	Não	
Esperança	Não	Não	Não	
Vitória	Não	Não	Não	

Willian Rosa	Não	Não	Não	
Nelson Mandela	Não	Não	Não	
Dom Tomás Balduino	Não	Não	Não	
Primeiro de Maio	Não	Não	Não	
Dom Tomás Balduino (B)	Não	Não	Sim	Acordo político com a Prefeitura pela permanência
Vila Esperança do Calafate	Não	Não	Não	
Shequinah	Não	Não	Sim	Concessão de uso por parte do Governo Federal
Terra Nossa	Não	Não	Não	
Paulo Freire	Não	Não	Não	

Tabela 7 Reconhecimento Jurídico / Administrativo das Ocupações Urbanas. Fonte: Elaboração própria, 2016.

Tabela 8 - Serviços e Infraestrutura urbana formalizados pelo Estado						
Ocupações Urbanas	Água	Luz	Esgoto	Pavimentação / Drenagem	Coleta de Lixo e Limpeza Urbana	Transporte Interno
Canto do Rio						
Novo Lagedo						
Camilo Torres	x					
Dandara	x					
Irmã Dorothy	x					
Canaã	x					
Zilah Spósito / Helena Greco						
Vila Pomar do Cafezal						
Novo Paraíso						
Eliana Silva	x	x				
Nova Cachoeira						
Guarani						
Kaiowá						
Rosa Leão						
Esperança						
Vitória						
Willian Rosa						
Nelson Mandela						

Dom Tomás
 Balduino
 Primeiro de
 Maio
 Dom Tomás
 Balduino (B)
 Vila
 Esperança do
 Calafate
 Shequinah
 Terra Nossa
 Paulo Freire

Tabela 8 Serviços e Infraestrutura urbana formalizados pelo Estado. Fonte: Elaboração própria, 2016.

2. Limites deste ciclo de lutas por reforma urbana

As ocupações urbanas não se reduzem a um fim em si mesmo enquanto um propósito político, aquele de garantir unicamente o direito à moradia aos sujeitos sociais que não o possuem. As ocupações também são instrumentos políticos para questionar a forma por meio da qual a cidade capitalista contemporânea se produz e reproduz.

Centrando a análise no município de Belo Horizonte, percebeu-se que a cidade transformou-se nas últimas duas décadas, passando de uma governança urbana voltada para atender os direitos de cidadania, por meio da proposta de inversão de prioridade e grandes investimentos em políticas garantidoras de direitos sociais e fundamentais, para uma cidade dominada pelos interesses das elites do capitalismo nacional e internacional que requer projetos urbanos voltados estritamente para a produção e captura da mais valia.

Nesse sentido, a emergência de um novo ciclo de lutas sociais em Belo Horizonte inicialmente, para a sua posterior expansão para a Região Metropolitana - entendido como o tecido urbano orgânico da cidade de Belo Horizonte - foi também em razão da necessidade de se disputar o projeto de governança urbana tanto sobre a capital, como também sobre o tecido metropolitano, no claro intuito de refazer as condicionantes econômicas e políticas que se voltaram para a reprodução da cidade a partir de seu viés exclusivamente capitalista, produtor da exclusão habitacional, da segregação socioespacial e de outras formas que incidem na desigualdade espacial.

É em relação ao objetivo mais geral e estrutural nos quais os movimentos sociais e as ocupações urbanas se inserem e das quais emergiram que este capítulo pretende discutir. Quais

foram as transformações políticas estruturais que este ciclo de lutas das ocupações urbanas organizadas foi capaz produzir?

E a resposta a que se chega é que as ocupações acumularam um conjunto de conquistas sociopolíticas localizadas e pontuais que, se somadas em seu conjunto, adquirem relevância, mas que, ao mesmo tempo, não foram capazes de interpor obstáculos ou transformações estruturais na ordem urbana contemporânea, sendo que o projeto de neoliberalização sociopolítica que incide fortemente sobre a cidade, potencializando suas exclusões, continua a se aprofundar.

Entende-se por transformações localizadas e pontuais que este ciclo histórico de lutas sociais foi capaz de alcançar como a conquista de cada ocupação urbana, que gerou cada assentamento / política autorrealizada de habitação e que, por sua vez, foi capaz de abrigar e garantir o direito à moradia para um conjunto determinado de famílias até então sem-teto, empobrecidas e excluídas social e espacialmente da metrópole capitalista de Belo Horizonte.

Isso significa que embora cada uma tenha sua importância para incrementar, potencializar e expandir o próprio ciclo social de lutas, em um processo contínuo de acúmulo de força social e política, suas conquistas também são limitadas ao número de famílias que com sua experiência alcançou um patamar minimamente mais digno, na posse de um lugar próprio para o exercício da vida nas cidades, mas sem reverter à estrutura por meio da qual se aprofunda a exclusão e segregação socioespacial na metrópole. Noutras palavras, tem-se avançado pouco nos propósitos estruturais da reforma urbana.

De toda forma, não é de se desconsiderar essas conquistas pontuais e localizadas deste ciclo que, se somados, alcançam um resultado geral bastante significativo. Conforme a tabela apresentada (TABELA 6), desde 2008, com a Camilo Torres, até 2015, com a ocupação Paulo Freire, foram quase 15 mil famílias e, aproximadamente, 60 mil pessoas que passaram a viver em condições de maior autonomia em relação ao aluguel e outras condições de submissão socioespacial.

Rapidamente, em termos meramente quantitativos e considerando que cada família representa uma unidade habitacional autoconstruída no seio de cada ocupação urbana, mesmo que não se possa auferir que tipo de habitação média seja essa, como todos os problemas apontados no capítulo anterior sobre os dilemas e problemas relacionados à autoconstrução, tem-se um número significativo se comparado ao déficit habitacional deste período, apresentando-se como fenômeno claro de justiça urbana e espacial.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2015) no ano de 2012 o déficit habitacional da RMBH era de 136.641 famílias, ou seja, esse é número de famílias que precisam de novas moradias para sair da condição de sem-teto e de direito violado à moradia. Para se ter uma breve noção comparativa, pode-se dizer que este ciclo de lutas, através das ocupações urbanas, logrou neste período de quase 10 anos, desde 2008, quando surge a Camilo Torres, até 2016 superar, aproximadamente, 11% do déficit habitacional da região.

Focando especificamente em Belo Horizonte, segundo a mesma pesquisa citada, tem-se para o ano de 2010, o número de 78.340 famílias demandantes de novas moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013); já as ocupações urbanas deste ciclo que se instalaram dentro dos limites administrativos do município de Belo Horizonte abarcam 12.445 famílias. Tem-se, portanto, a superação ainda mais relevante de 15% do déficit habitacional da cidade por via desta forma de luta social.

Mantendo a análise dentro do município de Belo Horizonte, podemos inferir que as 12.445 famílias/casas autoconstruídas em ocupações urbanas deste município é número bastante superior que a política habitacional oficial de igual período. Retomando os dados dos primeiros capítulos, temos para Belo Horizonte, entre 2008 e 2015, período do governo de Márcio Lacerda e do paradigma interposto pelo Programa MCMV, somente 4.199 unidades habitacionais produzidas, isto é, com o forte aporte federal realizado pelo programa em termos de subsídios e ainda com a contribuição da máquina municipal e, às vezes, de seu orçamento.

A superioridade dos resultados das ocupações urbanas em relação ao PMCMV é o melhor indicativo das condições socioespaciais para o despontamento deste novo ciclo de lutas, qual seja, a hegemonia das formas capitalistas de governança urbana para a cidade de Belo Horizonte que a voltaram exclusivamente para a produção de lucro dos grandes projetos urbanos em detrimento de uma perspectiva de garantia de direitos sociais por via das políticas públicas, entre eles o da habitação.

De toda forma, esse acúmulo sociopolítico que permitiu a evolução deste ciclo de lutas e todas essas conquistas territoriais e habitacionais descritas, com as mais de 24 ocupações urbanas em toda a RMBH, ainda não foi capaz de alterar o quadro geral que continua a produzir uma cidade capitalista baseada em desenvolvimento contraditório, isto é, que continua a produzir a exclusão habitacional, gerando constantemente mais e mais famílias sem-teto.

Desta feita, impõe-se limite importante para estas experiências sociais enquanto um ciclo de lutas pela reforma urbana ainda não conseguiu superar o imediatismo da necessidade de garantir casa aqueles que não a possuem, sem alterar ou desconstruir as condições políticas,

econômicas e sociais, em meio a metrópole capitalista, que continua a gerar estruturalmente o problema social que se objetiva combater.

Ao enumerarmos as conquistas deste ciclo de lutas descritas ao longo de todos os capítulos, veremos que a maioria delas foi para obstaculizar a ação do Estado (em suas diferentes esferas), no sentido do constrangimento ou da violação de direitos e que poucos foram os períodos e momentos históricos em que os movimentos sociais lograram se interpor diante do Estado positivamente, criando normas, programas, leis ou políticas que apontassem para a construção de alternativas de reprodução da ordem capitalista hoje vigente.

Embora como apontado anteriormente, todos os movimentos sociais que aqui foram descritos, insurgem-se a partir da construção das ocupações urbanas, apontando, como reivindicação social, horizontes mais amplos de transformação. Nunca, diante de cada ato comunicativo, político e reivindicatório das ocupações urbanas, se limitavam, meramente, a regularizar e garantir a permanência das ocupações urbanas. Todos, com distinções não desprezíveis, reivindicavam uma política geral, com base nos preceitos transformadores da reforma urbana.

A situação parece residir, portanto, na insuficiência de força sociopolítica que estes atores coletivos foram capazes de organizar e reunir, entre todos aqueles que, de alguma forma, interagiram e fizeram parte do campo, entre famílias sem-teto, coletivos e entidades de apoio técnico e solidário, entre todos os movimentos sociais e organizações políticas que os compõem, para impor um programa político transformador da realidade urbana.

No duelo contra o Estado e seus agentes, perdeu-se e ainda se perde para a capacidade de influência e determinação do campo oposto, o dos agentes capitalistas no processo de elaboração das diretrizes políticas que organizam e governam a cidade e a produção do espaço urbano, assim como seus representantes diretos nas instâncias políticas que continuam a determinar a forma da governança urbana contemporânea.

De fato, as mais significativas conquistas institucionais para além do direito garantido à moradia para as 16 mil famílias, foram ainda assim limitadas. Analisando esse ciclo de lutas, tem-se: a supressão do art. 3 da Lei n. 11.977/09 que excluía as famílias participantes das ocupações urbanas de se inscreverem no programa MCMV, no âmbito de Belo Horizonte, supressão essa ocorrida ainda em 2009. Embora essa vitória não tenha tido muito efeito sobre o ciclo de lutas, pois praticamente somente as ocupações urbanas figuravam como alternativa para a habitação popular na RMBH, diante da insuficiência do número de unidades do produzidas pela política da institucionalidade.

Tem-se ainda, já em 2015, a criação da Mesa de Diálogo e Negociação (DECRETO n. 203/215) que, embora tenha apresentado avanços importantes no tratamento de vários conflitos sociofunditários e na apresentação de alternativas às remoções forçadas de ocupações urbanas pontuais, começa, em 2016, no tempo de escrita desse trabalho, a apresentar sinais de esgotamento, sobretudo com a conjuntura nacional de fim do programa Minha Casa Minha Vida, que era costumeiramente apresentado como única alternativa de reassentamento, na condição de modelo hegemônico da institucionalidade.

Tem-se também o reflexo da Mesa de Diálogo e Negociação no âmbito do poder judiciário, com a criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social (CEJUS Social), criado pela Portaria 420/2015 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Muito embora, na avaliação dos movimentos sociais, seja instância também com caráter meramente ilustrativo, pois a princípio não possui poderes para interferir nas decisões judiciais, sendo somente acionado se houver interesse de ambos os polos em conflito de participarem do processo de mediação. Fato raríssimo entre os proprietários de terra e o grande capital envolvido nos conflitos territoriais urbanos.

Ademais da queda do TAC que proibia de forma geral a provisão formal dos serviços urbanos nas ocupações urbanas, celebrado entre o Ministério Público, a CEMIG e a COPASA que, como já dito no capítulo anterior, permitiu a instalação desses serviços básicos (água e luz) em poucas ocupações deste ciclo de lutas, já apresenta avanço bastante significativo que se reflete no reconhecimento destes territórios pelo Estado e em uma maior adequação de sua situação urbanística interna.

Ou seja, são dezenas de dispositivos de lei, de instrumentos, de normas, de políticas, de recursos e espaços e instâncias que poderiam ser criados, que já estão previstos e/ou foram executados em outros contextos da democracia contemporânea brasileira, para poder superar, amenizar e/ou transformar a realidade urbana segregada, mas que os movimentos não possuíram força suficiente para instituí-los, adiando a possibilidade de transformação estrutural da ordem urbana capitalista vigente.

De forma rápida, ter-se-ia, dentro deste panorama de alternativas, a implementação real e não só meramente na forma de previsão em lei, como letra-morta, dos instrumentos de contenção e constrangimento da especulação imobiliária, liberando terrenos e espaços urbanos para a produção de Habitação de Interesse Social e/ou de outras necessidades socioespaciais da cidadania.

Acompanhando recentemente o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257, de 2000), outros dispositivos previstos para os mesmos objetivos na escala da governança metropolitana, estabelecidos no Estatuto da Metrópole (Lei n. 13.059, de 2015), aprovado recentemente. No mesmo sentido, todo o processo de planejamento urbano sobre a baliza de um pensamento público de controle e gestão do espaço metropolitano, desenhado na iniciativa do Macrozoneamento, mas que está completamente descompassado com a realidade destas lutas sociais aqui descritas, senão até mesmo, com a realidade das forças econômicas e políticas que constroem o tecido metropolitano, dentro ou fora do Estado.

Ou mesmo um resgate das formas de políticas de habitação social desenhadas municipalmente em Belo Horizonte, como a autogestão ou a cogestão em que a autoconstrução familiar da casa é apoiada com assistência técnica e financiamento pelo Estado, ou seja, de forma muito próxima ao modelo da ocupação urbana, mas que desapareceram com a centralidade que a forma da engenharia institucional do PMCMV adquiriu, atribuindo a hegemonia da forma produtiva à construtora privada e aos seus interesses.

Além de várias outras medidas que poderiam ser pensadas como programas mais amplos de regularização fundiária, atribuindo maior autonomia para as entidades da sociedade civil desenvolver os projetos de adaptação e adequação urbana às ocupações urbanas, com recursos invertidos pelo Estado, fazendo certa política autogestionada de regularização urbanística e fundiária. Como até a própria lei de assistência técnica (Lei de n. 11.888) que poderia se tornar efetiva, com atendimento e prestação de serviços gratuitos pelos profissionais de arquitetura e urbanismo à estratosférica demanda popular por intervenção técnica em seu espaço doméstico, sobretudo nas ocupações.

Do resto, nenhuma outra grande reivindicação dos movimentos sociais deste ciclo de lutas, desde as Brigadas Populares, CPT, MLB, Luta Popular, e ainda outras, junto à rede de assistência técnica e política que geralmente os acompanham, foram acatadas e institucionalizadas pelo Estado, seja em âmbito municipal, estadual e federal, demonstrando que há ainda uma hegemonia quase intransponível por parte dos setores capitalistas sobre o processo de organização da produção do espaço urbano.

Todas as maiores conquistas deste ciclo de lutas continuam ainda a ser no âmbito da sociedade civil e em termos culturais e simbólicos que também atingem e perpassam as instituições do Estado, embora não sejam formalizadas em atos normativos, leis, etc.

Tem-se, por exemplo, maior aceitabilidade da parte do senso comum e da opinião pública sobre os processos de ocupações dos terrenos ociosos por famílias de sem-teto, sobre

sua legitimidade e suas implicações. Embora seja uma aceitabilidade ligeiramente maior, compreende-se mais facilmente seus argumentos, as razões postas para a ilicitude da especulação e da ociosidade dos imóveis, as razões que motivam as famílias sem-teto, etc.

Essa maior amplitude da aceitação deste processo e fenômeno social, se vê refletido também nos meios de comunicação de massa e na grande imprensa que normalmente permanece alinhada ao Estado e aos agentes do capitalismo urbano, mas apresenta maior permeabilidade na compreensão e cobertura dos conflitos sociofunditários.

Essa ampliação do arco de compreensão da legitimidade das ocupações urbanas atinge também, embora em menor medida, o próprio poder judiciário que, através de seus diferentes operadores, passam ou são forçados a tal, devido à amplitude e abrangência deste ciclo de lutas, a saírem do lugar comum da condenação imediata à reintegração de posse, para um olhar mais amplo, que compreende o problema como uma questão de política pública e social a ser tratada em outras esferas e não meramente como uma questão de manutenção do direito à propriedade.

A ampliação da legitimidade destas experiências se concretiza mesmo como conquista deste ciclo de lutas, dentro do campo de atores que compõe este ciclo, na medida em que os movimentos sociais que o protagonizam crescem, cada um internamente, além do surgimento de novos movimentos adquirindo, proporcionando a todo o campo, maior força social e política.

Se analisarmos a história contada nestas páginas, tem-se que em 2006, basicamente as Brigadas Populares despontam nesse cenário municipal das lutas urbanas em Belo Horizonte, por meio deste instrumento das ocupações urbanas ociosas, juntamente com o agora extinto Fórum de Moradia do Barreiro. Posteriormente, com sua consolidação e atuação sistemática, somam-se outros atores, como a Comissão Pastoral da Terra. Em 2012 emerge o MLB e partir de 2013, emergem a Luta Popular e a Frente Terra e Autonomia, conformando uma rede de movimentos mais abrangente.

A essa rede somam-se também outros atores com funções técnicas e políticas, mas que corroboram para a ampliação da capilaridade e da experiência deste fenômeno social, passando, primeiramente, pelo Escritório de Integração da PUC-Minas, depois também pelo projeto de extensão Polos da UFMG, posteriormente pelo grupo PRAXIS das EA/UFMG, com a criação do Arquitetos Sem Fronteiras, o grupo Indisciplinar, também da EA/UFMG, entre vários outros projetos e grupos de universidades que em menor medida se aproximaram deste ciclo de lutas, assim como professores e alunos isolados.

Ademais de uma rede própria de apoio e solidariedade que congrega uma grande diversidade de sujeito sociais - estudantes, profissionais liberais, agentes da arte e cultura - que

não é necessariamente técnica e nem declaradamente política, que é bem mais fluída, às vezes efêmera, mas que persiste com altos e baixos de mobilização social durante todo esse ciclo, primeiro em um ciclo ascendente quase que constante, desde a experiência da Dandara até as três ocupações do Izidora para agora, neste momento histórico, apresentar certos sinais de esfriamento. E é, sem dúvida, um dos pilares da legitimidade social destas experiências e uma de suas maiores conquistas.

Por isso é que se conclui que para este ciclo histórico de lutas sociais, os avanços em termos de conquistas sociais e políticas, para as expectativas e reivindicações da reforma urbana, esteve muito mais amparado na sociedade civil e exercendo relativa autonomia diante do Estado, uma vez que este esteve e está dominado por uma perspectiva de neoliberal e estratégica de governança urbana, remetendo todo os seus projetos e recursos para os objetivos do grande capital e proprietários urbanos.

Desta forma, tem-se uma vantagem inerente que se refere a maior independência política e maior liberdade de ação, porém tem-se limitações significativas, como a apresentada no capítulo anterior referente à inadequação e incompletude urbanística dos territórios autoconstruídos e em relação à totalidade do tecido urbano e metropolitano que continua sendo forjado e lapidado por processos capitalistas extremamente contraditórios, produtores de segregação e desigualdades socioespaciais, sem os movimentos conseguirem se impor, apresentando plataforma de maior justiça social, espacial e equilibrando os ônus e bônus da urbanização contemporânea.

Por fim, o questionamento que fica é: qual serão os próximos momentos deste ciclo de lutas, de maior expansão e empoderamento apontado para um cenário de maior intervenção diante do Estado ou de arrefecimento e diminuição dos ritmos das lutas sociais, uma vez que estão completando 10 anos de existência e aparentam apresentar os primeiros sinais de saturação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA; Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Autoria: DEFENSORIA PÚBLICA; AUTOS n.º 0024.12.131909-9, 0024.12.13591-86. Belo Horizonte, 2012.

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Autor: Construtora Mushione. Réus: diversos. AUTOS Nº 0171618-79.2013.8.13.0079. Contagem, 2013.

ADITAL. Ocupação pelo direito à moradia, um Belo Horizonte. 15 de agosto de 2008. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=33060&lang=PT

AGRAVO DE INSTRUMENTO, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Autor: Construtora Mushione. Réus: diversos AUTOS Nº n. 0559838-23.2013.8.13.0000). Minas Gerais, 2013.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In: Cidade do Pensamento Único, desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2.000.

ARANTES, P. Da (anti) reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas. Novembro de 2013. Disponível em:

http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&

BEDÊ, M. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional em Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 93 /96. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado do Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte, 2005.

BELO HORIZONTE, Câmara dos Vereadores, Projeto de Lei PL 1829/2016. Altera as Leis nº 8.137/2000, nº 8.616/2003 e nº 9.725/2009.

BELO HORIZONTE, Lei Municipal 10. 705. Institui a Operação Urbana BH Morar / Capitão Eduardo, altera o Título III das disposições transitórias da Lei 9959/10 e dá outras providências. 16 de janeiro de 2010.

BELO HORIZONTE, Lei Municipal 8.137, altera a LOUPS e dá outras providências, 21 de dezembro 2000.

BELO HORIZONTE. Lei Municipal 9959/10 Alterações na Lei de Parcelamento,

BITTENCOURT, R; MORADORA NASCIMENTO, D; GOULART, F; Ocupações Urbanas na RMBH. Relatório de Pesquisa, PRAXIS, UFMG, 2016. Disponível em:

<https://issuu.com/praxisufmg/docs/relato-ocupa-jun2016/1?e=2595708/36478823> .

BLOG OCUPAÇÃO DANDARA, 2009. Disponível em:

<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/> Acessado em março de 2016.

BLOG OCUPAÇÃO ELIANA SILVA, Família da Eliana Silva promovem nova ocupação,

2012. Disponível em: <http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/2012/08/familias-da-eliana-silva-promovem-nova.html> . Acessado em maio de 2012.

BOIS, M. Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação de diretrizes, planos e programas da política municipal de habitação. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, Faculdade de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

BONDUNKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade FAPESP, 1998.

BRAGON, R. Dobradinha entre PT e PSDB fazem lacerda passar do anonimato político à vitória em Belo Horizonte. UOL. Belo Horizonte, 2008. Disponível em:

http://eleicoes.uol.com.br/2008/belo-horizonte/lacerda_eleito.jhtm

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal.

BRASIL. Estatuto das Cidades. Lei Federal Nº 10.257. Presidente da República 10 de julho de 2001.

BRIGADAS POPULARES. Informações no site, 2010. Disponível em:

<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>

BRIGADAS POPULARES. Marcha das Ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória, Guarani Kaiowá e Willian Rosa ao Tribunal de Justiça. Nota Pública. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://brigadaspopulares.org.br/?p=193> Acessado em julho de 2016.

BRIGADAS POPULARES. Nasce a ocupação Camilo Torres. Nota pública. Fevereiro de 2008.

BRIGADAS POPULARES. Nota Pública. Nasce a ocupação João de Barro. 2007

BRIGADAS POPULARES; Remoção ilegal da ocupação Zilah Spósito. Nota Pública, Belo Horizonte, 2011

BRUNETTI, G. Laudo geológico/geotécnico. Loteamento Fayal/Vila Cafezal. Belo Horizonte, dezembro de 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Contrato social empreendimento MCMV – Granja Werneck. 27 de dezembro de 2013

CAMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei 1750. Regulamenta a aplicação de instrumentos da política urbana em Belo Horizonte. Belo Horizonte: setembro de 2009.

CARDOSO, L.; ARAGÃO, T. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011

COAU; Comunidade Eliana Silva (portfólio), 2012. Disponível em:

<http://www.coau.com.br/portfolio/comunidade-eliana-silva/> Acessado em maio de 2016.

COLETIVO BANDEIRA PRETA; Relato do despejo na ocupação Zilah Spósito. Nota pública. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.intentionalibertaria.org/bh-ocupacao-zilah-sposito-precisa-de-ajuda/>. Acessado em 23 de maio de 2016.

CONTAGEM, Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS), Município de Contagem. Dezembro de 2014.

CONTAGEM. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 033, de 26 de dezembro de 2006, institui o Plano Diretor da Cidade

COPAM. Conselho Estadual de Políticas de Meio Ambiente Licenciamento MCMV – Granja Werneck. 17 de outubro de 2014.

Crime de abuso de autoridade. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Processo judicial de nº 1650608-70.2013.8.13.0024. Réus: GENEDEMPSEY BICALHO CRUZ e FABIANO VILLAS BOAS. Autor: Ministério Público Estadual; 2012.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MG. Urgente appeal ONU. Belo Horizonte, 2015

DEPAS. Visita a Ocupação Paulo Freire. Relato. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://epsadepas.blogspot.com.br/2016/07/visita-ocupacao-paulo-freire.html> Acessado em agosto de 2016.

DIARIO LIBERADE. Nasce a ocupação Nelson Mandela em Minas Gerais. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/400-reportagens/46567-nasce-ocupa%C3%A7%C3%A3o-nelson-mandela-em-belo-horizonte.html> Acessado em agosto de 2016.

DIARIO LIBERDADE; Comunidade Zilah Spósito em Belo Horizonte corre risco de ser despejada. 2011. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/repressom-e-direitos->

humanos/25325-comunidade-zilah-sposito-em-belo-horizonte-corre-risco-de-ser-despeja.html.

Acessado em maio de 2016.

FIX, M. Parceiros da exclusão. Livro. São Paulo: Boi Tempo, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO; Emicida é detido por incitar o público a fazer gestos obscenos.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2012/05/1089878-emicida-e-detido-por-incitar-o-publico-a-fazer-gestos-obscenos-para-pm.shtml> Acessado em maio de 2016

FRANCO, S. Democracia, socialismo e o urbano: reflexões a partir da experiência dos governos de Frente de Esquerda na cidade de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciência Política, UFMG. Belo Horizonte, 2007.

FREITAS, L. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Direito, UFMG. Belo Horizonte, 2015.

FRENTE BH POPULAR. Programa municipal de governo. 1992. P. 7.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações Déficit Habitacional municipal no Brasil. / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil 2013. Belo Horizonte, 2015.

GALMACCI, T. A desapropriação como instrumento de acesso ao direito à moradia 2011.

Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10191. Acessado em junho de 2011.

MOREIRA, L. Eliana Silva ressurgue das cinzas, Nota Pública, 2012.

GOHN, M. Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOVERNO DO ESTADO, Decreto 203/15. Instituí a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários. Minas Gerais, 2015.

GOVERNO DO ESTADO, Lei Estadual n. 13.604, instituí comissão tripartite para o acompanhamento de operações de reintegração de posse. Minas Gerais, 2000.

GOVERNO FEDERAL, Lei 11.888. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e alterna a lei nº 11.124, Brasília, 16 de junho de 2005.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Geografiska Annaler* 71b. 1989. 3-17p.

HOURI, L. Políticas de produção de moradias e segregação residencial: Belo Horizonte - 1986 a 2000. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, PUC MINAS. Belo Horizonte, 2008.

INDISCIPLINAR, A operação urbana do Isidoro, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://ouc bh.indisciplinar.com/?page_id=822 Acesso em julho de 2016.

INDISCIPLINAR, Operações Urbanas. 2015. Disponível em: http://ouc bh.indisciplinar.com/?page_id=998

INSTITUTO POLIS, Manifesto de docentes em solidariedade as ocupações do Isidoro. 2014. Disponível em: <<http://polis.org.br/noticias/manifesto-de-docentes-em-solidariedade-as-ocupacoes-do-isidoro/>>.

JARAMILLO, S. Producción de vivienda y capitalismo dependiente: el caso de Bogotá. Bogotá, Universidad de los Andes, S/Data.

JORNAL A VERDADE. Ocupação Paulo Freire Resiste em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://averdade.org.br/2015/05/ocupacao-paulo-freire-resiste-em-belo-horizonte/> Acessado em julho de 2015.

KAAP, S; BALTAZAR, A; VELLOSO, R; Morar de outras maneiras: pontos de partida para uma investigação da produção habitacional. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 4, p. 34 – 42, 2006.

KAAP, S; et al. Loteadores associativos: uma contextualização. 2013. (mimeo)

KOWARICK, L. A espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 202 p.

LOURENÇO, T. Cidade Ocupada. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2014.

MARGARIDA ALVES, C. Dossiê sobre as agressões na manifestação à Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://coletivomargarida.blogspot.com.br/2015/06/relatorio-sobre-as-agressoes.html>>.

MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: Cidades Rebeldes, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O trabalho Alienado. In: Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MAYER, J. Depoimento. In: Saberes [auto] construídos. MORADO NASCIMENTO, D. (org.). Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria 595, dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida – PMCV. Brasília, dezembro de 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO, Termo de Ajustamento e Conduta, entre Cemig, Copasa e outros. Belo Horizonte, 23 de Abril de 2014.

MORADO NASCIMENTO, D. Saberes Autoconstruídos. Belo Horizonte: C / Arte, 2015, p. 206.

MORADO NASCIMENTO, D; *et al*; Minhas Casa Minha Vida, estudos avaliativos.

Relatório de pesquisa. Dezembro de 2014. Disponível em:

http://www.arq.ufmg.br/praxis/7_MCMV/relatorios.html

Ocupação e Uso do Solo, Lei nº 8.137/00 e legislação das ADE. 20 de julho de 2010.

OCUPAÇÃO GUARANI; Ata da reunião com a secretária de desenvolvimento social e habitação de Contagem. 20 de maio de 2016.

OG, F. Decisão judicial Ministro Og Fernandes. Processo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo: Cebrap, 2006.

OTONI, P. As Ocupações Urbanas em BH, esperança e ousadia. Nota Pública. 2014. In: www.brigadaspopulares.org

PRAXIS, Diálogos Eliana Silva, 2012. Disponível em:

<https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2012/10/31/historia-da-comunidade-eliana-silva/>
Acessado em 20 de maio de 2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Relatório VIURBES, 2016. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/pt-br/repositorio/municipios/belo-horizonte/relat-rio-viurbs-programa-de-estrutura-o-vi-ria-de-belo-horizonte>>.

Processo judicial de nº 1650608-70.2013.8.13.0024. Tipificação: ação penal. Assunto: Crime previsto na legislação extravagante, crime de abuso de autoridade. Réus: GENEDEMPSEY BICALHO CRUZ e FABIANO VILLAS BOAS. Autor: Ministério Público Estadual (TJMG, 2016).

PROCURADORIA DO MUNICIPIO, Petição inicial (ação demolitória), processo Nº 0230170-08.2013. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PSTU. Ocupação Willian Rosa completa 2 anos de resistência. Nota Pública. Contagem, 2015. Disponível em: <http://pstuminas.blogspot.com.br/2015/10/ocupacao-wiiliam-rosa-completa-2-anos.html> Acessado em julho de 2016.

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de contra planejamento. In: Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. COSTA, M. COSTA, H. MONTMOR, R. (org.). Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

RENA, N. Et all. Zona cultural, urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte. Anais do III Encontro em Pesquisa e Cultura. Crato, 2013.

RENA, N. Neves-Lacerda declara guerra à multidão. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/neves-lacerda-declara-guerraa-multidao/> Acesso em: 14 de julho de 2016.

REVISTA FORUM; Moradores da ocupação Eliana Silva continuam desabrigados, 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2012/06/05/moradores-da-ocupacao-eliana-silva-continuam-desabrigados/> Acessado em maio de 2016

RIBEIRO, L. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas da produção de moradia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RODRIGUES, B. Avaliação do impacto da utilização de parceria público-privada para a construção e operação de unidades municipais de educação infantil em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, E. A estratégia fundiária dos movimentos sociais na produção autogestionária da moradia. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

ROLNICK, R. Guerra dos lugares. São Paulo: Boitempo, 2015. P. 432.

SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 - 1980. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SAJ PUC MINAS. Parecer jurídico sobre a legalidade da permanência das ocupações urbanas Camilo Torres e Irmã Dorothy. 21 de março de 2011.

SECOM CAMARA VEREADORES, Audiência discute demolição de imóveis em ocupação do bairro Zilah Spósito. Belo Horizonte 2011. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2011-12/audiencia-discute-demolicao-de-imoveis-em-ocupacao-no-bairro>).

SOUZA, M. A prisão e a ágora: reflexões entorno da democratização do planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006. 632p.

SOUZA, M. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004. 136P.

TAVARES, F. A ocupação caracol: um estudo de caso sobre a criminalização de movimentos sociais e a negativa institucional de eficácia aos direitos humanos fundamentais no município de Belo Horizonte. Anais do II Seminário Internacional Direitos, Humanos Violência e Pobreza. Rio de Janeiro 2008.

TAVARES, F. Depoimento gravado em vídeo, 2007. Disponível em: <https://youtu.be/GPBkUV2X1As>.

TOPALOV, C. Les promoteus immobilières. Contribution à L'analyse de la production capitaliste du logement em France. Paris, La Hare-Mouton, 1974.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Portaria 420/2015. Instituí o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territorias Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social. Minas Gerais, 2015.

TURNER, J. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. Arquitetura IAB.no 68, 1968, p.17.

TURNER, J. Housing by people. Towards Autonomy in Bulding environments. London: Marion Boyars, 1976

URBEL, 2013. Resgatar site da prefeitura após o período eleitoral.

URBEL, PBH; Regularização fundiária da Vila Corumbiara, 2009. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/ecp/noticia/do?evento=portalet&Ac=not&idConteudo=34631&pIdPlc=&app=salanoticias>

USINA; O projeto Zilah Spósito, 2015. Disponível em: [http://www.usina-](http://www.usina-ctah.org.br/zilahsposito.html#sthash.W1vBdAKf.pdf)

[ctah.org.br/zilahsposito.html#sthash.W1vBdAKf.pdf](http://www.usina-ctah.org.br/zilahsposito.html#sthash.W1vBdAKf.pdf)

VAINER, C. Cidade de exceção, reflexões a partir do Rio de Janeiro. IPPUR, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em

https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf

VAINER, C. Cidade de Exceção. 2002. Artigo.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: Cidade do Pensamento Único, desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2.000.

VAINER, C. Quando a cidade vai as ruas. In: Cidades Rebeldes, São Paulo: Boitempo, 2013.

ENTREVISTADOS

AZALIM, W. Entrevista de Willian Azalim. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt em 2016.

CARVALHO, E. Entrevista Elielma Carvalho. Concedida à Rafael Bittencourt. Junho de 2016.

CARVALHO, T. Entrevista de Tania Lígia Carvalho. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt. Junho de 2016.

DE SOUZA, M. Entrevista Mauricio Nogueira de Souza. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt. Junho de 2016.

EGÍDIO, C. Entrevista de Charlene Egídio. Concedida à Rafael Bittencourt. Maio de 2016.

FAGUNDES, A. Entrevista Ângela Fagundes. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt. Março de 2016.

FONSEZA, T. Entrevista de Tatiana Fonseca. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt em julho de 2016.

FRANÇA, D. Entrevista de Deise Antônia França. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt. Março de 2016.

FREITAS, L. Entrevista de Luiz Fernando de Freitas. Concedida à Rafael Bittencourt em março de 2016.

GONÇALVES, E. Entrevista Edna Gonçalves. Concedida à Rafael Bittencourt. Maio de 2016.

MARAGNA, C. Entrevista de Clara Maragma. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt em 2016.

MARTINS CARVALHO, A. Entrevista de Ananda Martins Carvalho. Concedida à Rafael em maio de 2016.

MINEIRO, A. Entrevista Aiano Mineiro. Concedida à Rafael em maio de 2016.

PIRCHINER, L. Entrevista Larissa Pirchiner. Concedida à Rafael Bittencourt. Maio de 2016.

SANTOS, L. Entrevista de Lacerda Santos. Concedida à Rafael Bittencourt, em fevereiro de 2016.

SILVA, Maura. Entrevista de Maura Silva. Concedida à Tiago Castelo Branco Lourenço em 2014.

SOARES, P. Entrevista de Patrícia Soares. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt em 2016.

VIDAL, J. Entrevista de Jéssica Vidal. Concedida à Tiago Castelo Branco Lourenço, em 2014.

VIEIRA, W. Entrevista de Wagna Vieira. Entrevista concedida à Rafael Bittencourt. Março de 2016.

ZOCA, M. Entrevista Maria Angélica (Zoca). Concedida à Rafael Bittencourt em maio de 2016.